

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GECIANE SOARES DO NASCIMENTO

A EDUCAÇÃO EM CENA: A REVISTA DE EDUCAÇÃO COMO
CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE SABERES EDUCACIONAIS
NO ESPÍRITO SANTO (1934-1937)

VITÓRIA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GECIANE SOARES DO NASCIMENTO

A EDUCAÇÃO EM CENA: A REVISTA DE EDUCAÇÃO COMO
CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE SABERES EDUCACIONAIS
NO ESPÍRITO SANTO (1934-1937).

Tese apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: História da Educação. Linha de pesquisa: História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juçara Luzia Leite

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial de Educação,
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Nascimento, Geciane Soares do, 1976-
N244e A educação em cena : a Revista de Educação como circulação
de representações sobre saberes educacionais no Espírito Santo
(1934-1937) / Geciane Soares do Nascimento. – 2014.
251f. : il.

Orientador: Juçara Luzia Leite.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação. 2. Educação – Periódicos. 3. Educação –
Projetos. 4. Professores – Formação. I. Leite, Juçara Luzia, 1964-.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.
III. Título.

CDU: 37

NASCIMENTO, G. S. A Educação em Cena: A Revista de Educação como Circulação de Representações Sobre Saberes Educacionais No Espírito Santo (1934-1937). Tese apresentada ao Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Juçara Luzia Leite

Julgamento: _____

Instituição: UFES

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Márcia Elisa Teté Ramos

Julgamento: _____

Instituição: UEL

Assinatura: _____

Prof. Dr. Thiago Borges Aguiar

Julgamento: _____

Instituição: Unimep

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Mendes Gontijo

Julgamento: _____

Instituição: UFES

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões

Julgamento: _____

Instituição: UFES

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à professora Doutora Juçara Luzia Leite, minha orientadora, companheira e amiga, pessoa de olhar atento, carinhoso, nem por isso menos rigoroso, a quem devo o incentivo e sugestões que me ajudaram a produzir esta Tese;

à professora Doutora Cláudia Maria Mendes Gontijo pelo incentivo, pelas oportunidades de instigantes momentos de discussões, na ocasião dos dois Exames de Qualificação, especialmente quanto ao “Deixar as fontes falarem e as ouvir”;

à professora Doutora Regina Helena Silva Simões por ter acompanhado minha pesquisa, cuja leitura atenta me apontava para as possibilidades de problematizar as questões que perpassam o estudo da História da Educação, tendo em vista o primoroso cuidado com as fontes;

à professora Doutora Cleonara Maria Schwartz por ter me acolhido, atendendo minhas solicitações, pelas valiosas informações, e por ter colaborado para minha formação enquanto pesquisadora;

à professora Márcia Elisa Teté Ramos pelas dicas e pelas excelentes sugestões, que me apresentou durante o Exame Geral de Qualificação II;

ao professor Doutor Thiago Borges Aguiar pela leitura e atenção dispensadas a esta pesquisa;

à Marco Antônio Facury, em reconhecimento ao competente trabalho, carinho e cuidado dispensados à revisão desta tese;

aos amigos de percurso Adalgisa, Aldaires, Regina, Karla, Paula e muitos outros, pelas contribuições e auxílios oferecidos tanto a mim, quanto à pesquisa;

à Romildo, pela presença e apoio permanente, incondicional e verdadeiro, pessoa serena e cuidadosa, com quem tenho a felicidade de partilhar minha vida;

aos familiares, papai, mamãe e irmãos, pela compreensão;

aos meus alunos, pelo apoio e incentivo sempre constantes e verdadeiros;

à Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo e à Biblioteca Setorial do Centro de Educação, pelas inúmeras vezes de atendimento pronto e solícito diante de minhas demandas;

ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e à Biblioteca Estadual, pelos inúmeros acessos à documentação e pela prontidão em minhas solicitações;

a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão da pesquisa de que resultou esta Tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	24
A EDUCAÇÃO, O IMPRESSO E A CULTURA ESCOLAR.....	24
1.1. Representação, Circulação e Apropriação nas Pesquisas com os Impressos	26
1.2. O Papel Difusor dos Impressos para a Educação do Brasil na Década de 1930	37
a) <i>Os estudos sobre impressos pedagógicos do final do século XIX e início do XX</i>	41
b) <i>Os Estudos Publicados sob a forma de Revistas Especializadas</i>	43
c) <i>Os Estudos que tratam de Impressos Pedagógicos que Circularam no Período dos Anos de 1920 e 1930</i>	44
1.3. Pesquisas a partir da Revista de Educação/ES.	52
1.4. Dialogando com outros Impressos Contemporâneos a Revista de Educação/ES.	58
CAPÍTULO II.....	75
UM MODELO PEDAGÓGICO PARA HIGIENIZAR, MORALIZAR E MODERNIZAR A NAÇÃO PELA EDUCAÇÃO	75
2.1. Os pressupostos de higienização e de modernidade educacional presentes no contexto em que circulou a Revista de Educação/ES.	78
2.2. A Educação e o Porvir do Espírito Santo.	88
2.3. A educação e a escola no contexto capixaba em consonância com a Revista de Educação/ES.	95
2.4. A escola e os princípios de modernização para a educação no contexto nacional e internacional.	108
2.5. Os Sujeitos da história ou a história dos sujeitos	124
CAPÍTULO III	151
A “REVISTA” COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E SUA MATERIALIDADE	151
3.1. Produção e Circulação da Revista de Educação/ES.....	157
3.2. Só pela educação se pode avaliar a pujança de um povo.....	165
3.3. As festas escolares como espetáculo: a Revista de Educação/ES como vitrine	187
3.4. a “Revista” como projeto de (in)formação de professores	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIA.....	222
FONTES.....	222
LEGISLAÇÃO.....	223
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	223

ANEXOS.....	237
SUMÁRIO 01.....	237
SUMÁRIO 02.....	238
SUMÁRIO 03.....	239
SUMÁRIO 04.....	240
SUMÁRIO 05.....	242
SUMÁRIO 06.....	243
SUMÁRIO 07.....	244
SUMÁRIO 08.....	246
SUMÁRIO 09.....	247
SUMÁRIO 10.....	249
SUMÁRIO 11.....	250

Lista de Figuras

Figura 1: Revista Pedagógica. Ano 1, n. 9, Maio de 1924.....	60
Figura 2: Revista de Educação/ES. Ano 3, n. 22, março de 1936.	64
Figura 3: Revista de Educação/SP. vol. XIII e XIX, n. 15 e 16, set./dez, 1936.	64
Figura 4: Revista de Educação/ES. Ano 3, n. 22, março de 1936.	85
Figura 5: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 2, maio de 1934.	86
Figura 6: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 1, (Capa), abril de 1934.	89
Figura 7: Revista de Educação/ES. Ano 2, n.14, maio de 1935.	136
Figura 8: Livro: Sá, Mario De Vasconcellos. Geografia Primário – III e IV Classes – Edição Autorizada Oficialmente Para o ano de 1937–1938. Livraria Lello & Irmão – Editores, 1936, 127p.....	148
Figura 9: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 1, 1934.....	169
Figura 10: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 2, 1934.....	171
Figura 11: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 4 e 5, 1934.....	173
Figura 12: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 6, 1934.....	175
Figura 13: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 7 e 8, 1934.....	176
Figura 14: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 9, 1934.....	177
Figura 15: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 10 E 11, 1934.....	178
Figura 16: Revista de Educação/ES. Ano 2, n. 12, 1935.....	179
Figura 17: Revista de Educação/ES. Ano 2, n. 13, 1935.....	179
Figura 18: Revista de Educação/ES. Ano 2, n. 14, 1935.....	180
Figura 19: Revista de Educação/ES. Ano 2, n. 15 E 16, 1935.....	182
Figura 20: Revista de Educação/ES. Ano 3, n. 22, 1936.....	183
Figura 21: Grupo Escolar “Quintiliano De Azevedo”	190
Figura 22: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 4 e 5, p. 20, jul./ago. 1934.....	191
Figura 23: Revista de Educação/ES. Ano 1, n. 4 e 5, jul./ago. 1934.....	213
Figura 24: Revista de Educação/ES. Ano 4, n. 30 e 31, jun./jul. 1937.....	214

Índice de Tabelas

Tabela 1: Temáticas de Educação Física na Revista de Educação/ES.....	80
Tabela 2: Títulos dos Filmes Adquiridos.....	140
Tabela 3: Revistas de Educação/ES. Analisadas Neste Estudo.....	160
Tabela 4: Revista de Educação/ES: Publicações Dirigidas à Formação de Professores.	215

RESUMO

Este estudo analisa os processos de circulação e apropriação das representações sobre os saberes da educação escolarizada difundidos pela *Revista de Educação do Espírito Santo*, entre os anos de 1934 e 1937. Como referencial teórico baseamos-nos em Chartier (1990) acerca do conceito de representação, em Balandier (1982) em relação ao conceito de encenação de poder instituído que assume visibilidade quando circula na *Revista*, concedendo publicização aos feitos políticos realizados por dado grupo social, e em Julia (2001), junto ao conceito de cultura escolar. A partir desse arcabouço teórico, empreendemos metodologia de pesquisa a partir da análise histórica da fonte, dialogando, para tanto, com diferentes documentos e registros que configuram uma série de dados que constituem nossa fonte. Trata-se da análise das representações travadas no debate sobre a formação, divulgação e apropriação do conjunto de práticas e saberes pedagógicos dirigido aos professores, por parte de um grupo de intelectuais locais que se apresentava como portador do projeto de modernização do Espírito Santo inserido no contexto nacional. A *Revista de Educação/ES* tinha entre seus principais objetivos o de (in)formar os professores, ou seja, enquadrar suas práticas às novas demandas educacionais. Deste modo, a *Revista* esteve atrelada a um projeto educacional em que os intelectuais corroboravam a ampla circulação de um conjunto de representações sobre a modernidade, utilizando a *Revista* como suporte, visto que, desde as capas, são expostos “monumentos de modernização”, como os prédios escolares e todo um complexo arranjo de artefatos simbólicos, traduzidos muitas vezes em festas e rituais escolares que evocavam “um novo tempo para a Educação do Estado”, ou seja, fazendo da educação escolarizada um espetáculo.

Palavras-chave: Revista de Educação do Espírito Santo. Impresses Pedagógicas. Educação Moderna. (In)formação de professores. Educação como Espetáculo.

ABSTRACT

This study analyzes the processes of circulation and understanding of representations about school education knowledge spread by magazine *Revista de Educação do Espírito Santo* between 1934 and 1937. The study was based on Chartier (1990) and his concept of representation; Balandier (1982) and the concept of staging instituted power through the magazine, which displays political actions of a particular group; and Julia (2001) and the concept of school culture. From this theoretical framework, we employed research methodology departing from historical analysis of the source, i.e. different documents and records that make up our data source. It is about analyzing representations that debate training, spreading and understanding the set of pedagogical practices and knowledge addressing teachers by a group of local intellectuals who claimed to hold the project for modernizing the State of Espírito Santo in the Brazilian context. *Revista de Educação/ES* had among its main goals (in)forming teachers, that is, adapting their practice to new educational demands. Thus, the magazine was bound to an educational project in which intellectuals corroborated the widespread of a set of representations about modernity supported by the magazine. This is clear because even the magazine's covers displayed "modernization monuments" such as school buildings and a whole complex array of symbolic artifacts that were often translated into school parties and rituals that evoked "a new era for education in this state", that is, making school education a spectacle.

Keywords: Magazine *Revista de Educação do Espírito Santo*. Pedagogical publications. Modern Education. Teacher (in)formation. Education as a spectacle.

RÉSUMÉ

Cet étude analyse les processus de circulation et d'appropriation des représentations sur les connaissances de l'enseignement à l'école diffusés par la *Revue de l'Éducation du Espírito Santo* entre les années 1934 et 1937. En tant que cadre théorique nous avons compté sur Chartier (1990) par rapport au concept de représentation, sur Balandier (1982) en ce qui concerne le concept de la mise en scène du pouvoir institutionnel qui prend de visibilité dans la *Revue* quand elle fait connaître les exploits politiques effectuées par un groupe social donné, et sur Julia (2001) par rapport au concept de culture à l'école. De ce cadre théorique nous avons obtenu la méthodologie de recherche à partir de l'analyse historique de la source, en dialogant pour cela avec différents documents et dossiers qui composent une série de données qui font notre source. Il s'agit de l'analyse des représentations discutés dans le débat sur la formation, la diffusion et l'appropriation de l'ensemble des pratiques et des connaissances pédagogiques, destinés aux enseignants, par un groupe d'intellectuels locaux qui se présentait comme support du projet de modernisation du Espírito Santo inséré dans le contexte national. La *Revue de l'Education/ES* en avait parmi ses principaux objectifs (in)former des enseignants, à savoir, encadrer leurs pratiques aux nouvelles exigences éducatives. Ainsi, la *Revue* a été liée à un projet éducatif qui les intellectuels corroboraient en large diffusion pour un ensemble de représentations de la modernité en utilisant la *Revue* comme support, vu que, depuis les couvertures, sont exposés "monuments de modernisation", tels les bâtiments scolaires et un arrangement complexe d'objets symboliques traduits à plusieurs reprises en de fêtes et rituels scolaires qui évoquent "une nouvelle ère pour l'éducation de l'Etat", c'est à dire, faire spectacle-l'enseignement-à-l'école.

Mots-clés: Revue de l'Éducation du Espírito Santo. Imprimés Pédagogiques. Éducation Moderne. (In)formation des Enseignants. Éducation comme Spéctacle.

INTRODUÇÃO

A *Revista de Educação do Espírito Santo*¹ foi lançada em abril de 1934, publicada, em Vitória, pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo, e circulou até 1937. Expunha para os leitores, ao longo de seus artigos, as representações de um ideário de educação modernizadora, apresentando saberes sobre a saúde, a higiene, a ginástica, o ensino da língua portuguesa, o ensino do amor à pátria e o esporte. Abordava uma variedade de assuntos relacionados à educação escolarizada, que deveriam atingir todo o público ligado à educação, especialmente os professores. Pensamos que a Revista de Educação/ES estabelecia um princípio de circularidade, pois fazia circular, entre um público específico, as representações de princípios normativos que pretendiam ser orientadores de práticas docentes. Essa compreensão foi-nos possível a partir do estudo de Luca (2011b, p. 24), quando analisa a Revista do Brasil, onde afirma “[...] sobreviver da pena implicava transitar pelo mundo da publicidade”, ou seja, circular entre os leitores.

Identificamos na Revista de Educação/ES um grande empenho, por parte de seus redatores e colaboradores, na utilização de um amplo conjunto de recursos (textuais, tipográficos, imagéticos) e estratégias que se desdobram em direções distintas objetivando essa circularidade. Dentre essas direções, selecionamos especificamente duas: a) a que se volta para a questão da produção da Revista de Educação/ES, cujos interesses estavam ligados a maneiras de assegurar visibilidade aos modelos de ensinar e aos objetivos a serem alcançados pela via educacional, e b) a destinada à modelização das práticas docentes a partir da ação de (in)formar² os professores e o grupo de leitores correspondentes ao universo

¹Para melhor identificar nossa documentação primária impressa, optamos por aplicar a mesma forma de referenciar a *Revista de Educação do Espírito Santo*, ficando, a partir de então, denominada Revista de Educação/ES – ou ainda a mencionaremos, por vezes, apenas como *Revista* – distinguindo-se, quando necessário, pelo ano de publicação e o número do volume correspondente às análises ora empreendidas.

²Ao escrever a palavra informar utilizando o recurso do parêntesis – (in)formar –, pretende-se maior destaque na compreensão do vocábulo em questão, de modo a ressaltar a riqueza polissêmica nele contida, uma vez que permite associar diferentes processos de significação e de compreensão que perpassam este estudo. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra *informação* significa ato ou efeito de informar(se), de obter dados acerca de alguém ou algo, conhecimento, participação, comunicação ou

escolar, ou seja, comunicar-lhes, torná-los cientes das “modernas práticas pedagógicas”, ao passo que disponibilizavam, na Revista de Educação/ES, verdadeiros “manuais de como ensinar”, os quais se prestavam a contribuir ativamente na “formação dos docentes” e a colocá-los em sintonia com os pressupostos técnicos e científicos exigidos. Essas orientações se propunham a enquadrar as práticas docentes em “moldes” predefinidos, de tal maneira que, ao professor leitor da Revista de Educação/ES, bastava dispor do material impresso para adquirir, segundo os anseios expressos pela *Revista*, o “molde”, a “fôrma” de “como fazer”, “enformar” a lida diária do profissional e colocá-lo em ativo exercício, de acordo com as prerrogativas anunciadas, de indicar os elementos fundamentais na constituição pretendida para qualificar o “bom professor”.

Diante de tamanha variedade de registros publicados pela Revista de Educação/ES, tornou-se imperativa a exigência de cuidados referentes ao procedimento coerente da análise da documentação, respeitando-se a tradição historiográfica quanto ao exame do passado e suas fontes. A partir dessa perspectiva, aplicamos uma categorização interna à Revista de Educação/ES no intuito de mediar às devidas leituras interpretativas, ou seja, os modos específicos de investigação que cada um desses registros exige (fotos, textos, discursos, relatórios).

Dispomos para esta pesquisa de um conjunto que integra 25 volumes publicados, caracterizando a série de *Revistas* que constitui nossa investigação. A série que compõe nosso acervo da Revista de Educação/ES está formada pelos seguintes exemplares: do ano de 1934, dispomos dos números 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11; do ano de 1935, ano II da Revista de Educação/ES, conseguimos os números 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19; do ano III de sua publicação, 1936, temos os números 22, 25, 26, 27, 28; do ano IV, 1937, obtivemos os números 29, 30, 31.

Contamos também com um único exemplar da Revista de Educação/ES do ano de 1956, que exhibe em sua capa a edição de número 1. Trata-se, segundo

notícia trazida ao conhecimento de uma pessoa ou do público. Já o termo *formação* assume o significado de ato, efeito ou modo de formar, sendo constituição, caráter, maneira por que se constitui uma mentalidade, um caráter ou um conhecimento profissional. Dessa forma, o estudo que ora se apresenta fundamentou-se em esforço de pesquisa para compreender as maneiras pelas quais as *informações* eram postas em circulação e tinham como finalidade primeira a *formação* de seus leitores, no momento em que eram por eles apropriadas, tornando-se, ao mesmo tempo, um “molde”, um modelo a ser seguido, ou seja, “moldando” suas práticas.

nossa apreciação, de outro momento da história do impresso, em que a *Revista* parece ter sido relançada. Quanto a esse encarte específico, não faremos considerações, por se tratar de contexto completamente distinto daquele evocado entre os anos compreendidos na década de 1930.

No que concerne à localização dos encartes da Revista de Educação/ES, importa indicar os espaços utilizados para a investigação e o levantamento da bibliografia primária da *Revista*: Arquivo Público do Espírito Santo, Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Municipal de Vitória, Arquivo da Imprensa Capixaba, Bibliotecas integradas a sistemas de busca, como USP, UNICAMP, UFRJ, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (busca eletrônica) e acervo do Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (LAGEBES). Neste último, especialmente, tivemos a grata satisfação de contar com o grande apoio e disponibilidade da professora doutora Cleonara Maria Schwartz, que não mediu esforços para que lançássemos mão de materiais já catalogados.

Ainda sobre a localização da documentação primária impressa, queremos registrar também a dificuldade de se encontrarem todos os números publicados, o que, aliás, reforça a tese amplamente abordada pelos pesquisadores da história do Espírito Santo, que caracterizam bem a grande dificuldade em relação à catalogação e à coleta de fontes primárias enfrentada no Estado pelos estudiosos e pesquisadores que desejam conhecer um pouco mais sobre a história local³ e têm pela frente a árdua tarefa do levantamento das fontes, como afirma Hees (2004, p. 8):

Fontes primárias de arquivos públicos, arquivos eclesiásticos e de empresas, cartórios nem sempre se encontram em condições de serem lidas e manuseadas. Além do mais, muitas destas fontes já se perderam, destruídas pelo tempo, por incêndios, como os ocorridos no arquivo do Porto de Vitória, e, sobretudo, pelo descaso de autoridades, não conscientes do seu valor para a preservação da história. No que diz respeito às fontes bibliográficas, não são menores as dificuldades: edições esgotadas, acervos mal catalogados e carência de títulos são problemas a serem enfrentados.

³ Para efeito de nossa pesquisa, optamos pela expressão “local”, de acordo com Circe (2009) e Neves (1997).

Contudo, o fato de não dispormos de todos os volumes publicados da Revista de Educação/ES não torna esta pesquisa inviável, como nos alerta Luca (2011, p. 141-142b) a esse respeito:

Nem sempre os exemplares estão organizados ou microfilmados à espera do pesquisador. Podemos enfrentar situações longe da ideal, com exemplares em péssimo estado de conservação. Outro problema é a obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares.

A autora prossegue em sua análise afirmando que, uma vez constituída uma série, ou seja, a catalogação de um conjunto de exemplares do mesmo impresso, o trabalho de investigação histórica se torna viável, mediante aplicação dos procedimentos metodológicos, tais como o levantamento e cruzamento dos dados catalogados, a contextualização macro e micro da série a ser investigada, a identificação dos sujeitos envolvidos e os embates que perpassam as ações que se deseja investigar, entre outras.

Dessa maneira, fazer pesquisas por meio de impressos exige trabalho argucioso, mas viável, especialmente quando se trata de investigações em que condições materiais e técnicas são em si dotadas de historicidade e se encaixam em contextos socioculturais específicos, uma vez que a revista não se constitui em um objeto isolado. Em outros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa essencial na pesquisa com fontes periódicas, como no caso desta investigação.

Sobre essa afirmação repousa também uma interpretação de caráter historiográfico que corresponde ao trabalho de pesquisa com fontes provenientes do aparelho midiático e da circulação da imprensa como campo de discussão temática. Nesses trabalhos, para que uma compreensão melhor do impresso seja de fato realizada, devem-se ampliar as redes de diálogos com outras produções que circularam no mesmo período, tentando captar contextos de constituição do impresso, correlação de posturas políticas, pareceres oficiais, posições de dissensos e consensos que estão engendrados nos encartes que circularam num dado momento. Esse movimento investigativo é sugerido por Gomes (1996, p. 11) que, ao trabalhar com a revista *Cultura Política*, alerta também sobre a importância

fundamental em cotejar outras produções do mesmo período, circunscritas a aspectos semelhantes, para entrecruzar dados de um contexto histórico comum.

Partindo dessa premissa, empreendemos em nossa fonte primária impressa, a Revista de Educação/ES, um intenso diálogo com dois estudos que se desenvolveram em torno de periódicos pedagógicos distintos, produzidos sob os auspícios do mesmo contexto histórico, e assumiram uma fundamentação teórico-metodológica semelhante à adotada por nós. Trata-se do estudo empreendido por Tania Regina de Luca sobre a *Revista do Brasil*, e de outro, realizado por Maurilane de Souza Biccás, sobre a *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Essas investigações figuram para nós como contribuições que permitem, entre outras coisas, ampliar os debates assumidos a respeito da educação escolarizada no estado do Espírito Santo para outros estados brasileiros e outros grupos de intelectuais, ao mesmo tempo em que cumprem o caráter metodológico posto anteriormente para os debates em torno da História da Educação, partindo das análises provenientes dos impressos pedagógicos.

Nesse contexto, a Revista de Educação/ES assume, segundo nossa hipótese, uma estratégia, adotada por um grupo de intelectuais, de assegurar sua veiculação como meio de dar visibilidade aos saberes considerados imprescindíveis à formação das práticas escolares. Desta forma, pensamos que a lógica adotada ao colocar a *Revista* em circulação e funcionamento é a da inculcação de “bons moldes” e a da exemplaridade de modelos. Ou seja, a partir das representações de modelos e práticas sugeridos pela *Revista*, que aparecem descritos como “verdadeiras fôrmas” sobre como “ser professor”, como organizar uma aula seguindo os padrões de “excelência”, os docentes teriam em mãos condições suficientes de conhecer (in)formações sobre “de que modo” procederiam em suas práticas para serem “exemplos” de professores.

Nesse movimento, as representações sobre os saberes pedagógicos que circulavam nas páginas da Revista de Educação/ES podem ser entendidas como dispositivo de conformação das práticas pedagógicas, uma vez que revelam a maneira como determinados recursos incorporados à Revista de Educação/ES, por parte dos editores e de seus colaboradores (grupo aqui identificado como os intelectuais), se fizeram circular e assumiram relevância no cenário educacional do

Estado, como por exemplo, a presença de um grupo permanente de sujeitos que publicavam na *Revista*, a ordenação das seções que constituíam o interior da *Revista*, que por vezes empreendia destaque e publicização a certas ações empreendidas pelo governo do estado, e ainda, a maneira como apresentavam as sugestões de aulas e modelos de ensino aos professores leitores.

Mediante esse material histórico, coube-nos, então, no decorrer deste estudo, analisar também o modo como os intelectuais do período compreendiam e projetavam a educação escolarizada. Eles escreviam e se inscreviam na *Revista de Educação/ES* e/ou a colocavam em circulação, criavam ou faziam circular as representações sobre saberes e modelos pedagógicos que deveriam ser traduzidos em práticas escolares cotidianas, identificados como “maneiras de ensinar”.

Nossas proposições investigativas acerca de como nos posicionar diante das representações, das circulações e das apropriações do objeto descrito estão baseadas nos pressupostos teóricos de Roger Chartier (1990, 1991, 2002, 2009). Para o autor, devem-se perceber que os textos afetam o leitor de maneira variada, que os documentos que descrevem o passado não são textos inocentes e transparentes, pois foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias. Segundo os pressupostos de Chartier, todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo. Sendo assim, são práticas culturais.

Fundamentando-nos a partir dos pressupostos teóricos de Roger Chartier, compreendemos a *Revista de Educação/ES* como um suporte material e veículo de circulação das representações de saberes pedagógicos dirigidos à comunidade de leitores, aqui identificados como sendo os professores, a partir das publicações veiculadas pela *Revista*. Na constituição da *Revista* estava presente um grupo de professores que ocupavam cargos de destaque na educação estadual e publicavam seus artigos, relatos, pareceres sobre a educação do estado. Esse grupo pode ser compreendido também, como sendo agente de difusão das premissas da modernidade consideradas essenciais para a formação da nação brasileira.

Nesse sentido, a *Revista* revela estratégias – maneiras e modos – com as quais se pretendia assegurar um “modelo de ensinar”, além de proporcionar

visibilidade àqueles que publicavam e a quem compreendemos como difusores de representações sobre o ensino, a escola e a educação no Estado naquele período. A *Revista* foi suporte para a circulação de ideias e modelos que continham temáticas relacionadas com o corpo e com as possibilidades de sua educação e normatização, cujas perspectivas são enfatizadas, e funcionava como uma “maquinaria de governo da infância” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992).

Desse modo, segundo nosso entendimento, a Revista de Educação/ES pode contribuir significativamente para melhor compreensão acerca das representações sobre os saberes pedagógicos que circulavam no estado na década de 1930, cujo momento histórico foi marcado, segundo Cunha (2001, p. 34), pelo espírito de modernização, sinônimo de mudança urgente, única via capaz de colocar o país em pé de igualdade com as nações mais prósperas do mundo ocidental, fato que tem chamado a atenção de diversos historiadores.

Consideramos, ainda, em nosso exame, a inserção de cada um desses registros no contexto do Estado Novo Vargasista, característica que, por si só, exige cuidados em torno da investigação documental produzida nesse período, como nos alertam Bauer e Gertz (2012, p. 173-193), por se tratar de um momento histórico político centralizador e autoritário, que contou com uma eficiente aparelhagem de burocratização dos documentos da época.

No que diz respeito aos pressupostos teóricos com os quais dialogamos para a interpretação da educação como cena de modernidade utilizada pelo governo do estado, estes são provenientes dos estudos de Balandier (1982, p. 10), cuja compreensão por ele adotada gira em torno do conceito de encenação de poder. Segundo este autor, o poder político instituído em qualquer período da história utiliza diferentes formas e representações de exibição e presença, e estas formas e representações se articulam de diferentes maneiras até assumirem visibilidade.

Para efeito de nossa pesquisa, trata-se de identificar e interpretar as representações em torno da educação escolarizada como sendo também dispositivos que se apresentavam sob a forma de exaltação do poder governamental, cujo empenho pretendia tornar público uma série de

empreendimentos apresentados como ações governamentais em prol do progresso educativo do estado, utilizando para isso a *Revista* como vitrine.

Desse modo, existem nas páginas da *Revista*, segundo nossa análise, representações sobre os saberes pedagógicos que pretendiam modelar as práticas docentes, e representações atreladas à divulgação das práticas governamentais sobre a educação modernizante, que são assinaladas a partir do interventor do estado, João Punaro Bley.

Sob essa perspectiva, a *Revista* possibilitava a (in)formação docente, ao se apresentar como possibilidade de formação docente e inculcação de práticas e saberes pedagógicos, ao mesmo tempo em que era também vitrine de anúncio de fatos e medidas realizadas pelo poder político central, o que, por seu turno, possibilitou o registro e a circulação de saberes pedagógicos e práticas docentes que marcaram o contexto da história da educação no estado e no país.

Entretanto, a importância da *Revista* para a circulação dos saberes pedagógicos no Espírito Santo e sua relação com esse contexto ainda carecem de um exame que perpassasse os arranjos de circulação e apropriação sob o empenho dos intelectuais, residindo aí nosso esforço investigativo.

Todo esse estudo acerca das representações sobre os saberes pedagógicos que circularam na *Revista de Educação/ES* marcou nossa jornada acadêmica atrelada ao Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Assim, na medida em que seguíamos o curso, foi possível trilharmos os diferentes caminhos e proposições que engendram o campo da educação, de modo que, ao longo das aulas, dos encontros de orientação e dos eventos de que participamos, nos foi proporcionada fundamentação acerca dos meandros da pesquisa em história da educação.

Nas disciplinas ministradas pela professora doutora Juçara Luzias Leite ao longo do curso, tivemos a oportunidade de melhor compreender as articulações teóricas e metodológicas que perpassam nosso campo de investigação. Assim, a disciplina *História e Educação: possibilidades investigativas* forneceu instrumentos de estudos que nos possibilitaram diálogo proposto por estes campos de saberes e

práticas investigativas, o que nos permitiu aprimorar nossas questões metodológicas aplicadas aos estudos da história da educação.

Na disciplina *Cultura Escolar e História da Educação*, também ministrada pela professora Juçara Leite, tivemos a oportunidade de debater sobre a historicidade e o conceito de cultura escolar que marcam as novas proposições de investigação para a história da educação. Nas aulas do seminário intitulado *Chartier e a leitura do tempo*, foi-nos possível o estudo sobre diferentes vertentes que se cruzam na obra de Chartier, o que nos permitiu a compreensão acerca de nosso instrumento teórico e da leitura histórica de nossa fonte. E, no seminário *Impresso, intelectuais e educação*, as proposições apresentadas a partir da professora Juçara nos possibilitaram melhor compreensão acerca da história dos impressos pedagógicos como fonte, atrelados aos pressupostos advindos das pesquisas em história da educação, bem como nos possibilitou também uma articulação com os sujeitos que perpassam nossa fonte investigativa, a Revista de Educação/ES.

A disciplina intitulada *A Contribuição de Roger Chartier e Michel de Certeau à Pesquisa em Educação*, ministrada pela professora doutora Cleonara Maria Schwartz, nos oportunizou melhor compreensão sobre os pressupostos investigativos propostos por estes dois pesquisadores franceses. Em nossa pesquisa, entre as contribuições advindas desses encontros, destacamos especialmente os estudos que se articularam com as proposições de pesquisa com nossa fonte, a Revista de Educação/ES, em que dialogamos com as diferentes representações e estratégias adotadas por um determinado grupo, os editores em especial, na compreensão dos arranjos que foram engendrados no impresso em questão para anunciar a modernidade educacional proposta como símbolo de progresso para o estado.

Na disciplina *História da Educação*, ministrada pela professora doutora Regina Helena Silva Simões, empreendemos leituras e debates acerca do campo de investigação em História da Educação, o que nos permitiu conhecer nossa linha de pesquisa e os meandros que constituem os aspectos de fundamentação histórica que marcam a educação.

Para além das disciplinas que cursamos, contamos também com a contribuição proveniente da participação em eventos no campo investigativo da educação, o que nos proporcionou aproximação e diálogo com outros pesquisadores e outros centros de investigação brasileiros. Nesse sentido, destacamos o *IX Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História*, realizado em abril de 2011 na universidade Federal de Santa Catarina, onde contamos com a apresentação de uma comunicação individual intitulada: “A revista pedagógica do estado do Espírito Santo e os processos de produção e apropriação dos saberes pedagógicos na primeira metade do século XX a partir da categorização de culturas escolares”; e o *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, ocorrido em maio de 2011 nessa universidade, quando apresentamos uma comunicação individual intitulada: “Impressos e saberes pedagógicos: as apropriações no início do século XX no Espírito Santo”.

Também contamos com os encontros junto a nossa orientadora, ocasiões que nos possibilitaram problematizar nosso estudo e compreender os rumos de nossa pesquisa, bem como proceder à ação investigativa junto às fontes, entrecruzar as informações catalogadas, estabelecer nossas categorias de pesquisa, enfim, vivenciarmos os percursos e percalços que marcam a pesquisa acadêmica.

Não podemos nos esquecer dos encontros e diálogos estabelecidos entre o nosso grupo de pesquisa, encontros mediados pelas proposições de Regina Bite, sobre memória e museu escolar, de Adalgisa, sobre o cinema educativo nos anos de 1920, os registros de experiências das professoras capixabas, apontados por Karla, bem como as proposições curriculares sobre o ensino de história tecidas por Aldaíres. A este grupo, somam-se outros sujeitos que foram ocupando os espaços e contribuindo, cada um com sua especificidade, na constituição dos nossos espaços mediatizados pela pesquisa histórica e conduzidos pela professora Juçara Leite.

No que diz respeito à estrutura textual da pesquisa, esclarecemos que, além da Introdução, optamos por dividir o presente texto em três capítulos que contribuem reciprocamente na compreensão dos vieses selecionados para conceder forma à trama de pressupostos aqui inquiridos, a saber: a) as representações sobre a educação escolarizada no estado do Espírito Santo, entre os anos de 1930 e 1937; b) as formas de circulação dessas representações, que asseguravam visibilidade a

um determinado grupo, aqui identificado como de intelectuais, o que tornava a *Revista* numa espécie de vitrine de suporte para a cena educacional do estado; c) os dispositivos de (in)formação que foram publicados na *Revista* e ganharam aspectos de “modelos” ou “fôrmas” que deveriam vigorar na maneira como os docentes empreendiam seu trabalho em aula.

Desse modo, o primeiro capítulo, intitulado “Educação, Impresses e Cultura Escolar”, corresponde à apresentação dos conceitos de representação, circulação e encenação sobre educação, tendo como orientação os pressupostos advindos da cultura escolar que, por sua vez, corroboram as interpretações historiográficas da História Cultural e da História Política. Assim, este capítulo retrata as análises teóricas e metodológicas, bem como as definições das categorias seguidas em nossa pesquisa, além do debate historiográfico em torno da temática escolhida, e da revisão bibliográfica, momento em que estabelecemos diálogos com diferentes impressos que circularam no estado e no país durante os anos de 1934 a 1937, período correspondente à circulação da *Revista de Educação/ES*.

O segundo capítulo, intitulado “Um Modelo Pedagógico para Higienizar, Moralizar e Modernizar a Nação pela Educação”, centrou-se na identificação e compreensão das representações manifestas na *Revista de Educação/ES* que tomaram forma a partir das orientações sobre as práticas escolares. Dito de outra forma, podemos observar o exercício das práticas cotidianas e a forma como os sujeitos asseguravam visibilidade e aplicavam os modelos de educação vulgarizados pelo impresso em sua lida diária. Nessa articulação entre práticas e representações, os sujeitos da pesquisa são apresentados a partir do conceito de intelectuais da educação capixaba, tendo em vista que os editores e os autores que publicaram na *Revista* eram também, em sua maioria, professores.

Esse grupo, por nós identificados como intelectuais, afirmaram-se como os representantes da educação. Nesse sentido, pensar a confluência entre intelectuais e educação resultou no amálgama desta fase da pesquisa, tendo em vista que os embates travados em torno das representações assumidas pela *Revista de Educação/ES* podem ser entendidos como territórios de dissenso e consenso, pois, ao mesmo tempo em que evocam e conclamam modelos e práticas de conduta para a educação, silenciam outros. Nesse momento, tecemos algumas considerações

especificamente dirigidas à produção de Claudionor Ribeiro, face à sua projeção como intelectual atuante na *Revista*.

O terceiro capítulo intitula-se A “Revista” como espaço de circulação de representações e sua materialidade e tem como foco abarcar a ideia da *Revista* como vitrine, segundo os pressupostos advindos dos estudos de Balandier (1982, p. 12). Para efeito de nossa pesquisa, partimos mais especificamente do aspecto que considera a *Revista* como vitrine correspondendo aos interesses do poder oficial do estado, dos intelectuais e dos modelos pensados para a educação, que asseguravam visibilidade e publicização de seus feitos nas páginas da Revista de Educação/ES. Nesse sentido, articulamos os pressupostos que constituíam a materialidade deste impresso junto aos dispositivos de (in)formação docente presentes nos artigos publicados na *Revista*.

Nesse último capítulo de nossa pesquisa dialogamos com os aspectos que constituem a materialidade da *Revista*, a partir das representações que perpassam suas capas, fotografias e imagens. Dessa forma, identificamos os dispositivos de visibilidade presentes na *Revista*, entendendo-os como parte de um espetáculo escolar, uma vez que o princípio que assegurava sua circulação estava fundamentado na modelação das práticas docentes, na divulgação de saberes pedagógicos entendidos como modernos e na divulgação dos feitos conduzidos pelo poder estatal.

Por fim, seguimos para as considerações finais, nas quais assinalamos as proposições que a pesquisa nos oportunizou tecer a partir das escolhas e leituras que realizamos sobre nossa fonte.

Nesse sentido, a exposição inicial de nossa pesquisa teve como propósito a apresentação de maneira geral dos diferentes meandros que a constituiu, considerando desde as balizas teóricas e metodológicas com as quais dialogamos, bem como os teóricos com os quais fundamentamos nossas interpretações, até os indicativos e as proposições percorridos ao longo de nosso estudo, especialmente no que diz respeito ao debate sobre as representações acerca da modernização do ensino e das práticas docentes, algo que se colocou de forma permanente ao longo

das páginas da Revista de Educação/ES e que se fez presente por toda nossa exposição.

CAPÍTULO I
A EDUCAÇÃO, O IMPRESSO E A CULTURA ESCOLAR

Os enfoques apresentados neste capítulo se articulam em torno da investigação realizada sobre a educação escolarizada que marcou o Espírito Santo no período histórico da década de 1930, momento em que a Revista de Educação/ES circulou. Para compreendermos esse contexto, empreendemos um diálogo que apresenta inicialmente as questões pertinentes ao campo de investigação no qual se inscreve a pesquisa com impressos.

Em seguida apresentamos, neste mesmo capítulo, o debate bibliográfico que se organizou em diferentes perspectivas de análises em torno de nossa fonte. De início, essas análises se estabeleceram em torno de um grupo de bibliografia formado pelos estudos e pesquisas sobre os impressos pedagógicos. Nesse momento, o diálogo se desenvolveu em torno da identificação dos possíveis usos que os impressos podem assumir dentro da investigação da história da educação. Nessa ocasião exploramos os estudos que apresentam o debate sobre os impressos pedagógicos que circularam no Brasil.

Nesse sentido, nos importou conhecer o campo do debate sobre os impressos, saber a partir de quais proposições se estabeleceram os eixos de investigação e quais contribuições essas investigações deram para nossa própria pesquisa. Além do mais, a leitura dessa bibliografia, nos permitiu definir nossas categorias de análises, sobretudo aquelas relacionadas à formação docente sob os paradigmas da modernidade escolar.

Em seguida, examinamos outro conjunto de estudos composto pelas pesquisas que utilizaram a Revista de Educação/ES como parte de sua investigação. Essa etapa nos possibilitou conhecer o contexto histórico do estado, bem como, oportunizou melhor compreensão sobre as perspectivas de exploração investigativa proposta na e pela *Revista*.

Como última composição deste capítulo, apresentamos uma série de revistas pedagógicas que foram contemporâneas à Revista de Educação/ES. Nosso objetivo, nesse momento da pesquisa foi o de compreendermos as interlocuções e proposições sobre educação que circulavam na época e como algumas características se apresentam de forma similar nesses impressos.

Ao longo da exposição dessas leituras, pudemos assinalar as particularidades que marcam nossa pesquisa, bem como compreender essas documentações como parte de registros escritos, que nos contam de representações travadas em torno da virada educacional que pretendia estabelecer a chamada pedagogia moderna.

Assim, assinalamos neste capítulo as questões pertinentes ao campo de investigação sobre a formação docente e a circulação dos saberes escolares na Revista de Educação/ES, relacionados especificamente aos pressupostos teóricos e metodológicos e à revisão bibliográfica que se constitui como parte de nossa pesquisa.

1.1. Representação, Circulação e Apropriação nas Pesquisas com os Impressos

Investigar as representações sobre o saber da educação escolarizada que circulou de diferentes modos, em diferentes épocas e sobre os mais variados suportes, permite-nos, conforme Luca (2011, p. 121), compreender melhor a própria constituição da História da Educação no Brasil.

Nesse âmbito, representação, circulação e apropriação sobre os saberes da educação escolarizada, tendo os intelectuais como os sujeitos e o impresso como o suporte, tornaram-se os eixos norteadores das análises que transpassam as investigações de nossas fontes, caminhando lado a lado com a documentação, especialmente a Revista de Educação/ES, e os pressupostos metodológicos. Partimos, contudo, do pressuposto de que todos esses atributos foram dados a ler e existiram para suas comunidades interpretativas sob a forma de leitura, o que configura para Chartier (1991, p. 181) como um dado significativo da pesquisa, uma vez que:

A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção (sic); é pôr em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores.

Essa reflexão importa para nossa pesquisa na medida em que as representações sobre os saberes da educação escolarizada foram postas em circulação a partir de conjunto de estratégias diversas que eram divulgadas no impresso.

E, para as análises acerca do conceito de representação, nos propusemos a seguir os pressupostos interpretativos de Chartier (1990, p. 17), quando afirma que as representações:

(...) são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjaram. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Trabalhar a partir das configurações escritas presentes no material escrito da *Revista* nos reportou irremediavelmente ao conceito de representação proposto por Chartier (1991), quando examinamos a maneira como os editores e os professores que publicavam na *Revista de Educação/ES* organizaram e produziram os textos que colocaram em circulação. Uma vez que é pelas representações que os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo, a construção das representações do mundo social ocorre por:

[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real, variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e os espaços são decifrados (CHARTIER, 1990, p. 18).

As representações “[...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...]” (CHARTIER, 1990, p. 18), portanto é necessário, segundo o autor, relacionar os “[...] discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As representações encontram-se num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação [...]”, tendo em vista que as

percepções do social produzem estratégias e práticas “[...] que tendem a impor autoridade aos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas [...]”.

Mediante essa compreensão acerca das representações e buscando identificar e interpretar, sob a luz do nosso contexto histórico, uma série de mecanismos capazes de evocar as representações sobre saberes e práticas educacionais escolarizadas escritas na Revista de Educação/ES, empreendemos leitura pormenorizada da configuração interna da *Revista*, o que nos possibilitou conhecer e categorizar as representações com as quais empreendemos nossa investigação.

São diferentes tipos de representações que perpassam os textos editados na *Revista*, dentre os quais destacamos: os textos oficiais, como os discursos sobre educação pronunciados pelo então Interventor do Estado, João Punaro Bley; os atos oficiais da Secretaria do Interior; as tabelas com estatísticas oficiais sobre número de escolas, alunos, matrículas, professores; os relatórios de inspetores técnicos de ensino; as argumentações de especialistas referidas à educação; as cartas e circulares sobre proposições de políticas educacionais; as notas e comunicados sobre congressos regionais e nacionais; as notificações de trocas de correspondências entre gabinetes de intelectuais, como por exemplo, a nota de agradecimento e o registro de correspondências entre os editores da Revista de Educação/ES e o comitê internacional norte-americano de intelectuais, além de fotografias, textos produzidos por professores e professoras da rede de ensino do estado e do Brasil, e os textos de cunho teórico produzidos em faculdades do Brasil.

Essa variada produção que circulou na Revista de Educação/ES exigiu-nos uma categorização dos assuntos publicados nos encartes, a fim de melhor identificarmos as representações sobre os saberes e o ensino escolarizado, as formas de circulação desses saberes e as possíveis apropriações que foram realizadas a partir das publicações no impresso por parte dos professores.

Assim, consideramos as representações sobre a educação modernizadora na educação, contidas nas capas das revistas, como dispositivos que apresentavam os princípios modernizantes para o ensino que se pretendia exercer. Também

cotejamos as publicações dos especialistas e do poder oficial, o que nos possibilitou identificar as articulações assumidas pela *Revista* em torno da construção do ideal educacional para o estado, tendo como referência as falas e experiências dos intelectuais e especialistas.

Para efeito de nossa pesquisa especificamente, as proposições assinaladas por Chartier (1991, p. 181) sobre representações e apropriações a partir da escrita nos orientaram sobre a importância de considerar as práticas de leituras e interpretações das representações que circularam na *Revista*, a partir de dispositivos específicos de identificação com os leitores e de inculcações de práticas docentes que se pretendiam estabelecer a partir da publicação veiculada na *Revista*.

Assim, interpretamos as representações sobre os saberes pedagógicos e as práticas docentes inscritas na *Revista de Educação/ES* como sendo parte de um jogo de representações que se estabelecia em seu interior, uma vez que os textos ali publicados impunham-se como algo legítimo, endereçados aos professores e como pretensa solução para a formação escolar da nação. Ao mesmo tempo, possibilitavam a inscrição de dado grupo de intelectuais na missão educacional.

Foi então, a partir da leitura das representações inscritas na *Revista de Educação/ES*, que identificamos os dispositivos materiais e formais (número de impressão, regularidade das publicações, filiação dos textos a seus autores, público alvo, edições especiais, entre outros), com as possíveis maneiras que estes textos foram dados a ler ou foram apropriados.

Sobre a apropriação do escrito, consideramos igualmente os pressupostos apresentados por Chartier (1991, p. 180), ao afirmar que “a apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. Ainda, segundo o autor, são de importância decisiva as formas dadas à representação e à difusão do escrito, alertando-nos para o fato de que a investigação acerca das apropriações do escrito é passível às interpretações.

Em se tratando de nossa pesquisa, consideramos então, a partir dessa proposição, que são necessárias formas de leitura, entendidas como sendo instrumentos que auxiliam no descortinar dos sentidos que estão presentes e

constituem as representações sobre os saberes escolarizados presentes na *Revista*, permitindo-nos especificar a maneira como essas mesmas representações foram incorporadas à prática dos professores.

Assim, compreendemos a materialidade da *Revista*, segundo as proposições de Chartier (2001, p. 30) a partir da seguinte consideração:

[...] geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas de oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta, etc. todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido [...].

Diante da citação, e segundo as prerrogativas propostas para nossa pesquisa, consideramos a materialidade da *Revista* como a forma em que se organiza um texto para orientar sua leitura, apreensão e compreensão, e, dessa forma, seu sentido e suas significações são produzidos. Estudar por essa perspectiva as representações que circularam nos anos de 1930 acerca dos saberes pedagógicos veiculados na *Revista de Educação/ES* permite-nos compreender, entre outras questões, o modo como as representações inscritas nos textos e produzidas pelos indivíduos, fixavam-se pluralmente na produção de seu tempo: por se inscreverem na história; por prescreverem práticas normativas aos saberes dos professores; e por constituírem um espaço (in)formativo desses professores, tornando-se assim, objetos de leitura e apropriação de prescrições normatizadoras.

Para empreendermos tal análise, partimos das propostas sugeridas por Carvalho (2001), quando apresenta a análise do impresso de uso escolar e sua correlação com a formação de professores. Nesse aspecto, a autora nos adverte para uma dupla ação: de um lado, situarmos os conceitos pedagógicos que presidiram a produção e distribuição do impresso em questão e, do outro, considerarmos que o impresso pode ganhar vida autônoma, abrindo um hiato entre os usos prescritos e os usos efetivos.

Nesse sentido, Carvalho (op. cit., p. 137) considera que é necessário atentar-se para as pedagogias como sistemas de regras que regulam os processos de produção, difusão e apropriação dos saberes veiculados, assim como relevar

também regras culturalmente enraizadas nos conceitos pedagógicos que configuram situações e modalidades de apropriação:

As regras, inscritas nos sistemas de pedagogia que regulam as práticas de representação das práticas escolares e sua normatização, regulam, também, a pluralidade dos dispositivos materiais de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos. Assim, na materialidade do impresso posto em circulação, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído (CARVALHO, 2001, p. 138).

A tendência que a pesquisa histórica em educação segue ao analisar impressos pedagógicos para compreender lutas de representações e estratégias impressas modelares das práticas escolares resulta da reconfiguração do campo que, segundo Carvalho (1998b), articula investigações que enfatizam a materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos, o que produz novas maneiras de olhar e interrogar as fontes disponíveis. Assim, novas considerações permeiam as instituições educacionais, de modo que:

A escola passa a ser concebida como produto histórico da interação entre dispositivos de normatização pedagógica e práticas dos agentes que se apropriam deles. Com os conceitos de *forma* e *cultura* escolares, são postas em foco as *práticas* constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar, de transmissão cultural. Mas também são focalizados, a partir desses conceitos, os dispositivos que normatizam tais práticas: dispositivos de organização do tempo e do espaço escolar; dispositivos de normatização dos saberes a ensinar e a inculcar (CARVALHO, 1998a, p. 33, grifo do autor).

A análise da Revista de Educação/ES nesse caso possibilita-nos conhecer os aspectos das lutas de representações, sejam elas políticas, sociais ou culturais, os seus sentidos e os seus significados, bem como as normas e as práticas escolares que construíram o sistema educacional proposto para a época.

O percurso metodológico permite-nos observar a linha editorial da Revista de Educação/ES, seus dispositivos de visualização assegurados pela inserção no universo cultural da época em que circulou, e, ao mesmo tempo, aspectos relacionados ao público a quem pretendia destinar-se, neste caso especificamente, os professores. De modo que estas análises em conjunto fazem aproximar o pesquisador do objeto no seu próprio lugar de circulação, dimensionando sua singularidade.

Pensar, portanto, os impressos periódicos pedagógicos sob a perspectiva de dispositivos de circulação e apropriação coloca esta pesquisa em consonância com as investigações realizadas por Marta Maria Chagas de Carvalho (1989, 1998a, 2005a, 2006), em relação ao trato com a história material da circulação do impresso e de suas apropriações. Para essa autora (2005a, p. 53), os “[...] impressos devem ser analisados partindo do princípio que concediam visibilidade a um conjunto de dispositivos”. Esses dispositivos são organizados, segundo Carvalho, como sendo uma “[...] maquinaria de institucionalização do ensino”.

Os impressos funcionavam como sendo vários instrumentos pedagógicos ao mesmo tempo, pois nas suas páginas estão dispostos desde os informes sobre a educação escolarizada do país até publicações de artigos internacionais com novos modelos e sugestões de educação e prescrições de aulas sob a forma de modelos, além das ilustrações das capas e das fotos que apresentavam os avanços arquitetônicos e higienistas pelos quais passavam os modernos prédios escolares da época.

Observar os dispositivos que colocaram em circulação todo um conjunto de representações em torno dos saberes pedagógicos e das práticas de formação docente e percebê-los engendrados na Revista de Educação/ES figurou para nós como questão fundamental na busca pela compreensão dos contextos macros que insurgem em torno dos dispositivos de visualização, divulgação e circulação empreendidos sobre as representações.

O processo de circulação em destaque neste estudo foi referente às práticas de propaganda que se desenvolveram em torno das ideias e representações da modernização do ensino e das estratégias adotadas na Revista de Educação/ES para a (in)formação dos professores.

Para essa interpretação consideramos as proposições de Carvalho (2007, p. 277), em se tratando do processo mundial de difusão dos ideais de modernização da educação no período entre guerras, entendido pela autora como movimento de propaganda das novas ideias pedagógicas que ganham especificidade pacifista, por apostar em uma nova educação na formação do homem e na construção de uma

nova sociedade e que, por isso, implicava um forte investimento no trabalho de propaganda e difusão internacional das ideias que defendiam.

Assim, os princípios de circulação presentes na Revista de Educação/ES estavam assentados sobre os esforços de propagar ideias, promover aproximações, difundir iniciativas, ganhar novos adeptos, fortalecer o movimento pela modernização do ensino e formar os professores. Para que tal empreendimento fosse de fato realizado, a propagação das ideias se transformaram em imagens, símbolos e fatos que ganhavam visibilidade na tônica apresentada pela *Revista*.

Nesse contexto, a Revista de Educação/ES figura como um “objeto cultural” por se tratar de um “produto” criado por práticas sociais determinadas. Assim, ao assumir as características de um veículo de circulação das representações dos saberes e práticas da educação escolarizada, acaba concedendo materialidade à circulação de dispositivos de modelização de práticas.

Compreendemos, então, que são diferentes mãos que interferem nas maneiras como diferentes matérias assumem a forma de texto, pois autores não produzem livros, produzem textos, os quais, por vezes, contam com a contribuição e interferência de impressor, tipógrafo, capista, editores, cujas decisões fornecem, ao fim de um processo, um arranjo final para a composição do material escrito, como assegura Chartier (2009, p. 78) em suas análises acerca do estudo com os objetos impressos.

Não se trata, nesse sentido, de simples esquema sobre circulação e apropriação, como nos alerta Chartier (op. cit., p. 32): ler ou entender um texto implica antes conhecer o programa que o imprime ou o converte e, para que isso ocorra, são necessários procedimentos e técnicas que o autor chama de protocolos de leituras e protocolos de escrita.

Para tanto, devem-se considerar os artifícios ou elaborações que constituem e integram a tessitura daquilo que se lê, ou seja, uma série de atributos que não está necessariamente inscrito na escrita do texto, mas são, de alguma forma, elementos integrantes na maneira como a leitura e escrita são processadas.

Na interação entre escrita, leitura, prática e representação sobre saberes pedagógicos que circularam em impressos nos anos de 1930 destinados ao âmbito da educação escolarizada com o objetivo de (in)formar professores e ao mesmo tempo formar um campo de debates sobre o saber que deveria ser entendido como legítimo, por isso oficial, nos reportamos aos pressupostos teóricos e metodológicos advindos da cultura escolar como maneira de instituir as bases de nossas argumentações e interpretações partindo de nossa documentação primária impressa.

Nesse encaixe, a cultura escolar torna-se, segundo Julia (2001, p. 17), o campo central e aglutinador junto a diferentes campos investigativos (História, Sociologia, Antropologia) que contribuem sobremaneira na investigação erigida em torno da Revista de Educação/ES. Diante da abrangência assumida pela cultura escolar como campo investigativo, torna-se imprescindível uma melhor exposição e compreensão acerca dos conceitos nos quais o campo está circunscrito, a fim de deixar evidentes as escolhas e percursos que assumimos sem a pretensão de esgotar as potencialidades explicativas que o campo oferece, especialmente no que toca à História da Educação.

Para Julia (2001, p. 14), o significado de cultura escolar compreende uma mescla de normas e práticas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e como um conjunto que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos. Daí nossa aproximação com este campo de estudos, uma vez que percebemos a Revista de Educação/ES como parte integrante da cena educacional capixaba da década de 1930, quando fez circular representações sobre saberes pedagógicos que pretendiam (in)formar a prática docente.

Embora cultura escolar não seja um conceito simples de delimitar, considera-se que na escola foram sendo historicamente construídas normas e práticas definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados e dos valores e comportamentos que seriam inculcados, gerando o que se pode chamar de cultura escolar. Conhecimentos, valores e comportamentos que, para Julia (2001, p. 16), embora tenham assumido uma expressão peculiar na escola e, principalmente, em cada disciplina escolar, são produtos e processos relacionados com as lutas e os

embates da sociedade que os produziu e foi também produzida nessa e por essa escola.

Para o autor, a cultura escolar como objeto da historiografia considera que a escola tem uma história que não é muito diferente da história de outras instituições da sociedade, como as instituições judiciais ou as militares. Em suas análises sobre a cultura escolar, Julia⁴ (op. cit., p. 15) evidencia que a escola não é somente lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo e talvez principalmente, um lugar de “inculcação de comportamentos e hábitos”. Ele ressalta ainda a existência de uma necessidade de conformação dos objetivos educacionais pela sociedade, particularizada por cada período da história⁵.

Com base nas reflexões que compreendem a cultura escolar como categoria de análise, a escola passou a ser interpretada como uma instituição da sociedade que possui suas próprias formas de ação e razão, constituídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos provenientes do choque entre as determinações externas à Revista de Educação/ES e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentados ou não.

Compreendemos que a cultura escolar não se articula em torno do conhecimento, mas da possibilidade de construção de uma instituição, como afirma Faria Filho (1996, p. 166), cuja construção esteve frequentemente atrelada a um projeto político e à noção de progresso, estudar a cultura escolar é estudar os processos e produtos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas à escola.

⁴ Para Faria Filho (2004, p. 143–145), desde a década de 1970 a História da Educação havia refinado suas problemáticas de investigação, e a proposta de Julia almejava acrescentar atenção às práticas, uma vez que criticava as análises de Bourdieu e Passeron que pretendiam ver na escola apenas o lugar de reprodução social, recusando assim, os estudos essencialmente externalistas. Julia propunha uma história das disciplinas escolares constituídas a partir de uma ampliação das fontes tradicionais, esboçando uma concepção de cultura escolar como inventiva.

⁵ Segundo Vidal (2005, p. 23), foi a partir da publicação de um artigo de Dominique Julia em 1995, traduzido para o português apenas em 2001, intitulado “*A cultura escolar como objeto histórico*”, intensamente citado tanto nas investigações estrangeiras como nas nacionais, que tal temática ganhou ressonância. Para a autora, a noção de cultura escolar tem significado, sem dúvida, um refinamento metodológico e analítico como também tem possibilitado o fortalecimento do diálogo, por um lado, com a historiografia e, por outro, com as demais áreas e ciências da educação. De modo que, os estudos sobre cultura escolar têm permitido desnaturalizar a escola e empreender estudos sobre o processo mesmo de sua emergência como instituição de socialização nos tempos modernos.

Sob a influência das proposições que pretendiam estabelecer as bases para a modernização da educação escolar, a Revista de Educação/ES fez circular um amplo conjunto de representações que marcam as disputas entre novas práticas de ensino em detrimento de práticas docentes há muito estabelecidas, fazendo fluir um novo ideal de educação que pretendia consolidar-se sob os saberes pedagógicos, organizações e procedimentos didáticos, modificando-se de modo que o trabalho escolar passou a assumir outros objetivos. A educação passou então a ser compreendida como instrumento de reconstrução social e estabilidade política, e como tal, precisava ser visualizada, compreendida e incorporada. Estavam, assim, estabelecidas as bases que sustentariam o “palco” para a trama tecida em torno da educação, da escola e da formação dos professores.

Dessa forma, constituiu-se um cenário de embates entre os defensores de uma educação modernizadora, que fez surgir diversos meios que asseguraram a divulgação de um modelo de educação, ou seja, revistas especializadas que veiculavam ideias e preceitos acerca da educação e tiveram grande circulação nos meios educacionais de ensino. Esses impressos, em especial a Revista de Educação/ES, figuram como registros capazes de revelar um conjunto de representações sobre os interesses políticos, intelectuais, culturais e simbólicos do período.

Tais considerações oportunizaram nossa compreensão acerca da (in)formação dos professores por meio da Revista de Educação/ES, uma vez que foi a partir das publicações das representações sobre os “saberes e práticas” voltados à formação dos professores, que os conceitos e preceitos sobre o que e como ensinar foram tomando assento junto à comunidade escolarizada dos anos de 1930. Algo que ocorreu imerso a embates de representações entre o tradicional e o moderno, e circulou também em diferentes publicações como livros, jornais e outras revistas do período. Desse modo, o ato da produção, circulação e leitura dos impressos, em particular, da Revista de Educação/ES, deve ser considerado como uma prática cultural realizada em um espaço conformado historicamente, no qual leitores compartilham dispositivos, atitudes e significados culturais em torno de signos de poder e controle sobre os saberes escolares institucionalizados.

1.2. O Papel Difusor dos Impressos para a Educação do Brasil na Década de 1930

O uso da mídia impressa como fonte de pesquisa vem consolidando-se de maneira crescente, especialmente no que diz respeito à produção voltada para as questões educacionais, ou seja, para os periódicos pedagógicos. A relevância dos jornais e revistas como fonte de pesquisa relaciona-se com sua especificidade e com seu papel de veículo de circulação de ideias que representam determinado interesse social, e servem, ainda, como instrumentos reveladores das maneiras e dos modos com os quais os seres humanos registram suas experiências e expectativas.

Na historiografia sobre a imprensa no Brasil ao longo do século XIX, Marco Morel (2010, p. 7) observou que, em geral, os primeiros estudos tratavam a imprensa como fonte documental importante, por ser vista como autêntica narradora dos “fatos” e da “verdade”. A partir de meados de 1880, desenvolveu-se a preocupação em coletar dados sobre sua trajetória, como listar títulos, redatores e datas, o que contribuiu para que se criassem as bases para um registro mais amplo da história da imprensa.

A partir da metade do século XX, por volta de 1970, prossegue o autor, foram apontadas questões de (falta de) veracidade, trazendo o argumento que a imprensa seria apenas um “veículo” de ideias ou “reflexo” predeterminado de condicionamentos sociais e econômicos. Tal questão é comentada por Luca (2011, p. 118–120) que a justifica lembrando o fato de o estatuto da imprensa ter sofrido um deslocamento, pois, ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica⁶.

No âmbito acadêmico nacional das últimas décadas, nota-se, a partir dos levantamentos divulgados pelos programas de pós-graduação e pesquisas, o

⁶ Não é nossa intenção traçar todo o contexto histórico do surgimento e desenvolvimento da imprensa no Brasil. Para esse propósito, existem diferentes publicações que orientam desde a criação da impressão Régia, em maio de 1808, por D. João VI, passando pelo estudo do primeiro jornal a inaugurar a impressão no Brasil, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808–1822)*, investigações tais como Neves & Morel (2006); Capelato (1988) apresentam debates e orientam diferentes perspectivas de trabalhos a partir da imprensa e dos impressos.

aumento do interesse de pesquisadores que privilegiam como fonte a imprensa periódica educacional, visto que, na década de 1930, esse tipo de imprensa se tornou gênero editorial em virtude do considerável parque gráfico e também “[...] pela presença atuante de professores primários formados nas escolas normais, os quais despontaram como teorizadores de modelos de educação e métodos de ensino e autores de obras didáticas de larga repercussão” (MONARCA, 2002, p. 8). Este é o caso da Revista de Educação/ES, que expressava na sua matéria de abertura: “Novo centro de divulgação cultural destinado a prestar à já modelar organização do ensino nesse Estado um concurso da maior relevância⁷”.

Esse cenário se alterou completamente por volta de 1980, quando uma renovação historiográfica influenciada por outros países, como no caso da França, segundo Carvalho (2003, p. 89), trouxe novas abordagens de âmbitos político e cultural, redimensionando a imprensa como fonte documental e de testemunho. A autora registra tal abordagem como momento de novo padrão de produção historiográfica que começava a se consolidar em dissertações de Mestrado e nas teses de Doutorado. Contudo, foi somente no início da década seguinte que houve, de fato, como sugere a autora, a consolidação de uma postura que problematizava a relação entre a historiografia educacional e as fontes.

Assim, a ênfase da nova historiografia na materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos vem demandando novo modo de olhar e interrogar as fontes disponíveis. Segundo Carvalho (1998, p. 31–40), percebe-se que, atualmente, vem se conferindo maior atenção aos impressos dentro do campo da História da Educação, de modo que, a cada dia, alarga o interesse por novos temas que dão origem a novos campos de pesquisa articulados em torno de investigações sobre as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos.

O uso dos impressos nessa nova perspectiva revela contribuições importantes. Contudo, sobre esse assunto, Villela (2002, p. 98) nos adverte que, como veículo de ideias e representações sobre educação e instrução pública, os impressos precisam ser vistos como produto cultural, produzido por sujeitos históricos determinados e inseridos em um contexto histórico também determinado.

⁷ Matéria de abertura da Revista de Educação/ES publicada em 1934, Ano 1, edição de jul-ago, n, 4 e 5.

Por tal razão, deve-se ter cuidado para não tomar os impressos como verdade absoluta e retrato fiel da sociedade. Embora os impressos retratem a sociedade com um bom grau de precisão, podendo constituir-se numa fonte bastante confiável, ainda assim, não se pode perder de vista o fato de que sempre seguem uma linha política e ideológica refletida explícita ou implicitamente nesses textos, e que interferem nos conteúdos abordados. Daí a necessidade, para a autora, do pesquisador “aguçar” o olhar crítico para os fatores que influenciam a construção do impresso investigado.

Para tornar conhecidos os feitos sobre educação, era necessário assegurar a divulgação e circulação das ideias propostas, lógica que colocava em circulação os impressos pedagógicos como suportes dos anúncios da modernidade. A imprensa, nesse sentido, como assegura Capelato (1988, p. 56), não é produto natural da sociedade, mas é o resultado da necessidade do homem em expressar seus sentimentos, suas opiniões, suas atitudes, sua postura diante da vida e da realidade social. Portanto, qualquer meio de comunicação sempre está impregnado pela posição social de seus interlocutores, uma vez que o autor nunca está ausente da obra que produz.

Nessa perspectiva, como prossegue a autora, a imprensa apresenta-se como “[...] sendo uma janela aberta para o mundo, e é, ao mesmo tempo, a expressão de um espaço de convívio ampliado”. Como tal, desencadeia efeitos e influências sobre a vida social. Assim, sob essa lógica interpretativa, compreendemos as ilustrações (desenhos ou fotografias), os artigos específicos (museu, nacionalização do cinema, primeiros passos, utilidade geral, dentre outros), a publicidade (propagandas) que aparecem na Revista de Educação/ES, que no nosso caso, contribuem para a afirmação de uma série de representações sobre os saberes pedagógicos que se pretendem colocar em circulação e em pleno exercício.

São inúmeros os trabalhos de pesquisa histórica que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa. Para fins de nosso estudo, identificamos alguns dentre estes trabalhos cuja fonte de pesquisa partiu da imprensa periódica e figuram como contributo em nossa investigação. Por exemplo, o trabalho de Capelato & Prado (1974), *O Bravo Matutino*, livro cujas análises contribuíram tanto para a compreensão das questões históricas apresentadas a partir das análises sobre o

jornal republicano de grande circulação (1927–1937), quanto para a metodologia aplicada à documentação sobre os aspectos de circulação empreendidos pelo jornal.

Outro contributo de nossa pesquisa partiu da obra de Ana Luiza Martins (2001), intitulada *Revistas em revista*, representando para nós um compêndio de contribuições de caráter teórico, metodológico e da construção da narrativa. O livro destaca-se pela profusão de fontes selecionadas pela autora e, em especial, pela articulação feita entre essas fontes, ao enfrentar o desafio de conceituar o gênero “impresso”, esclarecer condições de produção, mapear o seu processo de difusão e inquirir acerca da natureza de uma ampla gama de semanários e mensários que circularam na cidade de São Paulo entre 1890 e 1922.

Contamos também com o trabalho de Micelli (2001), abrangendo o início do século XX e concernente às relações entre os intelectuais, às relações políticas e aos jornais da época. De Lília Schwarcz (1993), pudemos contar com sua produção da *Revista do Brasil* (1916–1925), que esquadrinhou publicações editadas por museus, faculdades de medicina e instituto histórico entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República. Esse material nos esclareceu sobre os debates travados em torno da construção da nacionalidade brasileira e sobre os estreitos limites adquiridos em torno da noção de cidadania. Tais publicações de caráter cultural foram espaços privilegiados da articulação e da difusão de leituras sobre o país, tendo como epicentro do discurso a grandeza paulista.

Nessa perspectiva, os impressos se apresentam como produtos de estratégias textuais e editoriais predeterminadas que, por sua vez, deixam marcas dos usos prescritos e dos destinatários visados por seus produtores. A utilização dos impressos, especialmente os pedagógicos, como fontes de investigação e pesquisas de cunho histórico, sociológico, político e antropológico, porta experiências do uso desse tipo de material que muito nos auxiliam na compreensão e no trabalho de pesquisa a ser feito com nossa fonte, a Revista de Educação/ES, exigindo uma apreciação cuidadosa.

Inserido nessas novas possibilidades de uso dos impressos, Nóvoa (2002) esclarece que a imprensa é um lugar privilegiado de manifestações de diferentes vozes, e permite-nos encontrar uma ampla visão de mundo, bem como vislumbrar,

em certa medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Além disso, segundo o autor, por sua agilidade de produção e circulação, o periódico conseguiria captar aspectos do cotidiano pedagógico de modo quase simultâneo às ocorrências das informações, dos embates e das mudanças nas políticas educacionais do momento.

Traçamos, então, um levantamento sobre as publicações que privilegiaram os impressos pedagógicos como fonte de pesquisa e possibilitaram melhor compreensão em torno das questões passíveis de investigação histórica presentes na Revista de Educação/ES.

Para tanto, separamos essas leituras em categorias distintas, a fim de melhor visualizar e potencializar suas contribuições, a saber: a) os estudos sobre impressos pedagógicos do final do século XIX e início do XX, que traçam questões em torno da inovação educacional pretendida para o período e representações sobre o pensamento cultural manifesto na época; b) os estudos publicados sob a forma de revistas especializadas, organizados por diferentes autores, cujas contribuições figuram para nós como catálogos de estudos que possibilitaram contatos e leituras com outros autores e centros de pesquisas, além de nos permitir melhor compreensão acerca do campo de pesquisa com os impressos pedagógicos, tendo-os como fonte e/ou objeto de estudo; c) os estudos que tratam de impressos pedagógicos que circularam no período dos anos de 1920 e 1930, especialmente as investigações que incorporam em seus debates as questões sobre os ideais de modernização da educação escolar e da formação de professores, considerando as medidas de intervenção e reformas propostas pelo poder estatal, por vezes encabeçadas por um grupo de intelectuais. Seguimos, então, para a apreciação da documentação acima apresentada.

a) Os estudos sobre impressos pedagógicos do final do século XIX e início do XX

A utilização dos impressos como fonte, além de favorecer uma melhor compreensão do cenário sociopolítico-cultural da sociedade no período de transição do Império para a República, auxiliou na reflexão sobre as concepções de escola, sociedade e vários outros atributos da cultura escolar. No Brasil, segundo as investigações de Villela (2002, p. 102), os impressos *A instrução pública* e *A verdadeira instrução pública*, criados nos anos 1870, são, possivelmente, os

primeiros exemplares da imprensa pedagógica no país. Este estudo nos possibilitou conhecer a história e algumas características dos primeiros impressos pedagógicos que circularam no país.

Adriana Aparecida Pinto (2001) desenvolveu estudo sobre a revista *A Eschola Publica* no conjunto de seus 20 números publicados em duas fases – 1893 a 1894 e 1896 a 1897. De acordo com a pesquisadora, a revista tinha um conselho de editores formado por membros de projeção intelectual no contexto educacional paulista. Esses membros eram ex-alunos da Escola Normal de São Paulo e, posteriormente, vieram a ocupar cargos administrativos no âmbito da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo. A autora ressalta que a revista tinha a pretensão de contribuir para a inovação educacional e, devido a sua originalidade e representatividade, esta auxiliou a formação de uma cultura escolar urbana no Estado de São Paulo. Seus editores tiveram a possível intenção de constituir *A Eschola Publica* como material didático para a formação dos professores para o novo sistema de governo que se instaurava. Quanto à temática, sobressaem-se questões relativas aos métodos de ensino, com destaque para o debate a respeito do melhor e mais adequado método para ensinar os cidadãos da República a ler e escrever, assim como o melhor modo para sua aplicação. A partir das proposições destacadas nesse estudo, nos foi possível compreender que as questões propostas como inovação para a educação nacional não foi algo restrito aos anos de 1920 e 1930, ou seja, o debate em torno das questões propostas como possibilidades de moldar o cidadão da república por meio da educação escolarizada, proposições que já estavam presentes nos debates sobre educação escolar do início do século.

Visando analisar a *Revista de Ensino* publicada no Estado de São Paulo entre os anos de 1902 e 1918, Glauco Valério Belini de Souza (2000) desenvolve sua pesquisa utilizando como procedimento de análise a técnica do recenseamento. O pesquisador fez um inventário sistemático do discurso nela veiculado. Para Souza, esse discurso pode ser considerado representativo do pensamento cultural e educacional das primeiras décadas do século XX, no Estado de São Paulo. Entre seus colaboradores, essa publicação pedagógica contou com a participação de professores normalistas de projeção intelectual e política que abordavam temas relacionados à educação, como: metodologias de ensino, poesia e hinos escolares, programas de ensino, planos de aulas, entre outros temas.

Como resultado dessa investigação, produziu-se instrumento de pesquisa contendo inventário sistemático das características estruturais e de organização desse periódico, o que facilita a consulta por parte de outros pesquisadores interessados em abordar o tema cultura escolar urbana. A partir dessa leitura, tecemos nossas categorias de análises, especialmente em relação à presença dos intelectuais nas proposições pensadas para a educação desse período.

b) Os Estudos Publicados sob a forma de Revistas Especializadas

O livro de Catani e Bastos (1997) *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação* reúne textos que contribuem para divulgação de pesquisas nacionais e internacionais relacionadas ao tema da imprensa periódica educacional. As organizadoras destacam que, nos últimos tempos, a imprensa periódica educacional vem atraindo o interesse de vários pesquisadores de diversos países, e esse tipo de fonte de pesquisa contém e oferece dados básicos para a compreensão da história da educação e do ensino.

O livro consta de oito artigos, dois deles assinados por autores estrangeiros: António Nóvoa, que analisa a concepção e a organização do repertório analítico das publicações periódicas portuguesas nos séculos XIX e XX, e Pierre e Penélope Gaspard, que analisam a imprensa periódica educacional francesa entre os anos de 1815 e 1930, visando contribuir para a história da formação docente na França; três artigos versam sobre os periódicos educacionais publicados no Estado do Rio Grande do Sul; outros três artigos destacam as revistas paulistas; e, por fim, tem-se um apêndice em que constam informações sobre a imprensa periódica educacional brasileira entre os anos de 1808 e 1944.

Este livro contribuiu para nossa investigação de diferentes maneiras, tanto no repertório de autores e indicações sobre bibliografias, que nos oportunizou estabelecer diálogos com autores que tratam especificamente dessa temática, quanto nos debates que propõe acerca da pesquisa com os impressos pedagógicos, além do levantamento que apresenta dos diversos centros de pesquisas atrelados aos estudos com os impressos, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Resultante das atividades do Projeto de Pesquisa desenvolvido entre os anos de 1994 e 1999 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), intitulado *Imprensa periódica educacional paulista (1890–1996)*, Catani e Souza (1999) organizaram um livro com caráter de catálogo, que reúne informações sobre as revistas de ensino editadas na cidade e no Estado de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1996, sob a luz do repertório documental português de António Nóvoa. Com o objetivo de facilitar o trabalho de 25 pesquisadores da área da História da Educação e contribuir para a superação de possíveis limitações de acesso aos dados sobre essas publicações pedagógicas existentes em São Paulo, as organizadoras fornecem dados sobre essas revistas, de acordo com os seguintes índices: geográfico, cronológico e tipologia de publicação. No catálogo, encontra-se disponível a relação de 456 periódicos especializados em Educação, publicados em São Paulo no período delimitado pelas pesquisadoras.

A partir dessa leitura, estabelecemos uma série de outras leituras que nos oportunizaram aprimorar o trabalho com os impressos pedagógicos e a lógica interna que tal pesquisa implica, ou seja, este estudo conduzido pelas autoras nos permitiu conhecer a delimitação de nosso campo de investigação, ao mesmo tempo que dialogávamos com os procedimentos e métodos de pesquisas atrelados aos impressos.

c) Os Estudos que tratam de Impressos Pedagógicos que Circularam no Período dos Anos de 1920 e 1930

Com o objetivo de compreender o papel da *Revista Escolar* no movimento de modernização do âmbito educacional no Estado de São Paulo relacionado à disseminação do ideário de modernização, Ana Clara Bortoleto Nery (1993) analisa os artigos desse periódico, editado mensalmente entre os anos de 1925 e 1927 pela então Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Tendo como tema central a abordagem sobre a Escola Nova, a pesquisadora faz balanço dos acontecimentos ocorridos no panorama geral do país e no setor educacional dos anos de 1920, momento em que foi publicada a *Revista Escolar*. Ao analisar os ideais educacionais da *Revista Escolar*, Nery destaca qual o modelo ideal de orientação do trabalho pedagógico pretendido pela revista e quais os meios propostos pela publicação para atingir esses ideais, concluindo que a *Revista*

Escolar contribuiu, ainda que de forma bastante discreta, para o movimento de modernização educacional em São Paulo. Em se tratando de nossa pesquisa, este estudo nos possibilitou conhecer as questões implicadas no contexto dos movimentos de reformas educacionais pelas quais passaram o país nos anos de 1920.

Vera Lucia Abrão Borges (1993) analisou os discursos dos “intelectuais burocratas” e dos políticos mineiros, contidos na *Revista do Ensino*, editada entre os anos de 1925 e 1929 pela então Diretoria da Instrução de Minas Gerais. Com o objetivo de compreender o significado, a estruturação e a difusão de ideologias da constituição do caráter nacional da educação no Estado de Minas Gerais, a pesquisadora justifica o interesse pelo estudo “[...] por se tratar de uma ideologia marcante nas décadas iniciais deste século; e, ainda, por se inserir no movimento de modernização [...] que tem, na industrialização e na democratização da educação, saídas para o desenvolvimento do país [...]”. Ao analisar o discurso veiculado na revista, Borges caracteriza a predominância do pensamento elitista e autoritário dos intelectuais e dos políticos mineiros sobre a democratização do ensino naquele momento.

Essas proposições nos fizeram analisar as características que aglutinaram um dado grupo de intelectuais em torno da *Revista*.

Com o objetivo de compreender como foi sendo estruturado o sistema de ensino brasileiro, Villela (2002) escolheu como *corpus* para análise a revista *Educação*. Em suas diferentes fases, entre os anos de 1927 e 1961, essa revista, publicada inicialmente pela Diretoria Geral do Ensino, teve, segundo a pesquisadora, 2.245 artigos publicados. Dentre esses, Villela escolheu os artigos representativos, por serem escritos por autores que tiveram projeção no cenário político-educacional e que tiveram relativa frequência e/ou permanência de colaboração na revista.

Ao analisar esses discursos, a pesquisadora procurou entender “[...] como vão se constituindo determinadas ‘instaurações discursivas’ que comporão um painel sobre algumas questões substantivas da cultura e da política educacional brasileira” (p. 46). Villela conclui que, nos 34 anos de existência da revista, ela modifica seu escopo ao longo desse período; ora pretendia auxiliar o professor em

seu trabalho pedagógico, ora promover debates educacionais, ora configura-se como porta-voz oficial e órgão de propaganda do governo.

Para efeito de nossa pesquisa, e partindo das características apontadas por esse estudo da autora, utilizamos alguns aspectos das representações sobre os saberes pedagógicos, especialmente aqueles que tratam da formação docente, a fim de percebermos pontos de semelhanças entre as representações que circularam na Revista de Educação/ES e na Revista Educação de São Paulo, uma vez que estes impressos foram contemporâneos e podem evocar, segundo nossa interpretação, representações sobre a formação docente que circulou em diferentes regiões do país no mesmo período histórico.

Nesse estudo, Villela partiu das análises desse impresso para identificar um debate público que pôs em jogo a disputa entre diferentes concepções de magistério como categoria profissional em constituição. Além de suas inúmeras contribuições no âmbito das investigações que utilizam impressos pedagógicos, essa pesquisa nos auxiliou na compreensão de como a fonte é abordada na busca de maior visibilidade do jornal, focalizando sua estrutura interna.

A fim de recuperar a história das revistas de lazer e cultura paulistas, Ana Luiza Martins (2001) desenvolveu um estudo sistemático sobre as séries representativas que circularam na cidade de São Paulo entre os anos de 1890 e 1922, “[...] procurando dimensionar seu significado no quadro mais amplo do impresso no Brasil, especialmente no que diz respeito à ampliação do público leitor, à conformação de imaginários e à recuperação de parte do universo mental do período.” (p. 17). A pesquisadora aponta a trajetória de algumas revistas privilegiando o conteúdo, a temática, e as circunstâncias de produção e circulação, destacando, no quinto capítulo, as revistas pedagógicas. Para Martins, as revistas funcionavam “[...] como instância de representação e legitimação de indivíduos, grupos e ideias, espaço celebrativo de aspirações e projetos de gerações, suporte quase exclusivo para colocação do autor em letra impressa.” (p. 557). Essa abordagem contribuiu no delineamento que realizamos em torno dos “espaços de espetáculos” que adotamos acerca das proposições sobre exposição e visibilidades que estão presentes na Revista de Educação/ES.

Denice Bárbara Catani (2003) desenvolveu um estudo pioneiro acerca da *Revista de Ensino*, publicada entre os anos de 1902 e 1918 pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, focando as produções que se importavam com as principais discussões do período: o problema da organização dos serviços de ensino e os problemas da formação e do trabalho docente, tendo em vista explicar os significados das ações assumidas pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo nos primeiros anos do século XX, momento em que se estava estabelecendo a prática dos debates sobre questões educacionais no Estado de São Paulo.

Segundo a autora, nas diferentes fases da revista, a orientação e direção dos debates assumiram rumos diferentes, conforme maior ou menor intervenção do Estado; assim, num primeiro momento, a revista serviu de porta-voz da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, que reivindicava melhores condições de trabalho aos docentes. Posteriormente, a revista restringiu o espaço destinado às reivindicações dos professores.

A partir desse trabalho e interpretando-o junto aos nossos pressupostos teóricos e metodológicos, consideramos as questões atreladas aos sujeitos que publicavam na *Revista de Educação/ES*, ou seja, de que forma eram entendidos e como se manifestavam a partir das publicações que circulavam. De forma que, tomados a partir das proposições apresentadas pela autora, o caminho da pesquisa que tratou do modo como os professores eram representados na *Revista*, e de que maneira manifestavam, se manifestavam, suas proposições sobre a educação.

Foi então, a partir desse ponto, que passamos a considerar a *Revista* como uma possibilidade de encenação sobre a educação do estado do Espírito Santo, na medida em que começamos a perceber que as publicações dos professores que publicaram na *Revista de Educação/ES* se articulavam com os preceitos estabelecidos pelo governo do estado em torno dos ideários de modernização pretendidos para a educação e para a formação docente.

No livro *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939–1942): o novo e o nacional em revista*, Maria Helena Camara Bastos (2005) investigou a produção discursiva da *Revista do Ensino*, editada entre os anos de 1939 e 1942, com

patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, visando a identificar as temáticas educacionais e suas articulações com as estratégias de “reconstrução nacional do Estado Novo” e da proposta político-pedagógica de “renovação educacional” no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisadora destacou o papel da revista na “modelização” das práticas pedagógicas dos professores. Bastos (2005, p. 295) conclui que, no caso do Rio Grande do Sul, a imprensa periódica pedagógica serviu de “orientação e direção-intelectual e moral” para os professores à época, oferecendo um discurso de moralização e “modelização” que “[...] intentava levar o professor-leitor a assumir deveres – pessoais, morais e profissionais – frente à função pedagógica e social na ação nacionalizadora”.

Atrelados às perspectivas apontadas pela autora, empreendemos, sob as características específicas de nossa investigação, a leitura e a interpretação sobre as representações que assinalavam, na Revista de Educação/ES, a existência de práticas de modelização do ensino, tais como as proposições que Bastos apresentou em seu estudo. Assim, pudemos estabelecer certa sintonia com outras regiões do país em torno da forma como certos dispositivos de formação docente circularam nos anos de 1930.

Em *A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil*, Marta Maria Chagas de Carvalho (1997) relata a disputa entre “os católicos” e “os pioneiros” pela normatização e regulação do discurso e da prática pedagógica dos professores paulistas por meio do impresso para divulgar as apropriações que se fizeram da pedagogia da modernização do ensino. Segundo a autora, a intenção desses grupos era promover mudança de mentalidade entre o professorado paulista. Enquanto os “católicos” utilizaram a censura para selecionar o tipo de material a ser impresso e garantir um discurso modernizante católico que convencesse o professorado, os “pioneiros” optaram por selecionar um material que evidenciasse as novas pedagogias e subsidiasse a transformação da prática pedagógica do professor em sala de aula.

Com isso, os “católicos” estabeleceram um *corpus* bibliográfico de referência constituído de leituras autorizadas e “saturado de sentido religioso”, objetivando guiar a prática docente. Para Carvalho, as diferenças entre as estratégias editoriais

desses dois grupos se devem, também, às condições de produção, circulação e recepção do material impresso. No caso dos “pioneiros”, eles se encontravam “[...] na situação de profissionais e políticos encarregados da gestão [...] dos sistemas públicos de ensino [...]” (p. 74). Carvalho conclui que os chamados “impressos-ferramentas”, juntamente com a revista *Escola Nova*, podem ser considerados exemplos de publicações que trouxeram para o “[...] primeiro plano a questão da intervenção ativa do professor no processo de leitura-aprendizagem.” (p. 85).

Embora esse movimento não seja objeto de nossa investigação, estaremos, para efeito desta pesquisa, considerando a perspectiva adotada por Carvalho (1997, p. 83), para quem a *Escola Nova* se caracteriza no Brasil por consensos e dissensos entre gerações e intelectuais. Assim, consideramos importante apurar o entendimento sobre os embates que perpassam a questão da modernização da educação escolarizada nos anos de 1920 e 1930.

Marta Maria Chagas de Carvalho e Maria Rita de Almeida Toledo (2000) analisaram a revista *Escola Nova* e o *Boletim de Educação Pública* com o objetivo de compreenderem o papel destes impressos nas iniciativas de reformas educacionais nos anos de 1920 e 1930. Para tanto, destacam quais foram as regras de regulação, produção, circulação e uso desses impressos no momento da intervenção remodeladora das práticas escolares, decorrentes das reformas de Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, em 1927; de Lourenço Filho, em São Paulo, no ano de 1930; e de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, em 1931. As autoras concluíram que esses periódicos reforçaram a política de implementação de uma cultura pedagógica, considerada à época moderna, que fosse capaz de transformar a prática pedagógica dos professores por meio do esclarecimento e conscientização por intermédio “[...] dos livros, do assessoramento e apoio técnico e da síntese ordenada de prática e teoria [contidos] nas páginas das revistas pedagógicas.” (CARVALHO & TOLEDO, 2000, p. 91).

A partir dos indicativos propostos pelo trabalho dessas autoras, passamos a considerar, no tocante à nossa pesquisa, os dispositivos de formação das práticas docentes por meio de diferentes mecanismos dispostos em circulação na *Revista*, tais como os indicativos de leituras e filmes educativos que eram informados aos

professores. Assim, se articularam nossas proposições acerca do caráter de (in)formação dos professores que estavam veiculados na Revista de Educação/ES.

Com a finalidade de analisar os conflitos existentes na disputa entre membros da Sociedade de Educação de São Paulo e integrantes do magistério público paulista pelo monopólio da orientação das revistas pedagógicas entre os anos de 1922 e 1931, Ana Clara Bortoleto Nery (1999) utiliza como fontes principais para pesquisa os seguintes periódicos: *Revista da Sociedade de Educação* (1923–1924), *Revista Escolar* (1925–1927), *Educação* (1927–1930) e *Escola Nova* (1930–1931). A pesquisadora se propôs a verificar quais as principais questões discutidas na Sociedade de Educação, quais eram os seus membros e analisar quais os vestígios que nas quatro revistas pedagógicas indicam os objetos de disputas travadas entre diferentes grupos do magistério público paulista. Ao destacar aspectos importantes da estruturação do campo educacional paulista no período estudado, a pesquisadora destaca que foi possível fazer uma reconstrução da vida da Sociedade de Educação de São Paulo, por onde passaram as principais discussões do período, tendo destacado as realizações da entidade, a atuação dos membros, os eventos educacionais e seus conflitos, as conferências, debates e discussões sobre as modificações do ensino realizados no âmbito da Sociedade de Educação.

A partir das proposições assinaladas nesse estudo, e considerando as características particulares da Revista de Educação/ES, identificamos os contornos que se estabeleceram em torno do grupo que se inscreveu na *Revista*: os intelectuais capixabas, ou seja, os intelectuais que se colocaram como agentes da ação empreendida pelo governo do estado em nome da modernização da educação escolar. Desse modo, os atributos apontados por Nery nos movimentaram para a busca e compreensão das questões que perpassam a formação de dado grupo que se apresentou e se inscreveu na *Revista* como representante da missão educacional do estado, revelando, por seu turno, os embates que devem ser considerados quando pensamos na composição desse grupo.

Lílian Rose Margotto (2000) analisou o modo como os autores que escreviam sobre psicologia nos periódicos educacionais paulistas se apropriaram do discurso dessa ciência durante a Primeira República para explicar os problemas enfrentados pela escola pública paulista naquele momento. A pesquisadora delimitou o período

correspondente entre os anos de 1890 e 1930, destacando que, nesse período, o discurso veiculado nas revistas está marcado pelo poder legitimador da ciência que inspirou uma série de reformas educacionais: “A influência do cientificismo fez-se presente nas elaborações que foram forjadas para entender o que faltava e explicar como deveria ser o sistema de ensino”. Assim, destaca a autora, foram importadas teorias dos pensadores europeus e americanos, a fim de se entender a realidade educacional brasileira. Para Margotto (op. cit., p. 228), por meio de sua análise, foi possível revelar “[...] uma progressiva naturalização das mazelas que a escola enfrentava, proporcionada pela incorporação de um vocabulário cientificista que foi utilizado para explicar o que estava errado no ensino, bem como para apontar possíveis soluções”. Essa leitura nos possibilitou, para fins de nossa pesquisa, problematizar as implicações presentes em torno da formação dos saberes entendidos como oficiais que circularam na Revista de Educação/ES.

Como se pode observar pelo exposto até aqui, esses estudos contribuíram para o alargamento do conhecimento histórico em Educação e também nos auxiliaram, por meio da sistematização dos bancos de dados, a superação de dificuldades encontradas na realização de pesquisas afins, já que há certa dificuldade na obtenção de informações sobre as *Revistas*, bem como do próprio objeto físico de investigação.

As leituras desses textos nos proporcionaram constatar, dentre outros aspectos, que os primeiros estudos apresentam as circunstâncias do surgimento das revistas de educação e ensino em nosso país, assim como sua trajetória de vida, com destaque aos contextos de produção e circulação. As pesquisas também auxiliaram na compreensão dos contextos de circulação e produção das revistas, pois muitos são os pontos de confluência entre as investigações. Apresentam temas que apontam para a variedade e complexidade de fatos históricos ocorridos no período no qual as pesquisas se delimitam, como, por exemplo, a política de implementação de uma “cultura pedagógica” considerada “moderna” à época, a psicologia e as reformas educacionais, a transformação da prática pedagógica por meio do esclarecimento dos professores e o impresso como suporte que coloca o autor entre sujeitos que aspiram aos projetos de educação.

A partir dessa compreensão acerca do contexto histórico, que foi compreendido por meio das pesquisas que trataram de revistas voltadas à educação e ensino, mais especificamente à formação de professores e circulação de modelos para educação. Propusemo-nos, então, o exame dos estudos que utilizaram a Revista de Educação/ES como fonte de estudo ou parte da documentação utilizada em algum momento da pesquisa, desse modo, a proposta aqui exposta se fundamenta na compreensão dos modos e maneiras pelos quais a *Revista* foi interpretada em diferentes âmbitos de investigação histórica.

1.3. Pesquisas a partir da Revista de Educação/ES.

Começamos pelos estudos que utilizaram a Revista de Educação/ES como parte restritas de sua investigação, trata-se da dissertação de mestrado de Marinete Simões Graziotti (2006), defendida na Universidade Federal do Espírito Santo pelo departamento de História, PPGHIS. Intitulada, *Dever do estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945)*, este estudo trata da perspectiva histórica das políticas públicas que foram empreendidas no estado durante o governo Bley. Políticas públicas voltadas para a população mais carente, e que foram implementadas durante a gestão de Punaro Bley e Jones dos Santos, entre os anos de 1930 e 1945, no Espírito Santo, sob a égide do Estado Varguista. Seu estudo empreendeu uma análise a partir das questões políticas destinadas especialmente para atender aos setores da saúde e da educação.

Nesse aspecto, a contribuição advinda do estudo de Graziotti (2006), em relação às nossas proposições, se deu por meio da leitura e indicação bibliográfica em torno do contexto histórico, político e social do Espírito Santo nos anos de 1930. De maneira que, pudemos interpretar as ações empreendidas pelo interventor João Punaro Bley no âmbito da educação e em consonância com as políticas nacionais do período. Em suas análises, a autora apresenta diferentes citações que remetem a Revista de Educação/ES, entendendo-a como uma documentação de validação dos empreendimentos desenvolvidos pelo governo do estado na educação, a *Revista*

aparece nesse sentido, como uma documentação que anuncia os feitos realizados pelo governo, sem tornar-se, contudo, seu objeto de investigação, a *Revista* apresenta-se como parte do elemento visual de que trata a pesquisa da autora.

No estudo de Graziotti (2006), a *Revista de Educação/ES* aparece como parte da documentação comprobatória dos empreendimentos realizados no âmbito educacional no estado. Não encontramos em sua pesquisa nenhuma manifestação de interpretação das representações que circularam na *Revista*, uma vez que entendemos não ser este seu objeto de análise, de modo que suas proposições em torno da *Revista* ficaram restritas aos aspectos de visualização das imagens aludidas na *Revista* em torno das construções dirigidas por Bley no contexto educacional do estado. O que, especialmente em nosso estudo, interpretamos como sendo uma característica representação de (in)formação que se articulou no interior da *Revista*.

Outro estudo com o qual dialogamos as proposições e usos da *Revista de Educação/ES* foi a dissertação de mestrado de Josineide Rosa (2008), intitulada *Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas (1930-1945): o caso do Espírito Santo*. Defendida no Programa de Pós Graduação em História, PPGHIS, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Este estudo analisou as diretrizes que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas no estado do Espírito Santo, que na busca pela concretização do seu projeto político de construção do Estado Nacional deu ênfase à formação de uma identidade nacional e à construção da “brasilidade”. O governo empreendeu maior centralização no âmbito da União e dos Estados, nomeando para estes Interventores Federais, objetivando a legitimação do poder instituído e a realização de suas diretrizes no âmbito regional. A educação, neste contexto, desempenhava um papel estratégico, servindo como veículo de propaganda dos ideais do governo, de construção de um “novo homem” para um Estado Novo.

A partir dessa perspectiva, obtivemos contato com leituras acerca da política estadonovista empreendidas pelo interventor João Punaro Bley, identificamos as medidas que encaminhou, em consonância com o reordenamento que se dava no âmbito nacional no que diz respeito às políticas públicas voltadas para as questões

sociais, principalmente na saúde, educação e assistência social. A prioridade do governo no início da interventoria foi o rigoroso controle de despesas públicas, sanando as dívidas estaduais, tomando severas medidas de fiscalização e arrecadação e controle das finanças e da política municipal, visando maior centralização, controle e racionalização das atividades estatais decorrentes do movimento que se fazia no nível federal de construção do arcabouço jurídico-institucional do Estado Nacional.

Além disso, segundo a autora, expandiu a rede de ensino estadual, principalmente no nível primário, e empreendeu uma política educativa objetivando “a formação vocacional, espiritual, cívica e eugênica das novas gerações”, de acordo com os pressupostos nacionais preconizados pela nova estrutura política estatal. Entretanto, as mudanças empreendidas no período, tanto no cenário nacional, como estadual, não buscavam a mobilização das massas; ao contrário, a escola tinha como função “normatizar” e homogeneizar a cultura, os costumes, a língua e a ideologia, primando por uma sociedade civilizada e ordeira, por meio de uma educação conformadora, não havendo espaço, portanto, para a convivência pluralista e diversificada.

Segundo a autora, dentre as características mais marcantes dessa política, cabe destaque a ênfase no ensino cívico, na educação física e nos trabalhos manuais, os quais se tornaram obrigatórios em todas as escolas normais, primárias e secundárias, que só eram reconhecidas caso satisfizessem a essa exigência. O ensino pré-vocacional e profissional passou a ser considerado como o primeiro dever educacional do Estado que, por sua vez, ficava incumbido de fundar escolas de ensino profissional e subsidiar as de iniciativa dos Estados, dos Municípios e de entidades particulares. No entanto, a supervalorização desse ensino esteve, na realidade, muito mais ligada à retórica da cúpula, do que às ações práticas, pelo menos até 1942, quando foram empreendidas reformas e regulamentações.

Nesse estudo, encontramos a Revista de Educação/ES nas referências bibliográficas e como recurso de exposição visual algumas fotos em anexo, cuja menção ao longo da pesquisa apresenta-se, por vezes, de fragmentos de “falas” oficiais sobre a educação, além de quadros e tabelas com dados estatísticos “lidos” a partir das *Revistas*.

Esse estudo contribuiu para nosso entendimento acerca dos empreendimentos voltados à educação escolarizada do estado do Espírito Santo anos de 1930. Foi, a partir dessa leitura, que passamos a nos familiarizarmos com as ênfases sobre o ensino escolar como propostas políticas nacionais, quando assinalam as proposições que nortearam as questões de normatização e homogeneização dos saberes escolares, além dos indicativos bibliográficos com os quais estabelecemos diálogos permanentes.

Seguindo o curso das reformas educacionais realizadas no Espírito Santo entre 1882 e 1912, cabe destaque a tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em História e Filosofia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por Novaes (2001), intitulada; *República, Escola e Cidadania: um estudo sobre três reformas para a educação no Espírito Santo (1882-1908)*. Esse estudo, apesar de não contemplar o período de circulação da Revista de Educação/ES, deixa explícita nas Considerações Finais, a necessidade de ampliação dos meios e das formas como a temática foi tratada ao longo das investigações historiográficas, e, nesse sentido, argumenta a carência em análises que perpassam outros objetos de investigação histórica sobre o caminho da Cultura Escolar durante a República no Estado.

Em seu estudo, a autora aborda três reformas educacionais realizadas no Espírito Santo entre os anos de 1882 e 1908. A primeira foi conduzida pelo Presidente da Província Herculano Marcos Inglês Sousa, fortemente ancorada nas formulações pedagógicas de Silva Jardim. A segunda foi realizada no período governamental de José de Mello Carvalho Muniz Freire em 1892. E a terceira reforma foi editada em 1908, no primeiro ano do governo de Jerônimo de Souza Monteiro e esteve fortemente ancorada nas formulações pedagógicas do educador paulista Gomes Gardim, cuja tríade de sustentação intelectual era decorrente da formulação dos conceitos de disciplina, moral e valores cívicos. Estes preceitos, por sua vez, eram os fundamentos para a cidadania da sociedade moderna vista por Jerônimo Monteiro.

As reformas educacionais conduzidas por Jerônimo de Souza Monteiro, enquanto presidente do Estado do Espírito Santo entre os anos de 1908 e 1912, se destacaram em sua administração política no âmbito educacional devido à ação

reformista que empreendeu. Em virtude de seu caráter inovador, é apontado por Novaes (2001, p. 131) por meio de algumas medidas, tais como a criação e implantação dos grupos escolares e da escola modelo, como elementos que partiam de um projeto que havia se tornado modelar para o país a partir da Reforma de Caetano de Campos, realizada em São Paulo no início da década de 1890, cuja presença se fará no estado por meio da contratação de Gomes Gardim, conhecido educador paulista que foi convidado por Jerônimo Monteiro para dirigir a área de instrução pública de seu governo. Trata-se de um governo que, segundo a autora, está “fartamente documentado” por meio de relatórios de governo, prestação de contas das ações governamentais ao poder legislativo, além de toda a documentação interna entre as repartições públicas, o que caracteriza o governo de Jerônimo Monteiro sob o aspecto da aparelhagem governamental das repartições públicas com instrumentos que possibilitavam divulgar as ações empreendidas em sua gestão, cujo acervo fotográfico revela as mais variadas realizações de seu governo, tais como construções de prédios públicos, inaugurações de estradas e atos cívicos, e, por seu turno, assegurou visibilidade a vinculação do projeto educacional jeronimista aos ideais republicanos.

Essa leitura possibilitou uma melhor compreensão acerca das reformas educacionais implementadas no estado, mais especificamente, no que se refere aos artifícios de visualização dos empreendimentos que foram realizados antes de Bley, ou seja, foi a partir das reformas aludidas nos estudos de Novaes (2001), que passamos a considerar os aspectos sobre a espetacularização como um fator tangível a educação. Dito de outra forma, antes do governo do interventor Punaro Bley, o estado do Espírito Santo, já havia “experimentado” uma política que visava a exposição de seus feitos a partir de farta documentação e registro. A originalidade, apontada por nós, reside, no fato da articulação que foi estabelecida no governo de Bley, de modo que a *Revista* cumpria, em consonância com um dado grupo de intelectuais, os preceitos de visibilidade e formação defendidos para a educação no período de sua gestão.

No seguimento de nossas investigações em torno dos estudos que contemplaram a *Revista de Educação/ES* como fonte de pesquisa, localizamos a dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por Lauff (2007), intitulada; Útil e agradável: a

Revista de Educação (1934-1937) remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo.

Nela, os exemplares da *Revista* foram categorizados em torno de sua materialidade e editoração, de modo que o estudo se configura com apresentação de tabelas, organização dos temas, levantamento dos dados sobre os principais colaboradores, difusores. Trata ainda da circulação do impresso e das representações em torno da remodelização do ensino e das práticas em torno dos princípios de formação da educação física, em consonância com os ideias de reforma do ensino para o estado. Esse trabalho figura para nós como um compêndio que reúne todo o esforço de localização e identificação das *Revistas*. Nas palavras da autora,

[...] o mapeamento da REES [*Revista de Educação/ES*] foi feito por meio de descrições e análises referentes a produtores da revista, dispositivos textuais e tipográficos, autores e temário dos artigos. Para organizar e visualizar esses dados foram produzidos quadros, tabelas, gráficos, catálogos (LAUFF, 2007, p. 45).

O trabalho apresenta uma periodização da circulação da *Revista* articulado em três momentos distintos: de abril de 1934 a abril de 1935 – crescimento; de maio de 1935 a dezembro de 1936 – turbulência; de maio a julho de 1937 – decadência, tomando como base os levantamentos e dados tabulados. Este levantamento privilegiou a constituição da Educação Física como campo de formação escolar, de modo que contempla os debates acerca da fundação do Departamento de Cultura Física do Estado do Espírito Santo, correlacionando-o com os artigos de divulgação que foram publicados na *Revista*. Nosso estudo, não corroborou com essa periodização, uma vez que, elencamos, a partir dos estudos das representações das capas, outros sentidos para a circulação e constituição do impresso.

Isso levou a nosso distanciamento em relação a seu trabalho de investigação, nos preocupamos com as questões relacionadas à “conformação” pela qual o “campo de saberes” dirigidos aos professores foi tecido a partir das temáticas veiculadas na *Revista*, como também, as representações que esses saberes assumiram diante da concepção de escola e de educação, sob a configuração de um “saber tido como oficial” e imerso a um debate que perpassou as fronteiras

regionais e nacionais e se estendia até os limites estrangeiros, nesse sentido, examinamos as representações contidas nas capas das Revistas, a partir do conceito de modernização da educação capixaba e da formação de saberes pedagógicos. Também, produzimos um diálogo com outros impressos que circularam no estado e no país que foram contemporâneos a circulação da Revista, o que nos conduziu para um debate em torno das representações que circularam em correspondência com o Estado. Contudo, consideramos que, para além da investigação acerca da Revista de Educação/ES realizada por Lauff, existem ainda outras possibilidades e abordagens a serem empreendidas e esperamos contribuir na investigação em torno das representações que se configuram nesse impresso, uma vez que o trabalho investigativo é algo sempre provisório e passível de outros olhares.

A partir, dessas análises em que foram contemplados estudos que perpassaram a Revista de Educação/ES, como documento de investigação histórica, ou como atributo de visibilidade para ações políticas, foi-nos possível categorizar melhor nossa própria pesquisa, considerando os dispositivos de editoração e circulação pelos quais se configura um impresso, em especial, a Revista de Educação/ES.

Para tanto, foi necessário emprendermos um levantamento para com outros impressos que circularam no estado e no país contemporâneos à Revista de Educação/ES, como forma de melhor identificar as categorias pertinentes a nossa investigação, ao mesmo tempo, identificarmos as características que perpassam outras revistas imbuídas por questões semelhantes àquelas representadas na Revista de Educação/ES.

1.4. Dialogando com outros Impressos Contemporâneos a Revista de Educação/ES.

Diferentes revistas sobre educação e ensino nos auxiliaram na compreensão sobre as mais diversas representações e articulações em torno dos saberes docentes na formação de professores que circularam nos impressos pedagógicos no início do século XX. Assim, mediante a leitura e interpretação dos estudos

desenvolvidos em torno das revistas pedagógicas e de posse das categorizações realizadas por nós a partir da Revista de Educação/ES, quais sejam, o caráter de (in)formação dos professores e de visibilidade assumidos pela *Revista*, empreendemos uma análise mais particularizada com outros impressos, a fim de compreendermos o contexto de “feitura” do impresso, face a existência de projetos semelhantes, contemporâneos ou não à circulação da Revista de Educação/ES, mas que expressam propósitos análogos.

Assim, neste instante de nossa pesquisa, nos propomos a apresentar, por meio de diferentes Revistas, matérias com propostas semelhantes àquelas que circularam na Revista de Educação/ES que, inseridas na primeira metade do século XX, contribuíram na interlocução com nosso objeto. De modo que o grupo de Revistas que ora apresentamos, destacam entre seus objetivos a fundamentação teórica articulada aos ideais de modernização da educação, especialmente no que diz respeito à formação de professores e aos processos de circulação sobre os saberes destinados a essa formação. Algo que está em correspondência com as proposições que destacamos a partir das representadas contidas na Revista de Educação/ES, ficando assim, estabelecido nosso critério de seleção para a composição das Revistas que seguimos para análise.

Começamos pelo único encarte encontrado por nós no Arquivo Público do Espírito Santo. Trata-se de uma pequena parte composta por 24 páginas de um impresso que circulou no estado nos anos de 1920 voltado especificamente para a formação docente, intitulado *Revista Pedagógica*, como mostra a imagem da capa:

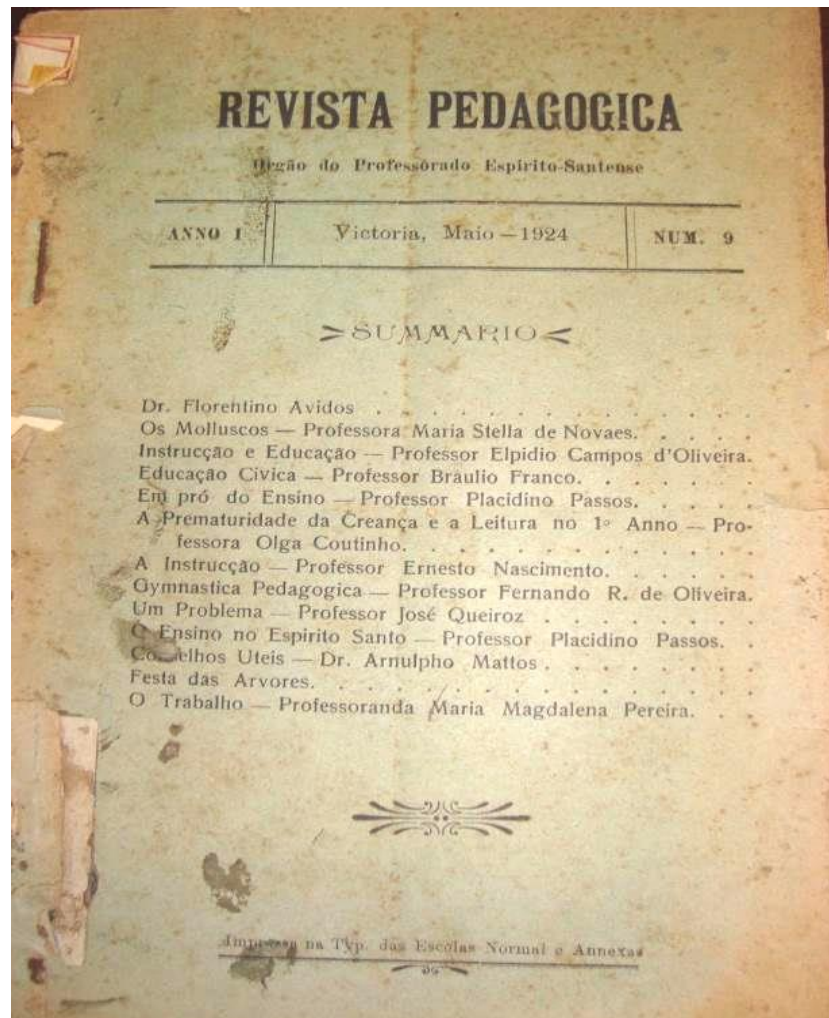


FIGURA 1: Revista Pedagógica.
Ano 1, n. 9, maio de 1924.

Segundo informações expressas pelo próprio impresso, tratava-se de *uma produção da Escola Normal e Anexa do Espírito Santo, um órgão do professorado Espírito-Santense*.

Sobre a Escola Normal e Anexa do Espírito Santo, Soares (1998, p. 15) nos informa que, em junho de 1908, *A Platea*, jornal vespertino de São Paulo, informava que o professor e sub-diretor da Escola Normal, Carlos Alberto Gomes Gardim, 33 anos, embarcaria no dia 25 daquele mês, para organizar a Escola Normal e a Escola Modelo do Estado do Espírito Santo. O Decreto nº 108 criou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, e o Decreto nº 109 regulamentou as duas. Gomes Gardim foi um

dos redatores do Estatuto da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e colaborador da *Revista de Ensino* de São Paulo. Gardim esperava concluir sua “missão” no estado do Espírito Santo em seis meses, levando, para isso, material didático e “só recorrendo a São Paulo em casos extremos”; demorou dois anos para organizar as escolas. “Foi assim que agitava a atrasada Vitória do início do século XX, com seus alunos desfilando nas ruas, ou promovendo concorridas manifestações, peças teatrais e comemorações cívicas” (Soares, 1998, p. 16).

Notamos, para efeito de nossa investigação sobre a educação escolarizada no Espírito Santo, que as primeiras movimentações acerca dos aspectos de visualidade sobre as ações políticas empreendidas em torno da educação escolarizada é algo que se pode identificar ainda nos anos de 1920, uma característica que recebeu maior ênfase nas proposições noticiadas pela *Revista de Educação/ES*, mais de vinte anos depois.

Observamos, desde o início de nossa apreciação, que a capa anuncia o sumário, aspecto que pode nos revelar uma forma de tornar mais viável economicamente sua produção, mas que também deve-se considerar como uma estratégia de divulgação dos escritos, uma vez que desde a capa já se tinha o conhecimento prévio sobre os assuntos que discorriam no seu interior.

Não encontramos nos levantamentos que efetuamos sobre os estudos com impressos pedagógicos capixabas nenhuma menção a sua existência. Também não temos condição, a partir da documentação encontrada, de discorrer sobre suas características editoriais, ou acerca de sua circulação, se era gratuita, por exemplo.

Contudo, sua importância figurou para nós, concernente às temáticas que anuncia, sendo um veio primoroso de investigação, por se tratar da década de 1920 e assinalar preocupações em torno da instrução pública, a educação cívica na formação escolar, em prol do ensino público, a formação dos professores primários, a ginástica pedagógica, enfim, temáticas que se tornaram os anúncios para o progresso da nação, potencializadas na década seguinte sob os holofotes do Estado Novo.

Ainda sobre a *Revista Pedagógica*, vale destacar que as matérias divulgadas no encarte que localizamos foram assinadas por professores, legitimando uma possível interlocução de professor para professor; seus autores eram figuras de notoriedade no Estado frente suas publicações e contribuições acerca do pensamento educacional do Espírito Santo. Ousamos pensar que se tratava da “geração de intelectuais/professores capixabas” que propiciaram duas vias de acesso para a geração de intelectuais/professores que se inscreveram na e pela Revista de Educação/ES em 1934, quais sejam: uma primeira, sobre a importância de um impresso voltado para a formação de professores no Estado, e uma segunda via, a inserção de um grupo capixaba que pensava e escrevia, a partir das questões nacionais e internacionais, a questão educacional do Estado do Espírito Santo. Presumimos, a partir da *Revista Pedagógica* e da Revista de Educação/ES estar diante de duas gerações distintas de pensadores da educação capixaba.

No que diz respeito à produção da década de 1930, não encontramos nenhum outro impresso produzido no estado voltado especificamente aos professores ou endereçado ao ensino e à educação escolarizada. Em nossa investigação sobre outros impressos capixabas que circulavam, encontramos o Diário da Manhã e a Vida Capixaba⁸; encontramos, a partir desses dois impressos, menção apenas à Revista de Educação/ES como impresso de circulação dirigido aos professores pelo órgão oficial do estado.

Seguimos, então para o exame de outra revista, a Revista de Educação/SP (1933-1943). As proposições aqui apresentadas sobre essa revista derivam, sobretudo, das atividades desenvolvidas pela pesquisa sobre cultura escolar urbana, de São Paulo, por meio dos estudos desenvolvidos por Monarca (2004), além das pesquisas desenvolvidas por Catani (1995), Mello (2002), Frankfurt (2007), Hilsdorf (2006).

Criado em 1927 pela Diretoria Geral da Instrução Pública/Sociedade de São Paulo, o impresso intitulava-se *Revista Educação*, quando, em 1931, passou a se intitular *Revista Escola Nova*, mantendo a mesma filiação editorial, até que, em 1932, mudou o título para *Revista Educação*, permanecendo assim até 1944, quando voltou a assumir o título *Educação*.

⁸ Ambos os impressos tinham significativa circulação no Estado.

Observamos que essa revista porta marcas que se assemelham aos registros esboçados pela Revista de Educação/ES. Em primeiro lugar, por ter circulado no mesmo período, ou seja, são contemporâneas. Este período histórico, conforme Hilsdorf (2006, p. 65), contém outro dado de característica relevante, por se tratar de um momento em que as revistas de educação e ensino deixaram de ser um tipo de impresso episódico e tornaram-se empreendimentos editoriais significativos, em geral, empenhados em concretizar determinados modelos de organização e funcionamento escolar.

A Revista de Educação/SP figurou em nossa pesquisa como fonte interlocutora entre as propostas educacionais que circulavam no âmbito regional sob as páginas da Revista de Educação/ES com o âmbito nacional, por evocar questões referentes ao estado de São Paulo, interligando-se também as questões internacionais, na medida em que anunciava procedimentos e leituras para a formação docente, advindas de experiências e publicações estrangeiras, tal como encontramos em nossa documentação, a Revista de Educação/ES.

Ao longo de nossa pesquisa encontramos um exemplar da Revista de Educação/SP, publicado em março/junho, Vol. XIII e XIX. n. 13 e 14, de 1936. A partir deste exemplar, realizamos uma série de ponderações com a nossa documentação, sem perder de vista, contudo, as análises sugeridas a partir de outras fontes de pesquisas e outros números deste mesmo impresso.

De início, destacamos a diferença na apresentação do encarte n. 13–14 Revista de Educação/SP, publicado em 1936. A capa, ao centro, apresenta-se com a escrita em letra vermelha do título em maiúscula. A editoração do impresso está alinhada na borda superior com o dizer “Diretoria do Ensino do Estado de São Paulo”, e na borda inferior estão expressos os dados de catalogação, sendo estes o número, o volume e os meses da publicação. O sumário apresenta-se na badana⁹ do livro.

Em seus artigos, de maneira geral, o professor era responsabilizado por tudo o que deveria ser feito para melhorar a qualidade da educação. O poder público convocava esse profissional a assumir integralmente atribuições que não se

⁹ Segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa – badana é o nome dado à extensão das capas (ou das sobrecapas) de um livro que se dobram para o interior.

restringiam ao fazer docente. O caráter ideológico assumido no tom da Revista de Educação/SP pesava sobre a missão que o professor deveria assumir junto à pátria. De acordo com o levantamento de Mello & Monarcha (2002, p. 7), e como pudemos perceber no encarte que pesquisamos, a Revista de Educação publicada em São Paulo, além de publicar um quantitativo de artigos especializados, que variavam entre 14 a 16 ao longo da Revista, mantinha as seções: “Fatos e iniciativas”, “Bibliografia”, “Através de Revistas” e “Legislação Escolar”.

Apesar de ambos os impressos portarem a mesma designação, qual seja, Revista de Educação, e apresentarem como editores responsáveis a Diretoria de Ensino de suas federações, notamos a distinção que apresentam na exposição de suas capas, como podemos observar nas imagens que se seguem:

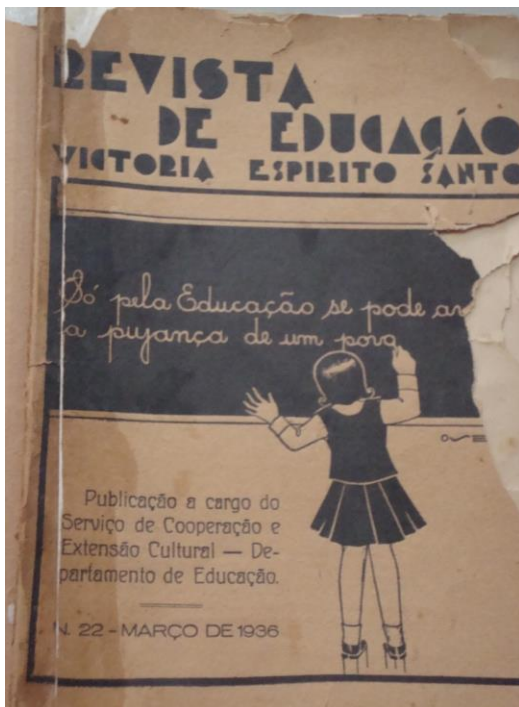


FIGURA 2: Revista de Educação/ES.
Ano 3, n. 22, março de 1936.

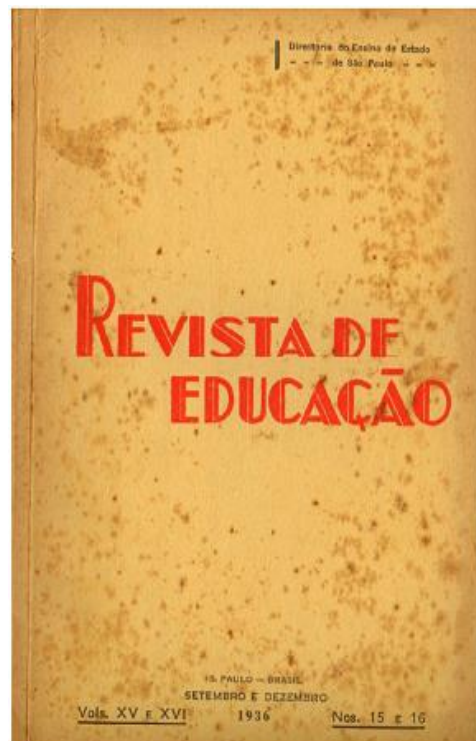


FIGURA 3: Revista de Educação/SP.
Vol. XIII e XIX, n. 15 e 16, set./dez,
1936.

Traçando um diálogo entre as temáticas abordadas nos encartes em questão, observamos que ambos discorrem sobre assuntos que podem ser identificados como um repertório de formação docente, onde encontramos debates sobre diversos contextos que implicam na educação escolarizada. Estes debates foram apresentados sob as seguintes intitulações; o Problema da Educação, o Problema do Professor, o Problema do Ensino, A Evolução do Ensino, A Evolução da Criança, Ensino de Tabuada, Ensino da Língua Portuguesa, Aula de História, Dados Estatísticos sobre Escolas Agrícolas, Importância dos Clubes Agrícolas, Legislação e Documentação Oficial, Festas e Comemorações Escolares, Indicação de Livros.

De modo abrangente, e considerando um paralelo entre ambas publicações, notamos uma aproximação sobre os enfoques tratados ao longo dos textos, em ambos os impressos, cuja argumentação expressada assume um tom imperativo com o uso recorrente de “deve ser feito”, “em prol da melhoria na educação do país”, “para assegurar o desenvolvimento educacional”, entre outros, dispositivos expostos na forma escrita que marcam, segundo as proposições que interpretamos para nossa pesquisa, o compromisso para com a (in)formação de seus leitores e concedem visibilidade aos interesses norteadores do progresso educacional.

Outro destaque, sobre a Revista de Educação/SP, gira em torno da distribuição gratuita para os professores da rede pública do estado, podendo ser adquirida também por assinatura anual de 15\$000 ou número avulso de 5\$000, enquanto a Revista de Educação/ES também tinha um valor de assinatura anual de 15\$000, valor de assinatura semestral de 8\$000 e o valor avulso de 1\$500. Não encontramos em nossa investigação nenhum indício de distribuição gratuita para professores ou escolas; temos registros apenas de revistas que foram enviadas para outros estados ou países, na seção de troca de correspondências. Essa revista apresentou formas muito similares aos diálogos propostos para os professores, tal como encontramos na Revista de Educação/ES.

Outra revista que examinamos foi a Revista do Ensino/MG (1925–1940), sobre a *Revista do Ensino*, identificamos a existência de revistas assim intituladas no período de 1930 em diferentes estados, como no Pará, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, segundo catalogação de Catani (1996, p. 123) e também a partir de citações de notas de agradecimento pelo envio

do material recebido pela diretoria dos redatores da Revista de Educação/ES; contudo, só dispomos de estudos em torno da Revista do Ensino de Minas Gerais.

Foi por meio das investigações de Biccás (2008) que compreendemos o percurso histórico pelo qual este impresso se constituiu frente suas estratégias de produção, circulação e distribuição voltadas para a formação de professores. Sua investigação a partir da Revista do Ensino nos revelou as mudanças ocorridas no cenário político e educacional de Minas Gerais, que seguiram o curso nacional e tiveram aspectos similares aos vividos no Estado do Espírito Santo, tais como, a reinvenção da escola por meio de projetos e edificações escolares que vislumbravam a imposição de uma nova ordem e cultura escolar, tais como mencionamos anteriormente no contexto educacional capixaba.

Segundo a autora, nas décadas de 20 e 30, a *Revista do Ensino* era o único impresso dirigido aos professores primários mineiros e, nesse sentido, ganhou um papel fundamental na constituição do cenário educacional regional e no processo de formação e informação dos professores, neste ponto, para fins de nossa pesquisa, identificamos as características sobre a (in)formação dos docentes, tal como propomos para a análise da Revista de Educação/ES, ou seja, esses impressos estavam em consonância e correspondiam a uma dada necessidade de formação e circulação sobre saberes para a educação modernizadora do país, tratava-se de um projeto de âmbito nacional, e, por tal razão, verificamos certos dispositivos inseridos em diferentes revistas que circularam em diferentes estados da federação.

Em março de 1934, ano de fundação da Revista de Educação/ES, a Revista do Ensino publicava sua edição de número 104 e apresentava-se sob os aspectos similares da Revista de Educação/ES, veiculando e, de certa forma, impondo, sob a tutela do Estado Novo, à escola, à família, à pátria, e ao trabalhador as imagens unificadoras e legitimadoras dos processos sociais que estavam ocorrendo no país. A Revista do Ensino tinha como propósito: “Informar e orientar os professores sobre os grandes temas da educação que estavam circulando no Brasil e principalmente nos outros países da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa” (BICCAS, 2008, p. 75).

Tal qual a proposta veiculada pela Revista de Educação/ES, a Revista do Ensino passou a incorporar, ao longo dos anos 1930, vários elementos característicos do livro impresso, de modo que os recursos para o estudo e pesquisa parecem ganhar mais importância nesse momento. A Revista do Ensino, segundo Biccas (2008, p. 107), torna-se “[...] um livro no sentido de ler para aprender”.

Outra revista que analisamos acerca das representações sobre os saberes pedagógicos que circulou no país foi a Revista Nacional de Educação, criada a partir do Decreto nº 21.240 de 4/4/1932. Essa revista nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos, criou a taxa cinematográfica para a educação popular e deu outras providências. Segundo Alvarenga (2012, p. 253), a *Revista Nacional de Educação* era uma espécie de fascículo de educação, onde estavam contidos diversos artigos, discursos, cartas, poemas, de autores nacionais e outros traduzidos, textos contemporâneos ou anteriores à revista, mas todos com relevância no contexto de educação popular nacional proposto pela Revista, onde havia ainda algumas imagens e propagandas de filmes educativos. A Revista Nacional de Educação contribuiu para nossa interpretação acerca dos filmes que indicava para os professores e a tônica que assumiu frente a modernização do ensino que pregava, algo que se assemelhava às proposições defendidas na Revista de Educação/ES.

Sob outra perspectiva temática, a revista *A Ordem* foi criada em 1921 por Jackson de Figueiredo, líder leigo da militância católica. Segundo Tânia Salem (1982), a revista estimulava a participação de intelectuais leigos a fim de ampliar o debate cultural, baseando-se na pretensa ideia de regenerar moralmente as elites no intuito de solucionar os impasses nacionais.

Num panorama geral, foi possível perceber nas publicações de 1930 a 1938, ampla abordagem sobre temas diversos, abrangendo diferentes áreas da esfera social – educacional, política, religiosa, médica, entre outras –, mas sempre tendo como fundamentação os preceitos religiosos. Entretanto, é notória a preocupação, expressa em vários artigos, arraigados por valores morais que deveriam conduzir os preceitos para a formação dos professores, tais como; a instituição familiar, a manutenção de sua unidade sustentada pela moral cristã, considerando, contudo o contexto de modernidade pelo qual passava o país.

Ainda, de acordo com as proposições de cunho católico, encontramos outra revista, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, organizada pela Confederação Católica Brasileira de Educação. Essa revista circulou entre 1934 e 1938 com o intuito de afirmar princípios educacionais católicos. Nessa revista, alguns artigos confirmam os resultados dos estudos de Marta Carvalho (1998c), no que se refere à existência de uma aproximação entre a pedagogia católica e os ideais de educação modernizante.

A *Revista Brasileira de Pedagogia* tinha como propósito, segundo Rodrigues (2005, p. 130), apresentar e discutir questões do campo educacional à luz dos princípios católicos, considerados imutáveis em sua essência, demonstrando, no entanto, sensibilidade em relação às renovações exigidas pela conjuntura social da época.

Esse impresso tinha a intenção de divulgar os princípios da *Divini Illius Magistri* e dialogar com as ideias avançadas e progressistas, sobretudo com os ideais sobre a modernização da educação escolar. Nessa perspectiva, percebe-se, a partir das pesquisas do autor, que os artigos que compunham a *Revista Brasileira de Pedagogia* estabeleciam diálogos constantes com áreas diversas de conhecimentos, como: medicina (saúde e higiene), sociologia, psicologia e filosofia, demonstrando uma adaptação às novas tendências pedagógicas no âmbito educacional, que caminhavam sobre bases científicas. Porém, obviamente os princípios católicos prevaleciam sobre os demais.

Outro ponto a ser destacado na revista, por ser o foco principal desse impresso, refere-se à educação na instituição escolar. A ênfase era conferida, portanto, à propagação de metodologias e práticas pedagógicas condizentes com os princípios cristãos, indicando um diálogo nítido com pressupostos advindo das propostas de modernização da educação escolarizada e dos métodos de ensino.

A *Revista Brasileira de Pedagogia*, tal como a revista *A Ordem*, destinava ainda uma atenção especial à instituição familiar, compreendida como a pedra angular da sociedade. Essa questão se articulava com a própria constituição familiar que, naquela época, vinha sendo alterada devido às transformações sociais, econômicas, políticas, provenientes da modernização progressiva da sociedade. Sobre esses aspectos, é possível perceber um diálogo convergente entre as ideias e

representações apresentadas na *Revista Brasileira de Pedagogia* e na revista *A Ordem*.

Para efeito de nossa pesquisa, registramos que existem diferentes manifestações de cunho católico que vez ou outra foram expressas nos encartes da Revista de Educação/ES, sob a forma de capa, ou sob a forma de artigos com fundos morais sobre o dever da família e o papel moral da educação na sociedade, contudo, não foi este o foco que escolhemos para empreender nossas análises acerca das representações que foram por nós articuladas. Desse modo que, este aspecto foi registrado, mas não foi contemplado como objeto de nossa investigação.

Outra revista que circulou saberes sobre educação voltados à formação docente, foi a Revista do Brasil, que segundo as pesquisas de Luca (1999; 2011), a ideia original do lançamento coube a Júlio de Mesquita, o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, ao qual a publicação esteve ligada até maio de 1918, quando foi adquirida por Monteiro Lobato, que a manteve nos sete anos seguintes, até a falência dos seus negócios em 1925, totalizando 113 números. A chancela foi adquirida por Assis Chateaubriand, que a relançou em três oportunidades: de 1926 a 1927 (2ª fase, 9 números); de 1938 a 1943 (3ª fase, 56 números) e em 1944 (4ª fase, 3 números). Acrescente-se, ainda, o ressurgimento dos anos 1984 e 1990 (5ª fase, 12 números), proposto por Darci Ribeiro.

Para a autora essa insistência em relançar a *Revista do Brasil* é digna de nota, pois aponta para a possibilidade de, por seu intermédio, reler-se parcela considerável da história do país ao longo do século XX. Desta forma, seu estudo estabeleceu:

Para cada momento de circulação, as escolhas que um leitor contemporâneo poderia fazer no interior do universo das revistas culturais e literárias, com o intuito de discernir, por um lado, o lugar e o sentido da *Revista do Brasil* e, por outro, como os mesmos se alteravam à medida que as fases se sucediam, uma vez que não só os contextos de circulação foram muito diferentes como também os responsáveis e os objetivos perseguidos (LUCA, 1999, p. 27).

Os periódicos fundados no início da década de 1930, como ressalta a autora, não tiveram sobrevida significativa após a queda do regime e – exceção feita à *Revista do Brasil* –, tampouco podiam evocar existência prévia, ou seja,

constituíram-se em empreendimentos específicos do período e em torno dos quais a intelectualidade se agregou. A presença da censura, ainda que com intensidade diversa ao longo dos anos 1930 e 1940, foi outro elemento compartilhado por esses periódicos.

Essa revista apresenta proposições semelhantes às encontradas na Revista de Educação/ES, especialmente, no que toca a publicação dos planos de aula presente em seus encartes, cujo destaque, pode ser apontado sobre as maneiras com as quais os professores deviam se relacionar com o modo de ensinar os alunos, tal como encontramos nas representações que destacamos na Revista de Educação/ES, por exemplo, usar todo o quadro negro, realizar ditados, andar pela sala, fazer composições escritas sobre assuntos diversos.

Já, a Revista do Ensino/RS, figurou como objeto de análise de Maria Helena Camara Bastos a partir de sua tese de doutorado defendida em 1998. Entre suas principais contribuições para nossa investigação, destacamos o fato da Revista do Ensino/RS ter sido proposta para difundir as boas maneiras, as normas de civilidade, prestando-se a instruir os professores, oferecendo subsídios práticos que, segundo seus editores, serviriam para o trabalho das normas, ou seja, a Revista do Ensino/RS era também concebida sob as prerrogativas de um manual de formação para professor³, cuja concepção de escola, como mostra Bastos (2009), era entendida, tal como na Revista de Educação/ES, como sendo um lugar para ensinar pela repetição do exercício sob a orquestração de um receituário modelar de ensino.

A Revista do Ensino/RS (1951–1978), mesmo sendo “produto” de um tempo histórico distinto daquele por nós retratado, a década de 1930, ainda assim, porta, a partir das análises destacadas por Bastos, relação de proximidade com nosso estudo, na medida em que viabilizou para nós a maneira como os procedimentos teóricos e metodológicos podem ser inquiridos, em se tratando especialmente dos impressos pedagógicos. Dessa forma, foi colaborativa a forma como a autora apresentou a categorização dos cento e setenta números da Revista do Ensino/RS, bem como a forma como anuncia as temáticas e as proposições presentes na Revista do Ensino/RS, que, embora inserida em temporalidades cronológicas distintas, ainda assim, dialoga sobre a formação dos saberes docentes e os dispositivos de visibilidade adotados a partir da imprensa pedagógica.

Seus estudos revelaram também a importância de percebermos a imprensa pedagógica como constituída por um dispositivo privilegiado para reflexão sobre o modo de produção do discurso sobre ser docente. Segundo a autora:

Os professores pensam o mundo da maneira que falam sobre ele, testemunhando o universo de crenças que permeiam seu cotidiano, através de relações metafóricas com a conjuntura social e histórica. De modo que, a imagem social do professor é muitas vezes um compromisso ou o resultado de um conflito entre as gerações passadas e a situação presente. Ou seja, as atitudes e representações forjadas no passado interferem na definição e redefinição da profissão docente (BASTOS, 1994, p. 135).

Nesse sentido, a partir de Bastos (2005a; 2005b; 1998), entendemos que a Revista do Ensino/RS engajou-se na campanha de reconstrução nacional do Estado Novo, procurando contribuir para seu êxito, empenhando-se no programa de modernização educacional, que visava, desde os anos 20, construir uma nova identidade nacional pela disseminação da cultura do ensino moderno. Para tanto, os editoriais da revista, tais como da nossa documentação, eram representantes da inspetoria de educação e procuravam, por meio da divulgação nos impressos, legitimar um certo saber como oficial, por isso legítimo.

Por fim, examinamos a revista intitulada *Cacique*, que também foi objeto de estudo de Bastos (1994, p. 49), publicada no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1954 e 1963, essa revista foi categorizada pela autora como leitura de formação ou aprendizagem.

Apesar de se tratar de uma revista voltada ao público infantil, a revista *Cacique* contribuiu muito para nossa investigação especialmente em se tratando das estratégias editoriais utilizadas. Uma vez que essas estratégias procuravam mesclar textos com ilustrações, histórias em quadrinhos, criação de personagens modelos, visando manter o interesse e atenção do leitor. As seções estavam em consonância com as propostas de divertir, educar e formar, pela ênfase da literatura, na divulgação de conhecimentos variados de história, de arte, música, buscando o divertimento e a humanização do seu leitor, a partir de desafios que o levassem a pensar. Nessa perspectiva, a revista *Cacique* veiculou uma visão de mundo em harmonia, sem conflitos sociais e individuais, em que valores como amizade, pátria, conhecimento, ciência e progresso, eram constantemente reforçados através das histórias.

O leitor era tratado como um adulto em miniatura, para o qual era projetada uma imagem ideal da dourada infância. Essa visão idealista de sociedade e das relações entre seus membros obscurecia, segundo a autora, questões polêmicas e contraditórias, como discriminação racial, diferenças de classe sociais, de sexo. Valorizava a influência do conhecimento, como algo a ser conquistado, de difícil acesso por situar-se muito acima da condição humana comum. Considera a transmissão de informações como a forma de conhecer e educar para a superação das dificuldades que advêm da vida em comunidade. A formação moral do leitor é trabalhada como uma prescrição, um “deve ser”, um modelo a ser seguido, disciplinando atitudes, condutas e posturas sociais e individuais. A partir desta visão, a revista procurava mostrar ao leitor que sua participação e atitude adequada são fundamentais para a construção de uma vida melhor, exaltando esforço, superando as dificuldades.

Este estudo contribuiu, de modo geral, em nossa compreensão acerca dos embates travados em torno da intencionalidade que perpassa a linha editorial de um impresso. De modo específico, nos possibilitou entender a articulação que se desenvolveu na modelização dos costumes por parte do objeto escrito, ou seja, a constituição de uma escrita modelar e moralizante. A partir dos exemplos citados pela autora, nos atentamos para o reconhecimento dos meandros de nossa documentação e de suas especificidades.

Dessa forma, a autora considerou a revista *Cacique* como leitura de formação, pois procurava educar e moldar seus leitores na perspectiva de *ensinabilidade* da moral ou das virtudes. É um periódico com função moralizadora e intenção educativa, cívica, patriótica e social. Esses aspectos assemelham-se quanto às características implicadas também na Revista de Educação/ES.

A revista *Cacique* cumpria o papel de educar levando o leitor a pensar coisas consideradas sadias para a vida, em oposição aos “gibis” da época que eram considerados perniciosos à formação infantil e juvenil. Sua proposta se fundamentava na orientação dentro dos princípios de liberdade e de amor à pátria, e dos ideais de solidariedade humana.

Assim, todas as leituras que realizamos a partir das revistas que destacamos nos possibilitou pensar, de forma geral, no nosso próprio objeto de análise e considerar as representações sobre os saberes educacionais e a formação de professores inseridos em um jogo de dispositivos que forma articulados na Revista de Educação/ES.

Pensar, portanto, os impressos periódicos pedagógicos sob a perspectiva de dispositivos de circulação e apropriação coloca esta pesquisa em consonância com as investigações realizadas por Carvalho (1989, 1998a, 2005a, 2006), em relação ao trato com a história material da circulação do impresso e de suas apropriações. Para essa autora (2005a, p.53), os “[...] impressos devem ser analisados partindo do princípio que concediam visibilidade a um conjunto de dispositivos”.

E, esses dispositivos são organizados, segundo Carvalho, como sendo uma “[...] maquinaria de institucionalização do ensino”. Os impressos funcionavam como sendo vários instrumentos pedagógicos ao mesmo tempo, pois, nas suas páginas, estão dispostos desde os informes sobre a educação escolarizada do País até publicações de artigos internacionais com novos modelos e sugestões de educação e prescrições de aulas sob a forma de modelos, além das ilustrações das capas e das fotos que apresentavam os avanços arquitetônicos e higienistas pelos quais passavam os modernos prédios escolares da época.

As proposições que foram exibidas neste capítulo se articularam em torno das questões pertinentes ao campo de investigação no qual se inscreveu a pesquisa com impressos. Nesse sentido, tratamos do debate bibliográfico que se organizou em diferentes perspectivas de análises em torno de nossa fonte, sob diferentes enfoques interpretativos que possibilitaram a visualização e conhecimento dos passos que seguimos em nossa investigação, considerando as bibliografias que levantamos, o que nos auxiliou também na definição de nossas categorias de análises, com as quais nos estabelecemos nossas prerrogativas sobre a nossa compreensão acerca da formação docente sob os paradigmas da modernidade escolar, que circularam nos impressos pedagógicos dos anos de 1930.

Por fim, nos dedicamos à exposição das análises em torno do conjunto de estudos compostos pelas pesquisas que utilizaram a Revista de Educação/ES como

parte de sua investigação, além das articulações estabelecidas pelas revistas pedagógicas que foram contemporâneas à Revista de Educação/ES. Nosso intuito neste capítulo foi o de empreendermos as interlocuções e proposições sobre educação que circulavam na época, e apresentar como algumas características se apresentaram de forma similar em outros impressos que circularam no estado e no país nas primeiras décadas do século XX.

Na sequência de nossa investigação, partimos para os estudos das representações sobre saberes da educação que circularam na Revista de Educação/ES com base nos princípios de higienização, moralização e modernização da nação brasileira por meio da educação. Tais pressupostos tiveram nas páginas da *Revista*, espaço de circulação assegurado e articuladores dispostos a conceder visibilidade e (in)formação ao seu público leitor, os professores.

CAPÍTULO II
UM MODELO PEDAGÓGICO PARA HIGIENIZAR, MORALIZAR E MODERNIZAR A
NAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

A ênfase empreendida neste capítulo se desenvolveu em torno do contexto e análise sobre a construção dos ideais de modernização propostos para a educação escolarizada do estado do Espírito Santo, em consonância com as políticas educacionais propostas para a moralização e higienização da nação brasileira, tendo como *locus* a escola. Considerando, para isso os dispositivos de conformação do campo de formação de saberes educacionais dirigidos aos professores e os dispositivos de circulação e visibilidade que foram articularam na Revista de Educação/ES.

Dessa forma, no primeiro momento deste capítulo tratamos dos pressupostos sobre a higienização, a modernização e os princípios de moralização destinados à sociedade a partir da inculcação desses fundamentos pela escola. Considerando, mais especificamente, a questão da educação física como disciplina capaz de moldar corpos e mentes, sendo por isso, significativo o número de artigos que circularam na *Revista* que dialogavam a partir dos princípios da educação física como sinônimo de progresso e saúde para a sociedade capixaba.

Por tal razão, foram tratados diferentes pressupostos interpretativos em correspondência com as prerrogativas presentes na Revista de Educação/ES, tais como; os contextos que abordavam a concepção de medicina social adotado nos círculos de debate desse período, com a utilização de terminologias de caráter técnico medicinal que foram incorporados aos vocabulários escolares; os pressupostos salvacionistas sobre a condição de degradação do país, cuja educação foi apresentada como via de cura para as mazelas que incorporavam por anos a fisionomia social; o controle da educação sanitária por meio das escolas; a didatização dos saberes escolares que foram traduzidos a partir dos preceitos higienistas incorporados às práticas docentes, os mesmos que ganhavam visibilidade na *Revista*. De modo que, a Revista de Educação/ES estava inserida no processo de circulação e apropriação de todo esse arcabouço de pressupostos, que se configuravam, a partir dos dispositivos de visibilidade sobre as representações do novo e do moderno destinado à educação escolarizada.

No seguimento desse segundo capítulo destacamos os dispositivos que circularam na *Revista* sobre as representações em torno do novo, em suas diferentes características, especialmente a representação de um novo tempo da

educação, entendendo-o como dispositivo de visibilidade para com as ações empreendidas pelo governo do estado que eram publicizadas nas páginas da *Revista*. Identificamos, nesse sentido, o contexto do novo e moderno e sua tradução sobre o velho e o tradicional, no âmbito das propostas de formação dos saberes destinados aos professores, assim, enfatizamos o caráter (in)formativo presente na *Revista de Educação/ES*.

Passamos então, na sequência de nossas proposições a tratarmos do panorama sobre as reformas da educação capixaba, na intenção de compreender o período em que a *Revista* circulou, considerando outros processos de reformas voltadas à educação escolarizada que tiveram início no começo do século XX, no Espírito Santo. Para tanto, nos propomos a apresentar as distinções implicadas no contexto da reforma educacional capixaba, especificamente no período do Estado Novo, e os pressupostos que asseguravam a produção e circulação da *Revista de Educação/ES*. Assim, apresentamos as articulações que implicavam mudança na forma como a escola, a educação e a formação de professores foram compreendidas a partir das influências nacionais e das prerrogativas de interpretação internacionais que tratavam da modernização do ensino.

Na finalização do segundo capítulo, articulamos nossa investigação em torno dos sujeitos que configuram o projeto de editoração e circulação da *Revista de Educação/ES*, identificamos os sujeitos como sendo os intelectuais capixabas. Para tanto, destacamos inicialmente os autores que dialogam sobre o conceito de intelectuais, para então estabelecermos todos os sujeitos que publicaram mais de uma vez na *Revista*, neste instante de nossa pesquisa, concedemos um destaque especial, ao redator chefe da *Revista* durante todo o seu período de circulação, dos anos de 1934 a 1937, Claudionor Ribeiro. Neste momento de nossa investigação, nosso esforço se concentrou no diálogo, a partir da *Revista de Educação/ES* e outras fontes impressas, na compreensão sobre as articulações estabelecidas sobre os dispositivos de visibilidade empregados na *Revista*. Destacamos para isso, os empreendimentos defendidos por Claudionor Ribeiro em nome da educação, que estavam em consonância com os projetos do governo voltados a educação, cuja visibilidade era assegurada pela circulação da *Revista*.

2.1. Os pressupostos de higienização e de modernidade educacional presentes no contexto em que circulou a Revista de Educação/ES.

Na literatura educacional dos anos 20 e 30 do século XX, são significativos os ciclos de reformas educacionais que marcaram o país. Trata-se de uma produção que testemunha diferentes esforços articulados por um dado grupo que tinha como missão a educação fundamentada sob os princípios do progresso e da modernidade¹⁰. Tais princípios eram compreendidos como fatores fundamentais para abrir vias de possíveis soluções frente ao atraso nacional em comparação aos países entendidos como desenvolvidos. Para que tal projeção fosse efetivada, era de grande importância atrelar-se aos princípios fundamentados a partir da modernização da educação escolarizada.

Trata-se, portanto, de um contexto marcado pelas campanhas de modernização do país promovidas, desde a década de 1920, por organizações cívicas e movimentos associativos de educadores e de higienistas, trazendo à cena educacional uma série de mediações que pretendiam fazer das cidades um espaço civilizado e concebendo a educação escolarizada como meio de higienização da população. Para Rocha (2003, p. 14), o discurso higienista passou a operar pela articulação entre educação e saúde, na medida em que atribuía à falta de educação da população a responsabilidade por todas as mazelas que a afligiam.

Os editores e redatores da Revista de Educação/ES contribuíram para a circulação dos métodos contemporâneos de ensino destinados ao professorado capixaba ao publicarem artigos escritos por autores locais, como professores, médicos e inspetores de ensino que, em geral, legitimavam sua escrita citando pensadores consagrados da literatura internacional, viabilizando, dessa forma, o dispositivo de (in)formação contido nos pressupostos atribuídos à *Revista*. Uma série de artigos sobre Educação física / princípios higienistas / constituição moral do indivíduo foram publicados.

A configuração editorial interna da Revista de Educação/ES é constituída por uma série distinta de registros históricos, dentre os quais se destacam: os textos

¹⁰ Acompanhar o progresso significava alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso”, segundo Sevcenko (1983, p. 29). A imagem do progresso obtinha uma versão prática do conceito homólogo de civilização que se transformou numa “obsessão burguesa”.

oficiais, como discursos sobre educação pronunciados pelo então Interventor do Estado, João Punaro Bley; atos oficiais da Secretaria do Interior; tabelas com estatísticas oficiais sobre número de escolas, alunos, matrículas, professores; relatórios de inspetores técnicos de ensino; argumentações de especialistas referidas à educação; cartas e circulares sobre proposições de políticas educacionais; notas e comunicados sobre congressos regionais e nacionais; notificações de trocas de correspondências entre gabinetes de intelectuais, como no caso, por exemplo, da nota de agradecimento e do registro de correspondências entre os editores da Revista de Educação/ES e o comitê internacional norte-americano de intelectuais, além de fotografias, textos produzidos por professores e professoras da rede de ensino do Estado e do Brasil, textos de cunho teórico produzidos em faculdades do Brasil.

Essa intensa e variada produção que circulou na Revista de Educação/ES exigiu de nós uma categorização dos assuntos publicados nos encartes, a fim de melhor identificarmos as representações sobre os saberes e o ensino escolarizado, as formas de circulação desses saberes e as possíveis apropriações realizadas a partir das publicações no impresso, por parte dos professores. Quanto ao processo de apropriação dos saberes que circularam, esta pôde ser identificada no momento em que um(a) professor(a), que fazia parte do público-alvo, também publicou na revista, como forma de expor – colocar em circulação e garantir visibilidade – o que apreendeu a partir do impresso.

Assim, privilegiamos as produções que anunciavam as práticas de formação de professores, como os planos de aula que se apresentam como modelos de aula a serem seguidos, por conterem os princípios modernizantes para o ensino que se pretendia exercer. Também cotejamos as publicações dos especialistas e do Poder Oficial, o que nos possibilitou identificar as articulações assumidas pela Revista em torno da construção do ideal educacional para o Estado, tendo como referência “as falas” e experiências dos intelectuais e especialistas.

Sobre essas publicações contidas nas Revistas de Educação/ES empreendemos um processo de tabulação dos seguintes dados: autor do texto, cargo ou função assumido pelo autor do texto, título da matéria divulgada, ano, mês e número da publicação. Nesse sentido, o recorte pretendido teve a intenção de

identificar a temática e o sujeito em torno das concepções de modelos para a educação propostos para o período estudado. O levantamento foi aplicado em todo o acervo documental expresso na tabela “Temáticas de Educação Física na Revista de Educação/ES¹¹”.

Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	Mês	Nº
Napoleão Freitas	Professor de Educação Física	A Educação Física como Fonte de Moral	1934	Maio	2
Felisbina de Moraes	Professora de Educação Física	A Ginástica Respiratória como Base da E. Física	1934	Maio	2
Ananias Dos Santos Neto	Inspetor Técnico de Ensino	A Educação Física	1934	Julho–Agosto	4 e 5
Arlinda Franzotti	Professora de Cultura Física	Utilidade Geral da Cultura Física	1934	Julho–Agosto	4 e 5
Carlos Madeira	Não consta	Educação Física	1934	Outubro–Novembro	7 e 8
Maria Aparecida Nogueira	Professora de Educação Física	A Educação Física Como Fator de Progresso	1934	Dezembro	9
Ananias Dos Santos Neto	Inspetor Técnico de Ensino	Educação Física	1934	Dezembro	9
Orlandina Ribeiro	Professora de Educação Física.	Como o Método Francês Satisfaz as Exigências da Educação Física	1935	Março	12
João Bandeira	Da Escola Modelo Jerônimo Monteiro desta Capital	Porque Devemos Aplicar a Educação Física	1935	Junho–Julho	15 e 16

TABELA 1: Temáticas de Educação Física na Revista de Educação/ES.

A partir dos elementos em destaque na tabela, pode-se considerar inicialmente que, a partir de 1935, não foi mais publicada nenhuma matéria especialmente sobre a educação física. Observamos também que os textos destacados na tabela discorriam, de maneira geral, sob a temática da educação física junto às questões pertinentes à saúde, higienização e moral. O que, segundo Stephanou (2006, p. 33), ressalta o destaque concedido à proliferação de discursos médicos tematizando as relações da medicina com a educação.

Nas páginas da Revista de Educação/ES, esse contexto tinha assento garantido para formar e informar, ou seja, ao mesmo tempo em que contribuía para

¹¹ Todas as citações realizadas da Revista de Educação/ES foram adaptadas.

a formação dos professores fazendo circular um novo método pedagógico, também informava sobre os avanços da modernidade imbricada por diferentes ramos dos saberes científicos, especialmente no campo da medicina. Correlacionando, por seu turno, propostas sobre higiene, saúde e preceitos morais, a educação era então o palco onde um jogo de representações encenava sua dança.

Em torno da efetiva ação de educar pela modelação dos costumes, a prática da educação física apresentou um papel central e ativo, que trouxe à tona – fez emergir – uma série de representações que circularam nos anos 1930 sobre o papel da educação e a formação dos professores.

De modo que, a concepção da “medicina social” preventiva foi articulada às práticas pedagógicas e ao propósito educacional. E, inversamente, o efeito também pode ser observado quando se refere à educação inconcebível sem a incorporação dos avanços da ciência representada pela medicina. Tratava-se, segundo a autora, de uma medicina anatômica e fisiológica.

Segundo Stephanou (op. cit., p. 34), a concepção anatômica entende o corpo como uma *congérie*¹² de órgãos cujo funcionamento depende estrita e rigorosamente de sua integridade morfológica e estrutural. Nesse sentido, a doença constitui-se numa lesão, e curá-la é corrigir esta lesão, recompondo ou substituindo o órgão afetado. Para a segunda concepção, a fisiológica, a ideia se assenta no funcionamento do organismo, o dinamismo e a atividade da vida. Assim, se a vida é atividade, a doença nada mais é que um distúrbio funcional. O papel do médico, por sua vez, não consiste em tratar da lesão estritamente, mas em corrigir as perturbações funcionais a ela ligadas. Por isso, o organismo, mais que um mecanismo, é um mecanismo vivo. Embora, uma concepção não implique necessariamente a exclusão da outra, a concepção anatômica persistiu quase que absolutamente por muito tempo, quando então, nas primeiras décadas do século XX, a concepção fisiológica preponderou.

A tabela listou o título, autor, e ano dos textos que explicitam sobre a educação física a partir de uma concepção fisiológica que se atrelava aos pressupostos educacionais que tinham visibilidade nas páginas da Revista. Coube-

¹² Segundo Dicionário Aurélio de língua portuguesa, trata-se de massa informe, acumulação.

nos, antes de aprofundarmos nossas análises, a reprodução de um texto publicado em maio de 1934, ano 1, n. 2, para que, dessa forma, possamos empreender o exercício historiográfico de “deixar a fonte falar”; segue então o texto:

A Educação Física Como Fonte de Moral (1)

“De que modo pode o exercício físico tonificar a fibra moral?

Cultivando a presteza, a decisão, a atitude, a iniciativa, a adaptabilidade, a confiança em si mesmo, o bom humor e a limpeza de pensamento refletida numa limpeza do corpo”.

PURINTON

Se como nos asseveram os mestres, a causa principal da deficiência moral reside na estagnação do sangue no corpo e na impureza do sangue no cérebro, nada mais nos resta do que combater essa imobilidade e purificá-lo, para o que se faz necessário dar ao corpo movimento e conseqüentemente, uma maior atividade ao organismo em geral.

“A alma, quer resida ela dentro do corpo ou fora dele, não deseja o erro, entretanto é compelida a errar pela força do peso da matéria morta que a deprime e faz recuar a níveis inferiores. Somente por uma resistência rigorosa, oferecida por pulmões e músculos robustecidos pelo exercício físico, poderá a alma se erguer e expandir-se na sua justa grandiosidade e se libertar para governar a vida e utilizar o corpo como um instrumento fino e bom que possui”; é o que nos confirma o professor Edward Earle Purinton. Constitui assim, a educação física, por si só, um processo de salvação moral e o mais eficaz de todos os meios de que pode o homem lançar mão para a resolução do seu problema educacional (...). A harmonia física e moral, indiscutivelmente, é fator preponderante ao triunfo na vida (...). A vida começa com saúde.

E bem útil seria agora, nesta época em que começa a surgir no Brasil um espírito novo, que cada brasileiro tomasse a si a tarefa de retemperar a sua fibra moral; que cada brasileiro buscasse, através da educação física, reparar a grande falha do seu traço psicológico que é a falta de força de vontade e o “horror a responsabilidade”. O brasileiro, como é sabido, tem imaginação fecunda, tem iniciativa, mas lhe falta a ação. Ele quer, mas “não sabe querer” de uma maneira enérgica e tenaz do que resulta viver em constante indecisão, vacilando de momento em momento, tendo a dúvida e a incerteza como dois negros fantasmas a assombrar a ardente imaginação. Citado por Aurélio Lira, vemos no livro de Orlando Rangel – A Educação Feminina – o que dizia, em 1918, um tribuno patricio: “O brasileiro não cuida da educação física de seus filhos, nem do seu desenvolvimento corporal, de que tanto dependem a saúde, o vigor, a beleza e a própria inteligência; e o resultado é esta geração enfraquecida e taciturna, esta progênie debilitada, sem energia e sem estímulos; é povo naturalmente entregue a uma apatia que parece incurável, indiferente a tudo, as cousas mais ligadas aos seus próprios interesses; um povo que não discute, que não lê, que não vota!”. Exagerados ou não, no fundo, lamentavelmente, são esses os mais acentuados pontos fracos do nosso povo.

Como então poderemos despertar e desenvolver as nossas faculdades morais? Cultivando e desenvolvendo as nossas qualidades físicas.

“A inatividade física, no pensar de Daryl, destruindo o equilíbrio da vida animal, torna pesada a inteligência, obscurece o senso moral e produz dois tipos humanos quase tão miseráveis um como outro – o obeso e o nevropata; o primeiro, inválido pelos elementos de reserva que deixou de eliminar e saturado de gordura até os lóbulos cerebrais; o segundo, inconsciente vítima de uma acumulação de força nervosa que não se despendeu normalmente.

Importantes elementos de que dispõe o mais racional método de educação física – o método francês – são os jogos sob as suas várias formas. Nos “jogos” e “pequenos jogos” realizados em ambientes alegres, a criança dá expansão às suas emoções, tendências e inclinações. “Brincando, revela sua atitude perante a vida, suas relações com outras crianças, sua verdadeira índole. Mas – o que é importante – os mesmos jogos que vão descobrindo os defeitos do indivíduo, proporcionam anseio para corrigi-los”. Cabe então ao educador a tarefa, o dever de inculcar no seu espírito a confiança em si, a aquisição da iniciativa; “mostrar à criança egoísta melhor comportamento social; à criança desleal, a satisfação que provém do jogo lícito; à criança rebelde, que há mais prazer em conformar-se às regras do que desrespeitá-las. Tudo isto são noções e atitudes que a criança adquire, por assim dizer, inconscientemente” (L. Williams).

Essas qualidades, uma vez adquiridas, vão ser aperfeiçoadas ao abordar o indivíduo, a ginástica atlética e desportiva.

Tempera de caráter, disciplina, gosto pelo esforço, amor à luta, elevação dos sentimentos, nobreza de atitudes, confiança em si, são qualidades morais desenvolvidas e aperfeiçoadas nos exercícios atléticos e desportivos.

Um lugar de destaque, em se tratando de educação física e moral, merece a ginástica rítmica. O ritmo e a música educam poderosamente os sentimentos.

O canto modernamente sob a forma de “coros orfeônicos” é um grande incentivador de amor à Pátria.

Trabalhar, pois, pela propagação da educação física, é o dever de todo brasileiro que sonha com um Brasil CULTO, FORTE E RESPEITADO.

Vitória, 7 de maio de 1934.

(1) Apresentado e lido pelo aluno Napoleão de Freitas perante o Conselho de Instrutores e Professores da Inspetoria de E. Física, que o aprovou em sua reunião de 9 de maio de 1934 com **DISTINÇÃO COM LOUVOR**.

O critério de escolha para essa citação foi tomado com base nas diferentes representações que faz ressoar. Seja em relação ao emprego de um vocabulário que incorpora certo refinamento de termos técnicos da discussão médico-educativa, que contempla uma atenção maior a processos muito particulares da escola, seja em se tratando dos princípios propostos para a educação escolarizada, sob a lógica de uma “ortopedia social”, quando sugere a aplicação da educação física como correção dos males do povo. Possibilidade de pensar a normatização da natureza do homem por meio da educação escolarizada, como nos revela a ideia de inatividade do homem brasileiro, presente na citação.

No Brasil, pelo menos desde o final do século XIX, discutia-se que educação e saúde seriam as investidas mais importantes para salvar o país do atraso, da degeneração, da catástrofe; nesse aspecto são diferentes autores que se assemelham: Sthephanou (2006; 1998; 1996), Rocha (2003), Parada (2009), Schneider (2010).

Curar implicava, necessariamente, instruir e educar para prevenir e erradicar as doenças e a ignorância a que o povo estava condenado. Essa compreensão fica aparente na composição do texto acima citado. Além disso, vislumbra a escola como *locus* irradiador cumprindo seu papel social no combate à ignorância, ao mesmo tempo que promovia saúde, abrangendo o marco fundamental para o futuro da nação.

Nesse âmbito, os prédios escolares construídos nesse período no país simbolizavam, segundo Nunes (2012, p. 387), o *locus* de expressão do moderno, e pretendiam criar novos comportamentos e sentimentos diante da escola, expandindo-se para fora e além dela, de modo que:

A nova arquitetura promoveu a expansão regulada das atividades corporais ao incorporar às salas de aula os anfiteatros, a biblioteca, as salas de leitura, o refeitório, os jardins, as “áreas livres”. Na opinião de quem frequentou essas instalações, particularmente as crianças mais pobres, a existência desses locais funcionou não como um código de confinamento, mas de reapropriação de espaços de sociabilidade crescentemente sonogados às classes trabalhadoras pelas reformas urbanas que lhes empurravam para os morros ou para a periferia das cidades.

Assim, da transmissão de conteúdos ao entendimento da educação como processo de viver, novas exigências se impuseram, um novo modelo se instalava também a partir da *Revista*. Em especial, aquelas que passaram a requerer dos educadores outro conjunto de conhecimentos, necessários a uma racional atuação pedagógica, ou seja, novos métodos de ensino passaram a circular e deveriam ser incorporados à prática formativa do professor. Nessa perspectiva, fosse sob texto ou imagem, toda (in)formação se fazia presente na Revista de Educação/ES, a fim de cumprir tal empreitada¹³.

¹³ Esse período demarca também um momento importante para a história de um determinado modo de conhecimento e prática de si, em que novos saberes dos indivíduos acerca de si mesmos foram produzidos e organizados, valorizados, recomendados e/ou impostos, com uma crescente presença dos saberes médicos atrelados à educação. A partir dos estudos de Foucault (1999, p. 323), e com o exame dos processos de formação do cidadão nas primeiras décadas do século XX, foram identificadas uma crescente importância dos cuidados pessoais nos domínios da urbanidade ou da civilidade, em especial aqueles relativos à higiene e à saúde. Com destaque para o contexto aqui abordado, notamos as práticas e ações que os sujeitos deveriam dirigir a si mesmos quanto à polidez das condutas, os rituais de uma estética esmerada, asseio pessoal, cuidado com o corpo, a intimidade e a sexualidade, os novos modos da sociabilidade urbana.

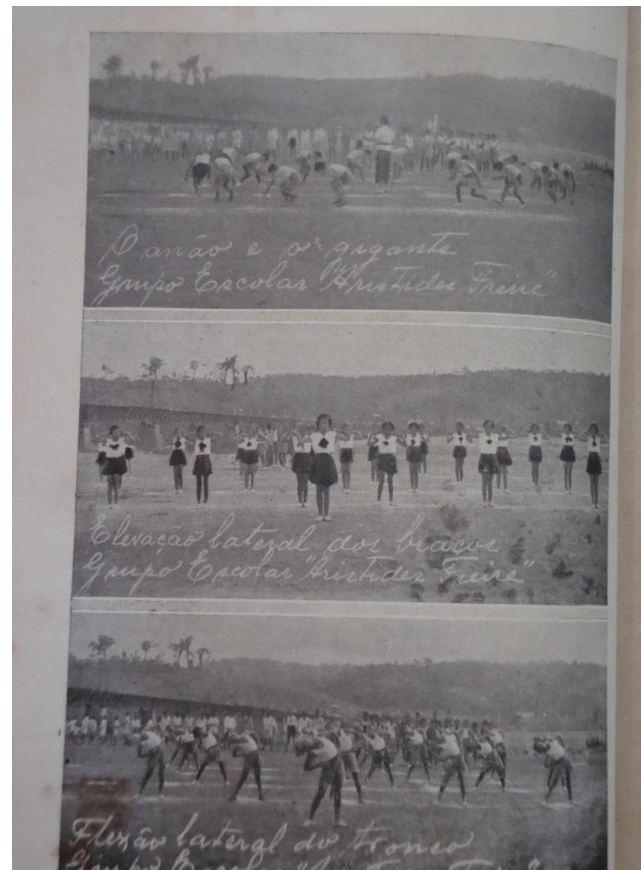


FIGURA 4: Revista de Educação/ES.
Ano 3, n. 22, março de 1936.

Ao assegurar a formação higiênica dos professores, os ideais médicos garantiriam também certo controle da educação sanitária realizada nas escolas, ao definir os conteúdos, elaborar materiais pedagógicos, organizar atividades específicas, em especial durante a prática da educação física, produzindo, assim, condições que exigiam uma contínua e sistemática orientação e formação. Dito de outra forma, nota-se a escolarização de saberes e práticas a partir do processo de seleção dos saberes médicos com objetivo de transformá-los em conteúdos do ensino de Higiene nas escolas, ou seja, conhecimento escolar.

Entendemos também que esse processo esteve inserido em um sistema de relação de forças, regimes de verdade que, no decorrer do período examinado, controlaram os saberes médicos que deveriam ser ensinados nas escolas.

Ao mesmo tempo que, fora da escola, esses dispositivos de difusão eram expressos em forma de propaganda sobre educação sanitária do povo, utilizando diferentes meios como cinema, rádio-difusão, palestras, exposições, panfletos, cartazes, esses dispositivos contribuía na inculcação da formação escolarizada desejada. As fotografias divulgadas na Revista cumpriam com certo êxito esse pressuposto, qual seja, a arte de moldar os sentidos a partir dos corpos, como se percebe na imagem que se segue:



FIGURA 5: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 2, maio de 1934.

Instaurados em um novo regime e gênero de vida, onde a urbanidade¹⁴ e a civilidade¹⁵ eram inerentes aos princípios de higiene e saúde, foram fincadas as bases por onde se encenavam as virtudes da vida moderna¹⁶.

Nesse contexto histórico da década de 1930 no Brasil, a questão urbanística assumiu a mística em torno da construção das escolas, nas palavras de Souza (1998), “Templos de Civilização”, que anunciavam a chegada de um novo tempo.

Atrelada aos princípios higienistas e sanitaristas, a arquitetura escolar proposta para os anos de 1930 fixou no espaço, e soprou em todas as direções, novos valores, novos costumes, impondo novas feições à educação escolarizada, o que, por seu turno, exigia um outro olhar sob a formação dos professores e dos métodos de ensino¹⁷.

Trata-se, portanto, do entrelaçamento das prerrogativas de civilidade aos pressupostos pensados para a modernidade, que eram publicados pelos jornais e impressos pedagógicos, de tal maneira que ressoavam para além de perturbações técnicas, científicas e políticas, mudanças de mentalidades significadas na alteração da sociabilidade, uma vez que a reordenação dos espaços físicos foi necessária na consolidação e desenvolvimento das novas relações sociais, ou seja, na composição de um novo tempo para a educação.

¹⁴ Para Nunes (2010, p. 394), as cidades são espaços de contradição, de luta, de criação de novos desejos e de negação da unilateralidade da História. Assim, também consideramos a escola. Segundo a autora, um dos efeitos mais importantes da modernidade pedagógica como prática cultural foi o de produzir identidades sociais que só se definiram, no entanto, num processo de produção da diferença, que é decisivamente cultural e social.

¹⁵ Sobre o aspecto da civilidade, Sennett (1988, p. 45) assinala que era compreendida neste período enquanto conceito que imprimia o sentido de “uma pessoa não se tornar um fardo para outras”, havendo, dessa forma, a centralidade no sujeito racionalizado conhecedor de seus domínios e limites, com autocontrole capaz de conduzi-lo rumo ao processo de harmonização social; nesse empenho, para que tais características fossem alcançadas, a educação se fazia fundamental.

¹⁶ Vale destacar os estudos sobre os diferentes processos de civilidade pelos quais a sociedade ocidental passou, construindo representações de seu próprio funcionamento que revelam diferentes processos de expor e ensinar as maneiras legítimas de comportamento social (ELIAS, 1994, p. 86).

¹⁷ Nos anos de 1920, no Brasil, a cidade pensada industrial teve como princípios diretores de construção a análise e a separação das funções urbanas, de modo a exaltar em sua constituição os espaços verdes que desempenhavam o papel de elementos isoladores na formatação dos planos, ao passo que, na organização da escola também se verifica e institui a formatação que expressa, segundo Veiga (1998, p. 171), formas de hierarquização dos espaços, conteúdos e de gerações. Essa “construção da modernidade” pelas vias urbanistas ocorreu em diferentes capitais do país, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Recife, Salvador, entre outras. E trouxe consigo uma nova pedagogia que se fundamentou enquanto saberes voltados para a formatação dos sujeitos civilizados, símbolos de habilidades específicas para uma nova vida urbana a ser delineada.

Nesse sentido, os empreendimentos urbanos do início do século XX retratam algo que vai além do sentido de proteção para seus habitantes: tornaram-se expressões estéticas no sentido da eficácia com a consolidação de algumas características de modernidade, a saber, a fixação da higiene e saúde, a funcionalidade das ruas e parques, a objetivação de cada função às áreas determinadas e específicas, o enquadramento dos prédios escolares a um padrão estético, enfim, traçou-se no plano geométrico a explícita formatação da estética moderna, ficando assim definidos os quadrantes arquitetônicos e urbanísticos que emolduraram o espetáculo¹⁸. Civilização e modernidade: tais pressupostos levariam o país para as vias do progresso.

2.2. A Educação e o Porvir do Espírito Santo.

O título que encabeça essa parte de nosso estudo, tem como origem a matéria publicada na Revista de Educação/ES, Ano. 1, n. 7–8, out/nov. 1934. No texto escrito por Claudionor Ribeiro a evocação ao “Novo tempo da educação” é aguda em resposta às necessidades eminentes pelas quais passavam a sociedade rumo à modernidade e progresso da nação, trata-se de um novo modelo pensado para a educação.

Tal modelo lança artifícios de circulação e divulgação de seus novos e arrojados métodos que o configura como sendo o saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico. Esse modelo articula representações de uma velha educação ou da pedagogia tradicional com um conjunto de práticas e saberes sobre educação que vinham sendo exercidos no Brasil. Trata-se, neste caso, de um ataque que desqualifica qualquer prática educativa empreendida até aquele momento no país. E, sob os arautos desta educação pretendida, fincava-se, segundo Schueler & Magaldi (2008, p. 35):

¹⁸Le Goff (2008, p. 178) assinala que a representação em torno do moderno como sinônimo de novidade e de progresso se relaciona, na historiografia ocidental, pela concepção de um nascimento, um começo.

A memória da escola primária e da ação republicana em prol da educação escolar foi edificada por cima dos escombros de antigas casas de escola, de “palácios escolares”, de debates, leis, reformas, projetos, iniciativas e políticas de institucionalização da escola nos tempos do Império. Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam ideias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. – a *má* formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do *velho* mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a *pocilgas*, *pardieiros*, *estalagens*, *escolas de improviso* – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e *lugares de memória* para a educação republicana. Pretendia-se re(inventar) a *nação*, inaugurar uma nova era, novos tempos (grifo das autoras).

No movimento contrastante, a realidade descrita figurava os novos tempos da educação, como a evidenciada pela capa e o texto a seguir, que inaugura o primeiro número da *Revista de Educação/ES*:



FIGURA 6: Revista de Educação/ES.
Ano1, n. 1, (capa), abril de 1934.

A inauguração do Grupo Escolar “Padre Anchieta¹⁹”, a 19 de março último, cujo *cliché* estampamos na nossa capa, foi uma das mais expressivas homenagens tributadas neste Estado, à memória do venerável apóstolo do Brasil.

É sobremodo agradável o seu aspecto exterior e interior. Possui confortáveis instalações sanitárias, vestiários, esplêndidas secções de chuveiros para as atividades da cultura física, gabinetes de assistência médica e dentária, solário, ampla área coberta para vários trabalhos escolares, bela e ampla varanda de 30 metros de comprimento por 1½ de largura, 7 salas bem ventiladas, com dimensões de 6x8. Oferece espaço bastante para o funcionamento, em dois turnos, de 14 classes, com capacidade necessária para 630 alunos.

[...] É de se salientar que foi o primeiro educandário, cuja construção foi inteiramente determinada e superintendida pela Secretaria do Interior e Justiça. É uma construção que evidencia o empenho carinhoso do Governo do Estado pelo reajustamento da nossa máquina educativa. É, ainda, no gênero, um dos bons padrões que muito enaltecem o nosso sistema educacional (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, p. 2).

A imagem da capa e o texto de apresentação estão em sintonia, pois juntos revelam uma série de representações em torno da educação, evidenciando as conquistas e melhorias e empenho em prol da educação no estado do Espírito Santo. A Revista de Educação/ES tornava pública a questão da edificação dos prédios escolares, seguindo normas e padrões preestabelecidos segundo atributos higienistas, e acabava por identificar a educação escolarizada como máquina educativa.

Desse modo, podemos perceber o quanto a Revista de Educação/ES assumiu o papel de suporte de anúncio, ou dispositivo de difusão, segundo Carvalho (1998, p. 89), uma vez que apresentava-se como sendo porta-voz das benfeitorias do estado ao anunciar, tornar público, fazer circular, dar notícia a uma série de empreendimentos ligados à educação. Enaltecia, por meio de textos, a tradição remetida aos tempos jesuíticos do Estado, para inscrever-se como portadora da notícia da suposta renovação educacional, cuja tradição é retomada como se a educação ideal tivesse se iniciado com os jesuítas e progredisse até os tempos atuais da Revista²⁰. A imagem ressalta então a ação política do estado,

¹⁹ Nas décadas de 1930 e 1940 é oportuno destacar, segundo Rodrigues (2005, p. 15), que o regime Vargas soube buscar e incentivar no imaginário coletivo o suporte para a sua legitimação. Para isso, estabeleceu alianças com diversos setores da sociedade, incluindo a Igreja Católica. Desse modo, ocorreu um reordenamento social nos anos de 1930, inspirado no corporativismo. Nesse projeto, Estado e Igreja prestavam-se mútuo auxílio e, mesmo se tratando de um período em que o Estado passava por processos de laicização, ele lançou mão de recursos religiosos e sacralizou o político em nome de sua legitimidade.

²⁰ A observação sobre o uso do tradicional, na evocação do padre José de Anchieta, como forma de legitimar as atribuições do Estado, que se apresenta como “sucessor e guardião” do progresso educacional desde os tempos imemoráveis, nos foi possível a partir das observações realizadas pela

apresentando-se como o tempo de um governo comprometido com o sistema educacional, atento à cultura e à política.

Mate (2002, p. 16) esclarece que foi a partir de certos interesses que o modelo de modernização da educação dos anos de 1920 e 1930 se tornou predominante no debate pedagógico, favorecendo a prática de uniformizar a educação. Esse modelo pedagógico alimentava perspectivas para além do ambiente escolar, uma vez que desdobravam-se em projetos bem mais amplos de reeducação da sociedade, na medida em que transmitia, através de seus dispositivos, um outro modo, *moderno e urbano*, de comportamento social. Tratava-se de um projeto que circulava entre grupos cujas lideranças, advindas tanto do meio jornalístico, quanto educacional e/ou intelectual, acabaram traduzindo uma demanda que vinha da sociedade, ressignificando-a e apresentando um novo programa para o ensino.

Carvalho (2007, p. 94) afirma que para compreender as representações sobre a educação que circulavam nos impressos pedagógicos no Brasil, a partir do final do século XIX e nas primeiras quatro décadas do século XX, deve-se ter ciência de que tais representações procuraram “[...] legitimar-se enquanto saber pedagógico de tipo *novo, moderno, experimental e científico*”. Algo estampado na Revista de Educação/ES:

A grande guerra de 1914 operou, na face da terra, uma transformação nitidamente formidável.
O que, à primeira vista, parecia uma horripilante destruição não é mais do que uma consequência natural da vida que se caracteriza, nas suas simples particularidades, por uma força misteriosa, “que lhe permite renovar-se ainda quando julgamos que se destroem”.
Volvendo a atenção para o passado, parece-nos haver parecido uma antiga humanidade, tendo surgido outra nova, nimamente (*sic*) exigente e empreendedora. E tudo envolveu, violentamente.
Em consequência desse envolver tão intempestivo a vida vai tornando dificilmente tolerável. Raros os que vencem. Os desesperançados atingem a um coeficiente desanimador. A vida é caluniada a cada passo. E os fracos vão sucumbindo sob as suas leis irrevogáveis.
As sociedades modernas, por seu turno, estão exigindo indivíduos sadios, braços possantes e energias mentais criadoras que possam suprir, eficazmente as necessidades do momento (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, p. 2).

Podemos observar, na citação, as caracterizações em torno das representações sobre renovação e destruição. Segundo Carvalho (1998, p. 29), a pedagogia, particularmente após a Primeira Guerra Mundial, deixava-se impregnar pelos novos ritmos da sociedade e do maquinismo, passando a produzir além desses novos ritmos, também novas sensibilidades, que faziam entrever modalidades inéditas de intervenção disciplinar.

Para Márcia Elisa Teté Ramos²¹, é preciso também considerar o contexto do pós-guerra de 1914, sob a visualização que se tinha a partir da concepção de novos tempos, cuja capacidade política (das mentes criadoras), de superação da destruição, da tristeza, de forma heroica e, por isso, quase sobrenatural. A matéria divulgada na Revista de Educação/ES expunha a noção de ruptura, sob o júbilo das mentes criadoras, associando aos fortes, possantes, sadios.

Em outros termos, pode-se dizer que, uma vez estabelecida a materialidade da informação, seguiu-se uma série de mecanismos e estratégias de divulgação que pretendem formar um saber acerca de algo, o que nos permite pensar na coexistência de um *in-formativo*, ou seja, algo que concede ciência sobre um determinado assunto ou interesse, ao mesmo tempo que estabelece possibilidades para o indivíduo formar opinião sobre um determinado assunto ou comportamento, sendo esta uma característica fundamental para que a circulação e apropriação possam de fato ocorrer, o que, nas pesquisas de Carvalho (1998, 2002), são compreendidas a partir do conceito de dispositivos de difusão.

Nesse contexto, é de grande importância o papel desempenhado pela imprensa periódica pedagógica, especialmente a partir de 1920, quando se tornou um importante dispositivo frente aos anseios pensados pelos intelectuais e políticos ligados às questões educacionais. Os responsáveis utilizavam a imprensa como um veículo de informação capaz de pôr em circulação tanto as representações de educação de cunho moderno e inovador, quanto as críticas severas que estampavam os rótulos sobre a velha educação. Assim, os impressos pedagógicos, como no caso a Revista de Educação/ES, colocaram em circulação uma série de

²¹ Essa reflexão nos foi possível a partir das contribuições advindas das reflexões propostas pela professora Doutora Márcia Elisa Teté Ramos, na ocasião do nosso Exame de Qualificação II, ocorrido em maio de 2013.

representações que nos contam sobre os embates em torno dos modelos educacionais propostos para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1930.

Sobre as estruturas modernizantes, pousavam as práticas associadas à velha educação que, segundo Vidal (2005, p. 157), fazia menção a uma série de medidas no âmbito educacional, empreendidas pelo país desde 1892, como a reunião das escolas em um mesmo prédio e em grupos no centro da cidade e na zona urbana, ao invés de ficarem isoladas e espalhadas. Essa ação pretendia responder a imperativos pedagógicos, higiênicos e políticos, proporcionando, por um lado, a possibilidade de implantação de classes graduadas, substituindo o ensino em vários níveis e especializando o docente; e, por outro lado, reunindo escolas de professor único sob o mesmo teto, colocava os mestres subordinados a um diretor, redefinindo-se os poderes docentes, além de facilitar a ação dos inspetores escolares que, em lugar de percorrer diversas pequenas escolas, dirigiam-se a poucos grupos para fiscalizar-lhes o ensino.

Somam-se, segundo Faria Filho & Vidal (2000, p. 20), os aspectos relativos ao programa de ensino que era constituído por um elenco de materiais de cunho científico e moral, introduzidos aos programas escolares primários em diversos países da Europa e nos Estados Unidos e, desde a segunda metade do século XIX, constituíam os programas escolares brasileiros.

Em 1906, por exemplo, o programa educacional estava organizado sobre os seguintes saberes: leitura e princípios de gramática, escrita e caligrafia; contar e calcular sobre números inteiros, sistemas métricos e decimais; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; noções de ciências físicas, em suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura da vida dos grandes homens da história; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares apropriados à idade e sexo. Portanto, um programa enciclopédico para uma escola laica e republicana, já que dele encontrava-se excluída a doutrina cristã, denotando o caráter laico da República.

No estado do Espírito Santo, essas características referentes ao programa educacional podem ser verificadas no governo de Jerônimo Monteiro (1908–1912), homem considerado de forte espírito empreendedor que abriu, segundo Novaes

(2001, p. 129), frentes reformistas durante sua gestão. Entre seus esforços, figura a ênfase empreendida na promoção dos estudos da história do Espírito Santo e na área do ensino. Este último apresenta-se como ponto forte em seu discurso.

O eixo central de sua reforma na educação capixaba se deu em torno da criação da Escola Modelo anexa à Escola Normal, a criação e estruturação dos grupos escolares, que passaram a configurar-se como os espaços institucionalizados criados para abrigar o modelo educacional que estava sendo proposto em São Paulo e se estendia a outras capitais, como no caso do estado do Espírito Santo. A inspiração para implantação desse programa advinha, segundo Novaes (2001, p. 130–131), da Reforma de Instrução Pública Paulista de 1893 empreendida por Caetano de Campos.

Nessa reforma, como nos apresentam Schueler & Magaldi (2008, p. 37), foi assinalada a vinculação essencial entre a adoção de uma nova proposta para a escola primária e a preparação da atuação dos futuros professores. A implantação da Escola Modelo na cidade de São Paulo assume uma importância central, constituindo-se em espaço de observação das práticas escolares que deveriam ser incorporadas pelos futuros mestres. A escola primária experimental paulista afirmava-se como parâmetro para as escolas públicas republicanas, especialmente no sentido de organização do universo escolar. O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa e o trabalho escolar estava apoiado no princípio da seriação²².

Para os anos de 1920 e 1930, nota-se, como observa Faria Filho & Vidal (2000, p. 21), que a complexidade dos programas levou à elaboração de livros e guias de ensino; “os conteúdos programáticos deixaram de ser incluídos no corpo das leis e dos regulamentos de ensino, como era usual, para assumirem publicações próprias”. Foi dessa forma que a imprensa periódica pedagógica passou a assumir a questão da visibilidade para com os programas de educação, assegurando, por um lado, o princípio de divulgação aos novos modelos de ensino, como no caso da

²² No modelo da escola graduada, Vidal (2005, p. 113–121) afirma que a seriação foi um dos pilares de ordenação temporal, estabelecido em relação direta com outro elemento organizacional da escola moderna, ou seja, a classificação dos alunos mediante o sistema de avaliação por idades e classes de ensino.

Revista de Educação/ES, e silenciando e/ou criticando, por outro lado, velhas e conhecidas práticas de formação docente e saberes escolares. Vejamos como a prática de visibilidade se fez presente na Revista:

A organização do nosso Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, com uma finalidade de elevado e indiscutível alcance, qual seja o intercâmbio cultural entre o Departamento de Ensino Público deste Estado e as instituições científicas do país e do estrangeiro. Mantendo o nosso Serviço a publicação de uma Revista de Educação, mensal, destinada à vulgarização de métodos e processos contemporâneos de ensino. Tendo uma secção de propaganda e informações sobre as questões educacionais. Uma das modalidades bem interessantes de nosso programa é a secção de recortes dos jornais e revistas sobre os mais palpitantes assuntos científicos da atualidade (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, Ano 1, n. 4 e 5, jul./ago. 1934).

Esse modelo de educação escolarizada esteve inserido no contexto histórico, político e social das reformas da educação no Brasil na década de 1920 e circularam, resguardadas suas particularidades regionais, por diferentes estados do Brasil como a reforma de Sampaio Dória em São Paulo (1920), as reformas lideradas por Manoel B. Lourenço Filho no Ceará (1923), por Anísio Teixeira na Bahia (1925), por Francisco Campos em Minas Gerais (1927) e Antônio Carneiro Leão em Pernambuco (1928)²³.

No Espírito Santo, essas reformas foram implementadas a partir dos governos de Nestor Gomes (1920–1924), Florentino Avidos (1924–1928) e Aristeu Borges Aguiar (1928–1930), períodos em que o estado viu saltar de 51 para 593 escolas. A partir de 1930, a educação passou a ocupar um lugar de destaque nos embates políticos do país ligados aos princípios da Escola Nova. É importante notar que, desde a década de 20, as marcas para o progresso já se faziam presentes nas questões educacionais no país.

2.3. A educação e a escola no contexto capixaba em consonância com a Revista de Educação/ES.

A ênfase na educação e na formação de um povo obteve os mais variados enfoques e expectativas e esteve presente nos discursos dos intelectuais e políticos de maneira vigorosa no início do século XX. No Espírito Santo, tal ênfase pode ser

²³ Uma interpretação acerca dessas reformas pode ser encontrada no conjunto de textos e autores reunidos na obra *Reformas Educacionais: as manifestações da escola Nova no Brasil (1920–1946)*, organizada por Maria E. B. Miguel; Diana Gonçalves Vidal e José Carlos S. Araujo.

traduzida, em parte, pelas primeiras páginas da *Revista de Educação/ES*, cujo vulto educacional toma assento na apresentação de Claudionor Ribeiro, que na ocasião ocupava na revista o cargo de redator secretário, e escreveu a matéria de apresentação do primeiro número, intitulada “Breve Relato do Problema Pedagógico no E. Santo”, dando notícias sobre a educação: “No que concerne às questões educacionais, é nitidamente estupendo o progresso do Espírito Santo” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934. n. 1. p. 3).

Quais seriam as representações que perpassam essa afirmação? Como estava o cenário educacional do estado do Espírito Santo, em 1934, para que tamanho progresso fosse evocado? Que progresso era esse? Quem são seus maiores representantes? Como se legitimaram? Antes de perseguirmos seus possíveis significados, temos que retroceder um pouco no tempo, para assim, entendermos o contexto histórico no qual a afirmativa de Claudionor Ribeiro ganhou sentido, entrecruzando as representações evocadas em torno da escola, durante a década de 1930, considerando como eixo de análise as proposições advindas da Cultura Escolar.

A década de 1920 no estado do Espírito Santo foi marcada por uma fase de prosperidade econômica com a alta dos preços do café e a expansão cafeeira que promoveu maior ocupação territorial, fez crescer o contingente populacional e permitiu ao Espírito Santo se projetar enquanto estado produtor de café, colocando-o, segundo Rosa (2008, p. 119), em condições de ocupar posição de maior destaque na política cafeeira, aflorando para o cenário político-econômico nacional enquanto partidário da defesa dos interesses agroexportadores.

Além da elevação continuada do preço do café, outro fator veio a beneficiar as finanças do estado: o aumento considerável da apropriação de parte do excedente da produção capixaba dentro dos limites do Estado, com a centralidade em Vitória, de grande parte da exportação do café do sul, que antes era comercializado no Rio de Janeiro, o que permitiu que várias obras fossem realizadas no sentido de melhorar o transporte do café no estado, como a ampliação de estradas de rodagem e o aumento e reforma da malha ferroviária para facilitar o escoamento e transporte das mercadorias até Vitória.

Arelado ao contexto econômico capixaba estava o cenário político que, segundo Wanick (2007, p. 31–33), se diferenciava do contexto nacional que experimentou nos anos de 1920 um período conturbado, o que contrastava com a cena política capixaba marcada por uma relativa serenidade. Wanick (*op. cit.*, p. 31) afirma que os governos e sucessões durante esta década foram relativamente tranquilos dentro do Estado, tanto na transferência de Nestor Gomes (1920–1924) para Florentino Avidos (1924–1928), e na sequência, de Florentino para Aristeu Borges de Aguiar (1928–1930), embora, logo no despontar da década de 20, na ocasião da eleição de Nestor Gomes para o quadriênio (1920–1924), uma divergência dentro da oligarquia Monteiro na escolha do candidato a presidente do Estado, tivesse colocado em lados opostos os irmãos Jerônimo e Bernardino²⁴. Ainda assim, imperou um clima pacífico, que frequentou a maior parte da política capixaba nos anos 20.

No âmbito educacional imbricado ao cenário político dos anos de 1920, as reformas da educação escolarizada estampam este período da história capixaba. Segundo Barreto (1997, p. 80–83), o governo de Nestor Gomes (1920–1924) contava em 1921 com 85 escolas primárias que seguiam uma classificação criada no governo anterior de Bernardino Monteiro (1916–1920). As escolas primárias do estado foram classificadas em três entrâncias: as de 1ª entrância eram escolas localizadas na capital e em seus arredores; as de 2ª entrância referiam-se às escolas das sedes dos municípios; e por fim, as de 3ª entrância englobavam as povoações de populações do interior e as escolas rurais. O quadro das escolas primárias era composto da seguinte maneira:

1 escola complementar, 2 grupos escolares, 5 escolas noturnas, 8 escolas de 1ª entrância, 70 escolas isoladas de 2ª entrância e 229 escolas isoladas de 3ª entrância. Havia 21 escolas municipais. Destacavam-se, entre as 27 escolas particulares, o Liceu Filomático, O Colégio Americano e o Colégio Nossa Senhora da Vitória (BARRETO, *op. cit.*, p. 81–82).

Com Nestor Gomes, a Diretoria de Ensino (do Espírito Santo) foi transformada em Instrução Pública. No governo de Florentino Avidos (1924–1928),

²⁴ Não são conhecidos em profundidade líderes, partidos e facções políticas que disputavam o poder no estado do Espírito Santo nos anos imediatamente anteriores à Revolução de 30. Somente é mencionada, mesmo assim de passagem, uma disputa intra-oligárquica para controlar o aparelho regional de Estado, com facções rivais lideradas pelos irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro (ACHIAMÉ; COSTA, 2005b, p. 10).

foram empreendidos esforços que resultaram no aumento do número de estabelecimentos escolares. O ensino primário passou a ser organizado no programa de quatro anos. O curso complementar era de um ano. A instrução elementar era ministrada em Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas, além de escolas rurais e ensino particular e municipal.

Em 1928, o Estado contava com 593 escolas. Trata-se de um grande salto, se considerar o número de escolas no estado no início da década. No governo de Aristeu Borges Aguiar (1928–1930), que teve Atilio Vivácqua como Secretário da Educação, que era adepto da Escola Nova, as escolas foram aparelhadas, os professores foram selecionados e o ensino se desenvolveu sobre o Método de Ensino Intuitivo²⁵. Houve também investimentos no Ensino Profissional Agrícola. Neste período, Vivácqua idealizou um plano de reforma do ensino com base nos princípios escolanovistas que sugeria:

Mobilização para combater o analfabetismo; Aperfeiçoamento do ensino através de orientações pedagógicas modernas; Concurso, nomeação e acesso ao magistério; Criação do Fundo Escolar; Adoção da Escola Ativa Funcional; Criação da “Escola de ensaio” ou Modelo; Realização de um Curso Superior de Cultura Pedagógica (BARRETO, 1997, p. 85–86).

No contexto econômico, de acordo com Silva (1995, p. 65), o governo Aristeu Borges Aguiar encarou a crise de 1929, como passageira, desconsiderando, por assim, a redução pela metade que as receitas oriundas do comércio do café capixaba sofreram naquele ano. Assim, decidiu-se não reduzir os gastos do governo, apesar de, em 1929, a arrecadação tributária não chegar à metade do montante previsto. Para resolver esse problema, o governo optou pelos empréstimos bancários, o que resultou numa situação financeira crítica que teve que ser encarada pelo governo seguinte. Ainda, segundo a autora, o governo instaurado arma-se de um argumento de controle econômico para impor uma política de cortes de gastos

²⁵ Segundo Valdemarin (2006a, p. 90–91), em finais do século XIX o Método Intuitivo é entendido por seus propositores europeus como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar. Os materiais didáticos difundidos se baseavam na adoção de um novo método que se afirmava como concreto, racional e ativo, denominado de ensino pelo aspecto de “lições de coisas” ou ensino intuitivo. Esse método, como salienta a autora, pode ser sintetizado como “observar e trabalhar”, segundo uma lógica em que todas as atividades propostas devem motivar o aprimoramento da observação e da inteligência, consistindo em imitações das formas e dos objetos existentes no cotidiano da criança. Para a sua transformação em instrumento pedagógico, o Método Intuitivo de Ensino se constituía em um repertório de regras comuns, simplificadas que poderiam ser entendidas e memorizadas pelos professores que eram seus leitores.

públicos. A ação governamental seguiu as diretrizes do Poder Central e reorientou o eixo da política econômica e social, a fim de atender às demandas da industrialização²⁶.

Os relatórios e mensagens de governo neste período explicitam ações voltadas para o atendimento das demandas do setor social: saúde, educação, assistência social, etc. Com relação à educação, o alvo foi melhorar a qualidade dos ensinamentos primário e secundário, investindo-se no corpo docente e na criação de instâncias educacionais, ampliando a rede de escolas no interior e na capital.

Contudo, esse plano de reformas não chegou a ser implantado em virtude do movimento revolucionário²⁷ de 1930. Pois, eis que surge um novo regime político: o Estado Novo de Vargas. No período de julho de 1934 a novembro de 1937, segundo Achiamé (2005a, p. 219), existiu na história brasileira um breve interregno democrático comprimido entre períodos de regimes identificados como o Governo Provisório (1930–1934) e o Estado Novo (1937–1945).

Em se tratando da década de 1930, a história política brasileira esteve marcada por forte instabilidade e por vivo debate e trouxe para a arena política outros sujeitos para o debate, o que, segundo Borges (1998, p. 160–161), permitiu que a questão social, embora nem sempre de maneira explícita, se atrelasse à ideia de revolução. Para Hanna Arendt (1988, p. 21–57), o conceito de revolução sugere a noção da mudança no sentido de um novo começo: a formação de um novo corpo político que se liga à ideia de liberdade. Esta mudança é vista como um movimento

²⁶ “[...] Construíram-se o Leprosário de Itanhega, o Hospital dos Funcionários Públicos, o Quartel de Polícia de Maruípe, diversas escolas, estradas de rodagem, reiniciaram-se as obras portuárias, fêz-se o pôrto de minério e fundou-se o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo” (Derenzi, 1995, p. 198).

²⁷ O movimento tenentista assumia tendências sociais reformadoras. De acordo com Achiamé (2005a, p. 76), o intervencionismo reformista no Brasil possuía influência positivista, mas com caráter mais militarista em sua ação. Os tenentes “[...] mais facilmente aceitavam o predomínio militar na política e a necessidade do fortalecimento das Forças Armadas”. Entretanto, como afirma o autor, uma posição de intervenção mais controladora foi a que teve maior desenvolvimento depois da Revolução de 1930, por meio do General Góes Monteiro. Essa “intervenção moderadora”, segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 43), “[...] Concordava com a ideologia do soldado cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto ao sentido dessa intervenção”. Tratava-se de um projeto ideológico defendido por Góes Monteiro que pregava que a segurança e ordem nacional seriam garantidas por um governo forte, somado à disciplina das Forças Armadas e das massas. Conforme o autor, esse projeto ideológico repressivo criticava o regime liberal, o sistema representativo, o sufrágio universal e os partidos políticos e acreditava que, para um governo forte, deveria ser criado um partido único social-nacionalista; na ausência desse partido, as forças do país deveriam organizar-se sob o Exército e a Marinha, o que caracterizava o caráter político do Exército.

que obedece a uma necessidade histórica irreversível e leva os homens a buscar um modelo ao qual possam recorrer.

Sobre esse aspecto, Borges (1998, p. 162) afirma que é por meio desse ímpeto em assegurar publicidade e circulação sobre o novo e a mudança que os mais variados registros da época, como a imprensa, os anais e a imprensa pedagógica são colocados em circulação. E, para nós, esses horizontes de mudança revelam representações que se configuravam em torno das expectativas de futuro vividas na época pela sociedade.

Nesse sentido, o interventor Bley pôs em prática políticas com fundamento nos ideais reformistas dos revolucionários, mas que também eram respaldadas pelas diretrizes gerais e institucionais do Governo Provisório de Getúlio Vargas²⁸. Pelos dados encontrados sobre a reforma do Governo Bley no Espírito Santo, percebem-se ações voltadas para o controle do sistema educacional e da imprensa. Várias medidas foram tomadas para “aperfeiçoamento” do ensino, para promoção da educação moral e cívica e para o avanço da Educação Física no Espírito Santo. No relatório apresentado a Getúlio Vargas, em 1931, Bley relatou as diretrizes tomadas:

Na plataforma, com que me apresentei aos sufrágios eleitorais, dizia eu que o problema do ensino constituiria uma das mais sérias preocupações do governo; que para atendê-lo, entretanto, não bastaria criar escolas onde não existissem ou fossem deficientes, ou aparelhá-las convenientemente. Mas que era preciso selecionar o professorado, velar pela eficiência dos métodos de ensino, fiscalizar e estimular o cumprimento do dever. Acrescentava que ao lado do ensino primário, convinha instituímos o ensino técnico profissional e agrícola e promover o desenvolvimento do escotismo, como verdadeira escola de civismo (ESPÍRITO SANTO, 1931, p. 69).

²⁸ De acordo com Horta (1994, p. 22), “[...] a política do Exército era uma política de preparação para a guerra, enquanto processo de mobilização nacional”. Ou seja, desde o tempo de paz deveriam executar-se ações que preparassem a população para qualquer conflito. Com essa justificativa, o Exército pretendia uma intervenção “[...] em todos os setores da vida nacional, inclusive na educação do povo [...]”. Conforme o autor, o projeto de intervenção do Exército na política educacional apresentou-se com uma abrangência maior, tendo em vista uma conciliação com a política militar do país. O conceito de defesa nacional justificava a intervenção e o controle do sistema educacional e da imprensa – aparelhos ideológicos cuja finalidade era formar e difundir uma mentalidade do ideal nacional, por meio dos quais se poderia disciplinar as novas gerações e fazer desaparecer as lutas de classes. Assim, o projeto de Góes Monteiro responsabilizava o Ministério da Educação pela educação moral e cívica “[...] para a difusão da ideologia nacionalista, disciplinamento das novas gerações e preparação moral para a guerra, dentro do processo de mobilização nacional [...]” e pela educação física: “[...] para a formação do futuro soldado”. Segundo o autor, o exército exerceu influência forte na educação física escolar e, quanto à educação moral e cívica, mesmo que não tenha se concretizado a unificação desejada, o projeto de Góes Monteiro influenciou o meio civil.

Este momento histórico pode ser referido como uma época em que o país experimentou o que se denomina de democracia limitada, cujo momento assumiu aspectos específicos que colocaram em evidência os sujeitos que contribuíram para fazer funcionar uma complexa engrenagem firmada em meio às lutas políticas e fazem parte.

Que segundo Achiamé & Costa (2005b, p. 4), deve ser destacada especialmente no tocante ao cenário político capixaba, na forma como o interventor João Punaro Bley chegou ao poder governamental do estado, e sobre quais bases e propostas políticas a Revista de Educação/ES foi instituída e posta em circulação. Nessa identificação acerca do contexto político capixaba, prosseguem os autores:

Nesse sentido, houve uma ruptura com práticas oligárquicas e institucionais vigentes na República Velha, e se estabeleceu uma nova correlação de forças políticas. Mas o aparelho regional de Estado foi orientado para reforçar a supremacia dos representantes da parcela hegemônica da classe social dominante, parcela ligada ao comércio exportador de café. E, assim, tivemos uma continuidade na situação política existente no estado desde o período anterior à Revolução de 1930. Referida situação compreendia a existência de duas frações da classe dominante, uma ligada às oligarquias agrárias e a outra vinculada aos exportadores de café, com o predomínio desta última. Mas sem que houvesse nenhuma contradição política maior entre tais frações, é bom que seja sublinhado (ACHIAMÉ; COSTA, 2005b, p. 6).

Para atender aos interesses da classe dominante frente às novas demandas por participação política e benefícios sociais efetuadas pelas camadas médias e baixas, a administração de Punaro Bley, no período de 1930 a 1937, se caracterizou por uma estratégia de conciliação de interesses. A engenharia institucional estabelecida pela interventoria tinha como um dos seus pressupostos a intermediação político-administrativa do chefe do aparelho regional de Estado com o poder central e com os poderes locais e pela implementação de políticas públicas como saneamento financeiro, melhorias na prestação da educação e saúde públicas, aparelhamento do porto de Vitória, criação de banco local, e outras iniciativas. Todo esse quadro estava montado no contexto de um reformismo autoritário e modernizante que beneficiava principalmente as classes dominantes e, de maneira subsidiária, as classes médias. Então, pode-se constatar a presença, no quadro político e institucional capixaba da década de 1930, de práticas continuístas e, ao mesmo tempo, de certa ruptura com o passado.

Os intelectuais orgânicos, comprometidos com a classe dominante, procuram influenciar o poder local por meio de diversos “partidos”, no sentido gramsciano do termo. Alguns desses “partidos” eram instituições já presentes no universo capixaba como a Associação Comercial, a Maçonaria, a revista *Vida Capixaba*, o Instituto Histórico e Geográfico. Outros foram criados no período, como o Rotary Club, a revista *Chanaan*, e diversos sindicatos patronais e de trabalhadores (ACHIAMÉ; COSTA, 2005b, p. 9).

Notamos, a partir da citação, que novas estratégias foram postas em circulação sob os mais variados aspectos, especialmente no que concerne à propaganda política e à educação escolar, mobilizando uma série de representações. A intenção para esse investimento esteve atrelada aos novos contornos e arranjos do poder local para com o governo central de Vargas. Nessa empreitada estadonovista, políticos e intelectuais se apresentaram como os nomes, os sujeitos capazes de conduzir as reformas tão caras à sociedade brasileira. Foi este o cenário que passou a compor as características político-administrativas do Estado Novo capixaba.

Ao longo do governo de interventoria de Punaro Bley, o projeto aglutinador que originou a Revista de Educação/ES se propôs a noticiar com mais perspicácia e vigor as questões referentes à educação e ensino no estado, colocando em debate, sob a perspectiva oficial, não somente os investimentos financeiros destinados e empregados na educação, como também privilegiando o diálogo com outras instâncias sobre a formação e especialização do campo de formação pedagógica, convocando, para o debate apresentado na revista, nomes relevantes no cenário educacional regional, nacional e internacional.

Desse modo, os sujeitos (apresentados como os homens imbuídos da missão de progresso), as representações (que se ordenavam em torno da organização educacional e dos feitos que atendiam diferentes necessidades) e as práticas (que justificavam uma complexa orquestração de ações empreendidas em nome da educação escolarizada) estavam permanentemente presentes nos modernos prédios escolares edificadas, nas recorrentes inaugurações e/ou aparições do interventor e demais autoridades políticas em eventos atrelados à educação escolarizada, na publicação de artigos especializados divulgados na Revista de Educação/ES, na maneira como a formação do magistério e o ingresso do professor

foi sendo articulado. Em todas as frentes de ação, os dispositivos de difusão e visibilidade assegurados pela revista eram permanentes, destacando os mais aptos para pôr em curso o progresso almejado. Uma orquestração que pretendia colocar em sintonia os sujeitos, as representações e as práticas, todos engendrados nas páginas da revista, encenando, a seu modo, os feitos educacionais que conduziram a nação rumo ao progresso.

E, a partir desse jogo de poder e uso de dispositivos em benefício da causa modernizadora da educação, salienta Carvalho (2000, p. 375), as representações em confronto nessas lutas legitimam ou desautorizam práticas, mobilizam conceitos, teorias e doutrinas, falam em nome da ciência ou da ortodoxia da fé, hierarquizam saberes, postulam credos, organizam e normatizam as rotinas escolares.

Nesse sentido, a vida escolar passou a ser conduzida, medida, acompanhada, compreendida entre normas e regras que desenhavam toda a rotina com a qual os estudantes deveriam conviver (SOUZA, 1998, p. 247). Tudo passou a compor “o espetáculo²⁹” devidamente publicado nas páginas da Revista de Educação/ES, onde figuram estampados os esforços traduzidos em prédios, festas, programas disciplinares pensados para educação com base nas ideias de modernização da educação. Uma caracterização marcante dos anos 1930, por ser um período histórico notadamente marcado pelo apelo às transformações estruturais que implicavam alterações em todas as vias sociais do Brasil:

A imagem do “novo” apresentava-se como uma força política e arma de luta. Uma vez que, as instituições republicanas eram apontadas como periclitantes e ou falidas, parecia que tudo era possível. A prática política era vista como “carcomida”, por vezes como um “circo”. Tudo isso fazia parte de um “velho”, ao qual, muitos procuram, das mais diversas formas, contrapor um “novo”, uma “renovação”, uma “regeneração” – o que constituiria esse “novo” destacava-se nos títulos das obras e era desenvolvido nas mais diversas vozes e obras (BORGES, 1998. p. 164).

Neste contexto, a Revista de Educação/ES, que foi lançada em abril de 1934, estava de acordo com o programa de propaganda política que assumiu grande

²⁹ Resguardadas as diferentes temporalidades, o mito do progresso da nação atrelado ao projeto político educacional de caráter renovador torna-se o cenário da teatralidade política, seguindo as interpretações propostas por Balandier (1982, p. 8). “Ele [o Estado] mobiliza e recebe sua aplicação mais espetacular na festa que põe a nação inteira em situação cerimonial (...). O imaginário “oficial” mascara a realidade e faz sua metamorfose”. Nesse aspecto, a escola, inserida no contexto da Cultura Escolar, está intimamente atrelada aos rituais de celebração da nação.

importância como fenômeno inserido na sociedade e na cultura de massa que se tornou muito eficaz. Esse aspecto pode ser comprovado a partir da própria materialidade da revista que, assegurada pelo caráter de visibilidade concedido ao preceito fundamental da propaganda política, se vale de ideias e conceitos, transformando-os em imagens e símbolos, os quais deixam escapar as representações dos saberes e práticas escolares pretendidas.

O governo capixaba utilizou uma política de difusão de impressos por meio da Imprensa Oficial e do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural a favor de suas medidas reformistas. O Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema Escolar, com a justificativa de fins educativos, também procurava inculcar as mudanças realizadas pela nova gestão, assim como sua importância.

Do Boletim de Informações e Estatísticas da Fazenda, foi publicado na Revista de Educação/ES um artigo que trata de *A Moderna Legislação sobre o ensino no Estado do Espírito Santo*. Nesse artigo encontram-se listados vários decretos e leis que reformulavam o sistema educacional espírito-santense:

- Decreto n. 10.101 de 27 de abril de 1931 – regulamentou a Equiparação dos estabelecimentos particulares de ensino;
- Decreto n. 1.366 de 26 de junho de 1931– instituiu o Departamento de Educação Física;
- Lei orçamentária de 1932 – instituiu a Inspetoria Técnica, com corpo técnico constituído de sete Inspectores de Ensino e um Chefe. Competia-lhes a fiscalização e inspeção de oito circunspeções escolares juntamente com os Delegados da Instrução, função exercida com restrições pelos Prefeitos Municipais. Os inspetores deveriam ser professores normalistas com exercício no Magistério e aprovados em concurso;
- Decreto n. 3.095 de 13 de dezembro de 1932 – regulou o curso de chefes escoteiros, com diploma registrado no Departamento de Ensino;
- Decreto n. 3.238 de 28 de janeiro de 1933 – regularizou a habilitação para o exercício do magistério primário, a distribuição do professorado em classe e acordo com os anos de exercício e sua promoção;
- Decreto n. 3.246 de 30 de janeiro de 1933 – dispõe sobre a compreensão e o funcionamento das escolas rurais;
- Decreto n. 3.503 de 30 de março de 1933 – criou 59 vagas para professores normalistas e 31 vagas para professores de concurso no ensino primário do estado;
- Decreto n. 3.660 de 27 de abril de 1933 – criou os Cursos Noturnos de Educação Popular, junto aos Grupos Escolares em lugares populosos que tivessem mais de 35 pessoas analfabetas, contados a partir de 13 anos;
- Decreto n. 3.707 de 13 de maio de 1933 – criou o Conselho de Educação como órgão Consultivo do Departamento de Ensino, constituído por nove membros, sendo dois efetivos (Diretor do Departamento de Ensino e Inspetor Chefe do Corpo Técnico de Ensino) e sete eletivos;

- Decreto n. 4.752 de 19 de abril de 1934 – extinguiu o cargo de Inspetor Chefe do Corpo Técnico de Ensino, e criou, em seu lugar, o cargo de Assistente Técnico.

Pelos decretos, percebemos o interesse em regularizar, regulamentar, reorganizar, fiscalizar e inspecionar o ensino. Houve também a iniciativa de ampliar o ensino primário.

A instituição do escotismo e bandeirantismo nas escolas perseguiu o objetivo da educação moral e cívica. O escotismo escolar já havia sido instituído antes de Bley chegar à interventoria do Espírito Santo, por atos de 31 de março e 17 de junho de 1930. Mas, no Governo Bley, foi instituído também o Bandeirantismo escolar para atender às meninas.

O Departamento de Educação Física foi transformado em Inspetoria de Educação Física. Era responsável pelo curso especial de Educação Física de acordo com Bley (1935, p. 6). Esse curso tinha a finalidade de: “[...] dar orientação científica á educação física da mocidade escolar e preparar professores aptos a ministra-las proveitosamente pelo uso de métodos modernos de comprovada eficiência [...]”.

O curso noturno de educação popular era um meio de controle das massas. Esse curso tinha como objetivo realizar a obra educativa das classes pobres. Ajustava-se às condições de idade, trabalho e meio ambiente. Orientava as classes trabalhistas sobre seus direitos, garantias e deveres para com a pátria e a família. Mas também, o ensino de educação cívico-política era: “[...] uma medida salutar, que tem como objetivo cooperar com os poderes públicos no sentido de presumir a baixa camada do povo contra a infiltração de doutrinas subversivas e inadaptáveis em nosso meio político-social” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, Ano 2, n. 11, 1935 , p. 47–48).

Mas, que escola era essa pretendida nestes tempos da República? Segundo Yazbeck (2009, p. 38), a escola tornou-se um dos pilares que sustentaria o novo regime, através da difusão do ideal de pátria e dos princípios morais, identificadores da nação sob a forma de modernização social e educativa e, sobretudo, fazendo

repercutir representações associadas a uma nova cultura urbana³⁰, razão pela qual o primeiro número da Revista de Educação/ES estampa na capa a imagem de um prédio escolar cuja construção edificada revelava muito mais que o espaço físico, afinal, como assegura Carvalho (1989, p. 25), para fazer ver, a escola devia se dar a ver.

À visão do luminoso templo laico levantado com recursos que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da escola na velha ordem: “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias”, prossegue Carvalho (1989, p. 24).

No retrato da educação no Império, a falta de recursos “trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre”. Dessas escolas não se poderia obter nem educação cívica, nem “preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais, que o regime representativo exige”, nem “preparo da mentalidade infantil para receber as ideias que por ampliação se lhe deveriam incutir nos anos superiores”. Por isso, resolvidos os problemas econômico, o social e o político, o governo republicano ter-se-ia voltado para o da instrução. O edifício que então se inaugurava era a resposta dos governos republicanos a uma sociedade inteira, cansada de enviar seus filhos ao estrangeiro “para mendigar o saber que aqui não se podia obter”.

A escola se tornou assim parte fundamental na articulação política republicana, uma vez que os esforços a ela dirigidos pretendiam fixar um contraponto:

A imagem de uma escola que não sabia ensinar. Disciplina branda, ausência de castigos físicos, metodologia intuitiva, aulas de lição de coisas, jardins da infância, “classes despertadoras”, classes simultâneas³¹, conteúdos seriados, ensino simultâneo da leitura e da escrita, ensino mais rápido e fácil da leitura: quer fossem entendidos como modos de organizar a sala de aula, como metodologias específicas do ensino das disciplinas, ou como a dinâmica da relação mestre-alunos, toda uma cornucópia de soluções relativas ao como ensinar era oferecida, discutida, experimentada e criticada – nas suas numerosas versões europeias, americanas ou nacionais –, para salvar a escola da sua impossibilidade (HILSDORF, 2006. p. 68–69).

³⁰ As cidades apresentam um espaço urbano onde abundam, segundo Balandier (1982, p. 11), os símbolos e as significações, ainda que tratamos de temporalidades distintas.

³¹ O ensino simultâneo representa a modalidade de organização do trabalho escolar, mostrando-se majoritária na Cultura Escolar. Segundo Schueler & Magaldí (2008, p. 37), trata-se de um único professor que trabalha simultaneamente com todos os alunos da classe, com base em atividades a serem desempenhadas por todos ao mesmo tempo. Esse método irá requerer cada vez mais a homogeneidade das turmas, o que será obtido a partir da implementação progressiva da seriação como um elemento-chave da forma escolar moderna, sendo observado de forma mais sistemática no período republicano.

Seria esta a escola e o ensino que os sujeitos que escreviam na Revista de Educação/ES se pronunciavam como o antigo, o tradicional e o atrasado, onde seus colaboradores apresentavam maneiras e modos de um novo ensino e um novo jeito de ser professor? Temos razão para acreditar que sim.

Não se pode ignorar, contudo, o fato da questão educacional estar inserida em círculos de debates e produção de meios de divulgação, antes mesmo do século XX. No entanto, é o caráter oficial do Estado que assegurou, a partir de meados de 1920 e ao longo de 1930, um impulso distinto para o contexto educacional, no qual, se atrelou uma intensa propaganda política, que por sua vez, foi responsável por assegurar visibilidade ao novo projeto pensado para a educação (SOUZA, 2006b, p. 119). Restava, então, estabelecer, os caminhos pelos quais o novo deveria ser percebido, como anuncia a revista:

Foi criado no Ministério da Justiça, por decreto assinado pelo chefe do Governo Provisório, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Está aí, uma notícia que nos empolgou sobremaneira. E isto pela razão muito simples: há pouco tempo, comunicamos ao Sr. Ministro da Educação a organização do nosso Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, com uma finalidade de elevado e indiscutível alcance, qual seja o intercâmbio cultural entre o Departamento de Ensino Público deste Estado e as instituições científicas do país e do estrangeiro. Manteria o nosso Serviço a publicação de uma Revista de Educação, mensal, destinada à vulgarização de métodos e processos contemporâneos de ensino. Teria uma secção de propaganda e informações sobre as questões educacionais. Uma das modalidades bem interessantes do nosso programa seria a secção de recortes dos jornais e revistas sobre os mais palpitantes assuntos científicos da atualidade (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934. n. 4 e 5, p. 3-4).

A partir desses meios de divulgação e vulgarização, as representações sobre a escola circularam. O próprio edifício escolar está inserido no jogo de representação, o que para Escolano (2001, p. 26) significa que o espaço escolar não é apenas um continente em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. A arquitetura escolar é também, por si mesma, um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância. Ao mesmo tempo, o espaço educativo

refletia as inovações pedagógicas, tanto em seus aspectos mais gerais, como nos mais técnicos³².

2.4. A escola e os princípios de modernização para a educação no contexto nacional e internacional.

A escola em questão, como assegura Souza (1998, p. 241), instaurou ritos, espetáculos e celebrações. Fez circular uma rica e engenhosa gama de representações operadas no exterior e no interior da escola primária republicana. Aliás, nunca antes na história brasileira a escola primária mostrou-se tão francamente como expressão de um regime político, divulgando a ação republicana, corporificando os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria.

A respeito desse jogo de poder que perpassa as representações e o modo como são oficializados os símbolos dentro das sociedades, as observações de Balandier (1982, p. 7) nos são de grande valia:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo.

De fato, podemos visualizar nas páginas da *Revista de Educação/ES* o quanto as festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas se constituíam como momentos especiais na vida da escola, e, por seu turno, assegurava maior visibilidade social e reforçava os sentidos culturais pretendidos para as representações anunciadas na revista.

³² Desse modo, o espaço escolar deve ser pensado como um constructo cultural que expressa e reflete para além de sua materialidade posturas determinadas em relação ao modo como a educação era compreendida. No que concerne às teorias modernas da percepção, a escola é mediador cultural, um elemento significativo dentro do programa institucionalizado e portanto assume “uma forma silenciosa de ensino”. Pode-se pensar a escola sob as análises panópticas segundo as proposições de Foucault (1982, p. 139), com toda sua planificação de controle disciplinar, mas este não é aqui nosso foco de análise.

Essa escola precisava ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa, e os exames foram os dispositivos adotados a fim de assegurar esses atributos. A respeito dos exames públicos, Souza (1998, p. 246–247) observa que os exames escolares foram introduzidos nos programas de ensino durante a República, e, como assegura Hilsdorf (2005, p. 14), durante o período Imperial a avaliação nas escolas de primeiras letras era assistêmica e precária. Os alunos não eram submetidos a exames regulares, cabendo a verificação final quando eram considerados aptos, isto é, quando concluíam a aprendizagem. Tal cenário se alterou por completo com o advento da República.

A escola deve ser então contextualizada ante os pressupostos advindos da Cultura Escolar. Neste sentido, como afirma Nóvoa (1998, p. 16), “as escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera simplificações do humano (...) que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta”. De modo que as investigações conduzidas sob a tônica da cultura escolar partem de diferentes perspectivas da educação escolarizada, seja pelas práticas escolares cotidianas do desenvolvimento efetivo do currículo, da construção do conhecimento escolar, do funcionamento do dia a dia da instituição, da organização dos alunos e dos professores, dos diversos suportes materiais que aglutinam todo um arquétipo de representações acerca da educação e ensino.

Pensar, portanto, a escola e o impresso como elementos que asseguram notoriedade às representações sobre os saberes e práticas da educação escolarizada, destacando sua importância mediante o processo de divulgação das cerimônias que tornam conhecidos todo um conjunto de esforços que destacam o espírito empreendedor do estado, permite-nos pensar a cultura escolar como espetáculo, em que a publicidade torna-se um elemento central e age como dispositivo de visibilidade no jogo entre os sujeitos, as representações e suas práticas.

Para compreendermos o processo de afirmação da escola moderna na década de 1930 no Brasil foi necessário, a partir de Gondra & Mignot (2007, p. 7), observarmos seu aparecimento e legitimação para além das fronteiras nacionais, na medida em que discursos, livros e materiais produzidos em um determinado local

foram difundidos de modos variados, dentro e fora dos meandros da nação brasileira.

No Brasil, durante os anos de 1920 e 1930, por ocasião das reformas de inspiração modernizadoras para a educação escolarizada, houve uma busca por operar mudanças na educação nacional, tomando como parâmetro experiências realizadas no estrangeiro. Educadores, de modo geral, e reformadores, em especial, lançaram mão de uma série de estratégias para se aproximarem do que havia de mais moderno em termos de educação³³.

Nessa perspectiva, segundo Gondra (2004, p. 1), a Associação Brasileira de Educação, por exemplo, foi criada em 1924 com a finalidade de também dar visibilidade à grande causa da educação nacional, promovendo, para isso, conferências, palestras e cursos, editando revistas, e mantendo correspondências com educadores de diferentes nacionalidades. Assim, prédios escolares, mobiliários, livros, bibliotecas, métodos de ensino, cinema, dispositivos e rádios povoavam estas iniciativas e não escaparam das atenções de todos aqueles que buscavam saída para romper com o atraso no qual julgavam se encontrar o país, cujo sistema educacional estava, nesta representação, em completa desestruturação.

Diante dessa realidade e com a intenção de disseminar o que havia de novo no cenário mundial, educadores assumiram páginas e colunas nos jornais e revistas, nos quais denunciavam, criticavam, apontavam alternativas, ao mesmo tempo que produziam representações sobre a educação. Um processo que não foi vivenciado apenas no Brasil, visto que, em diferentes momentos do início do século XX, encontramos investimentos e apostas rumo à consolidação de uma educação moderna em diferentes países da América Latina e na Europa, como no caso, por exemplo, da Argentina e de Portugal.

No caso de Portugal, Fernandes (2007, p. 218) nos conta sobre os diversos pedagogistas e educadores portugueses que visitaram Genebra na década de 1920,

³³ A partir das análises de Sevckenko (1983), pode-se acompanhar “o projeto de construção” de modernidade para a cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República brasileira, especialmente no que diz respeito ao “empenho” dos literatos, jornalistas e intelectuais na “missão do progresso”.

onde, na ocasião, estava instalado o principal centro de produção da escola nova³⁴. Os então intitulados “bolsistas” tinham o compromisso de aprender sobre a educação nova e retornar à sua pátria para fincar as bases da moderna educação portuguesa, a partir do modelo estrangeiro.

Na Bélgica, fora criado, em 1912, uma escola nova em *Bierges Les Wavre*. Seu fundador, Faria de Vasconcelos, assegurou a direção da escola até a invasão alemã de 1914–1918, quando então, Vasconcelos encerrou a escola e retirou-se para a Suíça, procurando asilo em Genebra. Nesse período, assegurou uma série de três conferências sobre a sua experiência em *Bierges les Wavre*, as quais foram publicadas em seu livro intitulado, *Une école nouvelle em Belgique* (1915), cujo prefácio fora escrito por Adolphe Ferrière³⁵, que considerou a instituição de Vasconcelos como uma escola nova. Quando então firmou-se, a partir da experiência de Vasconcelos, o estabelecimento de um primeiro grupo de princípios fundamentais para a teoria escolanovista.

Sob a indicação de Claparède, Vasconcelos foi convidado mais tarde a contribuir na difusão desta corrente pedagógica na América Latina, designadamente em Cuba e na Bolívia, onde liderou as reformas escolares entre 1915 e 1920 (FERNANDES, 2007, p. 218).

³⁴ A partir dos registros de viagens, o autor realiza uma série de levantamentos sobre os investimentos do governo português realizados, no período da ditadura, ocasião em que se fundou a Junta de Educação Nacional, criada como sendo um organismo de concentração perante as funções científicas que deveriam vigorar nas chamadas “escolas experimentais”, o que, por seu turno, viria assegurar os princípios de “modernidade” para a educação do povo português (Fernandes, 2007, p. 218).

³⁵ Adolphe Ferrière nasceu e viveu em Genebra, na Suíça, entre 1879 e 1960; segundo Peres (2011, p. 115), tratava-se de um nome expressivo no movimento da Educação Nova. Ferrière fundou o *Bureau International d'Éducation Nouvelle* (1899) e foi um dos fundadores, juntamente com Pierre Bovet e Edouard Claparède, do *Institut Jean-Jacques Rousseau* (1912), em Genève. Ajudou a criar, em 1921, durante o *I Congrès International de l'Éducation Nouvelle*, em Calais, na França, a *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle*. Foi, durante muito tempo, diretor e colaborador da revista da Ligue, *Pour l'ère nouvelle*. Esteve, também, à frente dos trabalhos do *Bureau International d'Éducation* (criado em 1925). Ficou conhecido, ainda, por ser o redator dos 30 pontos da Educação Nova, publicados pela primeira vez no livro de Faria de Vasconcelos, *Une École Nouvelle em Belgique* (1915). Escritor de vários ensaios sobre a Escola Ativa, Ferrière foi, sem dúvida, um sujeito polêmico, crítico da escola de seu tempo e, também, convicto defensor dos princípios da Escola Ativa. Foi chamado de *profeta da Educação Nova, de advogado entusiasta da Pedagogia Funcional* (Émile Planchard, no Prefácio da tradução portuguesa de *A Escola Activa*, 1965), de *apóstolo convencido e incansável, mais fascinante filósofo da educação renovada* (Lourenço Filho, na apresentação da edição brasileira de *A lei biogenética e a Escola Activa*, 1929), de *grande apóstolo da Educação Nova* (António Sérgio, no prefácio da obra *Transformemos a escola*, 1928). Ferrière foi, acima de tudo, um propagandista dos princípios da Escola Ativa.

Segundo Mignot (2007, p. 248), Edouard Claparède fundou, na ocasião do bicentenário de nascimento de Rousseau, o *Instituto Jean-Jacques Rousseau*, que era destinado aos que visavam a carreira do magistério. Tratava-se de um centro de investigação, cuja importância poderia ser identificada também pela grande aceitação e circulação do livro *Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental*, lançado em 1905, que contava com a sexta edição em 1916.

Ainda segundo Mignot (*op. cit*, p. 255), dos educadores e cientistas europeus que haviam contribuído para a construção da pedagogia moderna com seus estudos e experiências sobre o desenvolvimento infantil, pode-se destacar, nos anos iniciais do século XX, além de Alfred Binet e Claparède, os registros de Maria Montessori, cuja centralidade, nesta fase de estudo, se expressou nas páginas do livro que realçava a criação da *Casa dei Bambini*, na Itália, em 1907, cuja produção foi inspiradora para a construção de outras escolas com aspectos particulares ao universo infantil, presentes nos traços da arquitetura, no mobiliário, nos utensílios e métodos de ensino adotados, nos quais tomavam como base e fundamento a liberdade das crianças, em detrimento das antigas práticas tradicionais e verbalísticas de ensino, fundamentadas na disciplina imposta e no distanciamento entre alunos e professores.

Estavam assim estabelecidas, a partir desse movimento de intelectuais, educadores e estudiosos, as manifestações iniciais das representações entre ensino tradicional e ensino moderno, que ressoaram nos debates pedagógicos das primeiras décadas do século XX, em torno da questão educacional, tendo como instrumentos teóricos as novas proposições advindas da Psicologia.

O programa de reforma da sociedade pela reforma do homem, que se disseminou mundialmente no período entre guerras sob a designação de pedagogia da educação nova, teve, segundo Carvalho (2011, p. 279), um de seus principais eixos de difusão na *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle*. A liga foi fundada por ocasião do *I Congresso Internacional de Educação Nova*, realizado em Calais, de 30 de julho a 12 de agosto de 1921, por instigação da *New Educational Fellowship* inglesa, representada por *Beatrice Ensor*, e do *Bureau International des Écoles Nouvelles*, representado por seu diretor *Adolphe Ferrière*.

A criação da Liga é noticiada em matérias de revistas na Inglaterra no *The New Era* (outubro, 1921), e no primeiro número da revista – *Pour L'Ère Nouvelle*. Carvalho (2007, p. 279) nos conta sobre a publicação:

reunidos no Congresso de Calais, um grupo de educadores teria compreendido que havia chegado a hora de unir todos aqueles que, percebendo o raiar de uma nova era, e desejosos em contribuir para a 'renovação do mundo desmoralizado', convictos da possibilidade de construir uma humanidade melhor transformando a escola.

Segundo seus organizadores, a Liga criada dispensava regulamentos, estatutos e reuniões de comitê. Bastava-lhe o trabalho de propaganda e divulgação de suas iniciativas e dos princípios norteadores de uma nova educação. Afirmando-se isenta de qualquer filiação política ou confessional, a Liga propunha-se a difundir em diferentes países ou escolas, sem defender nenhum método de educação particular. Para a vitória de sua causa, a Liga contava com o trabalho de todos os seus membros. Animados pelo espírito da Liga, esses educadores militantes deveriam ser os artífices de uma nova era. Formar crianças fortes, livres, senhoras de si mesmas, garantindo um mundo melhor deveria ser o seu maior objetivo (Carvalho, 1998, p. 67).

É assim que, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, a *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle* nasce imbuída de um ímpeto pacifista e de forte crença na possibilidade de construir uma humanidade melhor por meio de uma educação capaz e liberar as potencialidades inatas da criança. É esse espiritualismo pacifista, feito de crença na ciência, nas potencialidades inatas da criança e no advento de uma nova era, que predominou no movimento pela escola nova que a Liga propagou nos anos de 1920³⁶ (Carvalho, 2007, p. 280).

³⁶ No primeiro número da revista *Pour L'Ère Nouvelle*, Ferrière assina um texto no qual justifica a criação e o nome dado à Liga e à Revista e propõe uma espécie de Manifesto do Movimento, reafirmando sua crença que contava, segundo ele, com um fato a seu favor, a ciência e a psicologia da criança. O advento da Nova Era dependia, prossegue Ferrière, da ciência, “chave que abre espaços novos ao impulso da vida espiritual”. Essa profissão de fé no poder da ciência conferia ao movimento uma dimensão especial de luta cujo objetivo era “liberar o impulso vital em proveito das atividades superiores do espírito”. Nessa luta, os educadores seriam missionários, preparando uma Nova Era. Carvalho (2007, p. 281) prossegue em sua análise a partir dos estudos da Revista e apresenta um levantamento dos locais em que a revista foi editada, e nos informa sobre diferentes países em que a Liga se fez presente, como nas publicações de 1928: Revista de Pedagogia, na Espanha, Itália, Chile, Argentina, Bulgária, Romênia, Suécia, Hungria. Em 1935, Estados Unidos, Turquia, Uruguai e Paraguai.

O programa de reforma da sociedade pela reforma do homem que se disseminou mundialmente sob a designação genérica de pedagogia de educação nova teve um dos seus principais eixos de difusão a Liga e o *Bureau International d'Éducation*. Membros importantes da Liga estiveram no Brasil, mantendo contato com os educadores brasileiros por meio de visitas, curso e conferências, grande parte em iniciativas tomadas pelo Instituto Franco-Brasileiro, que envolveram especialmente Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Lourenço Filho foi correspondente do *Bureau* e a Reforma empreendida por Fernando de Azevedo recebeu destaque na revista *Pour l'Ère Nouvelle*, em artigo assinado por Ferrière, com quem Lourenço Filho manteve correspondência.

Adolphe Ferrière³⁷ visitou a América do Sul em 1930, percorrendo o Equador, Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, onde estabeleceu encontros com pedagogos, professores, autoridades políticas e educacionais. Conheceu experiências pedagógicas, reuniu documentação para o *Bureau International d'Éducation Nouvelle*, proferiu inúmeras conferências nas quais deu visibilidade às principais preocupações de sua obra que era a de tomar a criança como centro do processo ensino-aprendizagem, o que exigia um professor que não apenas entendesse dos conteúdos de ensino, como também fosse um profissional entendido no desenvolvimento infantil.

Durante os seis meses em que Adolphe Ferrière passou visitando os países da América do Sul, conhecendo as experiências pedagógicas de caráter inovador e reunindo material educacional para o *Bureau*, é preciso considerar também a divulgação de suas ideias pela América do Sul a partir da grande circulação e influência na tradução de algumas de suas obras, tanto para o português, quanto

³⁷ Ferrière registrou suas conferências e seus contatos na América do Sul. Segundo ele, foram 11 conferências no Equador (8 em Quito, 1 em Riobamba, 2 em Guayaquil); 2 no Peru (em Lima); 23 no Chile (14 em Santiago, 4 em Concepcion, 1 em Chillan, 4 em Valparaíso); 26 na Argentina (7 em Mendoza, 3 em La Plata, 12 em Buenos Aires, 1 em Rosario, 1 em Parana, 1 em Santa Fé e 1 em Posadas); 10 no Uruguai (8 em Montevideú e 2 em Colonia Valdense); e finalmente, 6 no Paraguai (5 em Assunción e 1 em Villarica). Foram, no total, 78 conferências proferidas por Ferrière durante sua estadia na América (Ferrière, 1931, p. 17). Em relação aos seus contatos com autoridades políticas e educacionais, Ferrière registrou que foi recebido pelas seguintes pessoas: no *Equador* pelo Presidente da República, Ministro da Instrução Pública e Diretor do Ensino Primário; *Peru*: Ministro da Instrução Pública e Reitores das Universidades de Lima e de Cuzco; *Chile*: Ministro da Instrução Pública e Diretores do Ensino Primário e Secundário; *Argentina*: Presidente da República, Diretores do Ensino Primário e Secundário, Reitores das Universidades de La Plata e Buenos Aires; *Uruguai*: Ministro da Instrução Pública, Diretor do Ensino Primário, Reitor da Universidade; *Paraguai*: Presidente da República, Ministro da Instrução Pública, Diretor do Ensino Primário, Reitor da Universidade (1931, p. 18–19).

para o espanhol, como parte de uma tentativa de ampliar o público leitor dessa literatura pedagógica e de conquistar novos seguidores e adeptos dos princípios da Escola Ativa fora do contexto europeu³⁸.

Ao final desse trajeto, Ferrière seguiu em direção ao Brasil. Mas, segundo Carvalho (2007, p. 278), não pôde desembarcar do navio em função da agitação e dos acontecimentos desencadeados pela Revolução de 30, o que o levou a ler, a bordo do navio ancorado no porto, algumas revistas brasileiras, tendo, a partir dessa leitura, elaborado sua impressão sobre a educação no Brasil³⁹.

Foi então, nesse contexto de emergência de novos modos de governo e afirmação dos Estados-Nação que a escola transformou-se num elemento central do processo de homogeneização cultural e de invenção de uma cidadania nacional que, segundo Sevcenko (1983, p. 79), foi através da atribuição a um dado arbitrário cultural de todas as aparências do *natural*, que a escola acabou desempenhando um papel central na concessão ao Estado do monopólio da violência simbólica (que se quer *legítima*).

O que para Nóvoa (1994, p. 3) possibilitou a fixação de uma espécie de “*gramática do ensino*”, que marca – uma vez que constrói e organiza – a forma de ver a escola: alunos agrupados em classes graduadas, com uma composição homogênea e um número de efetivo pouco agradável; professores atuando sempre a título individual, com perfil de generalistas (ensino primário) ou de especialistas (ensino secundário); espaços estruturados de ação escolar, induzindo uma

³⁸ Segundo levantamento de Peres (2011, p. 122), são destaques dentre as obras traduzidas: *A lei biogenética e a Escola Activa*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1929. Apresentação de Lourenço Filho; *Transformemos a Escola. Apelo aos pais e às autoridades*. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, 1928. (Biblioteca do Educador). Tradução de Álvaro Viana de Lemos e João Ferreira da Costa. Prefácio de António Sérgio. Original: *Transformons l'École. Appel aux parents et aux autorités* (1920); *A Escola Activa*. 1ª tradução: 1934. Porto: Editora Educação Nacional. Tradução, adaptação e comentários de Domingos Evangelista. Traduzido da 4ª edição (Reduzida a um volume): *L'École Active* (1927); *A Escola Activa*. 2ª tradução: 1965. Lisboa: Editorial Aster. Tradução: Jorge Babo. Prefácio: Émile Planchard. Traduzido e extraído das obras *L'École Active e Autonomie des Ecoliers*. Original: *L'École Active* (1920). Tomo I e II e *Autonomie des Ecoliers*; *A escola por medida pelo molde do professor*. Porto: Editora Educação Nacional, 1934. Tradução: Vítor Hugo Antunes. Original: *L'école sur mesure à la mesure du maitre* (1931).

³⁹ Na ocasião que chegou ao Rio de Janeiro, Ferrière pretendia conhecer o modo como a Escola Nova estava sendo praticada no Brasil. Diz ele: “A Rio, nous devions être les hôtes du Ministère des Affaires étrangères. Oui dà! Personne au bateau. Nos messages par avion avaient été interceptés. Téléphone. On nous dit: ‘Rembarquezvous, la révolution va éclater ici.’ Et em effet, le lendemain, un radio reçu sur le vaisseau, nous informait que le gouvernement était renversé. Ce son de petits ‘grains’ auxquels il faut s’attendre quand on voyage dans les Ameriques” (FERRIÈRE, 1931, p. 90).

pedagogia centrada essencialmente na sala de aula; horários escolares rigidamente estabelecidos, que põem em prática um controle social do tempo escolar; saberes organizados em disciplinas escolares, que são as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico. Inventado muito tempo antes, este *modelo escolar* impõe-se, doravante, como a via única de fazer escola, excluindo todos os outros possíveis (Nóvoa⁴⁰, op. cit., p. 5).

De acordo com Schwartzman, Bomeny & Costa (2000, p. 76), a partir da década de 1930, a educação ocupou o lugar de arena principal de embates ideológicos que marcavam presença cada vez mais forte na vida política. Quase todos acreditavam no poder da educação de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e de novos espaços de mobilidade social e participação. A ideologia da Escola Nova marcou presença nesses embates.

A expressão Escola Nova, conforme afirmou Lourenço Filho (1929), possuía sentido de escola diferente das escolas tradicionais e, em sentido mais amplo, a um novo tratamento dos problemas da educação. Esse termo refere-se “[...] a todo um conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais de ensino [...]” (LOURENÇO FILHO, 1929, p. 17). De acordo com o autor, desde os últimos anos do século XIX, em vários países, muitos educadores intentavam resolver os novos problemas de educação com a aplicação das recentes descobertas relativas ao desenvolvimento das crianças, enquanto outros experimentavam variar os procedimentos de ensino ou transformar as normas tradicionais da organização escolar.

A partir de 1925, no Brasil, ocorreu, no campo educacional nacional, o que Carvalho (2000) identificou como um processo de corrosão, marcado por motivações políticas, sociais e econômicas que constituíram as plataformas políticas e pedagógicas dos movimentos que foram chamados de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico⁴¹. Para a autora, registra os sinais de que os modelos

⁴⁰ A força deste modelo mede-se pela sua capacidade de se definir, não como o melhor sistema, mas como o único aceitável ou mesmo imaginável. É esta *escola* que a história de Adolphe Ferrière desejou estabelecer.

⁴¹ Segundo Carvalho (1998b, p. 350), foi a partir da tese de Jorge Nagle, intitulada *Educação e Sociedade na Primeira República*, defendida em (1966) e publicada em (1974), que se popularizou na História da Educação Brasileira desse período a existência de três momentos na história educacional – o momento do “fervor ideológico”, no final do Império; do “entusiasmo pela educação”, do início da República até os anos de 1915; e do “otimismo pedagógico”, com o chamado escolanovismo e as

pedagógicos que vinham balizando as iniciativas de institucionalização da escola no Brasil, desde o final do século XIX, haviam esgotado a sua capacidade de normatizar as práticas docentes, algo que foi conduzido segundo os arranjos políticos advindos do Estado Novo.

Segundo Velloso (1982, p. 71), o Estado Novo (1937–1945) continua sendo um período um tanto enigmático, que desafia incessantemente explicações e reconstituições já apresentadas. Pelo seu caráter de experiência política bem-sucedida, pela especificidade de suas propostas e, sobretudo, pela surpreendente capacidade de angariar adesões e absorver conflitos, o regime não pode ser explicado simplesmente pela emergência de circunstâncias sociopolíticas favoráveis. É preciso considerar, segundo a autora, que junto a estas condições objetivas – conjuntura internacional de guerra, emergência de regimes autoritários – foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado.

No projeto estado-novista, a dimensão ideológica adquire peso fundamental, na medida em que se constitui numa doutrina de obrigação política para a sociedade civil, e os meandros da educação cumpre bem esse papel. A cidadania foi redimensionada por essa doutrina, que buscou resolver os diversos setores sociais na política do estado. “Sabemos que o regime tem como uma de suas maiores preocupações a de construir uma nova estratégia político-ideológica, capaz de legitimá-lo frente à opinião pública” (VELLOSO, p. 72).

O começo da Era Vargas trouxe para Educação no Brasil, segundo Gomes (1996, p. 89), novos artefatos legais e políticos que delimitavam a inauguração de uma nova fase vivida pelos intelectuais e educadores do país. Um momento onde os

reformas de 1920 e 1930. Essa caracterização vem sendo revista (SCHUELER; MAGALDI, 2008, 36). Carvalho (1998b, p. 351) problematizou a definição das tendências assinaladas, a partir de balizas temporais muito marcadas, que não encontrariam correspondência na realidade empírica. A autora observa a “despolitização do campo educacional” nos estudos deste período da história educacional brasileira. Para Carvalho (*op. cit.*, p. 352), houve um processo de conformação da interpretação da História da Educação no Brasil a partir da obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, publicada em 1976. No que se refere à narrativa histórica da História da Educação brasileira, Nunes (1995) afirma que foi a partir do livro *Noções de História da Educação*, de Júlio Afrânio Peixoto, publicado em 1933, que se inaugurou um “certo modo” de narrar a história da educação no Brasil e, entre outros aspectos, ressalta a presença do tempo linear na concepção do tempo histórico da educação, além da ênfase na produção da história da educação e do seu sentido como disciplina escolar.

conceitos de educação e política, intelectuais da educação e censura, caminhavam juntos.

Nesse sentido, a educação dos anos 30, especialmente a educação primária, era uma das estratégias, juntamente com a propaganda, de disseminação e afirmação do Governo Provisório instituído pelo então presidente da república, Getúlio Vargas. Essa era uma estratégia que já vinha sendo utilizada desde o início do século XX, mas que se amplia no governo de Vargas⁴².

Um fator importante e bem diverso do governo precedente, mas presente na gestão de Vargas foi a ampla difusão da ideologia do Estado, especialmente através dos meios de comunicação, rádio, cinema e imprensa, que receberam grandes investimentos financeiros do governo. A difusão do rádio aconteceu na década de 1920 no Brasil e logo de seu início já era importante seu vínculo com a educação para o país.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi, nos anos 1920 e 1930, a principal instância de organização do chamado movimento de renovação educacional no Brasil, congregando, na década de 1920, numa mesma campanha pela causa cívico-educacional, grupos de educadores que se antagonizariam mais tarde, após a Revolução de 1930, quando, numa conjuntura de crescimento do aparato estatal e de disputa por hegemonia política, a luta pelo controle do aparelho escolar tornou-se central para os referidos grupos, como expressa Cunha (1981, p. 65).

Seguimos neste contexto sob a luz da pesquisa realizada por Carvalho (2001, p. 185), a partir das interpretações recorrentes na historiografia educacional brasileira sobre o movimento de renovação. A autora identifica a configuração do campo de consenso que tornou possível a campanha pela causa cívico-educacional, campo constituído pelo que chamou de programa de organização da nacionalidade. Neste programa, prossegue Carvalho, havia concordância quanto à importância conferida à educação – causa cívica de redenção nacional – e também quanto ao

⁴² Segundo Carvalho (1997, p. 117), a Educação vinha sofrendo modificações no Brasil. Em 1924, houve a criação da Associação Brasileira de Educação e as diversas reformas educacionais no âmbito estadual, baseadas nos ideais escolanovistas. Em 1925, o educador Anísio Teixeira realizou a reforma educacional na Bahia através da lei 1.846. Em 1927, Francisco Campos realizou a reforma na educação em Minas Gerais. Em 1928, Fernando de Azevedo fez a reforma no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Carneiro Leão em Pernambuco.

papel que a educação deveria nele desempenhar: obra de moldagem de um povo amorfo, a cargo de elites a quem caberia direcionar o que era entendido como processo de constituição da nacionalidade.

A explicitação desse campo consensual levou a autora a estabelecer o crivo principal que determinava a apropriação das propostas escolanovistas: sua maior eficiência na constituição de um povo adequado à construção da nação, tal como era autoritariamente projetada, segundo as estratégias pensadas para o Estado Novo.

Além disso, Carvalho (2001, p. 189) evidencia que, no discurso escolanovista dominante nos anos vinte, a crítica formulada aos objetivos estritamente instrucionais da escola dita tradicional não era feita em nome da valorização de novos processos e procedimentos de ensino-aprendizagem ou de novas formas de convivência escolar. Ao contrário, “o que era valorizado nas proposições escolanovistas era a ‘educação integral’, por oposição à instrução. Esses resultados da investigação tinham um importante desdobramento, suscetível de ser genericamente expresso como questão relativa aos limites da inovação educacional nos anos 1920 e 1930”.

Segundo Carvalho (1994, p. 53), a partir da Revolução de 1930, o campo de consenso constituído no movimento educacional dos anos vinte passa a ser tensionado por estratégias de dois grupos rivais que se antagonizam na luta pelo controle do aparelho escolar: os católicos e os pioneiros, como viriam a ser chamados na historiografia sobre o tema. A denominação alude, no caso do segundo grupo, à sua condição de signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, como tomada de posição em defesa de um sistema nacional de educação pública, leiga e gratuita. No caso do primeiro, designa setores do laicato intelectual católico militante que se articularam no Centro D. Vital, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e, principalmente, a partir de 1934, na Confederação Católica Brasileira de Educação⁴³.

⁴³ Os pressupostos dos educadores católicos brasileiros eram norteados, em grande parte, pelo conteúdo da encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI. Publicado em 1929, este documento exprime os conceitos e princípios destinados a orientar a atuação da Igreja Católica no campo da

O embate doutrinário no campo pedagógico foi, para estes grupos, estrategicamente fundamental na luta pelo controle do aparelho escolar que se desenrolou na primeira metade da década de trinta, prolongando-se até, pelo menos, a decretação do Estado Novo. Nela, a questão principal era ganhar a adesão do professor a preceitos pedagógicos capazes de fazer da escola um instrumento eficaz de organização nacional através da organização da cultura tal como diferencialmente postulavam os dois grupos em confronto. E será nessa luta que o impresso desempenhará um papel fundamental. Na forma de livro de estudo para a Escola Normal, de livro de formação integrante de uma Biblioteca Pedagógica, de artigo de revista dirigida ao professor, de instrução regulamentar endereçada às escolas, de artigo de polêmica em jornal de grande circulação etc., o impresso será dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado.

Diversas foram as estratégias editoriais de divulgação e censura da pedagogia modernizadora tomadas pelos educadores dos dois grupos aludidos, seja como técnicos responsáveis por reformas nos sistemas públicos de ensino, seja como educadores engajados no movimento de renovação educacional. A análise destas estratégias não poderia ser dissociada das apropriações que eles fizeram dessa pedagogia e do modo como diferencialmente entenderam que determinadas proposições de modernização da educação eram mais adequadas do que outras a seus projetos de intervenção escolar. Desse modo, prossegue Carvalho:

A diferença entre as estratégias editoriais de “pioneiros” e “católicos” não se restringiu ao modo como diferencialmente se apropriaram dos preceitos da pedagogia da escola nova. Nessas estratégias, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído. Assim, tornaram-se pertinentes as perguntas: Como são configurados esses campos? Que saberes são selecionados para compô-los? De que maneira são articulados? Que suportes materiais os veiculam? Como eles se materializaram em políticas de seleção do material editado? Manuais de Pedagogia? Coleções Pedagógicas? Revistas? Materiais Didáticos? (...) Deste modo, considerou os discursos escolanovistas dos educadores profissionais empenhados na remodelação escolar no Brasil como apropriações de um outro corpus discursivo constituído, pela análise, como repertório. Com isto, pretendeu analisar as estratégias discursivas que

educação. Por se tratar de um documento impresso que estabelecia diretrizes, conceitos e procedimentos, cuja produção e circulação são feitas para atingir um determinado público, a encíclica pode ser compreendida também como uma das estratégias utilizadas pelos católicos para a disseminação de suas ideias. Segundo Rodrigues (2005, p. 196), um dos pontos fundamentais da encíclica era a relação indissociável entre educação e a religião católica. A escola cristã era valorizada como local destinado à educação.

recortam diferencialmente esse repertório, constituindo um campo de saberes pedagógicos, e, concomitantemente, autorizando, deslegitimando e prescrevendo práticas (CARVALHO, 1997, p. 123).

Obtendo o controle da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1932, os chamados pioneiros não tomaram, enquanto grupo institucionalmente articulado, nenhuma iniciativa editorial voltada para a difusão da pedagogia escolanovista, excetuando-se a publicação do já referido Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Na ABE, privilegiaram atuar no debate legislativo, de modo a garantir, do ponto de vista da estruturação formal do sistema nacional de ensino, a constituição de uma escola única – pública, leiga e gratuita. Foi na situação de reformadores do aparelho escolar institucionalmente investidos nos cargos de Diretores dos sistemas de ensino público, ou na qualidade de intelectuais individualmente responsáveis pela organização e edição de coleções pedagógicas, que alguns dentre eles se destacaram, articulando suas estratégias de difusão do escolanovismo (CARVALHO, 2005, p. 23).

Já os católicos tomaram uma série de iniciativas editoriais, atuando como grupo organizado na Confederação Católica Brasileira de Educação. Entre essas iniciativas, destaca-se a publicação de uma revista especialmente dedicada ao debate doutrinário no campo da pedagogia – Revista Brasileira de Pedagogia – que pode ser considerada como um dos elementos dentre as estratégias editoriais católicas da Confederação Católica Brasileira de Educação.

Na caracterização das estratégias editoriais postas a serviço da difusão dos preceitos da pedagogia da Escola Nova no Brasil, Carvalho destaca:

A identificação de uma diferença relevante em relação às apropriações que fizeram do escolanovismo os chamados católicos e pioneiros. Enquanto estes últimos atuaram no sentido de determinar o significado das expressões educação nova e escola nova, amarrando-o a um programa de reorganização da cultura e da sociedade que exigia iniciativas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar, os “católicos” agiram em direção diversa, procurando confinar o uso da expressão ao campo doutrinário da pedagogia.

Esta estratégia tinha um sentido claro: constituir um lugar de poder, de autoridade, para ajuizar, de modo a garantir que a introdução do escolanovismo nas escolas não tivesse o impacto transformador esperado pelos seus adversários. Essa diferença é de extrema importância para a determinação das estratégias editoriais de conformação do campo doutrinário da pedagogia. Trata-se, por um lado, de compreender a estratégia católica de confinamento do escolanovismo no campo doutrinário

da pedagogia, privilegiando a análise de uma iniciativa editorial: a publicação da Revista Brasileira de Pedagogia. De outro, trata-se de investigar as estratégias editoriais dos chamados “pioneiros”, situando-as num lugar de poder: o da posição que ocuparam como profissionais e políticos encarregados da gestão de sistemas públicos de ensino. Neste caso, interessa determinar as práticas através das quais os chamados pioneiros buscaram viabilizar seus projetos de promoção, através da escola, do que era chamada de uma “nova civilização” (CARVALHO, 2005, p. 27).

Há uma diferença relevante entre as estratégias editoriais dos católicos e dos pioneiros na difusão dos preceitos de modernização para a educação escolarizada. Segundo a autora, para os primeiros, o impresso foi, sobretudo, dispositivo de constituição de um lugar de autoridade para censurar os princípios doutrinários e as práticas de modernização do ensino de seus adversários e para constituir e legitimar um discurso modernizador de cunho católico, a fim de assegurar a adesão do professorado.

Já os pioneiros privilegiaram constituir um repertório de saberes pedagógicos suscetíveis de múltiplos usos, como no caso da Revista de Educação/ES. Nesse empreendimento, maximizaram a divulgação em detrimento da censura, efetuando a triagem das novas pedagogias na própria operação de seleção dos materiais editados. Além disso, privilegiaram a edição de materiais impressos aptos a funcionar como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas.

Ainda segundo Carvalho (2005, p. 46), a diferença entre as estratégias dos dois grupos, determinada a partir da escolha dos tipos de materiais impressos, deve ser pensada relativamente às condições, também diferenciadas, de produção, circulação e recepção do impresso que caracterizaram tais estratégias.

As estratégias editoriais dos pioneiros foram fortemente marcadas pela sua situação de profissionais e políticos encarregados da gestão (por eles sempre entendida como reforma educacional) dos sistemas públicos de ensino. Disso decorriam condições especiais de produção, circulação e recepção do impresso, condições dadas: a) pela delimitação de um círculo fechado e muito especial de destinatários, pois da prática informada pela leitura que fizessem dependia o destino da própria reforma; b) por um circuito de circulação previsto e garantido pela própria iniciativa de publicação e distribuição; c) pela intersecção com outras estratégias que a reforma educacional promovida acionava, no objetivo de conformação das práticas docentes (CARVALHO, op. cit., p. 48).

Para determinar as estratégias textuais e editoriais que marcaram a atuação dos pioneiros como reformadores escolares, julgou-se conveniente responder às perguntas: que importância foi dada a iniciativas de formação dos professores calcadas em usos do impresso, em suas estratégias de reforma escolar? Que práticas de leitura de professores foram suscitadas? Que formatos do impresso foram privilegiados nas iniciativas tomadas? Criação ou remodelação de revistas pedagógicas destinadas ao professorado? Edição e distribuição de publicações especiais de apoio ao trabalho docente? Constituição de bibliotecas especializadas? Edição, recomendação e/ou distribuição de livros? Trata-se de respondê-las pensando a difusão da chamada pedagogia da escola nova como estratégia articulada a um programa de reforma da sociedade pela reforma da escola.

Essas questões devem ser aplicadas de modo específico a cada uma das estratégias de reforma escolar. Assim, por exemplo, o exame das iniciativas editoriais desenvolvidas no âmbito da Reforma Anísio Teixeira na Bahia, no final da década de 1920, ou no Distrito Federal, nos anos 30, requer estudos específicos, assim como o referente a iniciativas vinculadas às gestões de Lourenço Filho, em São Paulo e depois no Ministério da Educação e Saúde, e de Fernando de Azevedo, inicialmente no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo, como Diretores dos sistemas de educação pública ou como técnicos encarregados de políticas educacionais. Mas, guardadas as diferenças, tais estratégias tiveram características comuns, oriundas da afinidade entre os princípios e os objetivos que as nortearam: os de um programa de reforma da sociedade pela reforma da escola que tinha na mudança de mentalidade do professorado condição *sine qua non* e, na observância de determinados princípios de modernização da educação escolarizada para promovê-la, uma exigência decorrente da fé que depositavam no que consideravam conquistas incontestes do avanço científico no campo das ciências humanas, especialmente a psicologia.

Operar com unidades de análise constituídas por um ou vários impressos unificados como produtos de uma estratégia editorial determinada permite identificar dispositivos de imposição de modelos pedagógicos.

A análise de situações específicas como as delimitadas por iniciativas circunscritas de reforma escolar pode pôr em evidência a relação entre as

concepções pedagógicas em circulação e as estratégias editoriais adotadas. Na situação de uma reforma educacional, a relação entre pedagogia como discurso normativo e usos do impresso é explicitada pelas inúmeras justificativas que o reformador apresenta de suas iniciativas. Tal explicitação é importante, pois nela se configuram representações sobre as relações ensino/aprendizagem que funcionam como regras que regem o uso feito do impresso no âmbito das iniciativas de reforma escolar, pondo-o em circulação. Regras que também prescrevem usos do impresso para os destinatários visados.

Com isso, vêm à tona questões cruciais, relativas a representações sobre a prática docente e sobre o papel do professor como usuário do impresso, seja este material destinado ao aluno ou ao professor. Pondo em cena essa inter-relação entre usos do impresso e modalidades de concepção e intervenção pedagógica, tais análises permitem pôr em cena a função que regem as estratégias de difusão, imposição e apropriação dos saberes pedagógicos que circularam na *Revista de Educação/ES*.

2.5. Os Sujeitos da história ou a história dos sujeitos

Como destacamos anteriormente, a década de 1930 foi um período de modificações nas estruturas política, social e cultural do Brasil. Vale considerar que a Educação em muitos momentos foi utilizada como instrumento para mudanças sociais que ocorreram, entendendo que as mudanças são em parte resultados de arranjos e acordos estabelecidos em torno de interesses comuns mediados por um determinado grupo. Importa, nesta perspectiva, compreendermos os sujeitos envolvidos nas representações a partir dos saberes que circulavam na *Revista de Educação/ES*. Ou seja, reconhecer os indivíduos aos quais a *Revista* concedeu visibilidade e notoriedade, ou ainda, identificar o grupo que se inscreveu a partir da *Revista de Educação/ES* no contexto educacional dos anos 30 na educação capixaba.

Na primeira metade do século XX, diversos sujeitos ocuparam o papel de intelectuais da educação no Espírito Santo. Provenientes de segmentos sociais

diversos eles eram detentores de um saber que, a partir de uma rede de relações sociais, foram capazes de inventar um lugar para sua fala, para fazer circular esse saber (FARIA FILHO, 2009. p. 17). Na qualidade de criadores, portadores, tradutores e circuladores de ideias, esses sujeitos atuaram como intelectuais, exercendo um poder mediante o uso da palavra (BOBBIO, 2001). No papel de analistas, críticos e propositores, eles se apropriaram e colocaram em circulação um conjunto de representações sobre saberes que colaboraram para a configuração e para a formação da Cultura Escolar no país e no estado do Espírito Santo.

Nessa empreitada foram professoras e professores, literatos, jornalistas e políticos atuando como intelectuais, lançando-se na esfera pública e abraçando a causa da instrução, contribuindo para a constituição da educação como preocupação pública de primeira grandeza. E, a partir dessa ação, legaram para a historiografia da educação um acervo de representações que circularam nas páginas da *Revista de Educação/ES*.

Coube-nos então, identificar o percurso trilhado por esses sujeitos, compreendendo as condições de produção, circulação e recepção das ideias que circulavam na *Revista*, bem como as condições históricas de produção que permitiram a esses sujeitos se projetarem como representantes de um certo saber que se apresentava como oficial.

Entendemos que não se trata de um grupo qualquer do magistério. Longe do anonimato dos “professores comuns”, esses articulistas têm todos, segundo Hilsdorf (2006, p. 71), sua qualificação profissional e uma inserção nos quadros da política educacional regional. A *Revista de Educação/ES* confere, a esse grupo, uma estrutura de adesão e exclusão. De adesão, ao corroborar com as forças que criam identidade entre os editores e colaboradores da *Revista*, como também pelas amizades que as subtendem, e as fidelidades que arrebanham e influenciam a produção de práticas e saberes que faz circular. Ao mesmo tempo, exclui posições e debates que destoam dos enfoques privilegiados pelo grupo. A atração e a amizade, assim como a hostilidade e a rivalidade, desempenham papéis decisivos nos saberes e práticas publicados na *Revista*.

Não se pretendeu um julgamento moral ou a escolha pelo benefício ou nocividade de um determinado posicionamento frente às questões educacionais publicadas na Revista de Educação/ES. Tratou-se de identificarmos e compreendermos as relações que se desdobraram a partir das representações produzidas e veiculadas pelos intelectuais e a cultura política da época, considerando os embates de seleção, os filtros das escolhas que foram empregados sobre os saberes que se apresentavam como legítimos na *Revista*; por tal razão, vigoravam como normatizadores.

Identificamos à luz dos estudos históricos sobre educação, em diferentes momentos da História do Brasil, movimentos de intelectuais que pretendiam propor caminhos e possibilidades para assegurar a modernização do país via Educação (BOTELHO, 2002. p. 21–29). Como nos apontou, por exemplo, o estudo de Hilsdorf (2006), intitulado “Da Circulação para a Circularidade: propagação e recepção de ideias educacionais e pedagógicas no oitocentos brasileiro”. Seu estudo situou-nos na área do pensamento pedagógico, articulando, por um lado, a produção e difusão de objetos impressos (revistas pedagógicas, manuais de formação de professores), com a circulação e apropriação das ideias tidas como inovadoras em educação e, por outro lado, as práticas culturais, a divulgação científica e ideias pedagógicas.

Nessa pesquisa, a autora evidenciou os esforços de um grupo de intelectuais brasileiros que alertavam para o distanciamento entre as bases materiais e a letargia da vida cultural e intelectual brasileira, apontando, como recurso de uma solução, uma reforma da instrução como meio possível para diminuir a desigualdade observada.

Nessa intenção, as análises de Hilsdorf (op. cit., p. 67) seguem rumo a duas direções, a saber: a de identificar os modelos de educação estrangeiros, provenientes de países das regiões centro norte da Europa e dos Estados Unidos, que são apontados como os mecanismos fundamentais para tal reforma; e a de apresentar a maneira como tais propostas de reforma educacional ganharam visibilidade e circulação entre o meio social de interesse – os professores – na forma de impressos. Isso contribuiu sobremaneira para ampliar nossa compreensão sobre circulação, apropriação e produção intelectual.

Sua análise, a partir dos impressos do início do século XX, contribuiu significativamente para nossa compreensão em torno dos investimentos culturais e intelectuais que pregavam a modernização do sistema educacional brasileiro, sempre a ser perseguido, em diferentes épocas, e cujo artifício de circulação era realizado via impresso.

Isso nos forneceu também uma indicação acerca dos modelos de educação estrangeiros propostos como solução do atraso educacional para o Brasil, cujo apelo por uma reforma se fazia legítimo, e estabelecia propostas de caráter inovador e moderno para a educação escolarizada da época.

No Brasil, desde o final do século XIX, existiam debates em torno da reforma educacional, como indica Valdemarin (2012, p. 15):

Nos anos finais de 1880, a questão educacional foi enfatizada nos discursos e debates políticos, em conferências e artigos de jornais e em relatórios oficiais que apresentavam dados constrangedores, embora precários, sobre a situação do ensino no país e indicavam a necessidade de organizar o sistema escolar, entendido como condição para se equiparar as nações desenvolvidas (...). Dos caminhos pensados para a modernização, a educação se afirmava como o mais propício para que fossem alteradas as “deploráveis condições do ensino brasileiro”, frase síntese bastante repetida, que fundia o número insuficiente de escolas, professores sem habilitação, prédios sem higiene, poucas bibliotecas, método de ensino deficiente e a ausência de sistema graduado de escolarização.

Foi a partir desse cenário que uma série de diagnósticos educacionais foram propostos a fim de alterar a crítica situação, o que legou, para os estudos da Cultura Escolar, vasta documentação, capaz de revelar uma gama de estratégias, por meio das quais, os ideais de reforma educacional foram divulgados, além dos inúmeros registros feitos por intelectuais.

Mas, quem são os intelectuais? Como reconhecê-los ao longo dos processos históricos?

Para Louis Boudin (1971), o intelectual é um homem público que nada é sem aqueles que o escutam; assim, quando escreve e publica seus textos, assegura ao seu pensamento uma difusão mais complexa e duradoura.

A assinatura que o escritor faz sobre suas obras aponta-o como o autor autêntico e aumenta as suas responsabilidades: o conteúdo e a forma da obra requerem um cuidado mais atento. O intelectual concentra-se antes de se entregar ao público que não conhece e cujas reações não pode observar. A preocupação da adaptação ao leitor leva muitas vezes o escritor a só exprimir a cultura da sociedade em que ambos vivem. Todavia, em todas as épocas é possível circunscrever focos de contestação, pois, tal como o professor, o escritor não é absolutamente conformista (BOUDIN, 1971, p. 54).

Por sua vez, Sirinelli (1996) destaca a forma de organização desses intelectuais, que vivem num meio rico e variado, meio este que oferece ao pesquisador elementos-chave para a análise.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 1996, p. 248).

Em sua análise, Gomes (1996, p. 11) destaca que intelectuais são todos aqueles produtores de bens simbólicos que constroem e divulgam suas propostas em redes organizacionais, desenvolvendo certos tipos de sensibilidade e procurando “[...] demarcar fronteiras capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas”, o que nos levou à utilização do conceito de geração tal como concebido por Sirinelli (1998), não relacionado ao sentido biológico do termo, mas sim ao sentimento de pertencer a um grupo que compartilha das mesmas crenças e ideias.

Esse conceito se distancia da ideia de que a noção de geração está relacionada ao elemento de periodização. Assim, existem algumas gerações curtas, outras longas, não existindo, portanto, qualquer regularidade temporal entre elas. Outro aspecto destacado por Sirinelli (2003, p. 258) colocou-se sobre a importância da localização dos intelectuais e seu deslocamento no interior da paisagem. Ou seja, compreender que ideias não passeiam soltas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais. “(...) É preciso que o pesquisador se dedique a entender para além de como as ideias vêm aos intelectuais, há que se compreender como elas chegam à população”.

Segundo Burke (2003, p. 57), o aparecimento do intelectual é datado historicamente. “O homem culto sempre existiu no interior das sociedades, mas

desde quando este homem passou a ser o intelectual no interior da sociedade à qual pertence?”. O autor analisou a história social do conhecimento desde Gutenberg até Diderot. Sua contribuição mostra, já no século XVII, uma identidade de um grupo de letrados que se fortalecia. No século seguinte, esses grupos cresciam e marcavam presença em diferentes cidades europeias. Seus estudos indicam, assim, que o protagonismo político dos intelectuais foi possível em grande parte pela circulação dos jornais e revistas, o que o levou a concluir que, muito tempo antes da utilização do nome intelectual, através dos lugares comuns, como bibliotecas e outros espaços públicos, facilitavam a interação dos homens, uma vez que realizavam a ligação entre as ações da vida cotidiana com o conhecimento. Esta sociabilidade influenciava a produção e distribuição do conhecimento da época.

Em seus estudos Vieira (2008, p. 234) percorreu o itinerário de utilização do termo *intelligentsia* para compreender a formação do grupo atualmente considerado e estudado como “intelectual”. A *intelligentsia* foi um vocábulo que começou a ser usado no fim do século XIX na Polônia e na Rússia para designar o grupo de cultos da sociedade com sensibilidade e responsabilidade em relação à educação do povo e afirmação da nação. A palavra como sugere a autora, estava associada às elites e ao fato destas terem a capacidade de analisar melhor as nuances sociais, possuindo destacado papel político, e ainda deterem a consciência nacional.

Dessa maneira, os sujeitos das práticas culturais são importantes personagens para análise, na medida em que podemos trabalhar com as representações que fazem de si mesmos e de suas práticas, desvendando fatos que, até então, estiveram ocultos para a história da educação e dos impressos pedagógicos.

Os atores envolvidos nesta análise pertencem ao círculo dos chamados intelectuais da educação. Aqui, refiro-me aos autores que se destacaram tanto pela frequência de colaboração, quanto pela representatividade de ideias, conceitos e propostas que foram representadas sob a forma escrita e impressa na Revista de Educação/ES.

Para Bastos (2002, p. 11), o projeto modernizador do país contou com idas e vindas, nas formulações das interpretações e dos projetos decorrentes desse

movimento de ideais, características dos países marcados pela questão do atraso, aspecto que marca o projeto educacional dos anos de 1930. Acentuando o desejo em fazer uma nação cujos sujeitos do processo a ser formado são os intelectuais.

E, a visibilidade dos investimentos intelectuais sobre as articulações das representações sobre a educação modernizadora do país e os programas de formação de professores e ensino nas escolas circularam, em grande parte, sob as revistas especializadas. Para Sirinelli (2010, p. 210), uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.

A Revista de Educação/ES foi escrita sob a pena de diferentes sujeitos. Alguns dentre esses sujeitos que atuaram como intelectuais passaram pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural no Estado do Espírito Santo, que era uma instância do Departamento de Educação do Espírito Santo. Nomes como Fernando Duarte Rabello, Wolmar Carneiro da Cunha, Manoel Clodoaldo Linhares, Carlos Gomes de Sá, Paulino Muller, Claudionor Ribeiro e Arnulpho Mattos figuram entre os responsáveis pela revista e sua circulação.

Seguimos então para a identificação de cada um desses sujeitos que atuam como intelectuais dentro da Revista para avançarmos, em seguida, nas representações sobre saber escolarizado dos quais eles foram porta vozes. Vale, contudo destacar, que assinalamos neste momento, os sujeitos que apresentavam uma representação política e educacional no contexto capixaba da época.

A Fernando Duarte Rabello é atribuída a fundação da Revista de Educação/ES em 1934. Na primeira edição da revista, seu nome está veiculado como “conhecedor do ensino nas suas bases modernas, tão diferentes das de ontem” e, juntamente com o interventor do estado, o capitão João Punaro Bley, foi considerado propagador do movimento de renovação pedagógica no estado, como atesta o Jornal Diário da Manhã na Seção de Cooperação e Extensão Cultural (1934, p. 34):

Os nomes do Capitão João Punaro Bley e dr. Fernando Duarte Rabello estão intimamente ligados ao movimento de renovação pedagógica que se está

processando, nobre e inteligentemente no Brasil. E quando se fizer a história do magno problema de ensino eles comporão um capítulo interessantíssimo.

Oliveira (2008, p. 457) afirma que o doutor Fernando Duarte Rabello trabalhou no magistério desde a regência de uma cadeira noturna à Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo, formado em Direito, sem colar grau em virtude de carência de recursos:

Homem de origem humilde, galgou todos os degraus do magistério. Interventor federal em seu Estado natal; secretário de várias pastas do governo; procurador-geral do Estado; deputado estadual; professor emérito da Faculdade de Direito. Além de outros cargos, que ocupou em diferentes períodos da sua vida modelar. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Segundo Soares (1997), quando Fernando Duarte Rabelo esteve à frente da educação junto ao interventor Bley, cresceram os esforços pela nacionalização do ensino nas zonas de colonização estrangeira no Estado.

Na segunda edição da *Revista de Educação/ES* aparece o nome do Tenente Wolmar Carneiro da Cunha⁴⁴ como secretário interino da Secretaria do Interior e Justiça:

Pelo decreto 4.769, de 25 de abril p. findo, foi exonerado, a pedido do cargo de Secretário do Interior e Justiça desse Estado o dr. Fernando Duarte Rabello, fundador desta Revista. Ao dr. Fernando Duarte Rabello, que superintendia na pasta política do Estado, o Departamento de Ensino Público, deve a educação do Estado uma soma considerável de realizações[...]

Foi nomeado, interinamente, Secretário do Interior e Justiça deste Estado, pelo decreto n. 4.770, de 25 de abril transáto, o tenente Wolmar Carneiro da Cunha, um dos próceres revolucionários deste Estado, é um animador incansável das boas iniciativas e um devotado amigo da nobre causa da Educação. S. exa. já deu uma bela demonstração de sua operosidade, nos poucos dias de sua gestão na pasta do Interior e na superintendência do Ensino Público, continuando sem desfalecimentos a obra iniciada por seu antecessor (*REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES*, n. 2. 1934, p. 57).

Em abril de 1935, ocorreram as eleições para Governador Constitucional. De acordo com as informações na seção da *Revista de Educação/ES* – Notas &

⁴⁴ Em 05 de outubro de 1934, segundo o Diário Oficial do Estado, Wolmar Carneiro da Cunha foi nomeado Interventor Interino do Estado do Espírito Santo, em virtude da licença de João Punaro Bley.

Informações –, Wolmar Carneiro da Cunha pediu exoneração do cargo, pois teria sido nomeado Secretário do Governador. Após as eleições, Manoel Clodoaldo Linhares, membro do Conselho Consultivo na primeira Interventoria de Punaro Bley, passou a ser o novo Secretário do Interior e Justiça. Mas, ficou por pouco tempo. Em agosto de 1935, Carlos Gomes de Sá ocupou o cargo (LAUFF, 2007, p. 40).

Dr. Carlos Gomes de Sá, advogado e professor, foi considerado um dos maiores criminalistas do Espírito Santo. Distinguiu-se também como jornalista e "causeur" (orador brilhante). No governo de Aristeu Borges de Aguiar, foi Procurador Geral do Estado. Em 1934, pelo Partido da Lavoura, foi eleito Deputado Estadual e atuou na elaboração da nova Constituição do Estado. Seu anteprojeto para a legislação de estrangeiros foi aproveitado pelo Governo Federal. Contudo, seu mandato como Secretário do Interior e Justiça também durou pouco. Em março de 1935, assume o Secretário da Educação e Saúde Pública. Pela Lei n. 5 de 31 de outubro de 1936 foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Paulino Muller é o novo mandatário.

Paulino Muller foi médico e político, membro do PSD. A convite de João Punaro Bley, ocupou o cargo de Secretário da Educação. Antes, era Prefeito de Vitória. Em março de 1937, foi eleito presidente do PSD.

De acordo com os dados encontrados na Revista de Educação/ES, Arnulpho Mattos, que junto com Manoel Clodoaldo Linhares foi membro do Conselho Consultivo na primeira Interventoria de Punaro Bley, assume a Secretaria da Educação e Saúde Pública em julho de 1936. A Secretaria de Educação e Saúde Pública foi criada a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Segundo um comunicado da Associação Brasileira de Educação, esse Ministério precisava ser organizado porque tinha sido constituído por justaposição de repartições. A Secretaria de Estado do Ministério manteve um esquema que sofreria sensíveis alterações pelo projeto do Ministro Capanema.

É inegável a crença nos princípios da educação moderna que Claudionor Ribeiro⁴⁵ deixou expresso em diferentes páginas por onde registrou suas

⁴⁵ Nesse momento de nossa investigação, não ficamos presos a uma dada ordem cronológica e linear dos fatos; por vezes, para atender a um certo estilo de escrita, nos preocupamos em localizar e

experiências e deixou transparecer suas expectativas. Em nosso levantamento, nos deparamos com um homem convicto nas ideias de progresso e mudança promovidos pela educação escolarizada. Seus registros nos foram possíveis também por se tratar de um indivíduo reconhecidamente integrante da intelectualidade capixaba dos anos de 1936⁴⁶. Mas, sua carreira intelectual foi iniciada bem antes desse período.

Nosso interesse neste momento da pesquisa foi o de compreender, a partir das ações empreendidas por Claudionor Ribeiro e a partir da produção e circulação da Revista de Educação/ES, as representações do intelectual e professor.

Nesse sentido, nosso enfoque sobre Claudionor Ribeiro se estabeleceu com a finalidade de identificarmos, a partir de suas ações, na condição de redator chefe da Revista de Educação/ES, certas representações assumidas em torno do grupo ao qual pertencia, o lugar de onde falava, e a fala oficial que representava. Ou seja, compreender por meio das marcas evocadas pelo impresso a Revista de Educação/ES, e deixadas por Claudionor Ribeiro às representações sobre a educação e sobre os saberes e práticas de ensino dos professores nos anos de 1930.

Não se trata, contudo, de minimizar a importância do grupo do qual Claudionor Ribeiro é representante: nossa escolha partiu do fato de sua presença, bem como sua função, se manter constante ao longo de todo o período em que a Revista de Educação/ES circulou, fato este de relevância histórica frente às atividades que acabou desempenhando na função de ampliar as possibilidades de divulgação, circulação e apropriação do impresso junto à sociedade.

Nesta perspectiva, entendemos o intelectual Claudionor Ribeiro sob a ótica apresentada por Bobbio (1997, p. 68). Ao tecer uma possível compreensão sobre quem são os intelectuais em nossa sociedade, o autor apresenta a seguinte caracterização:

interpretar as informações que encontramos nos artigos que foram publicados em jornais e revistas, e que nos contam sobre Claudionor, sem comprometermos a historicidade que cada evento implica no enredo da história aqui apresentada.

⁴⁶ Consta no *Diário da Manhã*, publicado em 10 de março de 1936, a indicação de livros e periódicos que evidenciam a “intelectualidade de nossa terra”, e Claudionor Ribeiro aparece dentre os nomes citados.

das funções principais do intelectual, se não a principal, é a de escrever. É natural que os intelectuais escrevam sobre si mesmos. Se eles não se ocupassem de si mesmos, quem o faria? (...) um intelectual, isto é, alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujo instrumento de trabalho não são máquinas, mas ideias.

Este é para nós o intelectual em questão, Claudionor Ribeiro. Passamos então, a partilhar um pouco de sua trajetória.

Claudionor Ribeiro foi o redator-secretário da Revista de Educação/ES em todos os números disponíveis para nosso estudo. Era Inspetor Técnico do Ensino e chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural no Espírito Santo.

Segundo Lauff⁴⁷ (2007, p. 70), Claudionor Ribeiro iniciou seus estudos na Escola Modelo em Vitória, onde concluiu o 1º e 2º graus⁴⁸. Por meio de concurso público, tornou-se Inspetor Escolar⁴⁹, atuando no norte do estado e em Vitória (região central). Colaborou como articulista nos jornais locais, na revista Vida Capichaba e Imprensa Oficial (Diário da Manhã), além da Revista de Educação.

Conforme as informações a respeito de Claudionor Ribeiro, ainda a partir de Lauff (*op. cit.*, p. 71), o lançamento da Revista de Educação foi de tão alta expressão e aceitação que motivou o convite do órgão Bandeira Paulista de Alfabetização ao professor para proferir conferência sobre “Problemas Educacionais” na cidade de São Paulo.

Claudionor Ribeiro fez cursos de especialização em português, francês e geografia, e o curso intensivo de jornalismo no Rio de Janeiro. Em 5 de julho de 1930, foi publicado no jornal *Correio Paulistano*, na coluna intitulada – *Folhetos e Revistas* – onde se encontra a seguinte nota:

⁴⁷ Em nota, Lauff (2007, p. 71) informa que: “Todas essas informações foram cedidas por Gláucia Moulin Coelho, que atualmente ocupa a cadeira n. 30 da Academia Cachoeirense de Letras, cadeira que foi ocupada por Claudionor Ribeiro. A Sra. Gláucia obteve essas informações do filho de Claudionor, o Sr. Desembargador Ewerly Grandi Ribeiro”.

⁴⁸ É possível, por meio do *Diário da Manhã* dos anos de 1922, 1923 e 1924, acompanhar o seu desempenho nos exames da Escola Normal. Localizamos, por exemplo, as notas – chamadas de grãos – que recebeu nos exames de francês (aprovado com grau 6,2), e o exame de segunda época realizado em março de 1924, com resultado publicado em abril do mesmo ano, sendo aprovado.

⁴⁹ De acordo com nossa investigação, em 25 de maio de 1927, segundo publicação do *Diário da Manhã*, Claudionor Ribeiro estava atuando como inspetor escolar.

NOVA ORIENTAÇÃO DA GEOGRAPHIA MODERNA NA ESCOLA ACTIVA
BRASILEIRA.

“Nova orientação da geographia moderna na escola activa” é o título da thèse apresentada ao curso superior de Cultura Pedagógica, do Espírito Santo pelo sr. Claudionor Ribeiro.

Nesse trabalho o Inspector escolar daquele Estado trata da escola activa e da escola antiga, da geografia da escola activa, do ensino geographico actual, da geografia e das outras disciplinas, e da cartographia, para chegar a conclusão de que “toda reforma de instrucção deve ser alicerçada com bases scientificas, porque, conhecendo a criança morphologica, anttropológica, physiologica e psychicamente, terá o mestre muita probabilidade de conduzir, com bom êxito, a educação da infância; todo ensino de geographia moderna deve ser pratico, objetivo e attraente, evitando o cansaço e tédio dos educandos. (CORREIO PAULISTANO, 5 de julho de 1930).

O texto da nota do jornal expressa com empenho a produção de Claudionor Ribeiro, anunciando o quanto o Estado do Espírito Santo ganhava com uma formação sólida e actual. Notamos a visibilidade que Claudionor já assegurava frente à sociedade intelectual capixaba, antes mesmo do projeto de editoração da *Revista*, uma vez que a informação noticiada é de 1930, quando a Revista de Educação/ES só existirá quatro anos depois. Isso abre espaço para uma primeira interpretação, a de que a Revista de Educação/ES teria ampliado sua possível projeção de intelectual, ao mesmo tempo que, a presença de Claudionor Ribeiro na redação da *Revista*, possibilitou ao projeto seu aspecto intelectual, contribuindo para a proposta de remodelação do ensino e das práticas dos professores.

Interessante dizer ainda que, em 1935, na edição número 14 da Revista de Educação/ES, encontramos a divulgação de uma aula de geografia nos moldes expressos por Claudionor Ribeiro, sob a forma de uma prática do docente, algo semelhante ao conteúdo que fora publicado na ocasião de seu trabalho publicado em 1930.

Isso certifica, em certo sentido, o papel normatizador exercido pela *Revista*, ao ser concebida como um dispositivo de *(in)formação* de professores, cuja prática da docente, ainda em formação, ao ter contato com a *Revista* e dela fazer uso como material de formação, acabou sentindo-se preparada para o exercício docente, e por isso, legitimou, ao publicar na Revista de Educação/ES, o propósito esperado pelos editores do impresso. Ao mesmo tempo que a *Revista* pode ser também entendida como sendo um canal difusor das ideias e pressupostos representados por um dado grupo ou trabalho intelectual, como podemos apreciar na fotografia que se segue. A

imagem está atrelada a uma aula de geografia, publicada na Revista de Educação/ES.



FIGURA 7: Revista de Educação/ES.
Ano 2, n.14, maio de 1935.

Na legenda que segue a fotografia lê-se: “Escola Normal ‘Pedro II’ – Aula de geographia dada pela praticante Dalva Gama, no 3º ano, masculino. ‘A divisão do Brasil em Estados’, jogo educativo para aplicação da aprendizagem feita”.

Tal como Claudionor sugeriu em sua “these” sobre a metodologia da geografia moderna, que foi publicada em 1930, podemos observar a aplicação de seus preceitos ao longo da descrição da aula evocada na publicação que segue a fotografia: uma aula dinâmica no pátio, atrativa pelo uso de jogos educativos, como forma de verificação de aprendizagem.

São inúmeras as notícias publicadas em jornais dentro e fora do estado que dão notícia de seu trabalho, e quase sempre, depois da publicação do impresso em abril de 1934, sua representação aparece associada à presença da Revista de Educação/ES.

Segue uma série de publicações, todas noticiadas pelo *Diário da Manhã*⁵⁰ que remetem a Claudionor Ribeiro. Vale dizer que, a partir de 1931, ele já aparece como colunista responsável por uma pequena nota no jornal, além de continuar exercendo a função de inspetor escolar. Encontramos, assim, em nosso levantamento a partir do jornal *Diário da Manhã*, no ano de 1930, o seguinte anúncio⁵¹: “LEIAM A NOVA ORIENTAÇÃO DA GEOGRAPHIA NA ESCOLA ACTIVA BRASILEIRA. Do Inspector Escolar Claudionor Ribeiro; Preço – 3\$000 – Nas livrarias desta cidade”. (7 de julho de 1930).

Tratava-se da divulgação de seu livro. O mesmo anúncio circulou no jornal mais de seis vezes, sempre com o mesmo formato e diagramação, mas em meses diferentes.

Ainda em 1930, Claudionor aparece citado em diferentes ocasiões, atrelado a sua função de inspetor escolar. Estas publicações dão-nos notícias suas, seja em atos de visitas às escolas em inspeção (23 e 28 de agosto), seja ministrando aulas na escola normal (13 de julho).

Em 1931, temos noticiadas diferentes ações de Claudionor, publicadas no *Diário da Manhã*. Ele aparece como responsável por uma pequena nota publicada mensalmente, associada a alguma atividade de cunho educacional e ligada ao Departamento de Ensino Público do Estado. Destacamos, entre todas as publicações, aquelas que convergiram de alguma forma para o diálogo editorial com a Revista de Educação/ES, ou seja, aparecem como práticas de escritas que sinalizam para um ensaiar de sua carreira como redator da Revista de Educação/ES, ao mesmo tempo que ilustram sua trajetória como intelectual ligado à Educação.

Seguem, então, os títulos das publicações: A defesa feminina (30 de outubro), Festa da Colação de grau das primeiras normalistas da cidade de Cachoeiro de

⁵⁰ O *Diário da Manhã* era considerado o único grande jornal do Espírito Santo, de acordo com o texto da Mensagem de 1937, porque circulava em todas as localidades do estado e também em outros estados brasileiros. Esse jornal veiculava informações das atividades administrativas e possibilidades econômicas.

⁵¹ Como todas as exposições que se seguem foram retiradas do mesmo jornal o *Diário da Manhã*, optamos em citar apenas a data da publicação, na qual o contexto foi retratado, evitando assim uma certa “poluição” visual e repetição de um dado na constituição da exposição escrita que ora se apresenta. Todas as notas citadas do jornal constam em listagem anexa a esta tese. Esta etapa se fez necessária, se considerarmos que “este momento” antecede a publicação da Revista de Educação/ES e evidencia a prática de escrita de Claudionor Ribeiro.

Itapemirim (15 de dezembro), Festa da Exposição Escolar (27 de dezembro). As outras publicações que circularam neste ano restringem-se ao seu exercício de inspetor escolar, e são traduzidas por comunicações oficiais do cargo, como notícias de viagens e visitas às escolas.

Para o ano de 1932, suas publicações versam sobre o escotismo (17 de janeiro), a morte de *Pierrot*, poesia de carnaval (7 de fevereiro), higiene dentária (21 de fevereiro), e viagens de inspeção escolar (agosto e setembro).

A seção intitulava-se *Vida Educacional*⁵², diferente do ano de 1933, quando a coluna assinada por Claudionor no *Diário da Manhã* ganha um destaque nas páginas deste jornal, pois passou a contar com um espaço de melhor visualização das temáticas que expunha. Neste instante o cinema escolar é destaque nas representações sobre a modernização do ensino capixaba que Claudionor defende e apresenta no jornal. Vale conferir, a partir da citação a seguir:

Só do ponto de vista educativo, são imensas e positivamente nobres as suas vantagens e as suas possibilidades. Isso não quer dizer que o cinematógrafo, sob o ponto de vista didático, seja um meio exclusivo de ensino eficiente. Ele é, indiscutivelmente, um auxiliar preciosíssimo do mestre e do manual escolar. Na metodologia da geografia, da higiene, da moral, da sociologia da linguagem, das ciências naturais e aplicadas etc. O seu valor é irrecusável. Porque, então, negar-lhes os méritos evidentes e incontestáveis?

Quantos países conhecemos, com as suas belezas naturais, as suas vias de comunicação, seus costumes sociais, seu desenvolvimento comercial, enfim, com toda a manifestação do seu progresso, através do cinema? E se não fosse a décima musa, como é considerado, quanto tempo despendêríamos para viajar até estes países?

Verdadeira lâmpada de Aladino, ele nos revela desde o mundo dos infinitamente pequenos, até os mais misteriosos processos de transformação da terra. Para aquilatar a sua utilidade, sob o ponto de vista didático, basta lembrar que os países mais adiantados dele não tem descurado um só momento. Na Bélgica, em 1926 foi fundada a "Associação dos Amigos do Cinema Educativo", para divulgar naquele país o quanto pôde o cinema a serviço da educação.

Na França, na Alemanha, na Suécia, nos Estados Unidos e na Inglaterra existem inúmeras agremiações defensoras do cinema escolar. Roma que tem em Mussolini um enérgico defensor do cinema educativo é a sede do Instituto Internacional de Cinematografia Educativa, patrocinada pela Liga das Nações.

⁵² Essa seção do Jornal era dedicada a retratar o cotidiano escolar capixaba, como por exemplo, movimentação de professores, matrículas, acontecimentos e fatos nas escolas e nas instituições de ensino superior, relatório de inspetoria das escolas, alteração de lei e publicações de artigos de cunho legislativo do Estado e da União.

No Brasil, vêmo-lo, incluído na organização didascálica⁵³ de Minas, São Paulo, Distrito Federal e Espírito Santo. Neste estado recentemente graças à boa vontade do sr Interventor Federal e a esclarecida e proficiente direção que o sr. Secretário do Interior e Justiça imprimiu aos problemas afetos ao Departamento do Ensino Público foram adquiridos 50 filmes educativos, 7 cadascopes, modelo A, 3 cadascopes, modelo K, 2 cine-Kodoks e 20 filmes virgens (super), destinados à filmagem dos fatos do nosso progresso. Está, por consequência, de parabéns o povo deste Estado, cujo governo não tem poupado esforços em prol do seu destino radioso. (CLAUDIONOR RIBEIRO. Vida Educacional: O Espírito Santo e o Cinema Educativo, Correio da Manhã, 14 de maio de 1933).

Em seu discurso, Claudionor cita as vantagens do cinema educativo, tomando como exemplo a Itália, que havia aprovado em 1928 os estatutos do Instituto Internacional de Cinematografia.

Nesse sentido, como argumenta Mate⁵⁴ (2002, p. 120), era explícita a referência ao amplo objetivo da educação através do cinema, qual seja, a formação da personalidade integral. Nessa perspectiva positiva do uso do cinema educativo, são vários os argumentos traçados por diferentes intelectuais e educadores em defesa de sua utilização, a de que o cinema facilitaria a difícil tarefa de educação, que era a de fazer chegar às regiões pobres, isoladas e perdidas a higiene, a instrução, a consciência nacional, o império da lei e o progresso. Além do cinema, o rádio e a imprensa eram considerados, segundo pressupostos partilhados pelo próprio Claudionor, fontes inesgotáveis para o progresso da nação.

Em 21 de maio de 1933, Claudionor publica a listagem com o nome dos 50 títulos dos filmes educativos que foram comprados pelo governo. São eles:

⁵³ Segundo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, didascálica evoca o significado da palavra grega “*didaskália*”, instrução, do verbo ensinar. Indicações que davam os autores gregos aos atores. Representação cênica. Qualquer obra ou crítica a respeito de teatro. Notas laterais de esclarecimento dos textos.

⁵⁴ A autora apresenta um amplo debate sobre cinema educativo na década de 1930, dialogando a partir de diferentes jornais e revistas publicados na época, cujos artigos evidenciam o grande embate no qual o cinema educativo esteve enlaçado, que segundo ela, “permitiu avaliar a tensão presente entre setores conservadores da sociedade que, somados aos renovadores construíram nesta empreitada formas de veicular um cinema que, além de contribuir para a formação da nacionalidade e combater o *cinema nocivo*, encaminham também novos hábitos de vida e trabalho” (MATE, 2002, p. 124).

Títulos dos Filmes adquiridos			
1	O sal	26	A energia tirada do sol
2	Os Bacilos	27	O fogo e como fazê-lo
3	O Sangue	28	A proteção contra o fogo
4	Os Ossos	29	Iluminação
5	A respiração	30	A luz
6	As células	31	Alaska
7	A pele	32	O automóvel
8	A circulação	33	As ilhas do Hawaii
9	A digestão	34	A Baía de Chesapeach
10	Cuidado dos dentes	35	A vida do interior
11	Controle da circulação	36	Tuberculose e como evitá-la
12	O mosquito da febre amarela	37	O bicho da seda
13	Máquina simples	38	As diferentes canalizações
14	Aparelhos óticos	39	As Ilhas Philipinas
15	Frigorificação	40	O ouro
16	Areia e o Barro	41	Os diversos processos do ferro
17	Meteorologia	42	Pescaria na Nova Inglaterra – 1ºfilme
18	As forças hidráulicas	43	Pescaria na Nova Inglaterra – 2º filme
19	A purificação da água	44	O couro
20	Os vulcões	45	O canal do Panamá
21	O ciclo da água	46	Os músculos
22	A força a vapor	47	A postura do corpo humano
23	A pressão atmosférica	48	O bom alimento – o leite
24	Os efeitos químicos da eletricidade	49	A América do Sul
25	O calor e a luz da eletricidade	50	Efeitos magnéticos da eletricidade

TABELA 2: Títulos dos filmes adquiridos.

Nota-se, dentro da listagem acima citada, a presença de títulos voltados para o labor, o que corrobora, com os aspectos por nós mencionados anteriormente em relação à utilização do cinema educativo como instrumentalização para o trabalho. Em 17 de junho do mesmo ano, no Diário da Manhã, Claudionor dá notícias sobre “Nossa eficiência didática” e publica uma série de solicitações enviadas a ele, a fim de estabelecer contatos com o Estado, tratando do cinema escolar.

Escrevem-no a diretora do colégio Pedro II de Curitiba, em 4 de abril de 1933, que solicita “a remessa de publicações pedagógicas, divulgadas sob a vossa orientação”. Ressalta a dificuldade do encontro intelectual frente à grande dimensão geográfica do país, e finaliza, enaltecendo a grandeza dos trabalhos pedagógicos

publicados e divulgados por este Estado onde pontificam figuras brilhantes do magistério público.

Na sequência, tem-se ainda, na nota publicada, a solicitação de envio emitida em 16 de maio de 1933, da cidade do Rio de Janeiro, em nome do auxiliar de gabinete, que solicita o envio de dados e estudos sobre a instrução e ensino do estado e a remessa de duplicata de leis, regulamentos, dados estatísticos, e demais publicações referentes ao ensino do Estado.

Na mesma ocasião, registra-se o envio do 2º número da Revista de Cinema Educativo, editada e distribuída pela Sociedade Cine-Educativa do Brasil Ltda, que segue solicitando o envio sobre “o que se sucede relativo ao Cinema Educativo, em s/ Estado”, colocam-se à disposição “as páginas de nossa Revista para v. s. e seus colaboradores”.

Em 10 de julho de 1933, Claudionor Ribeiro publica, no *Diário da Manhã*, resposta a uma matéria veiculada no jornal “Gazeta do Povo” de Curitiba, escrita por Raul Gomes Rodrigues. Na ocasião expressa, aparece “censurando à escolha de alguns filmes educativos, ultimamente adquiridos pela actual administração do Estado”. No artigo, Gomes Rodrigues questiona:

Entre as fitas compradas pela administração capixaba figuram uma sobre o Alaska, a baía de Chesapeack, a pesca na Nova Inglaterra, As Philipinas, A Ilha do Hawai etc. A maioria é de assunto das ciências físicas e naturais e de higiene. Quanto a estas, nada ha dizer. São uteis, indispensáveis mesmo. Mas, quanto as outras, força é assinalar a exquisitez de se introduzirem fitas ianques para o ensino de particularidades geográficas de puro interesse local (...). No Brasil só devemos enaltecer o Brasil, como nos Estados Unidos seu povo deve engrandecer essa terra (...). Cumpre-nos, na formação das filmotecas, selecionarmos as cintas (...). Vê-se, evidentemente, que o ilustrado professor, que tão forte epinício tece ao cinema escolar, é, também um grande amigo, do truísmo do lugar comum (10 de julho de 1933).

Em reposta, Claudionor lança mão de todo um acervo de conhecimento sobre o assunto, impelindo todo um conjunto de saberes em defesa dos recursos adquiridos.

Ora, o comentarista das provas claras e insofismáveis de que não está bem a par da metodologia da Geografia. Quem foi que lhe disse, em que fonte foi buscar que o ensino geográfico das particularidades de outros países é de

puro interesse local? O comentarista desconhece o valor da Geografia Geral? Ignora o método dos círculos concêntricos, de incontrastável valor no ensino das ciências de inestimável importância da didática da geografia para a escola primária?

A Geografia não tem só por fim relacionar o homem com o seu *habitat*. Vai mais longe. (...), Ora, quem foi que disse que no Espírito Santo nos ocupamos permanentemente, com os fatos do progresso alienígenas?

Além dos 50 filmes educativos a nossa cineteca possui mais películas sobre os seguintes assuntos do Espírito Santo e do Brasil: Quedas d'águas, indústria e comércio, café, cacau, algodão, aspectos de cidades marítimas e centrais, lagoas, rios, ilhas, festas escolares e inauguração de melhoramentos locais.

Depois, nós aqui, não temos somente escolas de primeiras letras, mas também escolas secundárias e superiores nas quais a Geografia Geral é tratada em maior carinho e especial atenção. (...) As fitas adquiridas pelo governo do Estado foram escolhidas por uma comissão de ilustrados educadores das nossas escolas primárias, secundárias e superiores, os quais acompanharam a sua filmagem, escolhendo-as por assuntos interessantes à didática das diversas disciplinas escolares. O artigo que revidamos é de uma falta de lógica e de uma incoerência formidável. E, ao pingar, aqui, nestes leves reparos, ao artigo do prof. Raul Rodrigues Gomes, o nosso ponto final, perguntamos ao despeitado regionalista: – Que é que Paraná tem feito em favor da cinematografia educativa? (10 de julho).

O embate apresentado nas citações mostra de modo contundente a luta pela conformação de saberes que se pretendiam legítimos, a produção de discursos de verdade. Afinal, não se tratava de um mundo alheio aos embates e confrontos.

Segundo Mate (2002, p. 119), a criação e uso do cinema educativo materializavam-se como resultado de um confronto com outro tipo de cinema que explorava os sentimentos menos delicados. Tanto para o grupo de educadores católicos quanto para os renovadores da educação, era possível combater o cinema perigoso através do cinema educativo, pois além de dar “a conhecer homens, costumes, habitações, processos de trabalho (...), contrabalançava os maus efeitos do cinema comum”. Investia-se no cinema educativo, apostando, segundo a autora tanto na mudança cultural quanto na introdução da nova mentalidade de trabalho. Nesse contexto, vários foram os colaboradores de jornais e revistas no Brasil que se colocaram contra o cinema educativo.

No seguir do tempo, o mês de agosto, trouxe ao Espírito Santo “um quê de agitação” frente aos preparativos para a visita de Getúlio Vargas ao Estado. Claudionor não ficou indiferente perante esse momento. Foi designado como o responsável pela organização da parada escolar, na qual participaram do desfile cívico a “Escola Normal, o Colégio do Carmo, a Escola Modelo e o Grupo Escolar Gomes Gardim” (23 de agosto). Não houve nenhuma menção posterior ao evento.

Assim, a publicação seguinte anunciava os preparativos para a exibição da “grande festa cívica jamais vista no Estado”, em virtude das comemorações da pátria (31 de agosto); no seguir, dá-nos notícia da fundação da Associação dos professores primários do Estado (29 de outubro) e da ata de comissão que avaliou o cinema escolar no estado e as aquisições realizadas (31 de outubro). Seria esta comissão uma resposta ao caso comentado sobre a aquisição dos filmes?

Em 12 de novembro, ainda em 1933, Claudionor publica “sob grata satisfação” a conquista de uma seção maior no jornal: tratava-se da *Vida Educacional*. Uma seção que, segundo ele, “seria veiculada todos os domingos, com comentários, doutrinas, bibliografias e rotinas sobre a Educação do Estado e conta com a colaboração de todos os desejosos por uma Educação para o Radioso Progresso do Espírito Santo”. Pode-se perceber, nas publicações que sucederam o anúncio da coluna *Vida Educacional*, a farta colaboração enviada a Claudionor.

Temos a impressão de se tratar de um momento que caracteriza uma espécie de teste para o lançamento da Revista de Educação/ES. Aliás, muitos dos textos publicados no primeiro e segundo números da Revista estão publicados na seção *Vida Educacional* do jornal, além dos colaboradores, quase de modo geral, serem os mesmos que publicam no impresso pedagógico, cujo redator foi Claudionor.

No ano de 1934, desaparece a seção *Vida Educacional* e retorna a divulgação em notas no jornal. Segue então, logo nos primeiros meses do ano, uma série de notícias nas quais a figura de Claudionor Ribeiro é destacada. Sua imagem está sempre refletida em algum tipo de feito de cunho educacional que promoveu, colaborou ou esteve envolvido, como no caso da Criação da Biblioteca Irradiante do Departamento de Ensino (23 de janeiro de 1934).

Essa matéria destacava o papel primoroso de Claudionor junto à Educação do Estado, e trazia sua fotografia que estampava a composição do título “a serviço da formação do professorado” em suplemento que fora publicado também no *Jornal do Brasil*, em fevereiro do mesmo ano, segundo informes do *Diário da Manhã*. Nessa divulgação, é possível identificarmos a ênfase que a matéria concedeu ao fato de noticiar fora do estado o papel relevante de Claudionor Ribeiro para com a

Educação no Espírito Santo e, para isso, destaca seus “méritos de grande articulador” junto ao Secretário de Instrução e Justiça, Fernando Duarte Rabello.

Em 7 abril de 1934, “estamos às vésperas da publicação da primeira Revista de Educação/ES, mas nada nos indica tal feito, ainda”. Foi noticiada a visita de Claudionor ao então inaugurado Grupo Escolar “Padre Anchieta”, cuja fotografia do prédio estampou a capa da primeira edição da Revista de Educação/ES. Nesta ocasião, a matéria é assinada pelo próprio Claudionor e apresenta, em linhas gerais, a seguinte descrição do evento:

Iniciada a sessão de cinema escolar que deu ao majestoso educandário um aspecto saudável de festividade e encanto. Risos festivos iluminavam, mimosamente, os semblantes alegres dos pequenos escolares. Um desses, de tez da cor de azeviche, perguntou ao autor destas linhas, com um ar gracioso de espanto: – Moço, isto é cinema? Ante uma resposta afirmativa, teve um ah! misto de prazer e surpresa. (...). Ao sair daquele estabelecimento de ensino, procurei o infante de cor de azeviche. Palestrei com ele. Fiz-me seu amigo. Alguém lhe ensinara a dizer que o Governo do Espírito Santo é um Governo educador por excelência (Claudionor Ribeiro, Correio da Manhã, 7 de Abril de 1934).

A citação apresenta aspectos de relevante destaque para uma apreciação sobre o período histórico de sua feitura, cujo vocabulário estabelece as marcas da modernidade, a saber: cinema escolar, majestoso educandário, cor de azeviche⁵⁵, governo educador por excelência.

Trata-se, segundo Sevcenko (1983, p. 94), de artifícios da modernidade intelectual que caracteriza o desenvolvimento do novo jornalismo representa, contudo, o fenômeno mais marcante na área cultural, com profundas repercussões sobre comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento externo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria que tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse novo jornalismo, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom tom sob a atmosfera da Regeneração. Cria-se assim uma opinião pública urbana, sequiosa do juízo e da

⁵⁵ Segundo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Azeviche – Cor muito preta; nome de uma espécie de carvão duro e uniforme que pode ser esculpido e polido de modo a parecer vidro esculpido.

orientação dos homens de letras que preenchiam as redações. Os intelectuais, por sua vez, vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas consequências. Pregam reiteradamente a difusão da alfabetização para a redenção das massas miseráveis.

No caso de Claudionor, os esforços endereçados à educação estão fincados nos interesses do progresso, do valor moral e cívico da nação. É deste lugar de anúncio que estamos lendo Claudionor Ribeiro, este articulista do novo jornalismo.

Em 20 de abril, foi publicado o lançamento da Revista da Educação que indicava “ser uma aquisição voltada para o professorado do Espírito Santo”, tendo como redator Claudionor Ribeiro.

A partir desta data, as chamadas sobre a Revista de Educação/ES são constantes. Em algumas vezes, foi publicado o sumário do número anunciado (18 de setembro); em outras ocasiões, registrou-se sua importância na formação dos professores do Estado, e também sua circulação em outros estados da federação, como no caso do Rio Grande do Sul, do Ceará e de Santa Catarina, como evidenciam os registros publicados por ocasião de recebimento da Revista de Educação/ES, enviada por Claudionor, respectivamente em 5 de junho, 12 de julho e 28 de outubro. Em qualquer das situações em que a Revista de Educação/ES era apresentada e ou divulgada, o nome de Claudionor se fazia presente.

Contudo, notamos que, a partir da editoração da Revista de Educação/ES, as publicações de Claudionor no jornal *Diário da Manhã* foram se escasseando, a ponto de não haver mais as notas que mensalmente eram veiculadas sob sua responsabilidade. De maneira que todas as manifestações de cunho educacional eram reportadas para a Revista, já que ambos, o *Diário da Manhã* e a Revista de Educação/ES, faziam parte e representavam “a voz do poder oficial” no Estado.

Podemos observar que a hierarquia da Secretaria prevalece na hierarquia dos responsáveis pela Revista de Educação/ES, o que evidencia que a *Revista* não é uma produção à parte na Secretaria, uma vez que seu projeto integra as atribuições

dessa repartição. Isso quer dizer que os pressupostos pedagógicos difundidos pelo impresso, mais do que fazer parte, eles eram a política oficial do governo.

Dessa forma, sugere a existência de certa estratégia editorial ao encaminhar para o impresso específico – a Revista de Educação/ES – todas as questões e assuntos legais que interferiam na educação no estado, assegurando assim, seu caráter e sua legitimidade frente a comunidade educacional do Espírito Santo. Ainda nesse aspecto, trata-se de coroar um lugar de divulgação de dado grupo que representa a intelectualidade do estado.

A esse respeito, sobre a identificação do intelectual na sociedade e seu real e público reconhecimento, a nota divulgada em março de 1936 traduz na indicação de livros e periódicos, quando cita, entre outros nomes, o de Claudionor Ribeiro como sendo intelectual de nossa terra, assentando-se assim, sua visibilidade intelectual. Trata-se nesse contexto, sob nossa interpretação, de um intelectual nos moldes coroados por Bobbio (1997, p. 11):

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.

No caso de Claudionor Ribeiro, trata-se da palavra escrita, dos termos práticos de ensino voltados para a ação de “moldar”, a partir da circulação de boas práticas, o fazer docente.

Seguimos agora, sob indicativo de outro jornal – o *Correio Paulistano* – veiculado na seção Poder Legislativo, em 17 de setembro de 1936, em que consta o seguinte informe:

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE IMPRENSA

Esteve, hontem, em visita à sede da Associação Paulista de Imprensa o nosso confrade, sr. Claudionor Ribeiro, que foi recebido por vários diretores da entidade dos jornalistas.

O distinto visitante, que pertence ao Conselho Consultivo da Associação Espírito Santense de Imprensa, director-redactor da “Revista de Educação”, que se edita em Victoria, e chefe do Serviço de Cooperação e Extensão

Cultural daquele Estado, trouxe expressiva e amável mensagem do nosso ilustre colega de imprensa Abner Mourão presidente da A.E.I., e enviada à A.P.I.

O mesmo jornal publicou, três dias depois, a seguinte nota:

Visitas ao “Correio Paulistano”

Visitou-nos o sr. Claudionor Ribeiro chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, membro do Conselho Consultivo da Associação Espírito Santense e director-redactor da “Revista de Educação”.

O distinto visitante foi portador da “Revista de Educação”, referente aos meses de julho-agosto, edição especial, servindo de anuaes da 3ª Exposição de Imprensa Escolar (CORREIO PAULISTANO, Domingo, 20 de set. de 1936).

Tratava-se de um homem digno de nota, cuja representação estava vinculada às proposições de cunho pedagógico e educacional. Ou seja, sua imagem e representação estavam imbricadas aos pressupostos vinculados à “Educação Moderna”, cujos esforços são comprovados a partir dos indicativos que podemos seguir nas divulgações de suas ações e encaminhamentos.

Como recebeu um registro da Associação Brasileira de Imprensa e foi Diretor de Expansão Cultural nos anos de 1930 a 1936, seu contato com a imprensa se fazia entre seus pares. O mesmo jornal registrou, em abril de 1937, a doação realizada por Claudionor de um livro à Biblioteca Pública Municipal de São Paulo e, pela descrição apresentada, nos foi possível localizarmos o livro em questão, tratando-se, segundo Fernandes (2007, p. 4):

dos manuais de Mário de Vasconcelos e Sá, são os primeiros manuais escolares modernos de Geografia, apresentando uma profusão de imagens até aí nunca vista, atingindo a ordem das centenas: inúmeras fotos, tipo de imagem que embora utilizada em manuais anteriores (em 1912 e 1915, por exemplo), nunca o tinha sido em tal quantidade; gráficos de figuras, geométricas e pictóricas, proporcionais e de sectores; mapas gerais e mapas temáticos. Todos, bem como os mapas sobre a distribuição de espécies florestais e da produção de cereais, por distrito ou sobre a base distrital, tornar-se-iam recorrentes, quer nas edições e reedições dos manuais de Mário de Vasconcelos e Sá, dos anos vinte, trinta e quarenta (na coleção contabilizam-se onze compêndios distintos até 1943), quer noutros autores coevos. Introduzindo algumas novidades, como a inusitada “Parte da planta do Porto, referente às avenidas novas da cidade”, os manuais de Mário de Vasconcelos e Sá dominariam o panorama dos manuais escolares de Geografia até finais da década de trinta, tornando-se numa espécie de livro único “avant la lettre”.

Sobre esse respeito fica a seguinte questão: por se tratar de um livro de geografia, por que não doar então, um livro seu? Segue a ilustração da capa do livro doado por Claudionor:

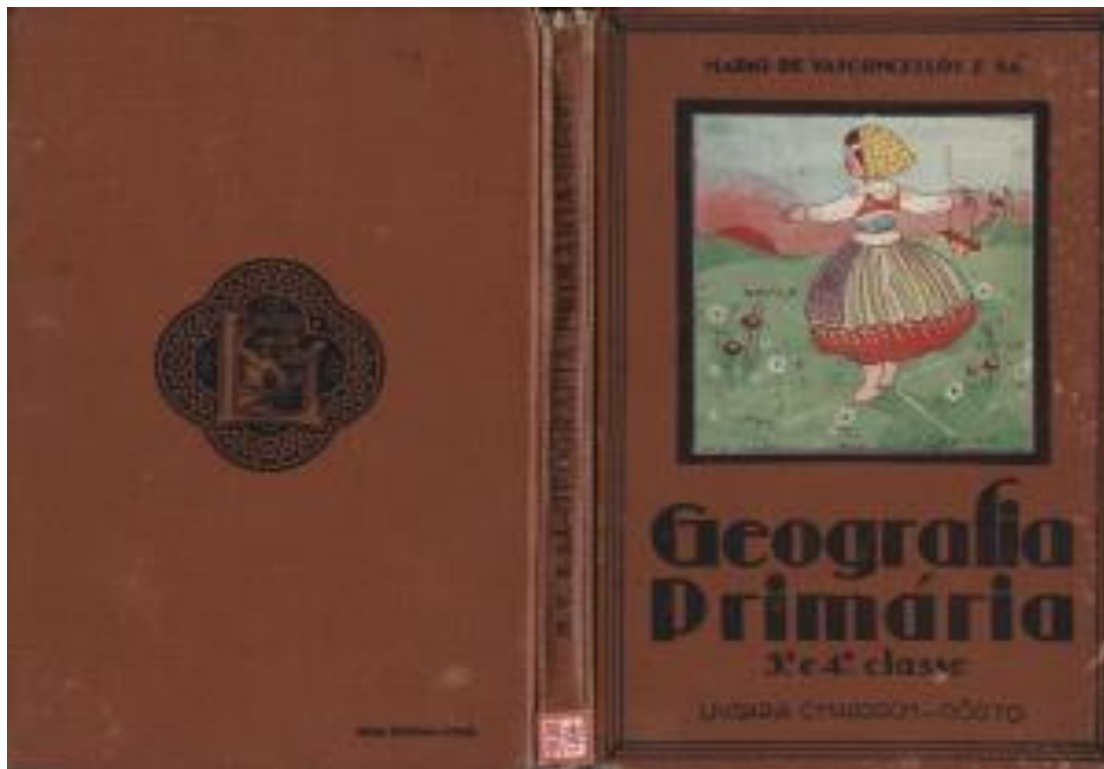


FIGURA 8: Livro: SÁ, Mario de Vasconcellos. Geografia Primário – III e IV Classes – Edição autorizada oficialmente para o ano de 1937–1938. Livraria Lello & Irmão – Editores, 1936, 127p.

De 1940 a 1945, Claudionor Ribeiro foi diretor do Liceu Muniz Freire, onde instituiu os cursos de formação de professores clássico e científico. Colaborou durante muitos anos com a Cia. Editora Nacional, editando materiais didáticos para diversos cursos. Fundou, orientou e dirigiu o Jornal “O Arauto” e dirigiu também, por mais de 10 anos, o jornal local “O Correio do Sul”, onde atuou como redator e gerente. Uma de suas últimas atividades foi a de agente da primeira e única Companhia Aérea que operou em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Foi membro da Academia Cachoeirense de Letras. Faleceu em 23 de fevereiro de 1966, em Cachoeiro de Itapemirim.

Desse modo, podemos destacar o empenho para assegurar a legitimidade desta intelectualidade capixaba e brasileira que se fazia presente na produção da Revista de Educação/ES, uma vez que ilustrava o apelo para o futuro e o recurso

flagrante das representações compreendidas em torno das imagens e textos sobre a modernidade ou barbárie, a educação ou ignorância, a saúde ou doença, a nação ou desagregação. O uso desses atributos em suas escritas e manifestações confirma a utilização de uma estratégia de representação que produzia o significado do moderno e, sobretudo, a legitimidade daqueles que se apresentavam como seus principais porta-vozes.

Esses intelectuais, nesta ocasião representados pela figura de Claudionor Ribeiro, articularam e manusearam sentidos que se materializaram na arquitetura, nas reformas da lei, nas ideias pedagógicas, a fim de produzir e representar “um novo modo” de ocupação do aparelho de Estado e do mercado de bens culturais.

Um esforço em direção à edificação do chamado homem moderno – laborioso, educado para o convívio social, asseado, aberto para as mudanças racionalmente justificadas e institucionalizadas – um empreendimento que esteve intimamente associado à afirmação de um dado grupo social, que se fazia representar pela intelectualidade brasileira da época.

Desse modo, as décadas de 1920 e 1930 se firmaram sob a configuração de um grupo de pensadores da educação brasileira imbuídos das questões sobre a modernização da educação escolarizada, para isso, teceram práticas que propunham a formação de um homem novo e de uma nova organização social de acordo com as modernas exigências do século XX. Dessa maneira, o descompasso entre o Brasil e as demais nações industrializadas deixaria de existir. E para isso, fazia-se imperativa a educação das vontades, a educação do caráter, a educação do povo, com a finalidade de criar uma intervenção cultural e reorientar os rumos em direção a uma nação moderna.

Nesse sentido é preciso considerar, segundo Monarcha (1989, p. 47), que o suporte para equalizar povo e modernidade foi o discurso da ciência: educação integral, porque racional; política científica, porque longe do reino das paixões individuais ou de grupo. A ciência passou a ser sinônimo de administração e governo eficientes, colocando sob constrição tudo aquilo que foi considerado de natureza errática.

Desse modo, encerramos este capítulo que tratou das questões sobre a modernização da educação escolarizada sob diferentes aspectos; os de cunho regional, que retrataram as representações estabelecidas em torno da educação moderna e os preceitos destinados à formação dos saberes docentes, destacados nas páginas da *Revista*; pelos aspectos nacionais, quando tratamos dos preceitos de modernidade atrelados ao embate estabelecido por grupos de intelectuais brasileiros que pensaram a educação e articularam reformas educacionais sob diferentes perspectivas teóricas; e no cenário internacional quando esboçamos as interpretações sobre a educação moderna que ganhou espaço no país a partir de debates provenientes da Bélgica, França entre outros países.

Seguimos então, para o último capítulo de nossa pesquisa, cujas interpretações se desenvolveram em torno do debate sobre a publicização dos empreendimentos do governo do estado que eram voltados à educação escolarizada e que assumiram visibilidade na Revista de Educação/ES, ao mesmo tempo em que fazia circular, a partir de uma série de dispositivos, os preceitos para a formação dos saberes docentes, o que tornava a *Revista* uma vitrine de (in)formação, cuja cena educacional do estado do Espírito Santo era o eixo norteador que concedia as imagens e mensagens que deveriam chegar aos professores e leitores da *Revista*.

CAPÍTULO III
A “REVISTA” COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E SUA
MATERIALIDADE

Para este capítulo final, nos propomos ao exame da materialidade da Revista de Educação/ES, em consonância com as representações sobre os saberes educacionais destinados a formação dos professores, e o aspecto de vitrine assumido pela *Revista*, quando noticiava as ações empreendidas pelo governo em nome da educação moderna para o estado. Realizamos esta etapa de nossa investigação neste momento, por entendermos, que o contexto histórico, político e social juntamente com as expectativas em torno dos princípios sobre a modernização da educação e do ensino, terem sido explorados.

Nesse sentido, a organização e exposição deste capítulo, desenvolveram-se inicialmente, em torno da produção e circulação da *Revista*, em se tratando de seu projeto editorial cuja composição texto, capa e sumário foram tratados individualmente. Na sequência de nossa investigação, nos atentamos mais especificamente, para as análises em torno das representações evocadas por meio das capas dos encartes de nossa catalogação da Revista de Educação/ES. Cujo empenho se ateve numa tentativa de diálogo com as representações encenadas pelas capas analisadas.

Na continuidade do capítulo, seguimos para o debate em torno da educação como espetáculo, quando exploramos as questões de vitrine de poder e encenação da educação no estado por meio das matérias e imagens noticiadas pela *Revista*.

Quando, então, partimos no prosseguimento de nosso estudo, para as questões por nós interpretados sobre a (in)formação dos professores, debatendo para tanto, com artigos e matérias veiculadas na *Revista*.

Esperamos nesse capítulo, evidenciar entre nossa proposta de debate o significativo movimento de pesquisa conduzido a partir das representações evocadas na Revista de Educação/ES, em torno dos preceitos de modernização da educação a partir de empreendimentos conduzidos pelo governo e destinados aos professore, seguimos assim, para a exposição do capítulo.

Nos anos de 1930, o moderno foi compreendido como o espelho do progresso, o que, segundo Zanlorenzi (2010, p. 67), se espalhou por todas as questões da sociedade brasileira. Os sinais de modernização poderiam ser vistos na valorização da *urbes*, na civilização e moralização dos costumes, e a educação

escolarizada tornou-se a chave mestra e solução para a legitimação dessa tão esperada modernidade.

Contudo, não podemos desconsiderar as marcas sociais que essa pretensa modernidade escolarizada fez emergir. Registros apontados por Nunes (2010, p. 371), quando apresenta os (des)encantos da modernidade, nos remetem a seguinte realidade:

As gravuras coloridas, o placar dos acontecimentos escolares (anunciando aniversários, doenças, despedidas, tombos, visitas, livros novos, resumo dos trabalhos de classe), o mobiliário escolar, os mapas, o copo de leite ou a sopa eram sinais de que a sala de aula já fazia concorrência vantajosa à paisagem da rua. Mas nem tudo foi êxito. A resistência à modificação dos hábitos da rotina escolar permaneceu constante no cotidiano. A escola risonha e franca tinha também versões menos luminosas, nas quais ainda se praticavam os castigos físicos e morais; nas quais se exacerbava a vigilância sobre o estado de limpeza do corpo, da roupa e dos modos dos alunos; nas quais os professores driblavam as autoridades pedagógicas e suas medidas de controle e avaliação dos resultados pedagógicos e os métodos oficiais de alfabetização.

A escola primária nos grandes centros revelava não só os problemas urbanos decorrentes das políticas de habitação, saneamento, trabalho, mas também a tensão constitutiva entre poder público e privado, que está no próprio movimento de formação do Estado e da extensão do seu papel e dos serviços que ela presta. E, segundo Nunes (op. cit., p. 374):

É no espaço das cidades, com diferentes ritmos e intensidade, que as escolas deixam de configurar-se como extensão do campo familiar, privado e religiosos e, gradativamente, vão integrando uma rede escolar desenhada pelos governos municipais. Essa rede substituiu as escolas isoladas e definiu os limites do poder, às vezes abusivo, de diretores e inspetores escolares. Essa mudança exigiu a intervenção não só nos aspectos materiais da escola, o que envolveu a produção de um novo espaço, com prédios e materiais didáticos pertinentes aos novos objetivos educacionais, mas também em seus aspectos simbólicos, pois almejava-se da escola primária mais do que novas carteiras, quadros ou salas. Pretendia-se construir um *estado de espírito moderno*.

Assim, como já mencionamos anteriormente, a imprensa pedagógica assumiu um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos político-ideológicos e procurando sedimentar os modelos propostos para a realização de tamanha transformação. Essas mudanças pretendidas para a educação

escolarizada dos anos 30 podem ser identificadas também quando se observa o empenho em modificar a escola urbana e, ao mesmo tempo, servir de vitrine e modelo para as demais.

Sem perder de vista que o interesse deste trabalho repousa sobre a investigação das representações sobre os saberes pedagógicos veiculados por meio da Revista de Educação/ES endereçados especialmente aos professores, e entendendo que a ideia sobre a educação escolarizada moderna era central, passamos então para uma melhor compreensão acerca do próprio impresso, estudando, para isso, seus aspectos de produção, circulação e apropriação. Ou seja, compreendendo as relações do aspecto material dos papéis impressos, sua maneira de se apresentar ao público, as características *mise en livre* de sua circulação e de seu esquema de modelização (CHARTIER, 1991, p. 79–80).

Trata-se, portanto, de expormos agora algumas proposições referentes à forma da *Revista*, algo que percorre especialmente as capas, uma vez que as compreendemos como suporte para as prerrogativas que se colocavam expostas em seus textos. Considerando também o tipo de manuseio e circulação, dialogamos, então, com as representações que emergem a partir desses atributos.

A partir disso, nos empenhamos neste último capítulo em percorrer as questões da materialidade presentes na configuração da Revista de Educação/ES, como também nas práticas de escrita e práticas de leituras que concederam visibilidade a seu projeto de (in)formação de professores, segundo nossa leitura.

A Revista de Educação/ES foi um impresso publicado pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo, entre 1934 e 1937, e depois em 1956, na cidade de Vitória. Apresentava entre seus principais objetivos, conforme os editores, *a vulgarização dos processos e métodos de ensino considerados mais modernos ao professorado capixaba*.

Segundo consta em um relatório produzido pelo governo do estado, intitulado *Mensagem de 1937*, a Imprensa Oficial imprimiu grande parte dos volumes da

Revista de Educação/ES. Alguns outros exemplares foram impressos pela *Vida Capixaba*⁵⁶, oficina que produzia um periódico com esse nome desde 1916.

Ainda de acordo com esse relatório de governo, a Imprensa Oficial do Espírito Santo abrangia nessa época duas seções: a do Jornal e a de obras.

A seção destinada ao Jornal imprimia o Diário da Manhã, que circulava junto ao Diário Oficial. Já, na seção destinada às obras, eram feitos impressos dos quais se serviam as repartições públicas estaduais (ESPÍRITO SANTO, 1937).

No texto encontrado na Mensagem de 1937, percebe-se que a Revista de Educação/ES fazia parte de uma política que pretendia atingir grande abrangência na sua circulação, tal como se fazia com o Diário da Manhã, que circulava no estado, em outras capitais do país e até mesmo em outros países.

Em virtude da ampla divulgação veiculada pela Revista de Educação/ES em relação aos feitos políticos do Governo Bley, na forma de fotografias, artigos e publicações, houve uma conformação dos propósitos do impresso, quais sejam, o de inundar a sociedade espírito-santense com as políticas educacionais do Estado, ao mesmo tempo que concedia material de estudo que contribuía para a formação do professorado capixaba.

Nesse sentido, a Revista de Educação/ES assume, segundo nossa análise e com base nas proposições advindas dos estudos de Carvalho (2005, p. 4), a lógica de um dispositivo de regulação, uma vez que, na editoração dos assuntos abordados na *Revista*, foi privilegiado um repertório de saberes pedagógicos suscetíveis a múltiplos usos. Nesse empreendimento, seus editores e colaboradores maximizaram a divulgação da nova pedagogia, partindo de uma triagem, na própria seleção dos materiais editados.

Desse modo, privilegiaram a edição de materiais impressos que eram aptos a funcionar como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas,

⁵⁶ Sezefredo Garcia de Rezende foi quem pôs a circular a revista *Vida Capixaba*, que depois foi chefiada por Elpídio Pimentel e Manoel Lopes Pimenta. Essa revista circulou por 35 anos e tratava de vários temas referentes ao Espírito Santo, especialmente sobre a vida social capixaba (DERENZI, 1995).

publicando, para isso, guias de orientação para a elaboração de aulas e de programas de ensino.

Atrelaram-se, nas páginas da Revista de Educação/ES, os ideais de mudança educacional com vistas à mudança dos saberes docentes. A partir das prerrogativas crescentes em torno dos princípios da modernização da educação e do ensino, a fisionomia do século XX, exigiu a revisão em extensão e profundidade das bases da educação, surgindo daí um novo saber pedagógico e modernizador. E, para atender as novas demandas, os editores da *Revista* suscitaram, a partir de sua circulação, práticas de leitura dos professores, privilegiando para isso, um formato da *Revista* que proporcionava certa aproximação com o público leitor, com o uso de linguagem de fácil compreensão, além de ser também formativa. E, ainda, viabilizaram formas de acesso e circulação do impresso em diferentes espaços, instituíram e publicaram bibliotecas especializadas que recomendavam leituras e publicações.

Foi então, a partir dessa lógica de configuração, que a Revista de Educação/ES assumiu a seguinte tematização interna: O Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, o Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema Escolares, o Bandeirantismo e o Escotismo Escolar, a Educação Sanitária e a Educação Física. Cumpria-se, dessa forma, uma parte dos propósitos políticos pretendidos, os propósitos de fazer circular, conceder visibilidade e informar. Faltava-lhes, a outra parte do seu propósito: a de formar, de ser apropriada pelos professores e escolares.

A *Revista* acabava assim, por legitimar e reforçar o pacote político estatal, uma vez que veiculava todos esses temas em suas páginas. Porém, mais do que se compor de tais temas, sua materialidade – a periodicidade, a forma como organizou os elementos textuais, as imagens, os anúncios, etc., produzindo sentidos – voltava-se para a publicização dos feitos políticos para a educação capixaba. E, sobre essa organização interna, repousam nossas observações.

Por se tratar de um periódico, a Revista de Educação/ES abriga certas características significativas para o período estudado. Afinal, trata-se de uma escrita compreendida em intervalo de tempo determinado e regular, o que permite circulação maior e mais intensa entre os leitores do que qualquer outro tipo de

impresso dos anos 30, além do fato de ser uma *Revista* periódica, e por isso quase sempre ser produzida no mesmo tempo histórico vivido pelos seus leitores, o que imprime ao referido impresso o aspecto de divulgação dos investimentos do estado nas questões educacionais, assegurando o princípio de “vitrinização” que a *Revista* assume ao longo de toda a sua existência.

A esse respeito, sobre o caráter de vitrine que interpretamos a partir da *Revista*, nos reportamos ao estudo de Balandier (1982, p. 11), quando o autor trata das evocações de poder com que um soberano manipula para assegurar legitimidade e controle frente aos seus comandados. O que implica considerar, as proposições de Balandier (1982, p. 10), segundo nossa interpretação e análise, quando nos referimos no caso da *Revista de Educação/ES*, aos dispositivos de visibilidade, com os quais, a *Revista* fazia circular as ações, sob diferente formas, acerca dos saberes de formação para os professores e os feitos do governo em nome da modernização da educação, articulando para isso, uma série de saberes entendidos como legítimos.

Nesse contexto, entraram em cena médicos, higienistas, inspetores escolares, enfim, uma comunidade de homens cultos que emitiam, por meio da *Revista de Educação/ES*, pareceres e discursos com base científica sobre as novas exigências impostas para a sociedade do mundo moderno.

3.1. Produção e Circulação da Revista de Educação/ES.

Impressa em *Typographia Imprensa Oficial*, e medindo 24x17cm, a *Revista de Educação/ES* era um periódico mensal. A periodicidade revela alguns aspectos importantes para a história da educação no Espírito Santo, pois está diretamente ligada às prioridades do governo capixaba em assegurar a circulação sistemática e regular de um impresso pedagógico, especificamente produzido para formar professores.

Apesar de não apresentar ciclo de vida longo, quando comparada a outras revistas contemporâneas e de conteúdo semelhante, a *Revista de Educação/ES*

circulou entre os anos de 1934 e 1937. Seu apelo à implantação e fundamentação de princípios que regem a formação de professores foi, sem dúvida, significativo. Sobre o aspecto de curta duração de circulação dos impressos pedagógicos que circularam nos anos de 1930, Luca (2011, p. 126) afirma que:

As revistas fundadas no início dos anos 1930 não tiveram sobrevida significativamente após a queda do regime e, exceção feita à *Revista do Brasil*, tampouco podiam evocar existência prévia, o que significa que se constituíam em empreendimentos específicos do período e em torno dos quais a intelectualidade se agregava. A presença da censura, ainda que intensidade diversa ao longo dos anos 1930 e 1940, foi outro elemento compartilhado por esses periódicos.

Não encontramos nos arquivos nenhuma produção de outro impresso ou revista pedagógica durante o período em que a *Revista de Educação/ES* circulou. Foram localizadas apenas “menções” sobre jornais produzidos por alunos sob a iniciativa de algumas escolas, que em certas ocasiões eram enviados à redação dos jornais que noticiavam seu recebimento, mas não localizamos nenhum dos títulos noticiados pelo *Diário da Manhã* e *Vida Capichaba*, os dois impressos de maior circulação no Estado durante os anos 30.

A *Revista de Educação/ES* foi um impresso que continha as características particulares ao seu tempo⁵⁷, aspecto condizente com sua própria filiação, pois se tratava de impresso composto pelos órgãos oficiais do Estado e, portanto, contribuía na circulação dos preceitos defendidos e pretendidos a partir das ações governamentais. A considerar por suas proporções de tamanho e volume, seu uso era fácil, contando com padronização fácil de transportar e sumário logo de início, que assegurava ao leitor uma “rápida localização” dos assuntos de interesse. Estes aspectos eram primorosos para os impressos, que se traduziam em portabilidade de manuseio, linguagem fácil e acesso rápido aos títulos e assuntos contidos no interior do periódico.

⁵⁷ Para Luca (2011 a, p. 132), deve-se ter em vista que a grande variação na aparência imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos. No que diz respeito ao primeiro aspecto, nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas. O mesmo poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos desenhistas e chega a açambarcar o espaço da escrita com a fotografia. Nesse sentido, pondera a autora, “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada tem de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras”.

Seu projeto de produção foi assinado por diretores, que geralmente respondiam pelo cargo de Secretário de Instrução Pública. Assim, foi assinado inicialmente por Fernando Duarte Rabelo (n. 1), Wolmar Carneiro da Cunha (n. 2 até n. 12), Manoel Clodoaldo Linhares (n. 13 até n. 16), Carlos Gomes de Sá (n. 17–18–19, uma mesma *Revista*), Paulino Muller (n. 22), e Arnulpho Mattos (n. 23 até n. 31). Todos os membros da diretoria da *Revista* estiveram à frente de alguma ação do governo, exceto nos casos de Gomes de Sá e Muller que eram oposição – o primeiro era membro do partido oposicionista e o segundo era membro do PSD – e ficaram responsáveis apenas por uma edição da *Revista*. Mas, não notamos que o direcionamento da *Revista* tenha sido alterado.

De acordo com os registros concedidos pela própria *Revista*, eram impressos um total de 4 mil exemplares para cada edição da *Revista de Educação/ES*⁵⁸. A *Revista* tinha em média 67 páginas, mas alguns encartes chegaram a ter 80 páginas, como no caso do número de edição 15–16. Suas páginas eram preenchidas tanto por textos, quanto por gráficos, tabelas e fotografias.

O impresso chegava aos interessados (leiam-se professores e escolas) por meio do serviço postal e temos notícias do envio da *Revista de Educação/ES*, segundo indicações contidas nas correspondências divulgadas por Claudionor Ribeiro, de que a *Revista de Educação/ES* era enviada a partir do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, órgão responsável pela sua produção, e seguia para todas as regiões que abrangiam o estado, cujo envio era pago pelos interessados em adquiri-la⁵⁹.

De modo que apenas as autoridades políticas recebiam a *Revista* gratuitamente, bem como os números da *Revista* que foram enviados para setores de outros estados ou países a fim de fazer circular o impresso. Nestes casos específicos, parece não haver cobrança nesse sentido. Em todas as outras formas de aquisição deste impresso pedagógico havia cobrança.

⁵⁸ A Mensagem de 1937 também registra que os exemplares da revista de números 22 (março), 23–24 (julho e agosto) e 25–26–27–28 (setembro, outubro, novembro, dezembro) circularam num total de 4.000 volumes.

⁵⁹ Essa informação nos foi possível a partir de diferentes publicações noticiadas pelo Diário da Manhã.

A Revista de Educação/ES teve sua publicação suspensa, como mostra a nota de anúncio publicada na Revista de Educação/ES de 1936, p. 69, que informou:

Por motivos de força maior esta Revista deixou de circular nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio e junho do corrente ano.

Depois de dois anos de circulação ininterrupta, é esta a primeira falta que cometemos, por motivos imperiosos.

A todos que nos tem distinguido com a sua simpática e generosa acolhida, rogamos a fineza de nos desculpar por este lapso involuntário.

A *Revista de Educação* circulará doravante com rigorosa pontualidade.

Trata-se de um período em que diferentes pessoas assumiram a direção do órgão produtor da *Revista*, o que assinala um certo impacto na própria produção do impresso. Mediante as fontes que catalogamos e/ou identificamos, tem-se a seguinte exposição sobre as publicações que circularam:

Revista de Educação/ES Catalogadas neste Estudo												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1934				1	2		4 e 5		6	7 e 8		9
1935			12	13	14	15 e 16						
1936			22									
1937					29	30	30					

TABELA 3: Revistas de Educação/ES. Analisadas neste estudo.

A Revista de Educação/ES foi lançada no valor de 12\$000 para assinatura anual, 7\$000 para assinatura semestral e 1\$000 para número comprado avulso. Não conseguimos identificar se este impresso era comercializado em bancas. O registro que temos sobre sua saída são aqueles já mencionados sobre o envio postal. Também não dispomos de informações sobre o envio gratuito do impresso para os professores. Sabemos, contudo, que os diretores das escolas primárias e secundárias recebiam um exemplar, mas essa não era uma prática que se aplicava a todas as escolas do estado. Os valores da Revista de Educação/ES obtiveram margem de aumento que não perdurou, de modo que a partir dos números de edição 15–16 em diante, os valores foram os mesmos já mencionados.

Todas as edições da *Revista* que circularam apresentaram capa e sumário. A estes, seguia-se uma fala da redação do jornal, em geral conduzida sob a forma de circular do governo oficial, ou como parte de discurso proferido pelo interventor do Estado ou pelo editor-chefe da Revista de Educação/ES, ou ainda, algum parecer

sobre educação produzido por representante da Educação escolarizada. Assim, ao longo de sua existência, a Revista de Educação/ES sempre apresentou em sua organização formal uma seção inicial que expressava as características de um editorial, no qual a opinião dos editores e/ou do redator-chefe abria as publicações que se seguiam. A primeira matéria publicada na *Revista* esteve vinculada aos feitos do governo em *prol* da educação do Estado e do país, o que reafirma nossa interpretação de que a Revista de Educação/ES se fazia sob a lógica de palco e página para os feitos com os quais o governo desejava imprimir sua eficiência.

Na sequência, vinham os artigos, que variavam de seis a 12, sempre assinados e com referência à profissão e à função do articulista. Estes artigos não obedeciam a uma sequência predeterminada, não eram ordenados por disciplinas, nem pelos assuntos abordados. Discorriam sobre os mais variados assuntos, perpassando desde planos de aulas das mais variadas disciplinas, a exposição de documentos oficiais, ou ainda, publicações de alunos do curso de normalista, parecer de inspetores, chegando até as publicações de programas de congressos de educação. Eram variados os temas, mas o eixo condutor sempre girava em torno da moderna educação e da devida formação para a prática docente.

Na sequência dos artigos, havia o fechamento das matérias na *Revista*. Estes ocorriam por meio de seções, que variaram com o passar do tempo. Assim, na primeira edição da *Revista*, o encerramento se deu a partir da seção *Cooperação e Extensão Cultural*, que tratou de anunciar sobre os dados estatísticos escolares do estado, algo que foi retratado também na capa e foi tematizado no item seguinte deste estudo que ora se apresenta.

No segundo número, a *Revista* encerrou suas publicações com a seção *Cooperação e Extensão Cultural* e outra seção, *Notas & Informações*, dando informes sobre mudança de redator-chefe (Revista de Educação, 1934, n. 2), e apresentando as correspondências recebidas sobre recebimento da Revista por diversos órgãos dentro e fora do Estado. Para o número 3, o encerramento da Revista ganhou mais uma seção, a *Bibliografia Pedagógica*, que fazia a sugestão de livros visando aprimoramento na formação do professorado.

Notamos que não havia uma seção de troca de correspondências ou respostas aos leitores na Revista de Educação/ES. Este item foi encontrado em outros impressos pedagógicos que circularam no país na mesma época, como o caso da Revista Educação/SP e a Revista Ensino/MG. Estas duas revistas, por exemplo, apresentavam diálogos diretos com seus leitores, o que possibilitou aos pesquisadores desses impressos uma análise particular com os usos dos impressos no cotidiano escolar. Notamos, a partir da falta de uma seção que dialogasse com o leitor, o silenciamento por parte da *Revista* para com o professor comum e anônimo. Este era entendido pelos editores como simples receptáculo dos saberes que circulavam na Revista.

No entanto, sabemos que os professores e as escolas faziam uso da Revista de Educação/ES a partir de fotografias publicadas na própria *Revista*. Estas fotos, cerca de nove no total examinado de nossas fontes, apresentam os registros de aulas no pátio, trabalhos em grupo dentro de algum espaço escolar e, em sua maioria, são fotografias que retratam a execução de aulas de educação física. Aqui, vale destacar que as fotografias assumem aspecto de conformação, em virtude da utilização dos modernos métodos de ensino que são flagrados nestas ocasiões. Novamente, seu caráter de divulgação assume a perspectiva de (in)formar aos seus leitores as práticas docentes entendidas naquela ocasião como sendo bem sucedidas, e por isso, divulgadas. Também houve publicações de professores que nos levam a crer que suas práticas docentes corroboravam os preceitos divulgados pela *Revista* e, por tal razão, estes artigos aparecem como confirmação do sentido de ser do impresso, ao mesmo tempo que também expõe marcas de seu uso. São artigos cujos autores publicam uma única vez, e discorrem sobre algum tipo de procedimento adotado em aula que dialogava com as ações modernas de ensino na educação escolar, a partir de propostas que circulavam na *Revista*.

Em 1936, a *Revista* recebeu novas seções finais em sua publicação, *Rádio e Cinema Escolar*, *Seção Literária*, *Escotismo e Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. Estas seções discorriam, de modo geral, e com certa ênfase propagandista, sobre os modernos recursos e benefícios que estes elementos ofereciam à educação escolarizada.

Percebe-se assim que os assuntos abordados na Revista de Educação/ES eram expressos com base nos princípios evocados pela chamada modernização da educação e do ensino, sob a crença de que formar sujeitos disciplinados constituía-se na tarefa da escola naquele momento. Nesse sentido, caberia primeiro disciplinar os professores, normatizando suas ações, buscando o máximo possível unificar pensamentos e atividades, de modo a realizar uma reforma que não desviasse dos seus princípios previamente estabelecidos. Para assegurar este propósito, um grupo de profissionais esteve à frente dessa missão.

Nesse caso, a missão disciplinar estava impressa nas páginas da Revista de Educação/ES, que atuava como instrumento capaz de veicular e instituir nova mentalidade entre o professorado, traduzindo os Regulamentos e Programas em propostas concretas de utilização pelos professores, convencendo-os da necessidade de adotarem novos métodos de ensino e atualizarem-se, seguindo disciplinadamente as sugestões/prescrições divulgadas pela *Revista*.

Segundo Bastos (1998, p. 42), os periódicos pedagógicos que circularam entre as décadas de 1920 e 1950 no Brasil surgiram em um contexto onde os livros tinham custo elevado; as traduções eram de difícil acesso; as especializações eram, também, consideradas caras e o conhecimento do professor, construído, em geral, no curso normal, tornava-se insuficiente para prática pedagógica de qualidade e atualizada. De modo que a *Revista* se prestava a (in)formar o professorado de forma rápida e eficiente na visão de seus idealizadores.

Alguns dados sobre a circulação da Revista de Educação/ES encontram-se na Mensagem de 1937. O periódico era expedido para o Presidente da República, ministros, governadores, Secretário de Educação e Saúde Pública e diretorias de instituição dos estados. No estado do Espírito Santo, circulava entre os diretores de departamentos, as associações de cultura, desembargadores, juízes, prefeitos municipais, diretores dos principais estabelecimentos de ensino superior, secundário e primário, e também entre os principais periódicos do país e associações científicas do Brasil e do estrangeiro, os quais participavam do intercâmbio proporcionado pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural.

Em 1934, no segundo número da *Revista*, Claudionor Ribeiro solicitou assinatura gratuita a alguns periódicos nacionais, com a justificativa de que naquele momento não poderiam ter maiores dispêndios. Como retribuição, enviaria ao periódico suas publicações. Não há referência a quais periódicos receberam essa solicitação. Mas há aqueles que atenderam ao pedido:

De São Paulo: O Estado de São Paulo, a Folha da Manhã, o Diário de São Paulo, o Correio de São Paulo, o Diário da Noite, e a Revista de Educação.
 Do Rio de Janeiro: O Jornal, O Jornal do Brasil, A Nação, O País, Diário Carioca, O Diário de Notícias e a Revista Brasileira de Pedagogia.
 Do Estado de Minas Gerais: O Jornal do Comércio, o Estado de Minas, o Minas Gerais, o Farol, o Correio Mineiro e a Revista do Ensino.
 De Pernambuco: O Estado.
 Do Rio Grande do Sul: A Revista do Globo.
 Do Maranhão: O Diário Oficial.
 De Goiás: O Correio Oficial.
 Da Bahia: Revista de Educação.
 Do Ceará: Educação Nova.
 Da Paraíba: Revista do Ensino.

(REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, ano 1, n. 2, p. 37–38).

A Revista de Educação/ES pertencia ao Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC) e, de acordo com o texto oficial do Governo Bley (Mensagem – 1937), o SCEC possuía a finalidade de promover as relações culturais entre a Secretaria de Educação e Saúde Pública e seus departamentos com as agremiações sociais e científicas. Bley (1935), ao escrever sobre o SCEC, atribuiu-lhe ainda outra função:

A formação profissional do professor tem sido objeto de serias cogitações por parte do Governo. Impossibilitado, por motivos superiores de criar um curso especial, nesse sentido, vem o Governo como medida inicial, mantendo, no Departamento de Ensino Público, uma biblioteca pedagógica e a “Revista de Educação”, ambas sob direção do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do citado Departamento. A biblioteca pedagógica é destinada a expansão cultural do professor. Bem servida de obras especializadas e valiosas no assumpto, a biblioteca pedagógica, de eficiência comprovada, permite a retirada de livros aos senhores professores para estudos no meio familiar. A “Revista de Educação” destina-se á vulgarização de métodos e processos contemporâneos de ensino, tendo larga divulgação no Estado, no País e em alguns centros educacionais do Estrangeiro (BLEY, 1935, p. 10).

De acordo com o texto, o governo espírito-santense primava pela formação do professor. Uma rede de circulação em torno da Revista de Educação/ES fora

instaurada para que pudesse trazer as discussões dos métodos e processos contemporâneos de ensino aos professores e, deste modo, também cumprir o papel de curso especial para os professores.

Sob tais prerrogativas, a Revista de Educação/ES se inscrevia no contexto como sendo auxílio para o professorado capixaba com o intuito de preencher as lacunas encontradas na formação, na atualização e no fazer diário do docente. O periódico alcançava principalmente os professores, estes, por sua vez, poderiam utilizar o impresso em suas salas de aula, reproduzindo para os alunos parte dos temas e textos propostos, como indicava a própria *Revista*. Nesse contexto, as capas da Revista de Educação/ES, são reveladoras na medida em que anunciam e instruem ao mesmo tempo, antes mesmo de se ter conhecimento sobre seu conteúdo interno.

3.2. Só pela educação se pode avaliar a pujança de um povo.

O subtítulo que encabeça esta parte de nosso estudo é proveniente da capa da Revista de Educação/ES, publicada em 1936. A frase anuncia alguns signos que ostentam os pressupostos encabeçados pela *Revista*.

A partir das análises de Carvalho (1998, p. 91) sobre os signos de progresso que estamparam os jornais e impressos pedagógicos dos anos de 1930, entendemos, acerca de nosso estudo, que a *Revista* estava atrelada a um projeto de modernização nacional articulado, segunda as proposições da autora, a uma nova concepção de defesa nacional, em que:

Os signos de progresso e pujança econômica, exemplarmente articulados, rebatiam-se na defesa de medidas que – da “valorização” do homem como fator de produção por políticas sanitárias e educacionais ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte – combinavam-se numa proposta de “organização” e “integração” do país.

Essa interpretação pode ser traduzida e aplicada às imagens que estampam as capas da Revista de Educação/ES, bem como dos modelos pedagógicos de práticas docentes que faziam circular em seus artigos, encabeçados pelos sumários.

Todas as *Revistas* que localizamos em nossa pesquisa postam imagens em suas capas⁶⁰. Ou seja, desde sua apresentação inicial as *Revistas* imprimem um modo de ler, assinalam representações. Tais representações indicam, segundo nossa interpretação, uma forma de divulgação das realizações educacionais implantadas no Estado.

Sobre as imagens divulgadas nos impressos pedagógicos deste período histórico, vale destacar que o uso do recurso imagético estava atrelado ao conceito do belo, do moderno, do regional, sob a forma de edifícios escolares, de crianças nos bancos escolares, de características regionais. Sob esse aspecto, entendemos que essas imagens sinalizam para um certo modo de ler, uma espécie de anúncio. Ou, como articula Carvalho (1998, p. 189), serviam como *slogans* de educação em que “*proporcionam símbolos que unificam as ideias e atitudes chaves de movimentos educacionais. Expressam e promovem, ao mesmo tempo, a comunidade de espírito, atraindo novos aderentes e fornecendo confirmação e firmeza aos veteranos*”. A partir dessa perspectiva, empreendemos o exame das capas que anunciaram os encartes da Revista de Educação/ES entre os anos de 1934 e 1937.

Dessa forma, as imagens se constituem como significativo dispositivo de educação do professor, de orientação e direção intelectual e moral, de conformação de suas práticas sociais e escolares, que permite analisar o que expressam em termos educativos e pedagógicos, e como atuam como dispositivos de subjetivação do professorado moderno. A produção iconográfica com objetivos pedagógicos é ferramenta útil para apresentação do real, permitindo analisar tanto a *imagem para ver* como a *imagem dada a ver*. De modo que a imagem não apenas completa o texto, como ainda é protagonista da mensagem escrita, ao trazer à escola o mundo tal qual ele deve ser percebido (BASTOS; LEMOS; BUSNELLO, 2007b, p. 44).

⁶⁰ A respeito desse assunto, já consideramos, no início de nosso estudo, distinções apresentadas nas capas das Revistas de Educação, quando aproximamos os números editados no mesmo ano e mês nos estados de São Paulo e do Espírito Santo. Ressaltamos na ocasião que a revista paulista não apresentava nenhum recurso de imagem na capa.

Nossa interpretação acerca das imagens que apresentam os encartes da Revista de Educação/ES foi estabelecida a partir das proposições de Chartier (1998, p. 15), quando considera a imagem como sendo uma proposta ou protocolo de leitura, por sugerir ao leitor a compreensão do texto e do seu significado. Nesse papel:

pode constituir-se num lugar de memória que cristaliza, numa representação única, uma história, uma propaganda, um ensinamento, ou ser então construída como a figura moral, simbólica, analógica, que fornece o sentido global do texto, que uma leitura descontínua e vagabunda poderia fazer perder.

Para o autor, as imagens não são apenas ilustrações inseridas no impresso, pois há sempre uma motivação, ainda que inconsciente, para seu uso, para como e onde ela é utilizada. Sob essa perspectiva, Bastos, Lemos & Busnello (2007b, p. 42) afirmam que a imagem possibilita distinta e diversificada leitura: como ausência, como enigma, como testemunho, como compreensão, como filosofia, como reflexo, como violência, como subversão, como memória, como teatro.

A partir dessa compreensão sobre a imagem, realizamos uma série de mecanismos de leitura sobre as capas da Revista de Educação/ES, de modo a identificar as possíveis leituras sociais que as mesmas aludiam. Entendemos assim, as representações e as imagens como elementos que participam das relações sociais e, ainda mais, como sendo práticas materiais, de modo que as capas da Revista de Educação/ES sinalizam para leitura do cotidiano das escolas e das práticas educativas engendradas pela equipe editorial.

As capas foram compreendidas, cada qual, como sendo uma estrutura que abriga diferentes significados e estes funcionam junto à configuração da Revista de Educação/ES. Essas capas se articulam também aos procedimentos de composição e de textualização que são indispensáveis para a compreensão dos sentidos que as fazia circular. As capas portam informações importantes sobre as condições de produção, bem como a própria história da educação capixaba.

A capa é a apresentação inicial do impresso, pela qual o leitor antecipa sua ideia do que é a *Revista* sem folheá-la. Nas palavras de Pesavento (2008, p. 13):

Os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade. Nesse sentido, a ação humana de *re-apresentar* o mundo – pela linguagem, pelo discurso, pelo som, pelas imagens e ainda, pela encenação dos gestos e pelas *performances* –, a representação dá a ver – e remete a – uma ausência. Ela é, em síntese, um “estar no lugar de”(...).

As imagens ou figuras são usadas como estratégias pelos editores a fim de produzir sentidos e significações, não só a respeito do que se trata na *Revista*, como também de conceitos e de filosofias do grupo que a confecciona. A capa ainda funciona como um tipo de “marca registrada”, que concede identidade ao periódico.

A capa do primeiro número da Revista de Educação/ES esboça imagem em tricromia⁶¹ do Grupo Escolar Padre José de Anchieta. Trata-se da figura que apresenta, segundo as palavras de Claudionor Ribeiro na ocasião em que realiza a apresentação da *Revista*, de um “edifício público, um templo esplendoroso que se presta ao serviço da educação e cultura do povo capixaba”.

Assim, logo de início, a imagem concede visibilidade sobre os investimentos públicos do governo que se destinavam à educação do estado, e anuncia os novos tempos para as questões escolares das terras capixabas. Essa representação se estabelece de maneira ainda mais notória quando se faz a apreciação dos artigos que compõem o interior deste encarte.

Sobre esse aspecto, a partir dos estudos que Kuhlmann Júnior (2001, p. 24) realiza sobre as grandes festas didáticas, no qual empreende uma série de levantamentos sobre os rituais de exposição em torno da escola, foi-nos possível compreender, sob nosso contexto, as metáforas que sintetizam esses encartes, a partir da seguinte perspectiva: “A metáfora de ‘templo’ indica uma devoção à ciência, à tecnologia, à modernidade (...) a metáfora de ‘vitrine’ emana da disposição ordenada e exposta ao público” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 25).

⁶¹ Tricromia, segundo Biccas (2008, p. 100), refere-se a uma técnica bastante utilizada em várias capas desse período. Constitui-se em processo fotomecânico que reproduz as cores originais mediante a superposição de três placas ou clichês, cujos negativos, preparados por seleção cromática, se imprimem sucessivamente com tintas correspondentes às cores amarela, vermelha e azul. No caso específico da capa acima referida, a cor em destaque foi o azul.

Avançando um pouco mais em torno da perspectiva de identificar no projeto de divulgação da Revista de Educação/ES uma necessidade de exibição para seu público leitor, pode-se considerar também a imagem de *teatro* como figuração de:

‘espaços da dramatização do real’ (...) quando se trata da representação de um projeto que se articulava na ‘ilusão’ do progresso como realidade tangível. A metáfora mostra-se fecunda, pois permite pensar na produção das representações, do imaginário social, das subjetividades, como um processo encarnado e não como um movimento de ideias abstratas em geração espontânea (KUHLMANN JÚNIOR, op. cit., p. 90).

Na preparação e divulgação da Revista é possível identificar “os sujeitos concretos em sua “*preparação*” para entrar em cena. São os atores e seus personagens, suas concepções de organização ideal para a sociedade capitalista, suas interações nas relações sociais, produzindo os espetáculos da representação do progresso”.

Segue então a capa:



FIGURA 9: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 1, 1934.

A imagem da capa apresenta algumas intenções; a primeira, referente ao que é dado a ver, pois a imagem torna a *Revista* mais atraente para os olhos, especialmente em cores, estratégia que embeleza e marca sua presença, indicando que os editores tinham o propósito de fazer com que os leitores consumissem cada vez mais esse periódico.

A segunda, fundamenta-se no objetivo que circunscreve esse periódico: o de utilizar a Revista de Educação/ES como meio de propagandear todas as realizações do governo capixaba de Punaro Bley. Dessa forma, havia a intenção de divulgar os grandes empreendimentos públicos da época, apresentando as construções magníficas que estavam sendo realizadas no período, as marcas de um período que deveriam ficar gravadas em todos os leitores da Revista de Educação/ES.

Trata-se, sob esse ponto de vista e segundo nossa interpretação, de entender a redação e circulação da Revista de Educação/ES como a oportunidade de divulgar o grande espetáculo da modernidade que o governo e o estado ofereciam à sociedade. Entendida assim, a *Revista* passa a assumir também as características de um dispositivo de difusão da educação estética⁶², ou seja, uma vitrine que celebra as maravilhas da educação moderna.

Ora, a Revista de Educação/ES estava inserida no contexto educacional que marcou o início do século XX e, como tal, trazia consigo marcas e registros da sociedade capixaba, especialmente a população urbana, cujas cenas povoavam seus textos e imagens. Foram utilizadas diferentes estratégias que colocavam em circulação a difusão de uma educação voltada à organização dos espaços urbanos e escolares, bem como a rotinização de acontecimentos, como no caso das festas escolares, em que um dos objetivos era o de conceder visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores, como os bons costumes, o patriotismo e a civilidade por meio da educação escolarizada. O que, pensando sob as perspectivas de Balandier (1982, p. 12), acabava por encenar uma dada realidade para a educação escolarizada do estado, Contudo, como destaca Nunes (2010, p. 379), “a urbanização crescia e a pobreza também”.

Outro destaque em relação ao aspecto da forma escrita apresentada na capa da *Revista* refere-se ao título do impresso com letras grandes na parte superior e central da capa. Bem traçado, o título apresenta-se como a escrita de maior importância, o que indica que os editores pretendiam, deste dia em diante, gravar na memória dos leitores uma marca: Revista de Educação.

⁶² Sobre as práticas pedagógicas para uma educação estética, ver Veiga (2010, p. 411).

A Revista de Educação/ES possuía características peculiares em suas capas. As imagens ora mudavam, ora se repetiam em mais de um encarte. Mas um aspecto se manteve constante: todas as imagens faziam alusão à educação, como é de se esperar em um periódico pedagógico. Os editores usaram mais o recurso de desenhos do que de fotos. As indicações de número, mês, ano e localidade (Vitória, Espírito Santo, Brasil) também variavam em cada capa.

Ao longo de 1934, algumas das capas tiveram no máximo duas cores. Os textos e as fotografias, nesse primeiro ano da *Revista*, foram impressos apenas com tinta preta. As letras apareciam em cada capa com formato diferente. Os desenhos das capas diziam dos empreendimentos técnicos disponíveis na época, como também, anunciavam as representações de educação que circulavam no período.

Capa da Revista de Educação/ES, n. 2:

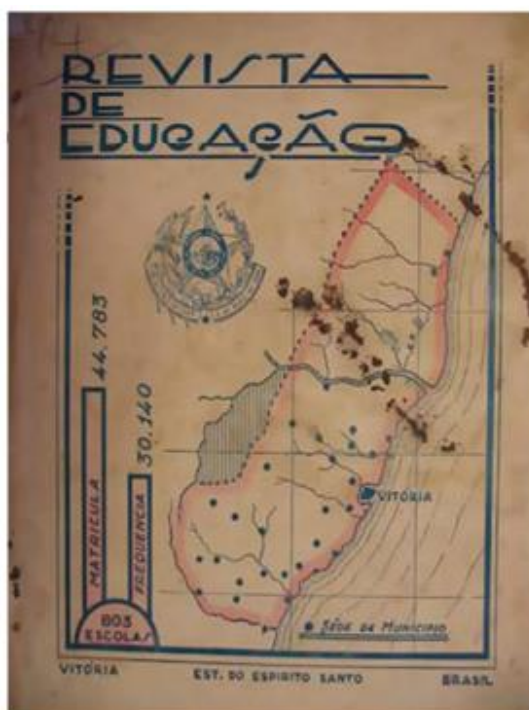


FIGURA 10: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 2, 1934.

Algumas questões podem ser levantadas a partir da ilustração da capa de número 2. Inicialmente, qual a razão que teria levado os editores da *Revista* a estamparem um registro geográfico, na forma de mapa do estado do Espírito Santo? Sobre essa questão, é relevante considerar o contexto histórico da educação brasileira desse momento, bem como as representações que se assentam sobre a

educação e as imagens a ela veiculadas. Nesse sentido, a partir de Carvalho (1998c, p. 331), importa perceber que:

A hegemonia que os “renovadores” da educação consolidaram no campo educacional e no mercado editorial lhes possibilitou não somente fixar orientações doutrinárias no campo da pedagogia como também difundir, largamente, as representações sobre a história educacional brasileira e sobre seu próprio papel nela.

A partir dessa interpretação, porque não considerar a possibilidade dos editores da *Revista* inserirem as questões regionais que lhes eram interessantes, como rastro de sua própria intelectualidade? Afinal, trata-se de um impresso entre outros impressos de mesmo nome que circulavam pelo país na mesma época. Então, que a Revista de Educação, ali apresentada, evidenciasse seu lugar de origem e nascimento, e um mapa geográfico cumpria bem essa função.

Em seguida, vale destacar que não se trata de qualquer mapa, uma vez que repousa sobre o mapa um gráfico que apresenta as boas escolas existentes no Estado. A capa dá a ver essa preocupação. No canto esquerdo da capa está o número de escolas (803), de matrículas (44.783) e de frequência (30.140). Esses números referem-se à soma dessas categorias em todos os municípios capixabas.

Trata-se de anúncio de dados estatísticos escolares⁶³ do ano de 1934, que marca exatamente a fundação do Instituto Estatístico no Brasil. Assim, em se tratando da década de 1930, as estatísticas podem ser interpretadas de acordo com Faria Filho (1999, p. 123), de forma que:

(...) ela não é apenas apresentada como um discurso neutro e universal dos números, mas sobretudo, porque ela acaba por afiançar e/ou justificar decisões políticas fundamentais sobre importantes setores da vida social. (...) No mundo moderno, a produção e utilização da estatística é signo de modernidade e da capacidade de intervenção dos estados nas realidades nacionais. Neste sentido, a estruturação da governabilidade e a capacidade de quantificar estão intimamente relacionadas.

É preciso ainda atentar-se para o fato de Claudionor Ribeiro, redator da Revista de Educação/ES, ser formado em Geografia e possuir um livro publicado

⁶³ Segundo Carvalho (2002, p. 389), a Estatística escolar vigorou nesse período como “pedra de toque da racionalização dos procedimentos de gestão escolar”, o que acabou viabilizando a construção de espaço escolar que pretendia estabelecer as bases para modernização social via educação.

sobre o assunto. De modo que, estamos diante de jogos de representações que repousam sobre as páginas da *Revista*, de maneira que nada em suas páginas deve ser interpretado como sendo casual ou apenas espontâneo.

A capa de número 4 e 5 nos remete a uma representação que pode ser interpretada, dentre outras possibilidades, como a luz do saber, a iluminação conduzida pela *Revista*. Uma luz dirigida aos professores? Há um jogo de luz e sombra revelado pelo contorno do desenho.

Segundo Duarte (2004, p. 39), quando estuda os impressos pedagógicos que circulavam neste período no Brasil e pregavam os princípios fundamentados para a Educação a partir modernização da educação, é preciso considerar as *Revistas* segundo um contexto em que assumiam aspectos de instrumento e de divulgação científica, ou como órgão de educação, gerando o aprendizado coletivo das mesmas noções, em torno dos mais variados aspectos da vida. Acreditamos que a capa a seguir pode ser lida a partir dessas considerações, seja pelo fator estético, seja pelo jogo de luzes que encena.

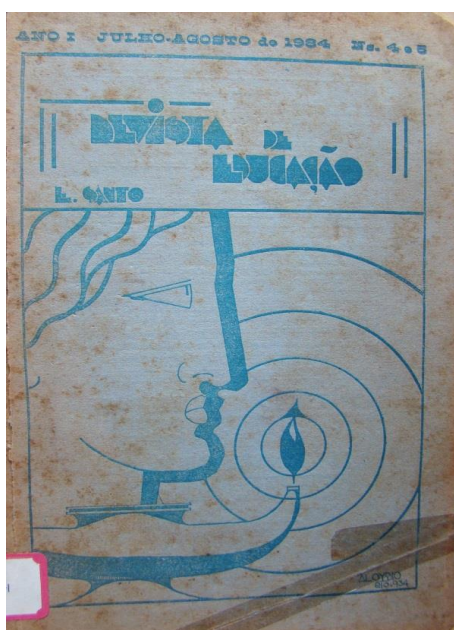


FIGURA 11: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 4 e 5, 1934.

Seu sumário apresenta temáticas que estão atreladas à modernidade educacional do Estado (O Ensino no Espírito Santo), do Brasil (A Nacionalização do Cinema no Brasil), e do mundo (Os Circuitos Rurais do México; Como o Método

Francês Satisfaz às Exigências da Educação Física Infantil). Ou seja, a capa “anuncia a luz dos novos tempos da educação”.

Em se tratando dessa idealização que a *Revista* dá suporte em suas capas, pode-se interpretar esse pressuposto segundo as considerações sugeridas por Nunes (2010, p. 382), quando a autora estuda o imaginário em torno da escola que se desenvolveu nas políticas educacionais dos anos de 1930 no Brasil. A este respeito, ela afirma que a escola era imaginada a partir de metáforas:

a escola como *metáfora do corpo*, um corpo escolar saudável: *que respira bem* (via dispositivo de circulação do ar), *que enxerga bem* (via dispositivo de iluminação), *que se locomove bem* (via espaços destinados a exercícios físicos), *que dá higienicamente fim aos dejetos que produz* (via aparelhamentos sanitários e seu conveniente uso e limpeza), *que é controlada* (via dispositivo de circulação interna dos edifícios, de seu fechamento eventual e da separação dos alunos por sexo na faixa etária) e *que interioriza noções de ordem e asseio* (via preceitos e indicações inscritos nos pontos mais convenientes do revestimento das paredes) – grifos da autora.

Essas metáforas eram difundidas junto aos conteúdos e saberes que circulavam na Revista de Educação/ES e essas *Revistas* estavam pautadas, segundo Carvalho (1998c, p. 345), a partir:

da *arte de ensinar*, tal como a concebia a moderna pedagogia que circulou no país em fins do século passado e início deste – a seus suportes materiais. Nessa pedagogia a *arte de ensinar* é compreendida como a prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte* de aprender materializa-se no exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados.

Nesse sentido, o projeto de editoração e circulação da Revista de Educação/ES se caracteriza junto aos aspectos apresentados pelos apelos a modernização da educação brasileira dos anos de 1930, uma vez que os responsáveis pela *Revista* colocaram em circulação práticas escolares que assumiam legitimidade e apresentavam um regime de verdade científica frente aos saberes que eram impostos como fundamentais para a formação da criança escolarizada.

Na capa de número 6, foi repetida a mesma configuração do número anterior.



FIGURA 12: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 6, 1934.

Notamos a permanência sobre as temáticas de cunho inovador pelas quais se debatiam seus autores. Nessa concepção, o novo, de acordo com os estudos de Carvalho (1998c, p. 341), tem nas propostas inovadoras que circulavam nos impressos pedagógicos da década de 1930 a função narrativa de figurar a potencialidade unificadora. Dessa forma, são alegorias, pois figuram como portadores de sentido e de potência na atuação do novo⁶⁴.

A capa de número 7 e 8 também apresentou-se repetindo a capa que já havia sido anteriormente publicada no número 2, talvez por razões econômicas, aproveitando-se de edição já pronta, talvez como pressuposto de criar uma identidade da *Revista*, como possível capa padrão.

⁶⁴ Ainda sobre a questão do novo sob as prerrogativas da Escola Nova, cujas marcas estão presente na Revista de Educação/ES, Monarcha (1998, p. 16) considera que, de início, são colocadas reformulações pedagógicas que logo se revelam sob o aspecto da emergência de uma nova pedagogia social, uma teoria de amplo alcance programático, cujo objetivo era a construção do Homem Novo e da Boa Sociedade, articulando educação e democracia como estratégia de moralização das “classes perigosas”, de maneira a assegurar uma “revolução dentro da ordem”.

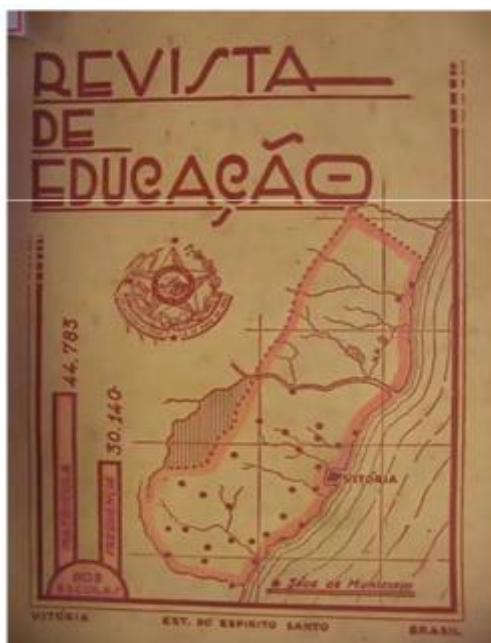


FIGURA 13: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 7 e 8, 1934.

Na capa de número 9, a infância radiante predomina no centro da imagem que aparece cercada por livros: trata-se da promessa de um futuro radioso. Essa mensagem se faz presente dentro dos textos deste encarte da *Revista*.

Um novo lugar da criança foi despertado junto aos ideais de modernidade que eram expressos a partir das medidas de caráter urbano e higienista. Para Sevckenko (2003, p. 58), o entendimento sobre a concepção de criança, nesse momento histórico da educação brasileira, passou por uma transformação simbólica, na medida em que a criança passou a ser concebida como o expoente do futuro da nação, mesmo que desconsiderando, para isso, as inúmeras desigualdades sociais que marcavam a infância nessa época.



FIGURA 14: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 9, 1934.

A escola nesse período, segundo Vidal (2010, p. 498), pretendia a incorporação de toda a população infantil. A escola serviu para disseminar os valores e normas sociais que estavam em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna⁶⁵.

Nesse sentido, a criança tornou-se a base do trabalho escolarizado, em que o papel da escola “*deveria ser o de fornecer situações em que o aluno, a partir da visão (observação), e da ação (experimentação) pudesse elaborar seu próprio saber*”, o que ocasionou deslocamento das práticas de ensino nas escolas, que deixaram de ter como base o ouvir e ver, e passaram a executar suas práticas a partir do ver e fazer. E a criança estava no centro desse processo⁶⁶. Nesse sentido, uma nova dinâmica impulsionava as relações escolares. O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar, qual seja a aprendizagem no lugar de ensino (VIDAL, 2010, p. 499).

⁶⁵ Sobre essa nova sociedade moderna e suas transformações sociais consultar Sevcenko (1997, p. 7-48).

⁶⁶ Sobre a distinção e/ou transformação da criança em aluno, ver estudos de Kuhlmann Júnior (2001, p. 469-496).

No período de 1935, pode-se observar que investimentos foram feitos o que tornou a capa “mais atraente” aos leitores, uma vez que a mesma se apresenta colorida.

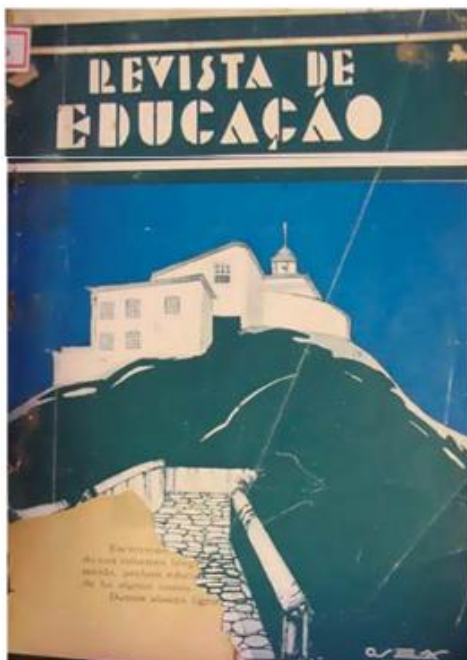


FIGURA 15: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 10 e 11, 1934.

Em 1935, os editores começaram o ano procurando melhorar o projeto gráfico da capa da *Revista*, com destaque não apenas para as linhas coloridas, como também, para o fundo da imagem que foi preenchido.

Enquanto no primeiro ano os desenhistas da capa não eram especializados para esse fim, no ano seguinte houve atenção para esse aspecto. Na seção de *Notas & Informações* da *Revista* n. 10–11, há identificação de quem fez a ilustração da capa n. 9: “A bela capa que estampamos no nosso numero de dezembro transato foi ilustrado pelo dr. Quintino Barbosa, alto funcionário da Alfandega desta Capital” (NOTAS & INFORMAÇÕES. *Revista de Educação/ES*, 1935, p. 59).

Em 1935, a capa da *Revista de Educação/ES* passou a ser desenhada por um profissional⁶⁷: “O Convento da Penha, magnífico símbolo do Estado, que ilustra

⁶⁷ O Sr. Oséias Duarte Leão foi representante geral da *Revista de Educação/ES* durante a produção dos números 10-11, 12 e 15-16.

nossa capa, é desenho de Oséias Duarte Leão, conhecido artista do lápis” (NOTAS & INFORMAÇÕES. Revista de Educação/ES, 1935, p. 59, n. 10–11).

Pode-se pensar em uma tentativa de padronização, já que as revistas n. 10–11, 12, 13 apresentaram as mesmas ilustrações, embora com qualidade gráfica distinta uma da outra. Nota-se o zelo em relação às marcas de um elemento da cultura capixaba, mas de cunho religioso.

Seguem as capas dos números 12 e 13.

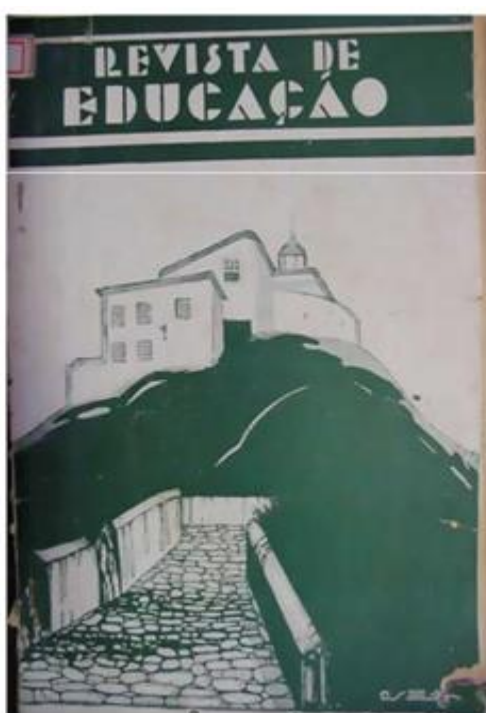


FIGURA 17: Revista de Educação/ES.
Ano 2, n. 13, 1935.



FIGURA 16: Revista de Educação/ES.
Ano 2, n. 12, 1935.

A esse respeito, Nunes (2012, p. 378) afirma que a sociedade brasileira nesse período estava impregnada por uma ordem cristã expressa por meio de um ideal civilizatório conservador, que encontrava suporte num catolicismo difuso, emaranhado no cotidiano da sociedade. Desse modo, o sentimento religioso, suas práticas e rituais invadiam as instituições escolares de múltiplas formas, seja por meio de seus agentes, seja por material didático e nos programas de ensino.

Segue assim, a capa da edição seguinte:



FIGURA 18: Revista de Educação/ES.
Ano 2, n. 14, 1935.

Pode-se considerar a Revista de Educação/ES n. 14 dentro de certo padrão que prima pela identidade regional, pois apresenta elementos gráficos semelhantes aos anteriores, como as letras do nome da *Revista*, que são as mesmas nesses exemplares, e nenhum deles indica ano, mês, número, localidade.

Na capa da *Revista*, ficam facilmente identificados o nome da *Revista* com letras grandes que está centralizado no alto da capa e repousa sobre um retângulo grande que serve de limite para a diagramação da capa. Este é preenchido por três desenhos, cujas representações logo podem ser associadas a uma alusão direta para com elementos específicos do Espírito Santo, sendo eles: o Convento da Penha, uma construção religiosa, delimitado por um semicírculo, que ocupa a parte direita e superior.

No centro da capa, delimitada por um retângulo, está a representação do mapa do estado do Espírito Santo com a indicação da capital do estado, cuja

inscrição se apresenta como Victoria. Seguindo, no canto esquerdo e inferior da capa, há outro semicírculo que traz a representação da Baía de Vitória.

Tais elementos estão iluminados por uma vela, cujos traços indicam grande brilho e cruzam toda a capa do encarte. Próximos à vela, repousam dois livros fechados, um encarte aberto, que é tocado por um tinteiro, e um papel enrolado. Ainda repousam no canto esquerdo superior da capa cinco estrelas amarelas. Por se tratar da capa de um encarte comemorativo, referente ao 4º centenário de colonização do solo espírito-santense, entendemos que suas representações não são meras escolhas. De modo que, coube-nos supor ao menos duas interpretações para a composição desta capa.

Remete-nos a emissão de uma luz que ilumina todo o Espírito Santo, cujos raios tocam todo o Estado – mapa da delimitação geográfica do Estado ao centro – de alto a baixo, ou seja, do convento que fica na parte alta até o litoral, que foi o portão de entrada das caravelas portuguesas. A outra interpretação seria referente à luz, na medida em que uma luz tão próxima aos livros poderia, ao mesmo tempo, remeter uma iluminação para o conhecimento que se apresenta ali, disponível, com o livro aberto, ou uma luz que transporta junto à claridade, a luz do conhecimento levada a toda parte.

A capa 15–16 apresentou características de qualidade gráfica diferentes das capas de 1934 que foram expostas nas edições anteriores.



FIGURA 19: Revista de Educação/ES.
Ano 2, n. 15 e 16, 1935.

Novamente, existe a alusão à infância, à escola e ao Estado. Este último se faz representado na forma de um mapa pendurado na suposta parede da sala de aula. A capa nos fez refletir junto às palavras de Revel (2009, p. 203), quando o autor tratou da *civilidade pueril*, e realizou sua análise sobre uma gravura que se popularizou na França ainda no século XIX, na qual propôs:

A menina que Grimoux pintou com um livrinho de civilidade na mão realmente lê? Ou exibe a marca de uma conformidade social? Nada nos permite responder. Seja qual for a resposta, tudo indica que, enquanto sua forma se fixa, o ensino da civilidade cada vez mais se distancia dos usos estabelecidos e se torna arcaico. Na melhor das hipóteses supõe um esforço afetado; na pior, denota uma postura convencional. De qualquer modo, pouco a pouco deixou de passar por “natural”, ao menos entre aqueles que decidem o que é natural.

Mesmo se referindo a outro contexto histórico, Revel (*op. cit.*, p. 204) nos abriu a possibilidade de pensar algumas questões a partir da capa anunciada. Tratava-se da institucionalização dos saberes e corpos. De modo que a pequenina aluna que estampa a capa da Revista de Educação/ES perdeu seus *status* de criança e instituiu-se como aluna. De maneira que a única representação que se tem

de criança é no que se refere ao tamanho. A infância, se ela está representada, é manifesta sob a forma de aluna, ou seja, a partir da escola e do universo disciplinar que impera em sua ordenação. Assim, na constituição de criança para aluno, o professor era, e ainda é, o ser indispensável desta tradução, de modo que a *Revista* se colocava como mediadora nesse processo, contribuindo para uma formação docente assentada sob esses princípios.

A capa de 1936 também se configurou a partir do universo escolar.



FIGURA 20: Revista de Educação/ES.
Ano 3, n. 22, 1936.

Esta é a última capa apresentada pela Revista de Educação/ES. A partir desta publicação todas as outras foram iguais. Uma mesma capa pode significar economia de recursos financeiros e praticidade de produção – afinal, pode-se considerar que a ilustração da capa já estava pronta –, ou pode denotar a intenção de homogeneizar um modelo para o periódico.

O desenho foi assinado, mais uma vez, por Oséias Duarte Leão. Retrata uma menina escrevendo num quadro-negro uma frase muito sugestiva: *Só pela educação se pode avaliar a pujança de um povo.*

Essa capa da Revista de Educação/ES estampou sua edição especial que serviu de Anais do 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico, da 3ª Região Escolar. Essa capa se tornou modelo desde o final de 1935 até os últimos números da Revista de Educação/ES, publicados em 1936 e 1937.

Além da ilustração com uma frase muito significativa, outros elementos foram veiculados: as letras do nome da *Revista*, as indicações de localidade (Vitória, Espírito Santo), dos produtores (Serviço de Cooperação e Extensão Cultural), de seu órgão de origem (Departamento de Educação), do ano, do mês e do número do impresso. Deste modo, a Revista de Educação/ES podia ser lembrada como aquela *Revista* que incitava a educação como meio de pujança de um povo, produzida em Vitória – ES, pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Educação.

Interessante que, nas capas da *Revista*, quando um estudante era ilustrado, era sempre do gênero feminino. Seria uma forma de atrair leitoras para a Revista de Educação/ES? Na verdade, faz parte do pensamento sobre a função social da mulher na sociedade da época, cuja ação passava pelo dever de educar a nação.

Todos os exemplares disponíveis para o estudo continham sumário no verso da capa⁶⁸. O sumário era simples e anunciava os artigos e as seções contidos na edição do periódico. Como era impresso no verso da capa, acompanhava o tipo de papel e o tipo de impressão dela. Sempre impressas em uma única cor, as letras do sumário podiam ser pretas, azuis ou verdes, conforme a capa.

Os artigos anunciados no sumário acompanhavam a sequência em que estavam dispostos na diagramação da *Revista*. Após o título do artigo, na maioria das vezes em maior destaque, seguia-se o nome do autor e sua profissão.

Há dez variações nos caracteres do sumário ao longo das publicações da Revista de Educação/ES. Nas revistas n. 1 e 2, o título do artigo encontra-se em *caixa alta*, em negrito e ocupa uma linha sozinha. Logo abaixo, o nome do autor, em itálico, acompanhado da informação sobre sua profissão. O sumário da revista n. 6 possui essas características, mas a diferença está na mudança da grafia “sumário” para “summario”, além da disposição dessa palavra ao centro.

⁶⁸ Todos os sumários constam em tabelas anexas no final deste trabalho.

As *Revistas* n. 7–8, n. 9, n. 10 e n. 12 apresentaram apenas a primeira palavra do título do artigo em letras maiúsculas. Os tipos não estavam mais em negrito, mas em itálico. Seguiu na mesma linha do título o nome do autor, sem nenhum destaque, e sua profissão. A palavra “summario” aparece com letras maiores que as anteriores. As diferenças dessa última modificação para o sumário 13 são que os títulos de artigos não estão em destaque itálico e que a palavra “summario” recebeu mais destaque quando disposta entre quatro linhas. Pode-se julgar que, nesse período de circulação da Revista de Educação/ES, os editores se preocuparam em destacar os artigos veiculados, buscando, para isso, a atenção do leitor pelos títulos. É também momento crucial de difusão da política reformista capixaba, tendo em vista as eleições que se aproximavam.

Os sumários dos números 14 e 15–16 sofreram uma inversão: o título do artigo não possui mais letras maiúsculas, somente destaque em itálico; foi o nome do autor que recebeu tipos em *caixa alta*. Foram os números da Revista de Educação/ES rodados após as eleições de abril de 1935. Coincidência ou não, foi a Revista de Educação/ES n. 14 a primeira a ter publicado um artigo de autoria do Capitão João Punaro Bley, artigo esse que o próprio Bley enaltece suas ações na reforma da educação. Esse número comemorava o *4º centenário da colonização do Espírito Santo*. A palavra “summario” estava sem as linhas de destaque em suas laterais.

A Revista de Educação/ES n. 17–18–19 volta a trazer no seu sumário os títulos em *caixa alta*. Os nomes dos autores tiveram destaque itálico. No sumário da Revista n. 22, acrescentou-se apenas as quatro linhas nas laterais da palavra “summario”. O sumário da *Revista* n. 23–24 não destaca os títulos, autores e profissões: quase todos estão com os mesmos caracteres, exceto o título “Cooperação e Extensão Cultural”, que foi impresso em *caixa alta*. Na edição n. 25–26–27–28, as características das letras assemelham-se às do sumário 17. A palavra “summario” foi destacada com uma linha em cada lado. Nessas edições da Revista de Educação/ES, percebe-se que não houve padrão para o sumário.

Os caracteres dos sumários das edições n. 29 e 30–31 apresentaram os títulos em *caixa alta* e autores em itálico; entretanto, as letras estão em tamanhos maiores. “Summario” foi destacado com duas linhas em cada lateral. O fato de

apresentarem letras maiores sugere considerar a menor quantidade de artigos em cada *Revista*, uma questão de aproveitamento de espaço na parte destinada ao sumário.

Mesmo sem um padrão, basicamente o destaque estava sempre no título e no nome do autor. Roger Chartier (1994), em *A Ordem dos Livros*, discute que as novas abordagens sobre a história do livro, apoiadas na sociologia da produção cultural, rearticulam o estudo do texto ao seu autor. Cita a denominação proposta por Michel Foucault, de uma “função-autor”:

[...] a “função-autor” é (...) característica do modo de viver, da circulação e do funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade – e pressupõe um estado de direito que reconheça a responsabilidade penal do autor e o conceito de propriedade literária [...] é o resultado de “operações específicas e complexas” que atribuem a inscrição histórica, a unidade e coerência de uma obra (ou de um conjunto de obras) à identidade de um assunto construído [...] (CHARTIER, 1994, p. 36).

A “função-autor”, conforme o conceito de Foucault define peculiaridades nos textos escritos, produz sua identidade e o legitima perante a sociedade. Por um lado, temos que a publicação de texto cujo autor possui discurso reconhecido na sociedade acarreta prestígio à *Revista*. Por outro lado, de acordo com Chartier (1994: p. 58), um autor pode ser “[...] visto como aquele cuja posição social dá autoridade ao discurso do conhecimento [...]”.

Assim, nos sumários da Revista de Educação/ES, além do destaque para o nome do autor, a identificação de sua profissão – sua posição social – chama a atenção para “quem” havia escrito tal artigo: um professor, um diretor de grupo escolar, um inspetor de ensino, o governador. Essa identificação autoriza a fala do autor para tal assunto, dá reconhecimento ao seu nome, valida seu discurso e também traz prestígio ao periódico.

Apenas uma vez, dentre os números da Revista de Educação/ES que foram analisados neste estudo, foi impressa propaganda do sumário da próxima edição da *Revista*. Foi na *Revista* n. 17–18–19 que anunciou a *Revista* n. 20. O anúncio foi impresso na última página do impresso. Nele, lê-se:

Sumario do Próximo Numero da “Revista de Educação”

No n.º de novembro vindouro publicaremos, entre outras colaborações de valor, as seguintes: “O Café na Escola”, trabalho premiado nos Jogos Florais de Costa Rica, por José M. Mara Valverde.

“Escolas Superiores de Agricultura”, por Bem vindo de Novaes, diretor do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura.

“O Ensino da História na Escola Primária”, pela prof.a Rosa Kolady, do Grupo Escolar “D. Pedro II” de Curitiba.

“Micróbios e Lobisomens”, por Aristophanes Barbosa Lima, Secretario do Tribunal Eleitoral.

“Castello”, por Ciro Vieira da Cunha, diretor da Escola Normal “Pedro II”, de Vitória.

“Terra Dantesca”, por Ernani de Cunto, da Academia Rio Grandense de Letras.

(NOTAS & INFORMAÇÕES, Revista de Educação/ES, 1935, p. 200).

O sumário anunciava a *Revista* de novembro de 1935. Divulgar os assuntos da próxima Revista é estratégia de atrair leitores para o próximo número. Esse sumário também indica certa organização dos editores, planejamento para a próxima edição.

3.3. As festas escolares como espetáculo: a Revista de Educação/ES como vitrine

A Revista de Educação/ES durante seu período de existência fez circular uma série de representações em forma de artigos e imagens que contavam de um espetáculo, ou seja, ações empreendidas por meio do governo estadual que mereciam ser lembradas e copiadas. Foi o caso das paradas escolares, festas, cerimônias e competições esportivas, realizações cujos proveitos eram engendrados como iniciativas provenientes quase que exclusivamente do interventor Punaro Bley.

Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos que pretendiam apresentar como sendo especiais na vida da escola. A divulgação dessa prática em torno da educação escolarizada assegurou seu poder de visibilidade social e reforçava os sentidos culturais que se pretendia empreender na escola. Para isso, as páginas da Revista de Educação/ES foram o suporte e o meio por onde as representações desses eventos escolares e os feitos em nome da educação escolarizada foram noticiados.

Fruto de intenso embate, estes espaços e exposições foram articulados sobre conflitos travados em torno da legitimidade de instaurar um campo normativo de

saberes pedagógicos destinados aos professores. Os preceitos da modernização da educação estiveram presentes na caracterização das exposições escolares e na articulação de uma educação moral e cívica junto à sociedade, cujo suporte era também assegurado nas páginas da Revista de Educação/ES.

Desse modo, tomamos a Revista de Educação/ES como suporte material das expressões de exaltações dos feitos educacionais realizados no Estado, compreendendo, a partir de suas publicações, as inúmeras manifestações de espetacularização que a educação escolarizada assumiu nas páginas deste impresso, muitas vezes sob a forma de artigos de exaltação, de acordo com nossa interpretação a partir de Balandier (1982, p. 15). .

A escola, nesse aspecto, instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Segundo Souza (1998, p. 241), em nenhuma época, a escola primária no Brasil se apresentou tão amplamente envolvida na expressão de um regime político. A escola, nesses termos, passou a celebrar a leitura política da República, além de divulgar a ação republicana que assegurava formato aos símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. O poder, neste contexto histórico, utilizou meios espetaculares para marcar sua importância e presença (BORGES, 1998, p. 202).

A primeira edição da Revista de Educação/ES começa com elogios às ações reformistas do governo Bley para a educação. Claudionor Ribeiro, redator-chefe da *Revista*, expressava satisfação e otimismo em relação às legislações educacionais capixabas e ao governo que as organizava, e concluía: “Está aí, neste breve relato, a situação de louvabilíssima prosperidade do ensino no Espírito Santo. Em conclusão, não hesitamos em incluí-lo no rol dos bons paradigmas do movimento educacional, no Brasil” (RIBEIRO, 1934a, p. 5).

Essa visão positiva do Espírito Santo parece ter sido o tom adotado na *Revista* e encontra-se presente em outros artigos desse mesmo autor:

Uma visão panorâmica do movimento pedagógico do Brasil coloca o Espírito Santo em situação de grande destaque entre nossos Estados de vanguarda. [...] Ora, é o Governo do Estado imprimindo orientação mais ortodoxa ao nosso ensino, consubstanciada nas criações eficazes do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, do escotismo e do bandeirantismo, na vulgarização empolgante da físiocultura escolar. [...] Ora, é o professorado que se agita em prol do melhoramento da classe,

fundando instituições de elevado cunho cultural e pedagógico (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, p. 1).

Interessante marcar a entrada do Estado no *rol* dos bons paradigmas do movimento educacional, como se até aquele momento, não existisse um bom paradigma para as questões educacionais. Nota-se a desarticulação que se estabelece para com os modelos educacionais que vigoravam até então. Não se registram as reformas educacionais pelas quais o Estado havia vivido. Os bons paradigmas a que a *Revista* faz alusão estavam circunscritos aos preceitos higienistas e cívicos que se assentavam sobre as bases científicas do positivismo. Cabia aos indivíduos seguir e respeitar os departamentos criados para atender as necessidades do povo, marca registrada dos preceitos da modernização da educação.

Como era a representação desse povo que a Revista de Educação/ES mencionava em suas páginas, na fala do Capitão Wolmar Carneiro da Cunha, quando ocupante do cargo de Secretário do Interior em 1934 no Espírito Santo, na ocasião da inauguração da Escola Normal de Cachoeiro de Itapemirim, temos indicativos de como o contexto educacional da época era interpretado, como evidencia a citação a seguir:

Palestra pronunciada em Cachoeiro de Itapemirim a 4 de agosto vigente, no ato inaugural do Grupo Escolar "Quintiliano de Azevedo".

A inauguração da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim registra, nos anais da vida educacional deste Estado, um dos fatos mais significativos, que muito bem põem em relevo uma época de trabalho eficiente e duradouro (...). Entre os problemas da educação que o Governo teve de enfrentar surgiu logo o do preparo técnico e profissional dos professores. Sem bons educadores, inútil seria, em grande parte, o enorme dispêndio que vinha pesando nos cofres públicos (...).

A Educação, porém, precisa ser encarada no seu tríplice aspecto: Intelectual, moral e físico. Uma é complemento da outra e juntas formam a base sólida onde assentará o futuro de nossa Pátria. Alfabetizar indivíduos unicamente incapazes é dar-lhes elementos para melhor compreenderem sua miséria física, é torná-los eternos revoltados.

Necessário é cuidar-lhes do corpo como do espírito, fazendo-os elementos aptos a produzirem e a enfrentarem com vantagem a luta pela vida. (...) somente uma ação administrativa continuada e eficiente neste sentido poderia solucionar tão importante problema.

Uma escola Normal não é estabelecimento onde se aprende a ler nem tão somente a ensinar. É casa onde se aprende a formar cidadãos úteis a si próprio e à Pátria e a plasmar, na mulher brasileira, os sentimentos de família, de pureza e de bondade, que serão a melhor garantia de estabilidade de nossa civilização.

O exercício do magistério é verdadeiro sacerdócio e não meio de ganhar a vida, como por muitos é encarado. Esta casa deve ser cadinho, onde se hão

de fundir-se as verdadeiras vocações, e donde se irradiem energias, vivificadoras para a propulsão de nosso progresso.

Senhores professores:

A formação do corpo docente deste estabelecimento, si enobrece (...). Estou certo que repousam principalmente sobre vossos ombros as responsabilidades dos destinos desta casa, e muito em breve será motivo de ufania para o povo desta terra e de gloria para o Espírito Santo.

Aspectos constantes nos discursos proferidos e retratados pela *Revista*, este discurso serve ao propósito de exemplificar as recorrentes abordagens e suas representações sociais. Assim, temáticas sobre o trabalho eficiente, os problemas a serem encarados pelo Governo do Estado – designação de poder estatal sempre redigido com iniciais maiúsculas –, gastos públicos inúteis frente à situação que o estado se encontrava antes desta administração, educação como conformação social que assegurava a pretensa necessidade de formar uma população com eficiência, sem torná-los eternos revoltados, ou seja, executores dos trabalhos que levariam a nação rumo ao progresso. E, este indivíduo passava indelevelmente pela escola, por extensão, pelo professor.

A representação do professor, por sua vez, era de um indivíduo que deveria estar atento e bem formado, uma vez que pesa sobre seus ombros um futuro glorioso. A condição da mulher é reafirmada como mãe, protetora cuja profissão é para ela um sacerdócio, entrega voluntária e desprovida de interesses econômicos, não é meio de ganhar a vida.

Na ocasião dessa inauguração, o registro fotográfico potencializa sua expressão e foi matéria na seção *Notas & Informações* que encerra o encarte desta edição da *Revista*:



FIGURA 21: Grupo Escolar "Quintiliano de Azevedo"

Em sua nota lê-se:

Um ato de excepcional relevância na vida educacional do Estado foi, sem dúvida, a inauguração do grupo escolar 'Quintiliano de Azevedo', em Cachoeiro de Itapemirim, a 4 de agosto corrente. Compareceram as autoridades oficiais do estado e avultado número de pessoas de destaque daquela importante cidade.



FIGURA 22: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 4 e 5, p. 20, jul./ago. 1934.

Em relação às fotografias que estamparam as páginas da *Revista* ao longo de suas publicações, Cardoso e Mauad (1997, p. 406) nos alertam sobre seu uso na historiografia⁶⁹ e, nesse sentido, advertem:

A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagem. Entretanto, tal relação não é automática, pois, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora, 'existe muito mais do que os olhos podem ver'.

A partir das imagens e textos publicados pela *Revista* e das proposições dos autores sobre o diálogo entre texto e imagem, nos propusemos então a tentar destacar o que os textos e as imagens não nos contam. Na constituição do

⁶⁹ Não foi o propósito de nossos estudos empreender análise semiótica das imagens que circularam na Revista. Sobre esse respeito, ver Cardoso e Mauad (1997, p. 406).

espetáculo da educação que se noticiava para o estado do Espírito Santo, parte considerável da população não foi matéria noticiada no discurso transcrito em artigo e nas fotografias acima apresentadas, que circularam na Revista de Educação/ES.

Para essa interpretação, partimos das análises empreendidas por Greive (2010, p. 400), quando apresentou aspectos relevantes sobre a população excluída que ficou às margens do progresso durante os anos 30 no Brasil. Mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes tornaram-se um estorvo para o progresso e a almejada civilidade. As chamadas classes perigosas, as quais o capitão Wolmar identificou como eternos revoltados, foram objetos de estudos das ciências em emergência, cuja preocupação básica foi conhecê-las na sua dimensão psicobiológica e interferir no meio em que viviam. E, por tal razão, interpretamos a educação como sendo encenada, uma vez que os editores da *Revista* articulavam a configuração da *Revista* para fazer parecer, uma certa realidade, sobre a educação do estado.

Assim, uma parte significativa da população capixaba, que não aparece nas fotografias da *Revista* e não tem seus nomes conclamados entre os ilustres, ficava fora dos espetáculos vividos pela educação escolarizada. Podemos, sob este ponto de vista, afirmar que a escola inaugurada em 4 de agosto de 1934, ocasião em que reuniu personalidades políticas regionais e estaduais, não era destinada a uma significativa porção da população.

Contudo, não se pode negar a grande movimentação nas ruas da cidade que estes e outros empreendimentos proporcionaram, sempre atrelados aos benefícios que o governo despendia para com os assuntos da educação escolarizada, os quais fazia questão de registrar. Segundo Nunes (2010, p. 391), os anos de 1930 causaram infinita movimentação de alunos nas ruas, competindo com os espaços destinados aos carros e aos transeuntes, algo nunca visto antes. As celebrações cívicas da pátria, da bandeira, as paradas escolares eram eventos de grande movimentação que existiram nos Estados da Federação. Organizados, estes eventos representavam a honra e os feitos gloriosos que a educação era capaz de proporcionar, segundo os pressupostos da ordem e do poder vigente.

A esse respeito, Velloso (1982, p. 72) afirma que, durante este período da história brasileira, no projeto político modernizador da educação, a dimensão

ideológica adquire peso fundamental, na medida em que se constitui numa doutrina de obrigação política para a sociedade civil. A cidadania é redimensionada por essa doutrina que busca envolver os diversos setores sociais na política do Estado. Nesse projeto político, a ênfase à legitimidade e à participação não exclui necessariamente a coerção e a marginalidade.

Assim, segundo a autora, em relação às forças sociais, o Estado realiza duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo que realiza esforço para ampliar as suas bases de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares urbanas. É nítida, portanto, a tentativa do regime no sentido de estabelecer nova relação Estado-sociedade. Para a autora, novas estratégias de poder foram configuradas, prevendo ampliação considerável das funções estatais. O Estado penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de *direção e organização* da sociedade. Assim, se autoelege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o bem público o móvel de sua ação. Encenando, por seu turno os preceitos com os quais a educação do Estado, que ganhavam visibilidade por meio da circulação da *Revista*.

Nesse sentido, a questão cultural passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade. Essas atribuições estiveram em intrínseca comunhão com a Revista de Educação/ES.

Um dos temas mais abordados e “espetacularizados” pelos artigos veiculados na *Revista*, no sentido de agregar às ações empreendidas um marco memorável, por isso, espetacular, foi a Política Educacional, que em sua maioria abria as seções da Revista. Por isso, a recorrência a Claudionor Ribeiro, como redator-chefe. Era parte de suas atribuições no impresso apresentar inúmeras proposições a este respeito. Logo de início, ao ser lançada a Revista de Educação/ES, em seu artigo de abertura anuncia seus empreendimentos, onde se lê:

É de salientar que foi o primeiro educandário, cuja construção foi inteiramente determinada e superintendida pela Secretaria do Interior e Justiça. É uma construção que mostra o empenho carinhoso do Governo do Estado pelo reajustamento da nossa máquina educativa. É, ainda, no gênero um dos bons padrões que muito enaltecem o nosso sistema educacional (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, p. 1).

Percebe-se aí um dispositivo que prepara o leitor para reconhecer o empenho do governo na reforma da máquina educativa. E o artigo de abertura continua: intitulado *Breve relato do problema pedagógico no E. Santo*, na verdade, contraria o título, apresentando as iniciativas políticas do Governo Bley como solucionadoras do problema pedagógico. Já no primeiro parágrafo afirma:

No que concerne às questões educacionais, é nitidamente estupendo o progresso do Espírito Santo. Não há aqui literatura pedagógica. Não se faz pedagogia de gabinete. Realiza-se modestamente, é certo. Mas realiza-se e constrói-se dentro das nossas curtas possibilidades econômicas. O pouco que temos feito nesse particular é muito, em relação ao que têm produzido outros Estados de desenvolvimento econômico mais próspero do que o nosso (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934).

Claudionor Ribeiro (*Revista de Educação/ES*, 1934, p. 1) buscou equiparar o Espírito Santo aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Pernambuco, “vanguardeiros da educação no Brasil”. Segundo o autor: “[...] Não será de mais juntar-se a esses Estados, paradigmas e justo orgulho da civilização brasileira, o Espírito Santo [...]”. Parece sugerir que Bley fazia uma reforma tal qual as que aconteciam nessas localidades, lideradas por intelectuais da educação. E ainda afirma convictamente que havia “sobejas provas” de que o Espírito Santo foi o primeiro estado do Brasil a introduzir nas escolas as Bibliotecas Circulantes, os Clubes Agrícolas Escolares, as Cooperativas Escolares, o Cinema Educativo e o Seguro de Saúde.

Claudionor apresenta no texto uma série de medidas tomadas pelo governo espírito-santense para beneficiar a educação: ampliação do escotismo e instituição do bandeirantismo escolar, oficialização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Vitória e da Faculdade de Direito do Espírito Santo, regularização dos professores normalistas para atuarem no magistério primário, criação das escolas rurais, dos cursos noturnos de educação popular, da Inspeção de Educação Física, do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, inauguração do cinema escolar em vários educandários do estado, reformas dos edifícios escolares em moldes pedagógicos modernos, organização da Biblioteca Irradiante e do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural.

Logo na estreia da Revista de Educação/ES, Claudionor Ribeiro não economizou elogios ao Governo Bley. Não sugeriu nenhuma crítica à administração de Punaro Bley, ao invés disso, segundo suas afirmações, essa era a administração que estava resolvendo os problemas pedagógicos no Espírito Santo. Afirmou que Bley estava conduzindo a administração do estado ao porto de salvação e à prosperidade com a colaboração de Fernando Duarte Rabelo. Ou seja, Bley aparece como agente da ação reformadora.

Nessa perspectiva de tornar os empreendimentos educacionais a níveis espetaculares são inúmeros os textos de exortação em referência ao tempo educacional vivido no Estado, cuja expressividade também era destacada a partir de sua liderança frente às necessidades operadas para com a Educação no Estado.

As realizações no sistema de ensino espírito-santense são relatadas na Revista de Educação/ES como iniciativas do Capitão Bley. As questões da educação física, da educação sanitária e do escotismo são exemplos disso.

Essas informações demonstram uma tentativa de mostrar que o Governo de Punaro Bley preocupou-se em fazer circular as representações de que sua administração efetivava a melhoria da instrução pública no Espírito Santo, acompanhando o movimento de renovação educacional nacional, por meio da *Revista*. Apesar de ser o governo, e mesmo que alguns textos tenham veiculado o nome do Secretário responsável pela pasta da Educação, a impressão que se tem das representações evocadas a partir dos dispositivos de leitura da Revista de Educação/ES é de que Bley era o único homem do governo, o Secretário e sua equipe são coadjuvantes e os redatores da *Revista*, porta-vozes.

A edição de número 2 da Revista de Educação/ES chamava a atenção dos professores para a *Revista*. A circular n. 3 do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural apresenta-se como artigo de abertura, onde relaciona o aperfeiçoamento dos professores com a leitura da *Revista*.

Segundo Ribeiro (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934. p. 2), o professor que não fosse estudioso estaria destinado ao fracasso. Nas suas palavras, já havia passado o tempo em que se consultavam livros “velhos” para se fazer ciência: “[...] Quem quer fazer ciência nova há de consultar as revistas bem orientadas, que,

melhor do que os livros, condensam em suas páginas, por especialistas em vários assuntos, as últimas conquistas no campo das ciências [...]”.

Ainda de acordo com Ribeiro, o motivo da organização do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural foi levar ao professor os conhecimentos pedagógicos modernos que estavam em conformidade com o movimento reformista daquele momento. A circular é uma chamada para que os professores se interessem pela Revista.

A terceira edição da Revista de Educação/ES discute no artigo de abertura a importância do rádio e cinema escolar. Claudionor Ribeiro inicia o texto com a defesa de que o progresso brasileiro depende da educação, pensamento comum de sua época. Segundo ele, as escolas não preparavam os alunos para a vida prática e não havia uma harmonia entre pais e mestres: os lares destruíam o processo educacional. Para resolver esse problema, o rádio e o cinema escolar seriam armas eficientes na difusão da cultura popular e no apoio à escola.

Para o autor, as escolas deviam centrar-se mais na iniciação artística e profissional e menos na alfabetização. Deviam renovar seus métodos e processos de ensino. Mais uma vez, Ribeiro insiste na renovação:

Precisamos combater o espírito de rotina que tem atravancado a marcha grandiosa da nossa civilização. Para isto, faz-se mister uma renovação completa nos nossos métodos e processos educacionais, ainda em desacôrdo com o espírito renovador do momento (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934. p. 1).

O rádio e o cinema auxiliariam a cumprir esse papel. Utilizou a definição encontrada na resolução n. 326 de 21 de março de 1934, que regulamentou o Serviço pelo Rádio e Cinema Escolar (SERCE), para justificar a importância desse serviço: cooperar com a integração brasileira e estimular o sentimento de civismo e união nacional.

A Revista de Educação/ES n. 3 encontrada para a pesquisa estava com sua capa rasgada. Mas antes do artigo de abertura, na primeira página, ao abrir a Revista, encontra-se uma foto de João Punaro Bley, na página inteira, com a seguinte legenda: “Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal neste Estado, cuja

órbita administrativa tem sido, na sua quasi totalidade, consagrada a nobilitante causa da Educação” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, s.p.). Tal dispositivo parece constituir Bley como o único agente da reforma da educação no Espírito Santo.

Outros agentes do governo aparecem em segundo plano. Na página seguinte ao artigo de abertura, dividem o espaço as fotos de Wolmar Carneiro da Cunha e Carlos Marciano de Medeiros, ambos militares. O primeiro estava no posto de Secretário do Interior e Justiça “[...] extremado batalhador das causas vitais da educação [...]” e o segundo dirigia “[...] incansável e zeloso [...]” a Inspetoria de Educação Física e a Associação Espírito-Santense de Escoteiros (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, p. 3). Mesmo que Bley apareça como personagem principal do movimento de renovação pedagógica no estado capixaba, a Revista procura mostrar o interesse da equipe de governo nessa causa.

Os editores da Revista de Educação/ES insistem para que os professores leiam a revista. Na edição n. 6, o Capitão Wolmar Carneiro da Cunha escreve que, por determinação superior, solicita colaboração dos professores capixabas para a Revista de Educação/ES, a qual estava sendo enviada a pedidos para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, no entanto, estava sendo tratada com indiferença no Espírito Santo.

Em 1936, há um artigo de Ribeiro intitulado *O Problema da Educação*, no qual o autor disserta sobre a importância da educação para a sociedade, argumentando que o descaso pelo ensino no passado resultou na confusão que se passava.

Os professores precisavam de competência:

São os mestres os jardineiros das mimosas plantinhas humanas, os constructores da nacionalidade. Quanto mais habilidosos e competentes forem, mais robustas e formosas serão as plantinhas dos seus jardins, mais respeitadas e prósperas as nações. A confusão na hora que passa é oriunda, exclusivamente da má orientação pedagógica de outros tempos (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1936, p. 3).

Ao mesmo tempo que a *Revista* construía a imagem de um governo enérgico na área da educação, incitava ao professorado a buscar alicerce científico-

pedagógico para suas ações no ensino. Está claro que esse alicerce estaria no que os editores da Revista de Educação/ES entendiam da pedagogia da Escola Nova. No texto *A educação e o Porvir do Espírito Santo* (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, n. 7–8, 1935), Claudionor Ribeiro escreveu com empolgação sobre a modernização escolar que estaria acontecendo no Espírito Santo. Procurou deixar em evidência que o governo e o professorado estavam empenhados nisso:

[...] Ora, é o Governo do Estado imprimindo orientação mais ortodoxa ao nosso ensino, consubstanciada nas criações eficazes do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, do escotismo e do bandeirantismo, na vulgarização empolgante da fisiocultura escolar, na eficiência do Serviço de Educação Pelo Radio e Cinema Escolares, etc. Ora, é o professorado que se agita em prol do melhoramento da classe, fundando instituições de elevado cunho cultural e pedagógico [...] (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1935, p. 1).

Nas palavras de Ribeiro percebe-se que ele entendia que o movimento da modernização da educação escolarizada era um movimento de transição para a renovação do sistema de ensino: “É a modernização dos processos de eficiência pedagógica, que vae infiltrando, paulatinamente, no regime de transição educativa pelo qual atravessa nosso sistema de Ensino” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1935, p. 1).

A modernização estaria trazendo processos mais eficientes do que até então se fazia. Segundo ele, havia duas características desse movimento no estado capixaba:

uma de fundo biológico e social, pela qual o governo era responsável, e outra de cunho ‘exclusivamente sociológico’, oriunda dos professores. Ribeiro não explica o que seria essa característica biológica da renovação escolar. Com relação à característica social, esclarece: ‘[...] As considerações acima foram-nos inspiradas pelas três sociedades de Educação, fundadas nesse Estado, com objetivos sublimes [...]’ (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1935, p.2).

Para Carvalho (1998a, p. 77), educando pela representação ou evocação de fatos dignos de ser imitados, as festas, paradas e espetáculos escolares forneciam às crianças oportunidade para gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas. Nelas, a criança começaria a sentir o efeito da *sanção social* sobre seus atos, pelos aplausos ou sinais de enfado e de crítica que percebe: sente que há um público, um

conjunto de pessoas que louvam ou reprovam. Um dos papéis das festas escolares que a *Revista de Educação/ES* entoava era o de enaltecer a escola e o papel do professor junto à ordem e progresso da nação.

Essa representação em torno da exortação do âmbito disciplinar e espetacular da escola assumia visibilidade também nas cerimônias escolares manifestas por meio da saúde, sob a forma de espetáculos esportivos com inúmeras competições, cujo objetivo girava em torno da exposição dos modelos exemplares de comportamento. O esporte e a vida saudável simbolizavam a energia, o vigor, a força, a operosidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequado e útil para cada ato. Preceitos de higiene eram divulgados nas páginas da *Revista* e se atrelavam aos princípios do escotismo, atividade extra-escolar que era compreendida como a fusão exemplar da vida saudável e moralizada, aspectos amplamente defendidos na *Revista*.

Nessa perspectiva, trata-se de entender as festividades escolares que eram representadas na *Revista* como verdadeiros espetáculos, de maneira que acabavam legitimando a *Revista* como vitrine e suporte da divulgação dos eventos escolares. Esses eventos, por sua vez, eram capazes de ensinar a partir do modelo, o que traduzia o lema ver para saber fazer.

Nesse sentido, o dever de formar os professores capixabas era algo primordial frente às necessidades que se apresentavam. Restava, assim, utilizar a *Revista* como mecanismo e suporte para os investimentos destinados a esse propósito. Elementos como “mestres jardineiros”, “fundo biológico”, faziam parte da representação que ancorava o empreendimento de modernização da nação a partir da ação científica e das bases biológicas da educação.

3.4. a “Revista” como projeto de (in)formação de professores.

Entender a *Revista de Educação/ES* como dispositivo de *(in)formação*, bem como de normatização de práticas docentes, implica considerarmos uma série de elementos que perpassam as características internas e externas deste impresso pedagógico.

Existem, segundo Greive (2002, p. 93), ao menos três características centrais sobre a existência ou uso de dispositivos que podem ser identificados nos impressos pedagógicos, a saber: a) dispositivo de demarcação de uma rede que pode estabelecer-se entre elementos heterogêneos; b) dispositivo de natureza da relação entre elementos, que podem ser discursivos ou não, mas sempre estão inscritos em um jogo de poder; c) dispositivos de natureza essencialmente estratégica, marcados por um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.

Apesar de nosso trabalho não avançar analiticamente na direção proposta por Greive, incorporamos sua indicação no sentido da “classificação” dos dispositivos, que compreendemos, para a Revista de Educação/ES, inscrita na terceira categorização: a de formação para responder uma urgência. Neste caso, entendemos que a Revista de Educação/ES era endereçada a formação de um grupo específico, o dos professores, para alcançar uma resposta iminente sobre os rumos que o país deveria trilhar, seguindo os passos da educação para alcançar o progresso. A composição escrita desse dispositivo possibilitou o desenvolvimento de uma escrita voltada para moldar as práticas docentes a partir dos bons exemplos que a Revista de Educação/ES anunciava. Tais dispositivos foram balizares para assegurar visibilidade às inúmeras ações empreendidas na execução desse projeto de escolarização, o que nos levou a compreender a Revista de Educação/ES como sendo um elemento difusor de ideias e práticas que asseguravam visibilidade para um dado contexto histórico e social, marcadamente investido sob os aspectos de um dispositivo normativo.

Em nossa pesquisa, a proposição do autor se traduz quando entendemos que os sentidos que a *Revista* porta em sua materialidade, contribuí para a compreensão dos projetos e dos modelos que os intelectuais (e professores) faziam circular e se apropriavam por meio dela. Entendemos, assim, que a Revista de Educação/ES apresenta-se como suporte material nas disputas em torno do monopólio de um conjunto de representações sobre os saberes escolarizados.

No jogo destes embates por representações anunciadas por meio da imprensa pedagógica, estava uma trama engendrada em grande medida por um grupo de intelectuais, e, investigar essa trama, nos possibilitou compreender certos

arranjos e embates travados em torno de representações sobre o ensino e a prática dos professores vinculados aos ideais de progresso e modernidade. Ao elaborar essas representações, os intelectuais puseram em circulação no estado, sob as páginas da imprensa pedagógica, um enredo sofisticado de expectativas, ao mesmo tempo, tornavam públicas as necessidades com as quais a nação carecia se ajustar para alcançar o tão esperado progresso, e, para tal empreendimento, a educação era um caminho imprescindível.

As bases que sustentavam as representações sobre modernidade na educação escolarizada foram articuladas, em grande medida, por um grupo de intelectuais que assinalavam a responsabilidade de assumir um novo tratamento dirigido aos problemas relacionados à educação, o que ocasionou, por seu turno, a elaboração de um conjunto de representações sobre educação, escola e ensino que alterou a maneira como o campo pedagógico passou a ser compreendido. No cerne de suas aspirações esteve à elaboração de princípios que tinham o objetivo de rever as chamadas formas tradicionais de ensino, em particular a pedagogia de cunho herbatiano⁷⁰.

Diante das exigências e demandas que marcaram a sociedade urbano-industrial do início do século XX, a pedagogia, os pedagogos e os intelectuais, estes últimos identificados especialmente entre aqueles que assumiam posições relevantes no cenário político educacional da época, procuraram, segundo Monarcha (1989, p. 12), atualizar as instituições escolares à modernidade capitalista, revendo, para isso, os postulados da chamada Escola Tradicional. Além de contar também com contribuições proveniente de outros campos de estudo como a Biologia e a Psicologia que proporcionaram uma nova compreensão das necessidades da infância e os conhecimentos da Sociologia que estabeleceram novas finalidades sociais para a educação. De modo que a chamada educação da vida social anunciava um mundo novo simbolizado nos ideias de progresso, cooperação e harmonia social – algo que era constantemente visualizado nos

⁷⁰ Johan Friedrich Herbart (1776-1841), foi autor de obras identificadas como clássicas no campo pedagógico como *Pedagogia geral* e *Esboço de um curso de pedagogia*, é considerado por alguns estudiosos como o “arquiteto da pedagogia científica”. A pedagogia de Herbart, posteriormente passou a ser identificada pelo movimento de renovação educacional da Escola Nova como Pedagogia Tradicional, acusaram a prática pedagógica proposta por Herbart de produzir resultados discutíveis como; o intelectualismo e o individualismo, atributos pouco ou nada compatíveis com o ideal de ordem social dinâmica que queriam fazer crer os intelectuais da primeira década do século XX (Cambí, 1999. p. 431-436).

espetáculos produzidos em torno da educação escolarizada fosse pelas vias das festas escolares, exposições, ou pelas publicações em revistas e impressos pedagógicos, e, conforme os porta-vozes da Nova Pedagogia, tais práticas, deveriam nortear a revisão do processo educacional e de suas finalidades sociais.

Ao incorporar os conhecimentos da Biologia e de Psicologia, a Pedagogia pode obter uma melhor compreensão do crescimento da criança, seus estágios de maturação e diferenciações individuais presentes no processo de aprendizagem e a partir da sociologia firmou-se a concepção de que a organização social exerce influências consideráveis nos aspectos espirituais, isto é, o social é determinante na formação dos sentimentos e personalidades humanas⁷¹.

Mas, o que poderia significar, em 1934, dizer que se tratava de uma *Revista do/pelo/para* o professor? E qual a relação desse primeiro enunciado com o segundo, de que a sobrevivência da revista estava atrelada à simpatia com que fosse acolhida pelos professores? E, ainda, qual relação existe entre a Revista de Educação/ES, o projeto de educação para o estado do Espírito Santo, em consonância com o Brasil, e as correntes interpretativas estrangeiras que chegavam ao país via produção intelectualizada? Quais eram as representações sobre os saberes pedagógicos apresentados pelos intelectuais capixabas que escreviam e se inscreviam na revista?

Os significados que esses questionamentos assumiram nos fizeram percorrer um conjunto de relações políticas, econômicas e socioculturais que marcaram o Brasil ao longo da década de 1930. E, em se tratando do debate em torno da questão educacional, este não estava circunscrito apenas ao âmbito pedagógico, mas envolvia o exercício das diferentes atividades do chamado campo cultural brasileiro.

Segundo Botelho (2002, p. 24), esse cenário dos anos de 1930 marcou tanto a produção de uma literatura que tornava visível um conjunto de representações

⁷¹ Stephanou (2006, 48), chama atenção ao fato da importância concedida aos saberes científicos para a educação deste período, saberes que, segundo os discursos médicos estavam ausentes na pedagogia, e, em virtude dessa falta, a atuação direta dos médicos como educadores tornou-se imprescindível, afinal, tratava-se da realização de uma obra completa médico-social e pedagógica, assegurada, nas escolas por meio da assistência médica aos escolares, da inspeção, dos serviços de higiene escolar, da inclusão curricular de conteúdos de higiene e educação sanitária, além de práticas de exames médicos, propiciadores de pesquisas sobre os escolares, e da aplicação de classificações embasadas nos mais modernos métodos das ciências.

acerca de saberes pedagógicos e do pensamento social e político da época, quanto a trajetória dos intelectuais, a exemplo de Claudionor Ribeiro, que adotou o programa educacional e as representações sobre ensino de modo programático.

Na primeira Revista de Educação/ES que circulou encontramos publicadas as primeiras circulares do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural. A primeira circular dá a entender que esse serviço foi organizado em 1933, no Espírito Santo, o que podemos verificar pela data da circular – 11 de novembro de 1933 – com a seguinte afirmação: “Tenho o grato prazer de lhe comunicar que se acha organizado o Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo [...]” (RIBEIRO, 1934b, p. 36). Nessa circular, encontram-se algumas funções do SCEC:

A finalidade desse Serviço é estabelecer uma estreita e inteligente aproximação com as instituições culturais do país e do estrangeiro. Mantem uma biblioteca pedagógica para expansão cultural do professorado do Espírito Santo, com eficaz orientação; uma secção de recortes de jornais e revistas sobre os assuntos científicos de mais palpitante atualidade; uma bem desenvolvida secção de propaganda e informações atinentes á educação – o primacial problema brasileiro [...] (RIBEIRO, 1934b, p. 36).

Foi um serviço criado para proporcionar mais condições de formação cultural aos professores. A circular continua e esclarece a criação da Revista de Educação/ES:

Manterá o aludido Serviço, aos domingos, no Diário da Manhã, desta capital, uma página de educação intitulada Vida Educacional, em colaboração com o Departamento de Ensino Público e o referido jornal, e mais a Revista de Educação, mensalmente, destinada ao livre debate e á exposição dos métodos e processos de ensino mais importantes na atualidade (RIBEIRO, 1934b, p. 36, grifo do autor).

De acordo com Carvalho & Toledo, os intelectuais republicanos almejavam a reforma da sociedade pela reforma da escola. Como as autoras afirmaram, foram várias as iniciativas tomadas em relação à produção e circulação de impressos:

[...] recomendações bibliográficas; publicação de revistas; tradução, edição e distribuição de livros estrangeiros; organização de bibliotecas especializadas para professores; edição e distribuição de guias curriculares; compra e edição de materiais impressos para distribuição nas escolas [...] (CARVALHO; TOLEDO, 2000, p. 71–72).

Tudo isso tinha como objetivo mudar a mentalidade do professorado e remodelar as práticas escolares. A circular n. 1 dá indícios de que tais iniciativas foram oferecidas pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural no Espírito Santo, ou seja, foram iniciativas oficializadas pelo governo espírito-santense. Como instância do governo, cuja função também seria de substituir um curso especial para os professores, o Serviço de Cooperação e Extensão Cultural poderia controlar a formação do professorado nos moldes desejados à estratégia da política no poder.

Outro detalhe que se pode observar na circular n. 1 é que ela diz que a Revista de Educação/ES seria publicação mensal, fato relacionado à sua periodicidade. Além disso, semanalmente o Diário da Manhã publicaria uma página sobre educação. Com mais a biblioteca pedagógica e as seções de recortes de jornais e revistas e de propagandas e informações educacionais, pode-se perceber que fora criado um sistema de circulação de impressos que produzia suas publicações próprias e que também abrangia publicações de outros estados e países. Carvalho & Toledo (2000, p. 72–73) afirmaram:

Coordenar, incentivar, subsidiar, informar, atualizar: delineia-se aí uma estratégia de intervenção do impresso no âmbito de um programa de remodelação da escola fortemente mediado pela atenção dada a dispositivos de constituição de uma nova cultura pedagógica do professorado [...].

Nesse empreendimento, maximizaram a divulgação em detrimento da censura, efetuando a triagem das novas pedagogias. Em 1936, no Espírito Santo, cinco Bibliotecas Circulantes foram inauguradas: João Punaro Bley, Paulino Muller, Alberto Torres, Celso Calmon e Arnulpho Mattos; cada uma possuía 15 volumes (ESPÍRITO SANTO, 1937). Cada uma das Bibliotecas Circulantes levava consigo um ofício ao professor, que orientava o prosseguimento no seu roteiro e a maneira do seu funcionamento, e fichas de leitura que registravam o aproveitamento e as impressões dos professores sobre cada obra consultada. Nessas fichas, constavam ainda os seguintes requisitos: nomes da escola, do município, do professor, o número de alunos, a data em que a escola recebeu a biblioteca e a que foi expedida para outra localidade, como foi feita a leitura e notas de erudição (ESPÍRITO SANTO, 1937). Os livros eram destinados aos professores; as fichas apenas forneciam informações e controle das escolas visitadas.

A Biblioteca Irradiante, também com sede no Departamento de Educação, era, ao contrário das Bibliotecas Circulantes, com endereço fixo. Destinava-se a fornecer leituras no lar aos professores, pais e alunos, mediante recibo e obrigação de conservação, com prazo máximo de 30 dias. De acordo com a Revista de Educação/ES, a biblioteca funcionava todos os dias úteis de 9 às 11 horas e de 13 às 17 horas. Além de livros de pedagogia e ciências, havia livros de literatura. Mesmo atendendo pais e alunos, houve um tipo de leitura específica para os professores. Segundo a Revista de Educação/ES, os seguintes livros chegaram à Biblioteca Irradiante:

“Educação e Psychanalyse”, de Arthur Ramos; “Estatística”, de Sigmund Schott; “Hygiene escolar”, de Leo Burgestein; “O Problema Educacional e a Nova Constituinte”; “O que se não deve dizer”, de Candido de Figueiredo (3 volumes); “A Educação Psychanalytica na Rússia Soviética”, de V. Schmidt; “Cartas às mães”, de Wilhelm Stehel, “Oração dos Moços”, de Ruy Barbosa; “Thecnico Psychologia do Trabalho Industrial”, de Leon Walter; “Geographia Elementar”, de Delgado de Carvalho; “Curiosidades Verbaes”, de João Ribeiro; “A Escola e a Psychologia Experimental”, de Claparède; “Educação Moral”, de Sampaio Dória; “Temperamento e Character”, de Henrique Geenem; “Educação e Sociologia”, de Durkheim; “A Hereditariedade Em Face Da Educação”, de Octavio Domingos; “A Escola Activa e os Trabalhos Manuaes”, de Corintho Fonseca; “A Lei Biogenetica”, de Ferrière; “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, de Lourenço Filho; “Vida e Educação”, de John Dewey; “Situação Actual dos Problemas Philosophycos”, de C’resson; “Cinema e Educação”, de Jonathas Serrano; “Os Centros de Interesse na Escola”, de Moura; “A Escola e a Formação da Mentalidade”, de Estevão Pinto; “Como Ensinar Linguagem”, de Firmino Costa; “Educação para uma Civilização em Mudança”, de Kilpatrick; “O Problema da Educação dos Bem Dotados”, de Estevão Pinto; “Testes A. B. C.”, de Lourenço Filho; “O Ensino Primário no Brasil”, de Teixeira de Freitas; “A Escola Unica”, de Lorenzo Luzuriaga; “Radio e Educação”, de Ariosto Espinheira; “Noções de Psychologia”, de Yago Pimentel; “A Psychanalyse em 12 Lições”, de Gastão P. da Silva; “O Homem e a Natureza”, de Gandhi; “Inteligência das Cousas”, de Gustavo Barroso; “Figuras Brasileiras”, de Ruy Barbosa; “Idéias e Combates”, de Sylvio Julio; “Ensaio de Psychanalise”, de J. P. Porto Carrero; “D. Pedro I e a Marquesa de Santos”, de Alberto Rangel; “Graças e Galas da Linguagem”, de Laudelino Freire; “Lições de Pedagogia Geral”, de Alberto Pimentel Filho; “Como se Ensina”, de Sampaio Doria; “O Poder Pessoal”, de A. Itália; “Cartilha das Mães”, de Martinho da Rocha Junior; “Procreação Racional”, de Marie C. Stopes; “A Victoria do homem Efficiente”, de E. Earle Puriton; “Amor e Casamento”, de Marie C. Stopes; “Vida Efficiente”, de E. Earle Puriton (BIBLIOGRAFIA PEDAGOGICA, 1935, p. 59–60).

De acordo com Lauff (2007, p. 60), e partindo das exposições apresentadas na *Revista*, o governo espírito-santense primava pela formação do professor. Uma rede de circulação da Revista de Educação/ES fora instaurada para que pudesse trazer as discussões dos métodos e processos contemporâneos de ensino aos professores e, deste modo, também cumprir o papel de um curso especial para os professores.

Observamos ainda, sobre os títulos dos livros prescritos como sugestão, que os mesmos funcionavam, na verdade, como um espécie de repertório de (in)formação para os professores, bem como de anúncio dos feitos em benefício da educação escolarizada que o governo pretendia dar a ver por meio da *Revista*. Esses livros corroboram os preceitos acerca da modernização da educação escolarizada, identificados a partir do título de cada obra adquirida para uso dos professores.

Os títulos dos livros indicam algumas leituras peculiares para professores. No geral, os livros referem-se à: Escola Nova, Escola Ativa, Escola Única, sociologia e filosofia da educação, pedagogia, psicologia e psicanálise, gramática e linguagem, geografia, cinema e rádio escolares, moral e ética, instruções para as mães. Muitos dos títulos faziam parte da Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho.

De acordo com Toledo (2001, p.76), a proposta editorial de uma coleção objetiva um tipo de leitor interessado em um tipo específico de leitura. Os temas dos livros revelam a representação que os editores fazem do leitor. Conforme a autora, a coleção propicia o barateamento dos custos dos livros produzidos, algo bem propício para o governo espírito-santense, que passava por grave crise financeira. Os livros eram comprados com o dinheiro dos anúncios veiculados na *Revista*, o que sugere que os editores da Revista de Educação/ES escolhiam os mesmos. No caso da Biblioteca Irradiante, esses livros revelam a representação que os reformadores fazem do tipo de leitura necessária ao professorado para melhorar a educação no Espírito Santo.

Ainda segundo Toledo (2001), um dos dispositivos editoriais utilizados na prática de produção de uma coleção é a operação pela qual o editor se propõe a realizar a seleção de títulos e autores, de modo que o leitor possa selecionar um

conjunto de obras com a garantia de sua qualidade. Os reformadores do ensino capixaba acreditavam na qualidade da Biblioteca de Educação sob as prerrogativas atreladas a modernização da educação que buscavam difundir no Espírito Santo.

Os temas desses livros indicam um tipo de formação que se pretendia oferecer aos professores capixabas: pedagogia com base nas proposições de modernização da educação e do ensino. E, além dos livros oferecidos pelas bibliotecas, a Revista de Educação/ES reforçava a formação do professorado, pois veiculava muitos temas entendidos como modernos para a educação e incentivava a leitura desses livros. Deste modo, o professor, o leitor objetivado, era instigado a aperfeiçoar sua formação nos moldes propostos pelos reformadores do ensino.

Considerando que a Revista de Educação/ES circulou num momento da História da Educação Brasileira marcado pela disputa em torno do controle da escola e considerando também a formação do professor como algo crucial, o professor deste período foi então percebido, a partir de uma lógica estabelecida sob dupla forma: ao mesmo tempo que era valorizado devido ao seu importante papel na escola, por ser o responsável direto pela formação dos alunos, tanto pela “transmissão” de conhecimento através das disciplinas lecionadas, quanto pela formação moral do educando, o mestre era considerado pelos intelectuais como receptáculo de determinado conjunto de ideias que deveriam ser aplicadas em sua prática de ensino em uma perspectiva vertical, isto é, de cima para baixo.

Assim, a produção e divulgação da Revista de Educação/ES, concebida como forma de modelar as práticas docentes, figura também como sendo lugar de poder, cujo objetivo era o de formatar o professor, ou seja, o impresso se traduz como sendo uma estratégia frente ao embate pela oficialização do saber a ser ensinado e apropriado pelos professores. A respeito disso, Carvalho (1998, p. 70) considera:

Nesta luta, a questão principal era normatizar e orientar as práticas do professor, promovendo uma mudança de mentalidade capaz de fazer da escola um instrumento eficaz. No embate, travado basicamente em torno dos usos e dos princípios doutrinários da chamada pedagogia da Escola Nova, o impresso desempenhou um papel fundamental como dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado.

Ao observar a composição da Revista de Educação/ES, nota-se que as prescrições de práticas pedagógicas (didática) ocupam o maior espaço em relação aos outros temas abordados pela *Revista*, marca evidente ao longo de toda sua existência entre os anos de 1934 e 1937. Talvez, uma possível explicação para esse aspecto seja também o fato de que os articulistas que mais publicaram na *Revista* eram inspetores técnicos de ensino.

Além disso, pode-se perceber ainda que a linha editorial da Revista de Educação/ES foi inicialmente produzida ao mesmo tempo que se produzia a própria *Revista*, e foi traçada a partir das ideias inovadoras sobre o fazer pedagógico fundamentado na arte de ensinar. Essa prática pedagógica de ensinar a partir do modelo foi estabelecida por meio das relações com as novas correntes pedagógicas que estavam sendo trabalhadas na França, Inglaterra, Dinamarca e Suíça, para as quais a criança era considerada como um ser ativo⁷².

Nesse sentido, a *Revista* oferece uma série de modelos de lições e uma diversidade de materiais que poderiam ser usados na sala de aula, como poemas, histórias e, em maior quantidade, inúmeras indicações metodológicas de como planejar uma aula utilizando tudo que era veiculado na *Revista* e atendia aos pressupostos do progresso, do novo e moderno na educação.

Ao discorrer sobre as características imbricadas em torno da concepção de modernidade, ainda que considera outra temporalidade, Balandier (1997, p. 227) aponta para a percepção de que “nada parece escapar da apropriação científica do mundo, das coisas, dos seres a esse cadastramento minucioso do real”. De modo que as aplicações do saber, ou seja, as técnicas, estão submetidas a um só movimento e mais imediatamente manifesto. Neste período, o autor aponta ainda para a introdução da *visão instrumental*, em que a expressão “novas tecnologia” foi substituída por novas técnicas, o que revela, segundo sua hipótese, a instrumentalização da sociedade sob três aspectos, a saber: o da revolução técnica permanente, o das qualificações que devem ser frequentemente renovadas, o das máquinas de processos totalmente invisíveis, em que tudo tende a ser avaliado em

⁷² Sobre essa característica, verificamos aspecto semelhante na Revista Ensino analisada por Biccas (2008, p. 177), quanto à questão editorial dos impressos pedagógicos que circularam no país na década de 1930, cujo compromisso parece ser o de cumprir o papel de informar e divulgar os atos oficiais e avisos importantes a respeito do funcionamento do ensino, bem como evidenciar os “bons moldes” para a prática de formação do professor.

termos de funcionamento, de operação técnica e de eficácia, de ajustamentos sucessivos aos novos imperativos tecnológicos. E, tais proposições se articulam com os aspectos destacados, segundo nossa interpretação na Revista de Educação/ES.

De maneira que, a *Revista* pode ser interpretada a partir de uma “caixa de utensílios”, como propõe Carvalho (2000, p. 33), por se tratar da articulação entre as propostas pedagógicas que norteiam a produção do impresso ao mesmo tempo que prescrevem os usos dos impressos na prática docente.

Essa pedagogia, fundamentada no princípio de que ensinar a ensinar é fornecer bons moldes e de que aprender a ensinar supõe ter visto fazer, foi uma característica marcante ao longo da vida da Revista de Educação/ES. De modo que esse aspecto pode ser percebido na linha editorial da *Revista*, que incorporou, de certa forma, essa concepção. Exemplo disso pode ser observado na forma como as áreas do conhecimento de língua portuguesa, matemática, história e geografia foram tratadas.

De maneira geral, os textos publicados sobre esses temas apresentaram modelos e roteiros de lições desenvolvidas por professores experientes que atuavam em escolas do Espírito Santo. Afinal, formar o professor moderno consistia em fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento, pois seria “inútil pensar em adquirir sem ter visto praticar” (CARVALHO, 1989, p. 29). E, por isso a *Revista* anunciava logo no primeiro número suas pretensões e destino.

Assim, o modelo educativo que estava sendo proposto pela *Revista* se apresentava como um tipo diferenciado de educação que oferecia coerência interna e produzia efeitos educativos singulares sobre os indivíduos e o meio, e cujo esquema teórico era fruto de uma produção intelectual, em que se partia da prerrogativa do sujeito que entende, o professorado, e do saber que convém proporcionar para sua formação, por meio das contribuições advindas da *Revista*. Essa pretensa formação seria alcançada em grande medida, como supostamente faziam crer seus editores, nas páginas da *Revista*.

O contexto histórico que abrigava a sociedade do período de circulação da *Revista* pode ser compreendido a partir da explanação de Balandier:

A modernidade ocidental é conquistadora, entende-se como exclusiva. Segundo as opções fundamentais, visa criar um mundo unificado pelas necessidades cada vez mais idênticas (regidas pela mercadoria e o mercado), ou por uma adesão ideológica única, expansiva, que explora as potencialidades totalitárias [...]. A modernidade apresenta-se como uma espécie de quebra cabeça cujas peças estão misturadas, algumas faltam e a maioria, além disso, está em movimento. Tudo se agita e os indivíduos se encontram mergulhados em incertezas, porque os sinais que os orientavam o curso da vida são frequentemente modificados ou deslocados. As paisagens (suportes da memória coletiva) mudam pela urbanização contínua e pelos deslocamentos, geram novas arquiteturas e mudam também pela extensão das redes de comunicação (BALANDIER, 1997, p. 230).

A citação contribui para identificar também outra dimensão dos pressupostos da modernidade, ainda que remete a uma temporalidade distinta da adotada neste estudo, que se fundiram sob cuidadoso arranjo: trata-se dos princípios de reforma pretendida para a educação escolarizada, da primeira metade do século XX. Para Balandier (1997, p. 231), a modernidade se caracteriza pelo valor positivo dado à mudança, mas também pelas relações de incertezas que induz ao se realizar e se difundir. Assim:

Construir de outro modo e fazer outra sociedade, eis as ambições que os intelectuais desejavam. Cujas articulações expressam “um espetáculo de ordem” fazendo da ordenação dos princípios pedagógicos uma ordenação social (BALANDIER, 1997, p. 244–247).

Assim, a utilização do rádio, do cinema educativo, de revistas e impressos pedagógicos como meios de uniformização das práticas dos professores e sua visão de mundo em relação à educação escolarizada estavam inseridos na compreensão que se tinha sobre a modernidade.

Nesse sentido, a produção de verdadeiros manuais didáticos que foram divulgados na *Revista* nos concedem pistas sobre suas práticas, a maneira como executam e dialogam com as propostas educacionais que circulavam a partir do poder central. Essas escritas e representações foram produzidas por professores experientes, inspetores escolares e professoras em início de carreira. Passamos então ao exame de algum destes exemplos.

“É, pois, preciso criar uma reputação, constituir um nome, corporizar uma fama” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, n. 1, p. 16). A frase faz parte do texto

de Elpídio Pimentel, professor do ginásio do Espírito Santo, intitulado “Como os Bons Professores Instruem e Educam”. A formatação do artigo assumia o aspecto de verdadeiro manual e se tratava de um escrito de professor para professores. Sua intencionalidade expressava preceitos de que não bastava ser “bom”, era preciso criar fama, servir de molde e ser divulgado. E, para isso, a própria *Revista* ensinara como deveria ser a ação do “bom professor”, instruindo que:

O professor deve ser claro,
 O professor deve percorrer toda a classe,
 O professor deve fazer perguntas,
 O bom professor pode indicar, habilmente, na sua pergunta, a réplica solicitada. (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES, 1934, n. 9, p. 17).

Podemos notar, pela citação, a tentativa de empreender postura de modelação da ação dos professores leitores da *Revista*, e pela frequência e objetivos dos temas abordados e publicados, supomos que os editores da Revista de Educação/ES, inspirados pela moderna pedagogia, estavam empenhados na formação e instrumentalização dos professores, ensinando-os a ensinar.

Encontramos também publicações que nos contam sobre outras perspectivas. A citação a seguir intitula-se “Rascunho do Professor Novato”, foi escrita por Newton Braga, professor de “Idioma Nacional” na “Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim”, e apresenta o seguinte relato:

Para um calouro do professorado e com a agravante de o ser em pequena cidade do interior e num país em que é limitadíssima a divulgação de obras especializadas no assunto. A excelência do material a trabalhar – duas turmas vivas e dedicadas –, se contrapunha, assim, a deficiência do instrumental de trabalho. Minha gramática era aquela desalentadora gramática – tão odiada! – dos velhos tempos primários e ginasiais (...). Vou caminhando para o termino do terceiro mês de aula. Esta crônica fala do que tenho aprendido neste pouco tempo. Aqui estou a divulgá-la. A “Revista de Educação” foi feita para isto: intercambio de lições e impressões, divulgação de cousas de pedagogia. Aqui fica minha contribuição. Não vai ensinar nada a ninguém, que o que sei não dá para meu próprio consumo. Talvez sirva, porém, para despertar, em algum mestre, a vontade de publicar também suas impressões e seus ensinamentos. E com eles só terei a lucrar [...].

A publicação segue, destacando as especificidades que um professor deve empreender em suas aulas: não dissertar nas aulas; praticar arguição constante; usar o quadro negro; chamar as alunas ao quadro; e incentivar as composições

escritas, tais como narração, cartas, bilhetes. Essas composições escritas deveriam, ainda segundo a citação, ser realizadas em casa ou em prova. E finaliza suas orientações sugerindo a produção de um jornal manuscrito, orientado pelo professor e composto na escola. Neste ponto defende que:

[...] devem ser permitidos os comentários naturais da idade e naturezas das alunas: esportes, bailes, diversões e até mesmo – censurem-me os graves mestres – namoro... Essa permissão é condição “sine qua non” da vida do jornal de classe. O jornal desperta um interesse extraordinário na classe e é notável auxiliar do mestre, sob todos os pontos de vista [...] (REVISTA DE EDUCAÇÃO, ano 1, n. 3 e 5, 1934).

A partir da exposição do “professor novato”, pode-se destacar a articulação com uma série de questões já apresentadas anteriormente neste estudo, a começar pela convocação em tom de apelo que realiza sobre “o incentivo aos grandes mestres em publicar na Revista”, publicar para ele, assim como para os outros leitores, a fim de que possam lucrar. Nesse sentido, a *Revista* anuncia no texto elaborado pelo professor, ou seja, um sujeito de “fora da edição”, o propósito do impresso, qual seja, “o intercâmbio de lições e impressões”, de maneira que o artigo vem confirmando e conformando a existência da *Revista*.

Na sequência, realiza crítica ao modo como foi ensinado, “nos tempos do primário e ginásial, com uma gramática desoladora”, o que imprime uma visão que desqualifica o que aprendeu em nome do moderno ensino que se tem e que ele, como professor pode proporcionar em sua prática. Seguem, então, as orientações sobre saberes pedagógicos, ou seja, os modos e procedimentos que um professor deveria adotar em sua lida diária na sala de aula.

E, não por acaso, encerra sua “crônica” com os benefícios de utilização do jornal para uma infinidade de práticas, deixando transparecer na verdade, o que parecia ser a parte mais agradável da atividade, “os assuntos relacionados ao namoro”, proposta que poderia dessagrar os “grandes mestres”. A matéria se encerra seguida da seguinte fotografia:



FIGURA 23: Revista de Educação/ES.
Ano 1, n. 4 e 5, jul./ago. 1934.

Nota-se que a matéria da aula e a escola referenciada na fotografia não correspondem ao texto narrado pelo professor, mas acaba dialogando com as proposições didáticas para a aula.

Para Tania Regina de Luca (1999, p. 24–25), quando retrata as questões de representações sobre a Revista do Brasil, afirma que os emblemas da modernidade não se expressavam apenas nas grandes obras públicas, mas também impregnavam o cotidiano, povoando-o com novos artefatos, maravilhas da ciência que, de modo sutil, porém definitivo, inauguravam nova perspectiva de mundo, alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais.

Assim, carros, trens, jornais, revistas, fonógrafos, gramofones, cinematógrafos impunham outra dinâmica à vida cotidiana dos cidadãos, encurtavam distâncias e transformavam os modos de percepção. Coube à imprensa a tarefa e o esforço propagandista de fazer circular esses emblemas de modernidade dentro do estado, atrelados, oportunamente, aos ideais veiculados pela Revista de Educação/ES em termos da Educação. E, como observa Corrêa (2000, p. 11), ao tratar das representações que circulam no campo da educação

escolarizada, essas representações portam testemunhos das experiências da sociedade com a cultura escolarizada.

Junto com os textos de Didática, a maior parte da Revista de Educação/ES retrata sobre o que fazer na rotina escolar, e como fazê-lo. Isso sem contar com alguns dos textos a respeito da Educação Física, da Educação Rural e da Saúde, que se enquadram nessa linha de prescrições. Entendemos que As Práticas Auxiliares ao Ensino também fazem parte das medidas políticas tomadas por Bley para o sistema de ensino espírito-santense, como anunciavam as fotografias:



FIGURA 24: Revista de Educação/ES.
Ano 4, n. 30 e 31, jun./jul. 1937.

Na tabela que se segue, podemos visualizar as temáticas mais recorrentes sobre a instrução exclusivamente dirigida à formação de professores que foram divulgadas na *Revista*.

Revista de Educação/ES: Publicações Dirigidas à Formação de Professores.					
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	Mês	Nº
Elpídio Pimentel	Catedrático do Ginásio do E. Santo	Como os Bons Professores Instruem e Educam	1934	Abril	1
Newton Braga	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Rascunho do Professor Novato	1934	Jul/Ago	4 e 5
Dr. Newton Ramos	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Primeiros Passos	1934	Jul/Ago	4 e 5
Placidino Passos	Assistente técnico de Ensino	Instruções ao Professorado	1934	Jul/Ago	4 e 5
Emma Itália Grandi	Professora da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	Jul/Ago	4 e 5
Nina De Moraes Rattes	Professoranda da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	Jul/Ago	4 e 5
Eliseu Lofego	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Programa de Ensino	1934	Set	6
Nina de Moraes Rattes	Professoranda da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	Set	6
Lucilia Herkerhoff	Aluna Da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	Out/Nov	7 e 8
Flaviana G. da Motta	Professora do Grupo Escolar Dom Pedro II de Curitiba	Rumos Certos	1935	Março	12
Nea Morgade Miranda	Professora do grupo escolar "Marcondes de Souza" de Muquy	Uma aula de Geographya	1936	Março	22

TABELA 4: Revista de Educação/ES: Publicações Dirigidas à Formação de Professores.

Essa tabela serve como indicativo de que o projeto da *Revista* estava mais preocupado em prescrever práticas para o sistema escolar do que discutir as correntes teóricas da educação. Em sua maioria, os textos que tratam das Práticas

Auxiliares ao Ensino prescrevem e difundem práticas para além da sala de aula ou para enriquecer o que acontece nela.

Na (in)formação endereçada aos professores, eram recorrentes as sugestões de exercícios, pequenas histórias, poemas que os professores poderiam utilizar facilmente no contexto da sala de aula, embora houvesse também artigos teóricos sobre a educação. Tais artigos frequentemente ofereciam receituários, fórmulas de trabalho para o professor: *o segredo de ser bom professor, como fazer, o que deve ser feito, o que se deve evitar*, entre outros. Os autores não somente ensinavam como enfrentar as dificuldades encontradas na escola, como ainda garantiam resultados satisfatórios na implementação de suas propostas.

Outra característica dos artigos consistia na apresentação de títulos que, apesar de concisos, indicavam claramente o conteúdo do texto, já prenunciando o tema a ser desenvolvido pelo seu autor. Este parece ser um recurso para chamar a atenção do professor, buscando interessá-lo, convidando-o para a leitura. Podemos supor também que este recurso garantiria que, ainda que não o lendo por inteiro, o professor poderia se inteirar dos assuntos tratados: uma leitura rápida já o informaria da questão básica desenvolvida pelo texto, anunciando, de antemão, as conclusões de seu autor. Além disso, os títulos dos artigos, bastante sugestivos, pareciam ser escolhidos com o objetivo de despertar a atenção do leitor, atendendo, supostamente, aos seus interesses e/ou necessidades.

Nesse sentido, partimos para as considerações finais, como possibilidade uma última exposição acerca das abordagens que estabelecemos das representações sobre os saberes pedagógicos destinados aos professores e a encenação da educação sob as prerrogativas da educação moderna, que forma publicizadas em nome de empreendimentos governamentais, que circularam nas páginas da Revista de Educação/ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender as maneiras com as quais as representações sobre as estratégias utilizadas pelo Governo do Estado para a formação de professores assumiram representações e visibilidade a partir da circulação da Revista de Educação/ES. Essas representações sobre os saberes pedagógicos foram veiculadas no impresso, e tornaram visíveis diante da opinião pública o projeto modernizador que estava sendo implantado no estado do Espírito Santo entre os anos de 1934 e 1937.

Considerando, para isso, a Revista de Educação/ES como parte de um dispositivo editorial de intervenção cultural, que estava inserida em uma política de reforma cultural e educacional durante o governo do interventor João Punaro Bley, procuramos analisar a Revista de Educação/ES como dispositivo de (in)formação de saberes pedagógicos e normatização de práticas culturais pelos intelectuais que assumiram a missão educacional no Estado.

A princípio, foi feito levantamento das condições históricas que favoreceram a criação do projeto da *Revista* e instauraram as políticas que lhe deram suporte. Constatou-se que o sistema educacional no Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, passou por várias reformas que procuravam melhorar o aparelhamento escolar, as instâncias normativas e fiscalizadoras do processo educacional, os métodos de ensino, a formação e vencimentos dos professores, as concepções de linguagem escolar. Essas reformas seguiam o movimento nacional de políticas públicas para a educação e ganharam força com as prerrogativas de modernização da educação e do ensino que acreditava na reforma da sociedade pela reforma da escola.

Foram diversos os esforços que, juntos, operaram mudanças para a educação escolarizada nacional, tomando como parâmetro as experiências realizadas fora do país. Nesse sentido, inúmeras pessoas, dentre elas educadores e intelectuais, lançaram mão de uma série de estratégias para aproximar a educação do país com o que havia de mais moderno, o que, por seu turno, fez circular uma

ampla rede de representações que ganhavam visibilidade e inteligibilidade social nas páginas dos impressos, como no caso da Revista de Educação/ES.

Desse modo, prédios, mobiliários, livros, bibliotecas, métodos de ensino, cinema, dispositivos e rádio povoaram as iniciativas e não escaparam das atenções de todos aqueles que buscavam saída para romper com o atraso no qual julgavam se encontrar o país, cujo sistema educacional estava, nesta representação, em completa desconstrução.

Essas propostas reformadoras visavam conduzir o país para o moderno, cujo trajeto a ser percorrido passava pela reforma da educação, entendida como o caminho para se alcançar as mudanças fundamentais para um país que se pretendia moderno e civilizado. Não foram, contudo, iniciativas exclusivas do Brasil. Encontramos esforços semelhantes nas experiências de países como a Espanha, Portugal e França, nações que também empreenderam uma série de estratégias que faziam circular pressupostos reformistas para seu sistema de ensino.

Em nome dos princípios dessa modernização na educação escolarizada do Espírito Santo, criou-se o Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, com o princípio de promover mais condições de formação cultural entre os professores. Esse Serviço foi responsável pelas publicações impressas que difundiam as discussões teórico-pedagógicas: a Revista de Educação/ES e outras publicações de caráter oficial, além da seção de recortes de jornais e revistas sobre assuntos de cultura geral.

A investigação que toma o impresso como dispositivo de visibilidade de representações, de acordo com o que Chartier (1990) afirmou, não pode acontecer sem considerar o suporte que o dá a ler. Deste modo, a *Revista* foi analisada em sua materialidade com o propósito de compreender os sentidos produzidos pelos dispositivos textuais, gráficos e imagéticos presentes nas capas das Revistas de Educação/ES. Buscaram-se compreender na materialidade do impresso a forma como os editores procuravam atingir seus leitores, e as representações sobre as práticas pedagógicas veiculadas no impresso, identificando os recursos de práticas de leitura e escrita que funcionavam como dispositivos de modelização ou padronização das práticas docentes a partir dos textos publicados na *Revista*, além

de considerar o uso do impresso como veículo de propaganda da política reformista na gestão Bley no Espírito Santo, ao mesmo tempo que inscrevia os intelectuais na história da educação capixaba. A Revista de Educação/ES foi suporte e vitrine por onde circulavam os autores e editores responsáveis por sua circulação e editoração, como destacado no caso de Claudionor Ribeiro.

Os editores da Revista de Educação/ES tinham vínculo político direto com o governo. A hierarquia dos produtores da Revista acompanhava a hierarquia da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Isso indicou que as prescrições pedagógicas integravam a política reformista da educação na gestão Bley. As mudanças nas secretarias e departamentos públicos, juntamente com as mudanças na organização do Governo Central, afetavam diretamente a produção da Revista.

O estudo a partir das capas e da materialidade proposta para a Revista de Educação/ES mostrou um projeto engajado na divulgação e estabelecimento das políticas do estado comprometido em exaltar a educação como fundamento ordeiro perante o projeto de modernização por que passava o país. Os desenhos que ilustravam as capas, por exemplo, ilustra os esforços em revelar as representações sobre o que se entendia como o moderno, o regional, o saber civilizado. Representações estas, proporcionadas, segundo seus idealizadores, por meio da luz do conhecimento escolarizado, que deveria servir à instrução do professorado capixaba. As fotografias também cumpriam o papel de divulgação na vitrine que estampava, por meio da Revista de Educação/ES, os feitos e benefícios realizados em favor da educação, conduzidos pela ordem oficial do Estado.

Essas mesmas imagens e fotografias não revelam os conflitos, as desigualdades sociais ao mesmo tempo que silenciam” os professores comuns, tornando-os meros receptáculos dos saberes a ensinar. Para conferir legitimidade aos empreendimentos realizados pelo Estado, em nome de uma pretensa moralização via escola, um agenciamento de relatórios, pareceres e literatura estrangeira foi convocada à cena, encenando, assim, uma trama sob as páginas da Revista, que se desdobrava em artigos oficiais que lançavam uma série de preceitos morais, higienistas e cívicos, com a finalidade de (in)formar os professores sobre o que e como ensinar, trazendo, para isso, as marcas de uma cultura pedagógica capixaba de presença intelectual capaz de gerir seus grandes feitos educacionais

que serviam de modelo e exemplo a outros estados da federação, ao mesmo tempo que lançava ao conhecimento de todos os leitores os feitos espetaculares que a educação escolarizada do Espírito Santo vivia.

Nesse sentido, a escola e os saberes a ela vinculados passam a ser percebidos como um tipo de espetáculo de grande audiência e pretexto para exibir uma nova maneira de conceber sua relação com a sociedade. Tratava-se da encenação que revelava o modelo de escola, manifesta em sua funcionalidade exemplar, mantida sob condições adequadas, o que, por seu turno, contribuiu para a divulgação e visualização de todo seu esplendor, com base no *slogan* “A escola é a continuação do bom lar, é o ingresso na vida prática. É uma sociedade em miniatura, um centro harmonioso de actividade e aprendizado” (REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES. Ano 3, n. 22, março de 1936).

Nesse sentido, sua contribuição advém da possibilidade de compreender a modernidade como fruição permanente em torno das ações e debates que marcaram as questões da educação, da cultura, bem como aquelas de cunho político, ocorridas ao longo da década de 1930.

Sob essa perspectiva, a *Revista* possibilitava a (in)formação docente, ao se apresentar como possibilidade de formação docente e inculcação de práticas e saberes pedagógicos, ao mesmo tempo em que era também vitrine de anúncio de fatos e medidas realizadas pelo poder político central, o que, por seu turno, possibilitou o registro e a circulação de saberes pedagógicos e práticas docentes que marcaram o contexto da história da educação no estado e no país.

Nessa perspectiva, a escola tradicional caiu em desuso, já que a constelação sócio-histórica que lhe servia de suporte e atmosfera começou a esgotar-se frente aos novos arranjos que foram se institucionalizando ao longo dos anos de 1930, o que acabou proporcionando outras representações sociais. Contudo, o novo não se efetivou em sua plenitude, e ficou, segundo Monarcha (1998, p. 35), truncando a mensagem da Escola Nova.

Encontramos assim, sob as páginas da Revista de Educação/ES, uma pedagogia para o progresso, que visava efetuar, a partir dos bons moldes e da

vitrinização de sua práticas, e a partir da (in)formação de professores, uma educação modernizadora para os mais diversos aspectos da vida social e moral.

Pretendia-se educar o país, mas estava fora desse projeto uma parte significativa da sociedade. Assim, a história permanece em suspenso, ancorada entre o passado e o futuro. Resta-nos, tentar compreender sua marcha, frente aos outros cenários que se abrem para outras possibilidades de interpretações.

REFERÊNCIA

FONTES

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 1, abril, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 2, maio, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 6, set, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 7 e 8, out–nov, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 9, dez, 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 1, n. 10 e 11, jan–fev, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 2, n. 12, mar, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 2, n. 13, abril, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 2, n. 14, maio, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 2, n. 15 e 16, jun–jul, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 2, n. 17, 18 e 19, ago–out, 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 3, n. 22, mar, 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 3, n. 25, 26, 27 e 28, set–dez, 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 4, n. 29, maio, 1937.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, ano 4, n. 30 e 31, jun–jul, 1937.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.693, de 29 de dezembro de 1928. Determina a aplicação de meios para a Escola Ativa no Espírito Santo e estabelece as diretrizes para o currículo do Curso Superior de Cultura Pedagógica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Vitória, 29 dez. 1928. Seção 02, p. 121.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Constituição (1935). *Constituição [do] Estado do Espírito Santo 1935*. Vitória: Governo do Estado, 1935.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente [1924–1928: Avidos]. *Mensagem final apresentada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo a 15 de junho de 1928*. Vitória: [s.n.], 1928.

_____. Interventor Federal [1937–1943: Bley]. *Movimento Financeiro de 24 de outubro de 1930 a 30 de junho de 1931: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República pelo Interventor Federal Capitão João Punaro Bley*. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937.

_____. Interventor Federal [1937–1943: Bley]. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, na 3.ª Sessão Ordinária da 14.ª Legislatura, em 1.º de julho de 1937*. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ACHIAMÉ, F. A. M. de. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930–1937)*. 2005. 357 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

_____. *O Espírito Santo na era Vargas (1930–1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ACHIAMÉ, F. A. M. de; COSTA, N. S. da. Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930–1937). *Revista Agora*, Vitória, n. 2, p. 1–34, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 224–249.

APOSTOLIDÉS, J. M. *O rei máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Edunb, 1993.

ALVARENGA, A. G. S. de. *Os Intelectuais da Educação na Década de 1930*. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E

EDUCAÇÃO NO BRASIL”. Anais Eletrônicos. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012, p. 253–274.

ARAÚJO, J. C. S.; MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G. *Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)*. Campinas: Autores Associados, 2011.

ARAÚJO, J. C. S. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). *Navegando pela História da educação Brasileira: 20 anos de Histedbr*. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 191–221.

BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

_____. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.

_____. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

BARRETO, S. M. C. *Políticas educacionais no Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico*. 1997. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

BARZOTTO, V. H. *Leituras de revistas periódicas: forma, texto e discurso*. 1998. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BASTOS, E. R. Prefácio: o fio de Ariadne. In: BOTELHO, A. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 11–15.

BASTOS, M. H. C. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos – o exemplo da França. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 17–42, abr. 2007.

_____. Divertir, Educar e Formar: CACIQUE – a revista da garotada gaúcha (1954–1963). In: *Revista Educação e Cidadania*, n. 2, jul/dez, 2006. p. 49–62.

_____. *A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939–1942). O Novo e o Nacional em Revista*. Pelotas: Editora Seiva, 2005a.

_____. Infância, higiene & educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED (28: 2005: CAXAMBU) 40 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL. Anais. Caxambu: ANPED, 2005b.

_____. *Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino: 1937–1945*. Educação (Porto Alegre). Porto Alegre, vol. 21, n. 34, abr, 1998.

_____. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul: 1951–1992. In: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. *Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino: 1939–1942*. Em aberto, Brasília, DF, vol. 14, n. 61 (jan./mar. 1994).

_____. *Educação no Brasil: questão de saúde pública: uma visão médica do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, 1989.

BASTOS, M. H. C.; LEMOS, E. A.; BUSNELLO, F. A pedagogia da ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTTA, M. L. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007b. p. 41–78.

BAUER, C. S.; GERTZ, R. E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 27–36.

BENCOSTTA, M. L. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

BICCAS, M. S. *O impresso como estratégia de formação: a Revista de Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

BICCAS, M. S.; LEMOS, E. A. Uma iconografia da cultura escolar. In: SCHELBAUER, A. R.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007. p. 177–218.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. Intelectuais. In: _____. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 2001. p. 637–640.

BOMENY, H. *Guardiões da razão*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 137–166.

BORGES, V. P. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159–182.

BOTELHO, A. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

_____. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EDUSC, 2005.

BOTO, C. A pedagogia científica em Portugal e a alquimia do magistério: vocação, criatividade, entusiasmo, conteúdo, disciplina. In: PINTASSILGO, J. (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006. p. 89–110.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CANDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. *Educação e Sociedade*. v. 6. São Paulo: Nacional, 1964. p. 111–128.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena*. Campinas: Fapesp, 1998.

_____. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 167–178.

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 401–417.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Saber teórico – saber escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural. In: CATANI, D. B. *A pesquisa em educação e o intercâmbio cultural*. São Paulo: Edusp, 1991. p. 37–44.

_____. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário de pedagogia (1931–1935). *Cadernos Anped*, Caxambu, n. 7, dez. 1994. p. 41–60.

_____. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 115–132.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924–1931)*. Bragança Paulista: Edusf, 1998a.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, C. P. de; CATANI, D. B. (Org.). *Práticas educativas, saberes escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998b. p. 31–40.

_____. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998c. p. 329–354.

_____. A escola nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 65–86.

_____. Pedagogia da escola nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JUNIOR, M. (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002a. p. 373–408.

_____. A República, a escola e os perigos do alfabeto. In: VIDAL, D. G.; PRADO, M. L. C. (Org.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002b. p. 203–218.

_____. Pedagogia da escola nova e uso do impresso: itinerário de uma investigação. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2005. p. 25–52.

CARVALHO, M. M. C. de; NUNES, C. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, J. G. *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17–62.

CARVALHO, M. M. C. de. Livros e revistas para professores: configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO, J. (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006. p. 141–174.

CARVALHO, M. M. C. de. A bordo do navio, lendo notícias do Brasil: o relato de viagem de Adolphe Ferrière. In: GONDRA, J. C. (Org.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 277–293.

_____. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17–40.

_____. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: TABORDA, M. A. (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89–110.

_____. *Sampaio Dória*. Coleção Educadores. Recife: Massangana, 2010.

CARVALHO, M. M. C. de. Pedagogia moderna, pedagogia da escola nova e modelo escolar paulista. In: CARVALHO, M. M. C. de; PINTASSILGO, J. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 185–214.

_____. *Modernidade pedagógica e modelos de formação docentes: São Paulo em perspectiva*. Scielo, São Paulo, v. 14, n. 1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000100013>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CATANI, B. D.; CÂNDIDO, R. M. *Um estudo histórico-educacional das festas escolares em São Paulo (1890–1930)*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/577.pdf>>. Acesso em 9 set. 2012.

CATANI, D.B; SOUZA, C. P. *Imprensa periódica educacional paulista (1890 – 1996)*. São Paulo: Plêiade, 1999.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 1995.

- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991. p. 173–91.
- _____. *As utilizações do objeto impresso*. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. *El juego de las reglas: lecturas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- _____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- _____. *Forma e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009b.
- _____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009c.
- _____. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009d.
- CONCEIÇÃO, F. G. da. *Impresso e cultura escolar: a formação dos leitores e a composição de espaços públicos*. In: CASTRO, C. A. (Org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010. p. 158–175.
- CORRÊA, R. L. T. *O livro didático como fonte de pesquisa em História da Educação*. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 52, p. 11–24, nov. 2000.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. São Paulo: Presença, 1980.
- CUNHA, C. de. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.
- CUNHA, R. B. *Lembranças de escola na formação de professores*. In: CUNHA, R. B.; PRADO, G. V. T. *Percursos de autoria: exercícios de pesquisa*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 12–56.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOMINGUES, J. M. *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DUTRA, E. F. *Rebeldes Literários da República*. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 2, 1994.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.

ESCOLANO, A. A arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19–58.

FARIA, F. A. *Os vícios da república: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19–34, maio/ago. 2000.

_____. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Revista Scielo*. São Paulo, v. 30, n. 1. abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em 13 jul. 2011.

_____. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 127–193.

FERNANDES, R. Irene Lisboa e Áurea Judite Amaral: dois olhares sobre a escola a partir da “Escola Nova”. In: GONDRA, J.; MIGNOT, A. C. V. (Orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 217–276.

FERNANDES, M. G. *Manuais escolares de geografia séculos XIX e XX*. Lisboa: Universidade do Porto, 2007.

FERRIÈRE, Adolphe. L'Éducation nouvelle au Brésil. *Pour L'Ère Nouvelle*. Revue Internacionalle d'Education Nouvelle. Paris: Musée Pédagogique, 1931. p. 85–90.

FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRADE, I. C. A. da S. A edição de revistas pedagógicas: alguns elementos para a compreensão do impresso e da imprensa pedagógica. *Revista Educação*. v. 34. n. 02. UFSM, 2008.

_____. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos de alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Revista Educação*. v. 32, n. 01. UFSM, 2007.

_____. Alfabetização hoje: onde estão os métodos? *Presença Pedagógica*. v. 9, n. 50, Belo Horizonte, mar./abr. 2003.

FRANKFURT, S. H. *O tema das festas escolares em Revista (1928–1939)*. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss15_08.pdf. Acesso em 5 de março de 2013.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. O Redescobrimto do Brasil. In: VELLOSO, M. P.; Oliveira, L. L. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 109–150.

GOMES, A. C. de. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53–72.

GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

_____. *Artes de Civilizar*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

GONDRA, J.; MIGNOT, A. C. V. Viagens de educadores e circulação de modelos pedagógicos. In: _____. (Org.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 7–14.

GONZALES, H. *O que são intelectuais*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRAZZIOTTI, M. S. *Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930–1945)*. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HEES, R. R. Prefácio. In: SIMÕES, R. H. S.; FRANCO, S. P. (Org.). *História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes*. Vitória: Edufes, 2004.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20–30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILSDORF, M. L. S. Da circulação para a circularidade: propagação e recepção de ideias educacionais e pedagógicas no oitocentos brasileiro. In: PINTASSILGO, J. (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006. p. 65–88.

_____. *O Aparecimento da Escola Moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930–1945)*. Campinas: Autores Associados, 2012.

JANOTTI, M. L. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7–22.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17–36, jan./jun. 2001.

LAUFF, R. F. *Útil e agradável: a Revista de Educação (1934–1937) – remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LE GOFF, P.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LE GOFF, P. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda, v. 1, 1984.

_____. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOPES, S. C. *Oficina de mestre*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

LUCA, T. R. de; PINSKY, C. B. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, T. R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

_____. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011a. p. 111–154.

_____. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916–1944)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011b.

MACHADO, N. J. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras, 2004.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

MELLO, M. C. O.; MONARCHA, C. *Temas pertinentes à alfabetização na Revista de Educação (1933–1940)*. Disponível em: <sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/.../345.pdf>. Acesso em set. de 2012.

MATE, C. H. *Tempos Modernos na Escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc, 2002.

MAUAD, A. M. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil Contemporâneo. In: BASTOS, L. M.; NEVES, P. et al. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 365–384.

MENEGAZZO, M. A.; DANIEL, M. E. B.; PESSANHA, E. C. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista de Educação Brasileira*. n. 27, set./ dez. 2004. p. 54–69.

MICELI, S. A política cultural. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 191–196.

MIGNOT, A. C. V. Entre cartas e cartões postais: uma inspiradora travessia. In: GONDRA, J.; _____. *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 246–276.

MONARCHA, C. *A reinvenção da cidade e da multidão*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. (Org.). *Educação da infância brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Temas pertinentes à alfabetização na Revista de Educação (1933–1943). In. III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, PUC/PR. Curitiba. 2006.

MOREL, M. Prefácio. In. BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil 1800–1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 7–10.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: MEC, 1976.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOVAES, I. C. *República, escola e cidadania: um estudo sobre três reformas para a educação no Espírito Santo (1882–1908)*. 2001. 180 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NÓVOA, A. (Org.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

NUNES, C. Ensino e historiografia da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67–79, jan./abr. 1996.

_____. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35–60, maio/ago. 2000.

_____. (Des)Encanto da modernidade pedagógica. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 371–398.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do estado do Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PADILHA, M. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PARADA, M. *Educando corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

PERES, E. A Escola Ativa na visão de Adolpho Ferrière: elementos para compreender a Escola Nova no Brasil. In: (Orgs.). STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 114–128.

PINTASSILGO, J. Os manuais de pedagogia no primeiro terço do século XX: entre a tradição e a inovação. In: _____. (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006. p. 175–200.

PROST, A.; VINCENT, G. (Org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, v. 5. p. 15–153.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da Vida Privada III: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, p. 169–210.

RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHA, H. H. P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalismo científico. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 52, p. 55–73, nov. 2000.

_____. *A Higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do instituto de hygiene de São Paulo (1918–1925)*. Campinas: FAPESP, 2003.

RODRIGUES, C. M. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934–1945)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROSA, J. *Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas (1930–1945): o caso do Espírito Santo*. 2008. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SAVIANI, D. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006a.

_____. *O legado educacional do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2006b.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil III*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 7–48.

SILVA, H. R. da. A história intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15–25.

SILVA, M. Z. *Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder*. Vitória: FCAA, 1985.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 231–270.

SOARES, R. V. *Spinineifiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na era de Vargas*. Vitória: Darwin, 1997.

_____. *Paradigma São Paulo: a exportação do “modelo” republicano paulista de ensino no início do século XX*. São Paulo: Darwin, 1998.

_____. *Retrato escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa*. Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, R. C. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925–1930)*. 2001. 368 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 52, p. 104–121, nov. 2000.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006a. p. 33–84.

_____. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006b. p. 109–162.

SCHNEIDER, O. *Educação Physica: a arqueologia de um impresso*. Vitória: Adufes, 2010.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na Primeira República: memórias, história e perspectivas de pesquisa. *SciELO: Scientific Electronic Library Online*, v. 13, n. 26, p. 32–55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

STEPHANOU, M. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. *Trabalho, Educação e Saúde*. v. 4. n. 1, p. 33–64, 2006.

_____. Práticas Formativas da medicina: manuais de saúde e a formação para a urbanidade. *Véritas*: Porto Alegre, v. 43. n. especial, p. 97–102, dez. 1998.

_____. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. *Educação, Subjetividade & Poder*. Porto Alegre, v. 3. n. 3, p. 59–66, jan./jun.1996.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A Maquinaria escolar. *Teoria & Educação*. São Paulo, n. 6, 1992. p. 68–96.

VAGO, T. M. et al. (Org.). *Intelectuais e a escola pública no Brasil: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

VALDEMARIN, V. T. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006a. p. 85–134.

_____. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, D. *O legado educacional do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2006b. p. 163–204.

_____. Impressos, leitura e cultura escolar: variações de sentido do método de ensino intuitivo (1879–1886). In: CASTRO, C. A. (Org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: Ed. da UFMA, 2010. p. 13–38.

VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. de (Org.). Cultura escolar: história, práticas e representações. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 52, p. 11–24, nov. 2000.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 399–422.

_____. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. de (Org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 137–158.

_____. Cidade e educação, modernidade e modernismo. In: CATANI, B. D.; SOUZA, C. P. de. (Orgs.). *Práticas Educativas, culturas escolares e profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 171–180.

VENÂNCIO, G. M. Três homens e uma coleção: os caminhos da “biblioteca do povo e das escolas”. In: CASTRO, C. A. (Org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: Ed. da UFMA, 2010. p. 194–211.

VIDAL, D. G. Apresentação. In: GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: CDAPH, 2002. p. 4–7.

_____. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLELA, H. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns debates. In: GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: CDAPH, 2002. p. 97–108.

WANICK, F. C. *Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positivista unanimidade a expectativas frustradas: a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930*. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. 2007.

YAZBECK, L. Sacra bandeira e verde louro: algumas práticas dos grupos escolares (1930–1950). In: YAZBECK, D. C.; ROCHA, M. B. M. da (Org.). *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009. p. 37–48.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. *Revista Histedbr*. Campinas, n. 40, p. 60–71, dez. 2010.

ANEXOS

SUMÁRIO 01

Revista de Educação/ES - Ano 1934. Abril - nº.1						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Inspetor Técnico de Ensino e Chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural	Breve Relato do Problema Pedagógico do E. Santo	1934	1	Abril	1
Alberto Pimentel Filho	Professor Catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola de Magistério Primário de Lisboa	O problema da Apreciação da Inteligência: um inquerito famoso	1934	1	Abril	1
Elpídio Pimentel	Catedrático do Ginásio do E. Santo	Como os Bons Professores Instruem e Educam	1934	1	Abril	1
Alfredo Lemos	Inspetor Técnico do Ensino	Cooperativas Escolares	1934	1	Abril	1
Domingos Ubaldo	Inspetor Técnico do Ensino	Semiofonia Mímica	1934	1	Abril	1
Ciro Vieira da Cunha	Catedrático de Português da E. Normal "Pedro II"	A Paz Pela Educação	1934	1	Abril	1
Placidino Passos	Inspetor Chefe do Corpo Técnico de Ensino	Instrução ao Professorado	1934	1	Abril	1

SUMÁRIO 02

Revista de Educação/ES - Ano 1934. Maio - nº. 2						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	An o	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Inspetor Técnico de Ensino e Chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural	Aos Professores	19 34	1	Maio	2
Artur Meireles	Inspetor Médico Escolar	Serviço Médico Hospitalar em Face da Educação e da Saúde	19 34	1	Maio	2
Alberto Pimentel Filho	Professor Catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola de Magistério Primário de Lisboa	Didática da Língua Maternal	19 34	1	Maio	2
Napoleão Freitas	Professor de Educação Física	A Educação Física como Fonte de Moral	19 34	1	Maio	2
Cristiano Fraga	Diretor do Departamento de Saúde Pública	Alberto Torres e os Problemas da Saúde Pública	19 34	1	Maio	2
Felisbina de Moraes	Professora de Educação Física	A Ginástica Respiratória como Base da E. Física	19 34	1	Maio	2

SUMÁRIO 03

ANNO 1 VICTORIA - JULHO/AGOSTO -1934 N.4e5						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Da Redação		Propaganda e Difusão Cultural	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Cap.Wolmar Carneiro da Cunha	Secretário do Interior	O Ensino no Espírito Santo	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Claudionor Ribeiro	Inspetor Técnico de Ensino e Chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural	Os Circuitos Rurais Do México	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
José Queiroz	Diretor da Escola Normal Oficial, de Cachoeiro de Itapemirim	Museus Escolares	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
H. de Almeida Filho	Diretor do "Brasil Information Service", de Chicago	A Nacionalização do Cinema no Brasil	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Ananias Dos Santos Neto	Inspetor Técnico de Ensino	A Educação Física	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Newton Braga	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Rascunho do Professor Novato	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Luís de Oliveira	da Academia Mineira de Letras	Senhorita Estudiosa	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Placidino Passos	Assistente Técnico de Ensino	Instrução ao Professorado	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Dr. Newton Ramos	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Primeiros Passos	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Eduardo S. Roque	Professor de Cultura Física	Como o Método Francês Satisfaz as exigências da	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5

		Educação Infantil				
Arlinda Franzotti	Professora de Cultura Física	Utilidade Geral da Cultura Física	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Emma Italia Grandi	Professora da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5
Nina De Moraes Rattes	Professora da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	1	Julho-Agosto	4 e 5

SUMÁRIO 04

ANNO 1 VICTORIA - SETEMBRO -1934 N.6						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Walmart Carneiro da Cunha	Secretário do Interior	Aos Professores	1934	1	Setembro	6
Claudionor Ribeiro	Inspetor Técnico de Ensino e Chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural	O Problema da Educação	1934	1	Setembro	6
Placidino Passos	Assistente Técnico de Ensino	O Magistério Primário	1934	1	Setembro	6
José Queiroz	Diretor da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Museus Escolares	1934	1	Setembro	6
Eliseu Lofego	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de	Programa de Ensino	1934	1	Setembro	6

	Itapemirim					
		Relatório Geral do VI Congresso Nacional de Educação	1934	1	Setembro	6
José de Albuquerque	Presidente do Círculo Brasileiro de Educação	Educação Sexual	1934	1	Setembro	6
Francisco Gomes	Cirurgião Dentista em C. de Itapemirim.	A Assistência Dentária às Escolas	1934	1	Setembro	6
Nina de Moraes Rattes	Professoranda da Escola Normal Oficial de Cachoreiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	1	Setembro	6
Ministério da Educação e Saúde Pública	Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação	Principais Classificações dos Estabelecimentos de Ensino	1934	1	Setembro	6
Ministério da Educação e Saúde Pública	Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação	Segunda Semana Ruralista	1934	1	Setembro	6
Da Redação		Cooperação e Extensão Cultural	1934	1	Setembro	6
Da Redação		Bibliografia Pedagógica	1934	1	Setembro	6
Da Redação		Notas e Informações	1934	1	Setembro	6

SUMÁRIO 05

ANNO 1 VICTORIA - OUT/NOV -1934 N. 7 e 8						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Inspetor Técnico de Ensino e Chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural	A Educação e o Porvir Do Espírito Santo	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Eliseu Lofego	Lente da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	A Orthographia Constitucional	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
José Queiroz	Diretor da Escola Normal Oficial de Cachoeiro do Itapemirim	Museus Escolares	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Dr. Alberto Sampaio	da Secção de Botânica do Museu Nacional	Contribuição da Escola Regional Para o Melhoramento do Habitat Rural	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Carlos Madeira		Educação Física	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Dr. José Albuquerque	Presidente do Círculo Brasileiro de Educação	As Questões Sexuais em Face da Política	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Dr. Mário Bossois Ribeiro	Chefe do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar	A Inspeção Médica e a Educação Sanitária Escolar do Espírito Santo	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8

Ministério da Educação e Saúde Pública	Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação	As Publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Ministério da Educação e Saúde Pública	Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação	O Décimo Aniversário Da Associação Brasileira de Educação	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Lucilia Herkerhoff	Aluna Da Escola Normal Oficial de Cachoeiro de Itapemirim	Plano de Aula	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Da Redação		Cooperação e Extensão Cultural	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8
Da Redação		Bibliografia Pedagógica - Notas e Informações	1934	1	Outubro-Novembro	7 e 8

SUMÁRIO 06

ANNO 1 VICTORIA - DEZEMBRO -1934 N. 9						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro		Educação Progressiva	1934	1	Dezembro	9
Eliseu Lofego	Lente da E. Normal Muniz Freire de C. de Itapemirim	Análise Lógica	1934	1	Dezembro	9
José Queiroz	Diretor da E. Normal Muniz Freire de C. de Itapemirim	Museus Escolares	1934	1	Dezembro	9
Ernesto da Silva	Juiz de Direito	O Rádio como Fator	1934	1	Dezembro	9

Guimarães		Educacional				
Newton Braga	Lente da E. Normal Muniz Freire de C. de Itapemirim	Conversas	1934	1	Dezembro	9
Luiz Derenzi	Lente da E. Normal Muniz Freire de C. de Itapemirim	O Ensino da Matemática	1934	1	Dezembro	9
Maria Aparecida Nogueira	Professora de Educação Física	A Educação Física Como Fator de Progresso	1934	1	Dezembro	9
José Victoriano	Lente da E. Normal de Muqui	A escola Moderna e a Política	1934	1	Dezembro	9
Ananias Dos Santos Netto	Inspetor Técnico de Ensino	Educação Física	1934	1	Dezembro	9
Da Redação		Cooperação e Extensão Cultural	1934	1	Dezembro	9
Da Redação		Notas e Informações	1934	1	Dezembro	9

SUMÁRIO 07

ANNO 2 VICTORIA - MARÇO -1935 N. 12						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural	Os Clubes Agrícolas Escolares	1935	2	Março	12
Domingos Ubaldo	Diretor do Grupo Escolar Alberto de Almeida desta Capital	Amor d Primeira Vista	1935	2	Março	12
Flaviana G. da Motta	Professora do Grupo Escolar Dom Pedro II de Curitiba	Rumos Certos	1935	2	Março	12

A. J. De Sampaio	de Secção de Botânica do Museu Nacional	Princípios e Fins dos Clubes Agrícolas Escolares	1935	2	Março	12
Adyr Miranda	Professora de Educação Physica.	Ligeiras Apreciações sobre a Educação Física da Mulher	1935	2	Março	12
Orlandina Ribeiro	Professora de Educação Physica.	Como o Método Francês Satisfaz as Exigências da Educação Física	1935	2	Março	12
José Queiroz	Diretor da Escola Normal Muniz Freire de Cachoeiro de Itapemirim	Museus Escolares	1935	2	Março	12
Waldemar Mendes	Lente da Escola Normal Muniz Freire de Cachoeiro de Itapemirim	Dircurso de Paraninfo	1935	2	Março	12
Da Redação		Clubes Agrícolas Escolares	1935	2	Março	12
Da Redação		Cooperação e Extensão Cultural	1935	2	Março	12
Da Redação		Bibliografia Pedagógica	1935	2	Março	12
Da Redação		Notas e Informações	1935	2	Março	12

SUMÁRIO 08

ANNO 2 VICTORIA - ABRIL - 1935 N. 13						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural do Departamento de E. Público	Etapa Gloriosa	1935	2	Abril	13
José Queiroz	Diretor da Escola Nacional "Muniz Freire"	Museus Escolares	1935	2	Abril	13
Newton Breaga	Lente da Nacional da Escola Normal "Muniz Freire"	Eu Quero Saber	1935	2	Abril	13
Domingos Hubaldo	Diretor Do Grupo Escolar "Alberto de Almeida"	Está Certo	1935	2	Abril	13
Estela Ferreira Mansur	do Grupo Escolar "D. Pedro II", de Cujrityba	Importância dos Exercícios Physicos	1935	2	Abril	13
Florisbelo Neves	do Grupo Escolar "D. Pedro II", de Cujrityba	Novos Rumos	1935	2	Abril	13
Eneoz Bruzzi Vieira	Do Grupo Escolar "Marcondes de Souza"	Duas Palavras Sobre a Introdução da Methodologia	1935	2	Abril	13
Alice Greppe	Professora de Educação Physica.	Cooperação e Extensão Cultural	1935	2	Abril	13
Dalila Neves	Professora de Educação Physica.	Os Jogos Na Educação Física	1935	2	Abril	13
Da Redação	Estatística Escolar no Espírito Santo		1935	2	Abril	13

Da Redação	1.A Sericultura na Escola, por José Gomes da Silva. 2. A conservação do Monumentos de Arte e de História. 3. A Estatística Bibliotecária no Brasil	Cooperação e Extensão Cultural	1935	2	Abril	13
Da Redação	Notas e Informações		1935	2	Abril	13

SUMÁRIO 09

ANNO 2 VICTORIA - MAIO -1935 N. 14 (4º CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO ES)						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural do Departamento de E. Público	4º Centenário da Colonização do Espírito Santo	1935	2	Maio	14
Cap. Punaro Bley	Governador do Estado	Ensino Público	1935	2	Maio	14
Mário Aristides Freire	Membro do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo	Alguns Dados Sobre o Ensino No Século Passado	1935	2	Maio	14
Barbosa Lima	Secretário do Tribunal Eleitoral	Doctus Sine Libro	1935	2	Maio	14
José Queiroz	Diretor da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	Museus Escolares	1935	2	Maio	14

Elizeu Lofego	Catedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	A Orthographia Simplificada	1935	2	Maio	14
Luiz Derenze	Cathedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	Ensino da Mathemática	1935	2	Maio	14
Oswaldo Marchiore	Diretor do Grupo Escolar "Bernadino Monteiro" de Cachoeiro de Itapemirim	Dramatização	1935	2	Maio	14
Aloir Queiroz de Araújo		A Educação Phisica no Gynásio do Espírito Santo	1935	2	Maio	14
Domingos Ubaldo	Diretor do Grupo Escolar " Alberto de Almeida", da Capital	Aldeias Escolares	1935	2	Maio	14
Judite Leão Castelo	Cathedrático da Escola Normal "Don Pedro II", desta Capital	A Educação Funcional e a Moral nas Escolas - Instituições Pedagógicas	1935	2	Maio	14
Waldemar Mendes	Cathedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	Colonização	1935	2	Maio	14
Newton Braga	Cathedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	Tirar as Escolas das Salas de Aula	1935	2	Maio	14
Placidino Passos	Assistente Técnico de Ensino	Plano do Ensino da Geographia e da História	1935	2	Maio	14
Newton Ramos	Cathedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de	A Conquista do Novo Método de Ensino	1935	2	Maio	14

	Itapemirim					
Orlando de Moraes	Professor Normalista	Exames	1935	2	Maio	14
Nilo Neves	Cathedrático da Escola Normal "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim	Sempre o mesmo Thema	1935	2	Maio	14
Cooperação e Extensão Cultural	Fernando de Abreu	Psychologia	1935	2	Maio	14
Da Redação		Bibliographia Pedagógica; A semana Verbal; Vida Collegial	1935	2	Maio	14

SUMÁRIO 10

ANNO 2 VICTORIA - JUNHO/JULHO -1935 N. 15 e 16						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural do Departamento de E. Público	Rádio Club Do Espírito Santo	1935	2	Junho-Julho	15 e 16
José Vidal	Naturalista	Universidade Nacional de Ensino Technico Profissional Rural	1935	2	Junho-Julho	15 e 16
Antônio Athayde	Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Do Espírito Santo	A Semantica Do Vocabulo Indigena - Capixaba	1935	2	Junho-Julho	15 e 16
José Queiroz	Inspetor Technico de Ensino em	Museus Escolares	1935	2	Junho-Julho	15 e 16

	Comissão					
Eliseu Lofego	Lente de Idioma Nacional da Escola Normal "Muniz Freite", de Cachoeiro de Itapemirim	Lingua Brasileira	1935	2	Junho-Julho	15 e 16
Jurandyr Baggio Mockel	do Grupo Escolar "D. Pedro II", de Cujrityba	Educar	1935	2	Junho-Julho	15 e 16
João Bandeira	da Escola Modelo Jeronymo Monteiro desta Capital	Porque Devemos Aplicar a Educação Física	1935	2	Junho-Julho	15 e 16

SUMÁRIO 11

ANNO 3 VICTORIA - MARÇO -1936 N. 22						
Nome	Cargo / Função	Publicação/ Título	Ano	nº ano	mês	Nº-da Revista
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural	Colonias De Férias	1936	3	Março	22
C. Jinarajadasa	(Magister Artibus) pela Universidade de Cambridge Antigo Vice-presidente da Sociedade Theosophyca-1927-28	O Professor e a Creanças	1936	3	Março	22
Maria Leonídia Pereira dos Santos	Do Curso de Adaptação Anexo à Escola Normal "D. Pedro II" desta Capital	Comenius	1936	3	Março	22

Deusdedit Baptista	Lente de Idioma Nacional da Escola Normal "Muniz Freite", de Cachoeiro de Itapemirim	Exames de Admissão	1936	3	Março	22
Irene Mattos de Azevedo	Lente do Grupo Escolar "Vasco Coutinho" de Vila Velha	A finalidade da Educação	1936	3	Março	22
Nea Morgade de Miranda	Professora do Grupo Escolar "Marcondes de Souza" de Muquy	Uma Aula de Geographya	1936	3	Março	22
Barreto Filho		Velho Coqueiro	1936	3	Março	22
Aurélio Pinheiro		Malhado	1936	3	Março	22
Departamento de Educação		Club Agrícola Escolar	1936	3	Março	22
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural	Cine-Rádio Escolar	1936	3	Março	22
		Cooperação e Extensão Cultural	1936	3	Março	22
		Sociedade do Amigos de Alberto Torres	1936	3	Março	22
Claudionor Ribeiro	Chefe do Serviço de Extensão e Cooperação Cultural	Bibliografia Pedagógica	1936	3	Março	22